



Relatório
de Sustentabilidade
2018



edp



We love energy.

É a energia que nos move, que nos une e nos aproxima do mundo.

Gostamos desta energia que é linguagem universal, que assume diferentes cores e formas.

Que nos impulsiona, motiva e desafia, numa história plena de conquistas e partilhas.

Que nasce do sol, da água, do vento e das pessoas.

Que se transforma, reinventa e desenha um futuro cada vez mais limpo, sustentável e eficiente.

Uma energia contagiante que nos leva a explorar, a surpreender e inovar num mundo em constante mudança.

É desta energia de que gostamos.

WE LOVE ENERGY





ESTE RELATÓRIO

A EDP - Energias de Portugal, S.A. (adiante designada EDP), com sede em Lisboa, no n.º 12 da Avenida 24 de Julho e com os seus títulos cotados na bolsa Euronext Lisboa, resulta da transformação da Electricidade de Portugal, E.P., constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, de que resultou um conjunto de empresas participadas detidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP.

As actividades do Grupo EDP estão actualmente centradas, por um lado, nas áreas da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia eléctrica e, por outro lado, na área da comercialização de gás natural. Complementarmente, o Grupo EDP dedica-se a actividades nas áreas da engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional, prestação de serviços energéticos e gestão do património imobiliário.

O Grupo EDP opera no sector da energia, essencialmente nos mercados Europeu (Portugal, Espanha, França, Polónia e Roménia) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América).

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDP foi elaborado de acordo com as normas constantes da Global Reporting Initiative (GRI Standards) e com a Directiva de Relato Não Financeiro 2014/95 UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Outubro de 2014 e Decreto-Lei 89/2017 de 28 de Julho, com a finalidade de relatar de forma transparente o desempenho do Grupo no ano, nas diferentes dimensões da sustentabilidade, com foco nos temas materiais.

O Relatório está estruturado em três blocos distintos:

APRESENTAÇÃO E ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Com foco na dimensão da Sustentabilidade, dentro da Estratégia do Grupo. Inclui os compromissos assumidos com objectivos e metas e a sua relação com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 das Nações Unidas.

DESEMPENHO

Reporta os temas materiais do ano, organizado em torno dos 4 eixos estratégicos de sustentabilidade. Inclui abordagem de gestão, os principais acontecimentos e um conjunto de casos ilustrativos das práticas EDP.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Organizados pelos temas materiais e eixos estratégicos. Inclui indicadores desagregados por geografia e com histórico de quatro anos. No seu conjunto, visam responder às exigências dos standards da Global Reporting Initiative.

Para além do Relatório de Sustentabilidade, a EDP disponibiliza um conjunto de relatórios em www.edp.com/sustentabilidade > publicações > relatórios:

Relatório e Contas;

- Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão;
- Relatórios sectoriais, nomeadamente: Relatório do Provedor de Ética, Relatório de avaliação dos potenciais impactos e do respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, Relatório Prevenção e Segurança e Relatório de *Stakeholders*;
- Relatórios anuais e de sustentabilidade das sociedades EDP Espanha, EDP - Energias do Brasil e EDP Renováveis;
- Relatório de Abordagem de Gestão à Sustentabilidade no qual são abordados os temas definidos pela metodologia GRI, explicitando, de forma detalhada, a relação entre os processos organizativos e os temas materialmente relevantes para a sociedade.

ANDIC

ÍNDICE

01 A EDP

Mensagem da Administração	8
Visão, Valores e Compromissos	18
Reconhecimento	20
Onde Estamos	22
EDP no Mundo	24
Quem Somos	26
Estrutura Accionista	28
Modelo de Negócio	30

02 ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Governo da Sociedade	35
Organização da Sustentabilidade	39
Stakeholders	41
Tendências do Sector	42
Gestão de Risco	47
Estratégia, Objectivos e Metas	51

03 DESEMPENHO

Materialidade	57
Criar Valor Económico Investindo na Descarbonização	60
Desenvolver as Nossas Pessoas	81
Melhorar o Desempenho Ambiental	99
Reforçar a Confiança	112
Indicadores de Desempenho	146

04 ANEXOS

Biografia dos Órgãos Sociais	159
Princípios e Políticas	170
Princípios de Relato	171
Dem. Não Financeira (Art.66ºB e 508ºG do CSC)	174
TCFD - Recomendações de Reporte	175
Indicadores GRI	176
Tabela GRI	186
Declaração do Auditor	195
Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes	198
Declaração Obrigações Verdes	200



WATER



**WE
LOVE
THE WATER**



LOVE ENERGY

edp

01 A EDP

Mensagens da Administração	8
Visão, Valores e Compromissos	18
Reconhecimento	20
Onde Estamos	22
EDP no Mundo	24
Quem Somos	26
Modelo de Negócio	28
Estrutura Accionista	30

ANTÓNIO MEXIA
PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

ANTÓNIO MEXIA

CARO ACCIONISTA,

Ao longo dos últimos 12 anos temos vindo a antecipar as tendências do sector da energia e a alinhar o nosso modelo de negócio com a transição energética para o combate às alterações climáticas – um imperativo para quem está comprometido em criar um mundo mais sustentável para as gerações futuras.

A nossa estratégia resultou na criação de uma empresa global líder em renováveis. Hoje somos o segundo *player* mais verde da Europa, com 65% do EBITDA gerado a partir de fontes renováveis num total de 21 GW de capacidade instalada com uma exposição internacional considerável, com mais de 60% do EBITDA recorrente gerado fora de Portugal.



“SOUBEMOS ANTECIPAR A APOSTA NAS RENOVÁVEIS. POR ISSO HOJE A EDP ENCONTRA-SE NUMA POSIÇÃO PRIVILEGIADA PARA ABRAÇAR OS DESAFIOS DO FUTURO E LIDERAR NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA”

A aposta no desenvolvimento sustentável tem sido um dos principais eixos de negócio incorporado na nossa estratégia, com objectivos claros e exigentes para o futuro. E a prova disso é o facto de estarmos presentes, desde 2008, no *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* sempre com uma posição de liderança entre as empresas mais sustentáveis do mundo.

Estamos cientes do papel que teremos de desempenhar no esforço global para descarbonizar o mundo e atingir o

objectivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. Comprometemo-nos e tencionamos cumprir as metas ambiciosas do pacote legislativo *Clean Energy for all Europeans*, que visa uma União Europeia neutra em carbono em 2050. Assim, hoje é claro que a energia do futuro será sem dúvida eléctrica e:

1. **Limpa**, com uma tendência crescente para a descarbonização, em que as *utilities* têm um papel cada vez mais importante, já que representam cerca de 40% das emissões;
2. **Acessível**, um paradigma que irá acentuar-se com a redução dos custos das renováveis, tornando estas tecnologias ainda mais competitivas;
3. **Fiável**, com flexibilidade assegurada por sistemas de *backup* tais como baterias, reservatórios hídricos para bombagem e térmicas;
4. **Focada no cliente**, criando novas soluções e serviços assentes em eficiência energética, geração distribuída, adopção de baterias e a adesão à mobilidade eléctrica.

Como vos referi no ano passado, a revolução que estamos a viver no sector da energia caracteriza-se por "3Ds": Descarbonização, Digitalização e *Downstream*, ao qual hoje se junta a necessidade de *full disclosure* da actuação da empresa. Estas são tendências que a EDP soube antecipar, pelo que estamos muito bem posicionados para o futuro. O nosso ponto de partida único e distintivo, totalmente alinhado com uma transição energética indispensável e irreversível, coloca-nos numa posição privilegiada para aumentar a ambição e o foco na nossa visão.

UM ANO EXIGENTE PELO CONTEXTO REGULATÓRIO EM PORTUGAL

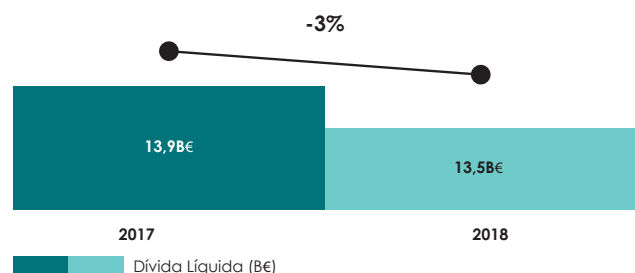
2018 foi um ano particularmente difícil, em que fomos confrontados com questões regulatórias não previsíveis e injustificadas em Portugal, levando a uma quebra acentuada dos nossos resultados. No entanto, mantivemos o foco, com uma aposta contínua e um desempenho acima do esperado na EDP Renováveis, no Brasil e em Espanha. Estes contributos vieram mitigar os prejuízos registados, pela primeira vez desde o início da privatização, no negócio convencional em Portugal.

A *performance* do Grupo EDP em 2018 esteve assente em três vectores estratégicos, concretamente:

1. A continuação de uma **estratégia de crescimento focada nas Renováveis e no Brasil**:
 - Nas Renováveis, a EDP construiu mais de 800 MW de eólicas *onshore* e de solar e assegurou contratos de longo prazo para 1,3 GW, dos quais 0,4 GW relativos a dois projectos solares de dimensão acrescida -

um nos Estados Unidos (0,2 GW) e um no Brasil (0,2 GW). Também na energia eólica *offshore* foi um ano bastante dinâmico com o início da construção do parque *Moray East*, em Dezembro, e com a aquisição do direito exclusivo para desenvolver um parque de até 1,6 GW nos Estados Unidos, no âmbito de uma *joint-venture* com a Shell. Por último, 2018 foi também marcado pela aposta na tecnologia flutuante com o início da construção do *Windfloat* Atlântico, potencialmente a forma mais eficiente de produzir energia renovável em países densamente povoados e de águas profundas.

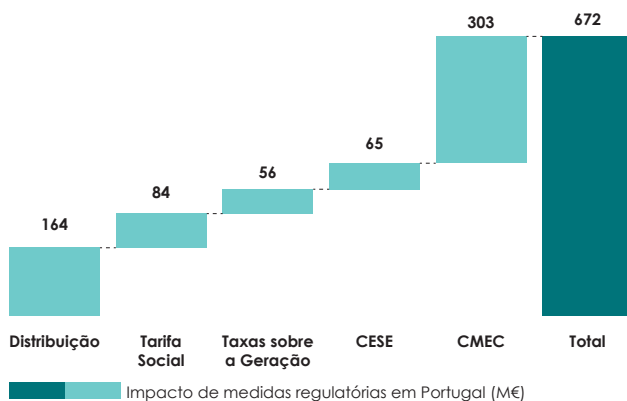
- No Brasil, o crescimento suportou-se na conclusão do primeiro de cinco lotes de transmissão, 20 meses antes do prazo definido inicialmente, e na aquisição de 23,56% da CELESC, que nos garantiu o envolvimento na administração da empresa.
2. Uma **contínua optimização do portefólio** através da concretização da primeira venda de uma participação maioritária - 80% do capital, num portefólio de ~500 MW que integra parques eólicos nos EUA e Canadá, com um ganho de capital de 129 milhões de dólares - e da venda de posições minoritárias em projectos *offshore*, nomeadamente no Reino Unido (43%) e em França (13,5%). Estas vendas e partilhas de risco permitem não só reciclar capital, como também cristalizar valor num período de tempo mais reduzido. Ainda neste âmbito, a EDP alienou actividades não estratégicas e de escala reduzida, como a biomassa em Portugal e activos mini-hídricos em Portugal e no Brasil.
 3. Um **foco na eficiência operacional**, que permitiu atingir o *target* do OPEX IV dois anos antes do previsto, gerando uma poupança de 200 milhões de euros. Do ponto de vista do financiamento, vendemos 1,3 mil milhões de euros de défice tarifário, fomos pioneiros em Portugal na emissão de uma *Green Bond* no valor de 600 milhões de euros e assegurámos o financiamento do projecto *Moray East* num montante total de 2600 milhões de libras, um marco na energia renovável à escala global. Adicionalmente, a EDP procedeu à captação de fundos em *Tax Equity Deals* com as condições mais favoráveis dos últimos 10 anos. Tudo isto permitiu uma redução da dívida em cerca de 3%, face ao período homólogo.



Do ponto de vista operacional pode considerar-se a *performance* da empresa como positiva. Se excluirmos efeitos cambiais, o EBITDA do Grupo registou um aumento de 2%, em resultado de um crescimento sustentado no Brasil e nas Renováveis (apesar de uma fraca eolicidade, 6% abaixo da média de longo prazo), bem como de uma forte recuperação da hidráulicidade e de um rigoroso controlo de custos na Península Ibérica.

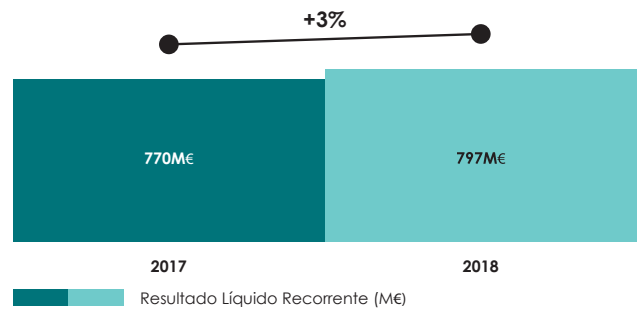
Porém, os resultados do Grupo foram fortemente penalizados pelas interpretações políticas sobre o regime dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual ("CMEC"), designadamente no que respeita à revisibilidade final e aos alegados custos inovatórios, o que representou um custo total não-recorrente de 303 milhões de euros. Conforme já comunicámos ao mercado, a EDP considera que tais decisões violam a lei e os contratos celebrados, com uma moldura contratual definida a partir de 1995-1996 para viabilizar a companhia e a sua privatização, pelo que tomou as medidas necessárias para proteger os interesses e direitos de todos os seus *stakeholders*.

Em Portugal, foram também mantidos outros impostos específicos sobre o sector, apesar de alguns terem na sua génese uma natureza extraordinária. Em suma, os nossos resultados registaram um impacto negativo de 672 milhões de euros devido a medidas regulatórias adversas e impostos ou taxas aplicadas ao sector.



Apesar deste impacto regulatório em 2018, permanecemos positivos e acreditamos que a política energética dos próximos anos permitirá a estabilidade fundamental para fomentar o investimento e assegurar a transição energética.

Por fim, do ponto de vista financeiro, a EDP registou uma redução acentuada de 53% no resultado líquido reportado em 2018, para 519 milhões de euros, fruto sobretudo da situação regulatória em Portugal, geografia que contribuiu com um resultado líquido negativo no ano. No entanto, excluindo de efeitos extraordinários, o nosso lucro líquido recorrente subiu 3% para 797 milhões de euros.



Importa ainda referir que 2018 foi marcado pelo lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) pelo nosso maior accionista, a *China Three Gorges* (CTG), sobre o capital social da EDP e da EDP Renováveis. Reportando-se à proposta apresentada, o Conselho de Administração Executivo comunicou a sua posição ao mercado em Junho do ano passado.

UMA EMPRESA CENTRADA NO CLIENTE

No último ano ajustámos a estrutura organizacional da nossa actividade comercial com vista a adaptar as soluções do nosso negócio a um cliente mais consciente, mais exigente e mais digital. O objectivo foi claro: maior criação de valor através da apresentação de propostas inovadoras na área dos serviços.

Criámos a *e-factory*, que visa acelerar o desenvolvimento de produtos e serviços para podermos continuar a evoluir em linha com as ambições do nosso cliente, com um foco claro na eficiência energética, na micro-geração e na mobilidade eléctrica. Hoje, já somos percebidos pelos clientes empresariais, com especial destaque para as pequenas e médias empresas, como mais do que um fornecedor de electricidade e gás, tendo registado o maior aumento anual de sempre na venda de serviços para clientes B2B na Península Ibérica (57%).

Para a EDP, a gestão da relação com o cliente é crucial pelo que este desenvolvimento de novas competências foi também focado no aumento da qualidade do nosso serviço, o que permitiu garantir uma maior satisfação dos nossos clientes, 78% em 2018 (+2p.p. que em 2017), através, por exemplo, do uso de soluções de inteligência artificial. Esta satisfação, permitiu manter o nosso portefólio de clientes que conta com 9,8 milhões de clientes na electricidade e 1,6 milhões de clientes no gás.

No plano da mobilidade eléctrica, um vector cada vez mais relevante no esforço global para a descarbonização, temos vindo a afirmar-nos como um *player* fundamental na sua promoção, não só em Portugal mas também nas restantes geografias onde estamos presentes.

Em Portugal, continuámos a apostar no alargamento da rede de postos de carregamento. Já foram efectuados 50 mil carregamentos desde 2017, o que permitiu evitar a emissão de cerca de 423 toneladas de CO₂. Foram criadas novas soluções de carregamento, tanto para espaços privados, com a *EDP Wallbox* que permite uma gestão mais eficiente dos consumos e um maior controlo da potência contratada, como públicos, com a parceria com a BP para instalação de 30 novos postos nas estações de serviço. No Brasil, lançámos com a BMW o maior corredor eléctrico da América Latina, passando a ser possível viajar de carro eléctrico entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Também em Espanha continuamos a investir, contando já com mais de 80 postos de carregamento nas Astúrias.

2018 foi também o ano da digitalização na EDP Distribuição, com o lançamento de novas funcionalidades na sua aplicação informática (*app*) destinada a simplificar a interacção com todos os *stakeholders*, dos clientes aos municípios, e a implementação de 15 iniciativas de robotização de processos, com um potencial de poupança de ~50 mil horas de trabalho. Em paralelo, prosseguimos o esforço de implementação das redes inteligentes, contando já a EDP com cerca de 2,6 milhões de contadores inteligentes instalados na Península Ibérica, com destaque para Portugal que apresentou um crescimento de 51% face a 2017.

“A DESCENTRALIZAÇÃO DA ENERGIA ASSOCIADA ÀS RENOVÁVEIS E À PRÓPRIA DIGITALIZAÇÃO DERMAM UM NOVO PODER AO CLIENTE, QUE HOJE PROCURA NA EDP NÃO APENAS ENERGIA, MAS SIM SOLUÇÕES DE ENERGIA”

O NOSSO SUCESSO ESTÁ NAS NOSSAS PESSOAS

2018 foi um ano focado na diversidade e inclusão no Grupo EDP.

A forte aposta dos últimos anos no equilíbrio de género traduz-se hoje numa realidade em que 25% dos nossos quadros são mulheres, número que é considerável se atendermos ao facto de este ser um sector tradicionalmente masculino. Mas continuamos determinados em percorrer este caminho, bem como em reforçar a nossa diversidade noutros parâmetros, porque sabemos que é através desta

política que trazemos novas abordagens e mais valor para o nosso negócio.

Sendouma empresa global, contamos hoje com colaboradores de mais de 40 nacionalidades e uma procura crescente pela contratação de novos perfis mais analíticos e tecnológicos, alinhados com a transformação digital e renovação geracional da nossa companhia. Estes novos talentos com perfis diferentes, e que em 2018 corresponderam a cerca de 17% das nossas novas admissões, aliados ao conhecimento profundo do negócio daqueles que já trabalham connosco, irão permitir reforçar o nosso posicionamento enquanto empresa global e de referência na transição energética.

Queria também destacar o papel dos nossos voluntários. O programa de voluntariado mobilizou este ano mais de 3.000 voluntários, que dedicaram mais de 31.000 horas do seu tempo a causas sociais. É um número que nos orgulha e que mostra que a capacidade de entrega e dedicação das nossas pessoas vai muito além do contributo que dão para os resultados do Grupo EDP.

Outro exemplo da excelente capacidade de resposta das nossas equipas foi a actuação na sequência das catástrofes naturais que assolaram Portugal. Quero deixar uma palavra de reconhecimento a todos os que apoiaram e contribuíram na resolução dos vários incidentes resultantes do furacão Leslie e dos incêndios.

UM CAMINHO AMBICIOSO NA SUSTENTABILIDADE

Sabemos que o nosso papel não se esgota na relação que mantemos com os clientes e colaboradores e que temos de ir mais além no nosso contributo para a sociedade. É por isso que continuamos a actuar de forma empenhada no desenvolvimento de áreas como o ambiente, a cultura, a educação, a segurança, a saúde e o bem-estar social em todas as geografias em que estamos presentes.

Temos muito claro o propósito de colocarmos a energia ao serviço de modos de vida mais sustentáveis e há mais de uma década que, antecipando as principais tendências globais e os futuros desafios, apostamos fortemente em energias renováveis, eficiência e inovação.

No topo da agenda estratégica está o compromisso em demonstrar o nosso desempenho no quadro dos 10 princípios da *Global Compact*, iniciativa das Nações Unidas, com foco na área dos Direitos Humanos, do Trabalho, do Ambiente e do combate à corrupção, bem como o nosso contributo na concretização de nove dos dezassete Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. A participação da EDP no *World Business Council For Sustainable Development* (“WBCSD”) e a minha nomeação para presidente da direcção do BCSD Portugal e para

presidente do conselho administrativo do SEforALL reflectem também a nossa visão e o nosso compromisso com um desenvolvimento mais sustentável, num momento em que as alterações climáticas estão à vista de todos.

**“O SEGREDO JÁ NÃO É A
ALMA DO NEGÓCIO. HOJE
TRABALHAMOS NUMA ÓPTICA
DE OPEN INNOVATION,
POTENCIADA PELA DIGITALIZAÇÃO
E FLEXIBILIDADE DAS NOSSAS
PESSOAS E ORGANIZAÇÃO”**

Em 2018, destaco a nossa contribuição activa para acelerar a descarbonização dos transportes, com um compromisso para electrificar a totalidade da nossa frota de ligeiros até 2030. Estamos também empenhados em desenvolver novas ofertas e soluções comerciais que promovam a transição energética, bem como em mobilizar a sociedade para a electrificação dos transportes.

Importa salientar que continuamos a ser o principal mecenas empresarial da cultura em Portugal. Em 2018, o MAAT e a Central Tejo contaram com 17 exposições e mais de 327.000 visitantes. No Brasil, reforçámos o nosso papel com o apoio à reconstrução do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Na componente social, o investimento do Grupo EDP totalizou 28 milhões de euros, tendo já superado aquilo que era o objectivo inicial de aplicar 100 milhões de euros no período 2016-2020.

A EDP é hoje uma empresa que estende os princípios éticos a todas as dimensões da sua actividade. No plano interno, através da formação e do contínuo reforço dos procedimentos de audição, monitorização e auditoria. No plano externo, envolvendo fornecedores e parceiros na subscrição das boas práticas e auditando continuamente as actividades.

UM FUTURO AINDA MAIS VERDE

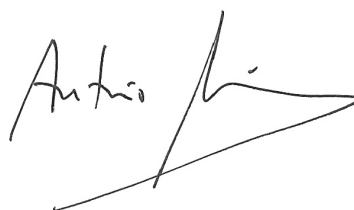
A EDP está hoje muito bem posicionada para assumir a liderança na transição energética e abraçar os novos desafios do futuro entregando valor superior aos nossos accionistas. O nosso portefólio, essencialmente verde, coloca-nos numa posição privilegiada para implementar a nossa visão com base em 5 pilares estratégicos:

1. **Crescimento acelerado e focado**, com uma aposta clara em energias renováveis usufruindo das competências e capacidade de execução desenvolvidas ao longo da última década;

2. **Contínua optimização do portefólio**, recorrendo à venda de participações maioritárias nas renováveis, como forma de acelerar o crescimento orgânico e a cristalização de valor, e também à venda de outros activos para permitir equilibrar o perfil de risco da EDP;
3. **Balanço sólido e baixo perfil de risco**, com foco na redução da dívida, no curto prazo, com o objectivo de melhorar o nosso *rating*;
4. **Eficiente e digitalmente habilitada**, através da contínua implementação de projectos de eficiência e digitalização potenciados pela natural renovação geracional das nossas pessoas, permitindo uma organização mais flexível e global;
5. **Remuneração atractiva para os nossos accionistas**, com base no posicionamento distintivo e verde da nossa empresa, no crescimento sustentado dos lucros e numa política de dividendos atractiva.

O nosso sector está a atravessar uma revolução e a EDP, graças à sua estratégia de antecipação e à capacidade de entrega dos últimos anos, posicionou-se de forma inequívoca no caminho certo. Este percurso será desenvolvido com uma ambição clara para 2030, onde continuaremos a contribuir activamente para a descarbonização da economia através da redução das nossas emissões de CO₂ em 90% (comparado com 2005) assente, sobretudo, numa geração a partir de fontes de energia renovável (em mais de 90%) e na saída do negócio do carvão. Junto dos nossos clientes, vamos também promover a mobilidade eléctrica com o objectivo de atingir 1 milhão de clientes em 2030. Por outro lado, vamos prosseguir com o esforço de digitalização e descentralização, nomeadamente com a transformação da nossa organização, a transição para as *smart grids* na Península Ibérica e a instalação de mais de 4 milhões de painéis solares junto dos nossos clientes.

Convido-vos a conhecerem em maior detalhe a nossa operação ao longo das páginas deste relatório e a acompanharem a forma como estamos a preparar o futuro – um futuro mais digital, mais renovável e mais sustentável. Um futuro que será eléctrico.



ANTÓNIO MEXIA

Presidente do Conselho de Administração Executivo



MENSAGEM DO ADMINISTRADOR

ANTÓNIO MARTINS DA COSTA

**”ESTABELECEMOS AS PARCERIAS
QUE NOS COMPLEMENTAM, SEJA
EM COMPETÊNCIAS, SEJA PARA
QUE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
SE REALIZE COM SUCESSO,
MAS DE FORMA SUSTENTADA,
EQUILIBRANDO AS DIMENSÕES
ECONÓMICA, SOCIAL
E AMBIENTAL”**

A SUSTENTABILIDADE COMO DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Este ano divulgamos novamente um Relatório de Sustentabilidade autónomo no qual destacamos as principais tendências do sector, a estratégia prosseguida pela EDP e os resultados obtidos face aos nossos objectivos de sustentabilidade.

É cada vez mais claro que as dimensões ambiental, social e de *governance* (ESG) são cruciais na análise de crescimento de longo prazo das empresas. E, por isso mesmo, pretendemos que o detalhe da informação disponibilizada e a transparência deste relato, enquadrado nos 10 princípios da Global Compact, permita uma apreciação cada vez mais sofisticada e fundamentada do nosso empenho e seja base sólida da relação de confiança entre a EDP e os agentes da transição para sociedades sustentáveis.

Assumimos a sustentabilidade como parte do negócio da EDP. A nossa estratégia incorpora objectivos ambiciosos, materializando na nossa actividade as principais tendências e desafios da actualidade. Os resultados que apresentamos demonstram que aquilo com que nos comprometemos orienta efectivamente a nossa acção. Dos temas materiais do ano, destacam-se: Alterações Climáticas, o Desempenho Ambiental, a Segurança e Saúde, a Qualidade e Serviço ao Cliente, o Investimento Social e as Comunidades Locais e os Direitos Humanos.

A EDP tem sido consistentemente reconhecida pela RobecoSAM através do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, índice no qual permanece desde 2008. Este ano foi considerada a melhor em gestão de política ambiental, integrou o top 2

das *utilities* eléctricas integradas e obteve pontuação máxima na área de *stakeholder engagement*.

Reconhecemos bem o papel crucial da energia e em particular da electricidade na promoção do desenvolvimento, redução de desigualdades e potencial contributo para responder ao imperativo de descarbonização das sociedades. Em 2018, estendemos os nossos compromissos relativos aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (ODS) e incluímos a ambição de contribuir para o alcance do ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objectivos, cobrindo agora 9 dos 17 ODS. Aumentámos também o nosso empenho no desenvolvimento de soluções e projectos de acesso à energia e, além do trabalho desenvolvido no âmbito das parcerias e alianças internacionais, aprovámos neste ano um investimento de 12 milhões de Euros, a ser aplicado até 2020.

A NOSSA ACÇÃO CLIMÁTICA

Numa época em que as sociedades se prepararam para uma transição energética sem precedentes, foi um ano marcado pela divulgação do Relatório Especial 1,5°C do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) sobre aquecimento global, que realça a necessidade de se alcançar a neutralidade carbónica em 2050, e pelo facto das emissões globais continuarem a aumentar.

A EDP continua a focar o seu crescimento em capacidade de energia renovável. Somos hoje uma companhia global com presença em 16 países, sendo que a maior fatia de nosso investimento é em renováveis. Este ano atingimos um investimento superior a 1.000 milhões de Euros em capacidade adicional renovável. A capacidade instalada em parques eólicos foi, em 2018 de 625 MW, dos quais 211 MW na Europa, 136 MW no Brasil e 278 MW nos Estados Unidos da América. No total, temos hoje um portfolio com 74,4% de capacidade renovável, sendo que a nossa produção renovável atingiu os 66,5% este ano, com um IPH (índice de produtividade hidroeléctrica) de 1,05, próximo de um ano médio.

Reduzimos as emissões de CO₂ em 59% face a 2005, estando assim mais próximos do objectivo de redução de 75% de emissões de CO₂ até 2030, que foi reconhecido pela Science Based Targets initiative como estando alinhado com as exigências estabelecidas no Acordo Climático de Paris.

E, este ano, a EDP comprometeu-se a adoptar a Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD), apresentando neste relatório um resumo do seu posicionamento nas quatro áreas prioritárias de relato recomendadas pela iniciativa.

No plano das finanças sustentáveis, a EDP fez a primeira emissão de dívida estruturada segundo os princípios dos

Green Bonds, visando obter o reconhecimento dos mercados financeiros para a sua estratégia de investimento em energia renovável. Tendo sido a primeira companhia portuguesa a utilizar este instrumento, a EDP deu um sinal claro e um estímulo a outras empresas para que se comprometam também elas com a neutralidade carbónica.

A DISRUPÇÃO ATRAVÉS DA INOVAÇÃO

A rápida evolução tecnológica e digitalização têm tido fortes implicações em todas as actividades económicas, através das disrupções nos modelos de negócio mais tradicionais, incluindo gestão e manutenção de activos, e na forma de relacionamento com colaboradores, clientes e parceiros.

A inovação é para nós chave de criação de valor para o Grupo. Acreditamos que, ao promover a aceleração da inovação através do nosso investimento em programas como o Open Innovation, o EDP Starter e inúmeros projectos de inovação tecnológica, contribuimos para importantes objectivos: alavancar a inovação global nas áreas chave para a transição energética em curso e incorporar o conhecimento no negócio, aumentando as vantagens competitivas da nossa actividade ao longo de toda a cadeia de valor. Em 2018, o investimento acumulado desde 2015, é de 212 milhões de Euros, ultrapassando já a meta fixada para 2020 (200 milhões de Euros) de investimento em projectos inovadores e em tecnologias promissoras de energia limpa.

No âmbito dos projectos que desenvolvemos com participação directa, destacamos o *financial close* do projecto Windfloat Atlantic, fase pré-comercial de desenvolvimento da tecnologia Windfloat – primeira plataforma eólica flutuante preparada para águas semi-profundas – e o sucesso do solar fotovoltaico flutuante localizado na barragem do Alto do Rabagão, que será replicado noutras albufeiras em Portugal, com sistemas de maior dimensão.

A ENERGIA PARA O CLIENTE E PARA A SOCIEDADE

Considerando que pretendemos disponibilizar para os nossos clientes acesso a produtos e serviços de eficiência energética que permitam reduzir o consumo geral em 1 TWh, até 2020 em relação aos níveis de 2015, mantivemos em 2018 o foco na prestação de serviços de valor acrescentado, privilegiando o solar descentralizado e os serviços de eficiência energética.

São vários os projectos promovidos pela EDP que têm contribuído directamente para o alcance de mais eficiência a par de maior inovação, incluindo a “Casa Inteligente”; o “Save2Compete”, que na Península Ibérica, desde 2015, já

poupou aos nossos clientes 27 milhões de Euros e 270 GWh de energia, evitando a emissão de 406 ktCO₂; e o “InovGrid”, que permitiu automatizar a gestão e trazer maior inteligência às redes eléctricas.

Continuamos além disso focados em colocar a energia ao serviço de modos de vida mais sustentáveis e neste ano, antecipando a necessária convergência entre electricidade e transportes, reforçámos o nosso posicionamento na mobilidade e, além do desenvolvimento de soluções comerciais de promoção da mobilidade eléctrica, incluindo infra-estruturas de carregamento, assumimos o compromisso de electrificarmos 100% da frota ligeira do Grupo e de promovermos a mobilização da sociedade neste tema. Estabelecemos neste âmbito um conjunto de parcerias, nas quais trabalharemos nos próximos anos, com o objectivo de desenvolver e disseminar conhecimento e soluções para progredir na descarbonização dos transportes e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida nas cidades. Destacamos a adesão em 2018, como membros fundadores, à Transport Decarbonisation Alliance (TDA) e ao programa Transforming Urban Mobility do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

Em 2018, em linha com o compromisso de atingir 80% na satisfação de clientes em 2020, o índice atingiu os 78,2%.

AS PESSOAS, DETERMINANTES NA NOSSA ACTIVIDADE

Através das novas contratações, a EDP prosseguiu a sua política de promoção da igualdade de género, reforçando o número de colaboradores femininos. Igualmente, visando capacitar jovens para o mercado de trabalho, a EDP acolheu 850 jovens em programas de estágio. Destacamos, ainda, a importância do programa de mobilidade interna que, em 2018, propiciou a 1.131 colaboradores uma rotação de funções e a aceitação de novos desafios profissionais.

A segurança e saúde no trabalho permanece uma prioridade para a EDP. Com a visão “Zero Acidentes” temos vindo a impulsionar o desenvolvimento de iniciativas focadas na minimização de riscos ocupacionais e na promoção de comportamentos seguros, visando a salvaguarda da integridade física de todos aqueles que connosco trabalham.

Resultado dos esforços desenvolvidos, a frequência de acidentes de trabalho de colaboradores EDP e de prestadores de serviço, consolida a tendência de descida verificada nos últimos anos. No entanto, lamentamos a ocorrência de 7 acidentes mortais no universo do Grupo EDP (incluindo PSE's), facto este que reforça a convicção de colocar as pessoas no centro da nossa agenda estratégica.

Acreditamos que o desenvolvimento de uma cultura de segurança que permita identificar, antecipadamente,

situações que possam resultar em futuros acidentes de trabalho, é fundamental para a redução sustentada da sinistralidade laboral e doenças profissionais, contribuindo ainda decisivamente para o bem-estar das nossas pessoas.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, a companhia reforçou a sua estratégia de investimento voluntário na sociedade, orientando recursos financeiros e o voluntariado para os grandes temas da pobreza energética e do acesso à energia, a descarbonização e os modos de vida sustentáveis. Neste domínio, a EDP deu atenção particular aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, quer através da sua actividade de financiamento ao terceiro sector, quer promovendo os ODS em fóruns internacionais e nacionais.

O NOSSO OLHAR SOBRE O FUTURO

Fechamos o ano seguros de que soubemos identificar as prioridades e oportunidades certas e de que trabalhámos para as alcançar, continuando a liderar no nosso sector. Estabelecemos, quando e onde relevante, as parcerias que nos complementam, seja em competências, seja na promoção de que a transição energética se realize com sucesso, mas de forma sustentada, equilibrando as dimensões económica, social e ambiental.

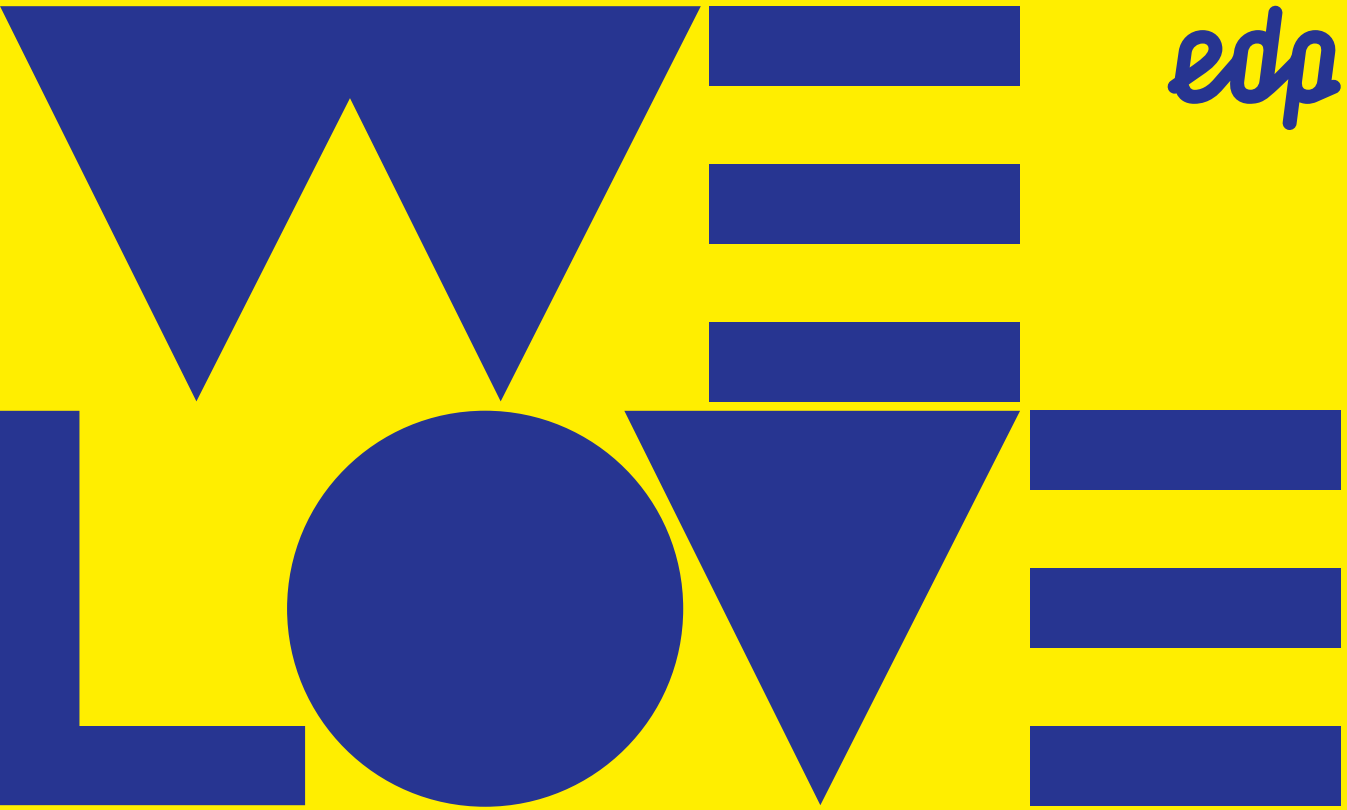
Continuaremos a ter anos exigentes pela frente. As transformações que impactam o sector aceleram de ano para ano, o contexto geopolítico, a incerteza regulatória, e a evolução dos mercados antecipam-se desafiantes.

Mas mantemos o nosso foco, com histórico de sucesso, na continuada aposta em soluções para os nossos clientes que sejam sustentáveis e inovadoras, que respondam a maiores níveis de exigência de electrificação das sociedades, com mais produção renovável, incluindo descentralizada, e maior eficiência energética.



ANTÓNIO MARTINS DA COSTA

Membro do CAE responsável pela Sustentabilidade



OUR VISION

VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

VISÃO

UMA EMPRESA GLOBAL DE ENERGIA LÍDER NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM VISTA À CRIAÇÃO DE VALOR SUPERIOR

VALORES

INOVAÇÃO

Com o intuito de criar valor nas várias áreas em que actuamos.

SUSTENTABILIDADE

Visando a melhoria da qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

HUMANIZAÇÃO

Construindo relações genuínas e de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.

COMPROMISSOS

RESULTADOS

- Cumprimos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

SUSTENTABILIDADE

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

CLIENTES

- Colocamo-nos no lugar dos nossos Clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos Clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos Clientes, antecipando as suas necessidades.

PESSOAS

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

RECONHECIMENTO

RECONHECIMENTO

ANTÓNIO MEXIA DISTINGUIDO COMO MELHOR CEO
em Portugal pelos Prémios Human Resources

EDP, UMA DAS EMPRESAS MAIS ÉTICAS
do mundo, eleita pela Ethisphere Institute pelo 7º ano consecutivo

EDP NO TOP 2 DAS UTILITIES INTEGRADAS
no Dow Jones Sustainability Index World e Europe e considerada a melhor do mundo em gestão de política ambiental

MELHOR RELATÓRIO E CONTAS
no âmbito das empresas cotadas no PSI 20, de acordo com os Prémios Investor Relations and Governance da Deloitte

EDP É LÍDER EM ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL
reconhecida pelos Business Awards de 2018

EDP GALARDOADA COM O PRÉMIO SUSTENTABILIDADE
de acordo com os European Festival Awards

EDP RECONHECIDA COMO OUTSTANDING EMPLOYER
pela Korn Ferry

EDP ELEITA EMPRESA DO ANO
pelo Prémios Meios & Publicidade

EDP COMERCIAL RECONHECIDA COMO ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2018
na categoria Energias e Serviços para Uso Doméstico

CENTRAL HIDROELÉCTRICA FRADES II
distinguida com os Prémios VGB Quality Award 2018 pela Associação Internacional de Produtores de Energia e Plant of the Year de acordo com a Power Magazine

EDPR RECEBE O PRÉMIO TOP EMPLOYERS SPAIN
pelo Top Employers Institute

MIGUEL SETAS, EDP BRASIL, ELEITO UM DOS MELHORES CEO DO BRASIL
de acordo com a Revista Forbes

EDP BRASIL ELEITA A MELHOR EMPRESA DO SECTOR DE ENERGIA BRASILEIRO
pela Época 360º

EDP BRASIL VENCE CATEGORIA DE MELHOR REPUTAÇÃO
de acordo com o Estudo Reputation Index

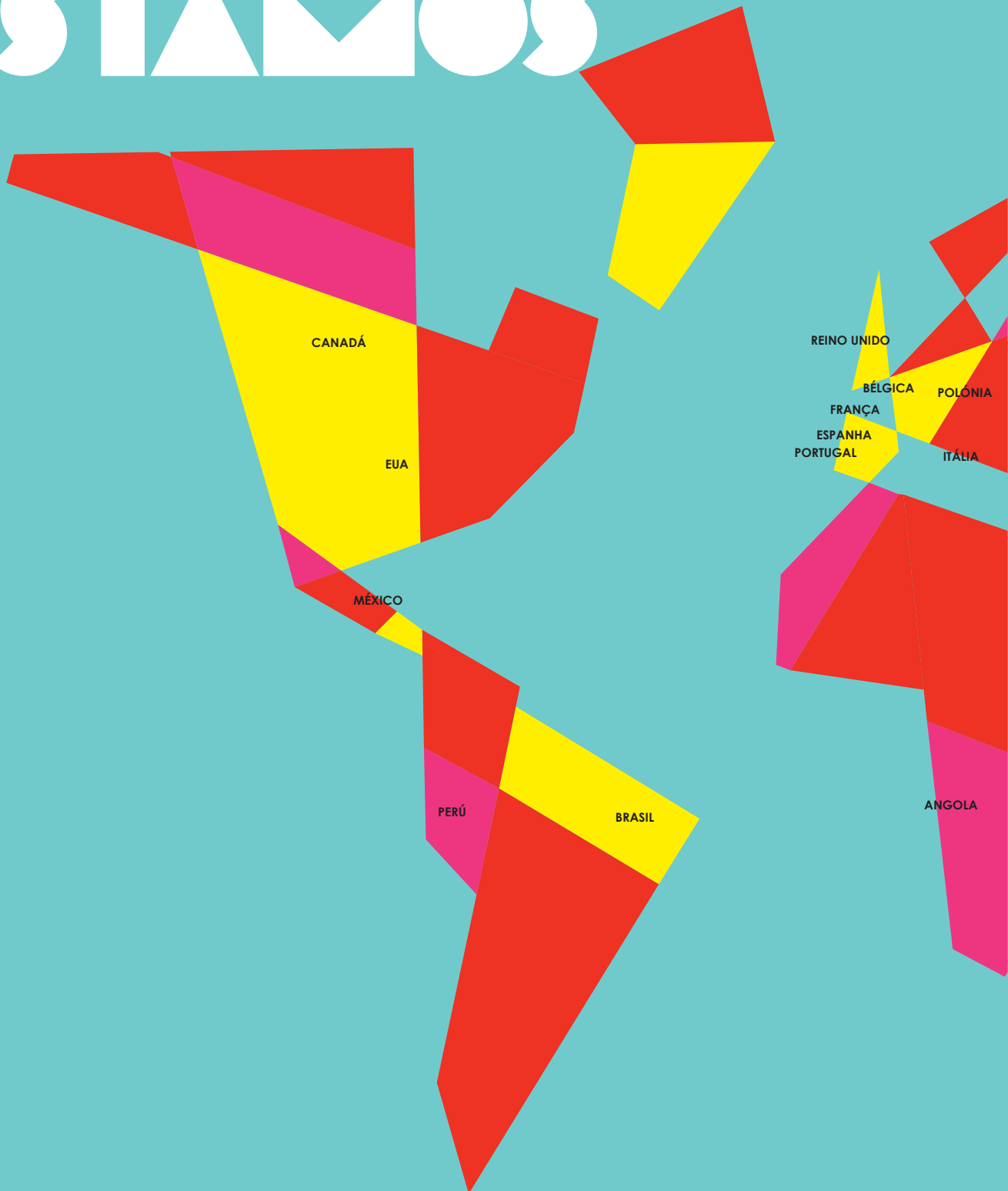
EDP ESPANHA GANHA PRÉMIO FUNDACOM
para melhor campanha de Responsabilidade Social com “Comparte tu Energía”





ONDE
ESTAMOS

ONDE
ESTAMOS



PORTUGAL	○ ✕ † ♣	6.085	POLÓNIA	✕	32
ESPAÑA	○ ✕ † ♣	1.674	ROMÉNIA	✕	30
CANADÁ	✕	5	ITÁLIA	✕	31
EUA	✕	583	REINO UNIDO	✕	60
MÉXICO	✕	8	BÉLGICA	✕	2
BRASIL	○ ✕ 🚚 † ♣	3.038	FRANÇA	✕	78
PERÚ	✕	2	GRÉCIA	✕	
CHINA	...	2	ANGOLA	...	

○ PRODUÇÃO CONVENCIONAL ✕ PRODUÇÃO RENOVÁVEL 🚚 TRANSPORTE † DISTRIBUIÇÃO ♣ COMERCIALIZAÇÃO ... ESCRITÓRIOS 👤 COLABORADORES



EDP NO MUNDO



PORTUGAL



renováveis



gás



serviço universal



distribuição

56%

PRODUÇÃO
A PARTIR DE
FONTES RENOVÁVEIS¹

6.085

colaboradores

5.243.950
700.058

clientes de electricidade
clientes de gás

11.311 MW
28.294 GWh
177.491 km
48.817 km
46.059 GWh
47 MW
0,1 GW

capacidade instalada
produção líquida
extensão de rede aérea
extensão de rede subterrânea
electricidade distribuída
capacidade em construção
capacidade em desenvolvimento

ESPAÑA



naturgas energia



distribución



renováveis

42%

PRODUÇÃO A PARTIR DE
FONTES RENOVÁVEIS¹

1.674

colaboradores

1.153.947
895.289

clientes de electricidade
clientes de gás

5.684 MW
14.071 GWh
15.723 km
4.986 km
9.360 GWh
29 MW
0 MW

capacidade instalada
produção líquida
extensão de rede aérea
extensão de rede subterrânea
electricidade distribuída
capacidade em construção
capacidade em desenvolvimento

BRASIL



renováveis

66%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

3.038

colaboradores

3.450.487

clientes de electricidade

2.787 MW
10.285 GWh
113 km
91.906 km
254 km
25.007 GWh
0 MW
1.184 km
847 MW

capacidade instalada
produção líquida
rede de transporte em operação
extensão de rede aérea
extensão de rede subterrânea
electricidade distribuída
capacidade em construção
rede de transporte em construção
capacidade em desenvolvimento

FRANÇA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

78

colaboradores

421 MW
829 GWh
19 MW
5 GW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em construção
capacidade em desenvolvimento

CANADÁ



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

5

colaboradores

30 MW
71 GWh
100 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em desenvolvimento

BÉLGICA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

2

colaboradores

71 MW
129 GWh
11 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em desenvolvimento

MÉXICO



renováveis

8

colaboradores

200 MW
700 GWh
0 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em desenvolvimento

ITÁLIA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

31

colaboradores

221 MW
385 GWh
50 MW
16 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em construção
capacidade em desenvolvimento

REINO UNIDO



renováveis

60

colaboradores

950 MW

capacidade em construção
(joint venture)

POLÓNIA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

32

colaboradores

418 MW
919 GWh
38 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em desenvolvimento

GRÉCIA



renováveis

60 MW

capacidade em desenvolvimento

ROMÉLIA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

30

colaboradores

521 MW
1.059 GWh
0 MW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em desenvolvimento

2

colaboradores

PERU

2

colaboradores

EUA



renováveis

100%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS¹

583

colaboradores

5.332 MW
14.873 GWh
199 MW
3 GW

capacidade instalada
produção líquida
capacidade em construção
capacidade em desenvolvimento

ANGOLA

escritórios

¹ Inclui hídrica, eólica e solar.

QUEM SOMOS



A EDP É UMA *UTILITY* MULTINACIONAL VERTICALMENTE INTEGRADA

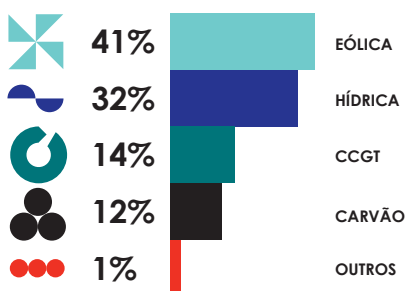
Ao longo dos seus 42 anos de história a EDP tem vindo a cimentar uma presença relevante no panorama energético mundial, estando presente em 16 países e 4 continentes. A EDP conta com cerca de 11.600 colaboradores e está presente em toda a cadeia de valor da electricidade e na actividade de comercialização de gás.



1. PRODUÇÃO

A **actividade de produção** é a primeira actividade da cadeia de valor do sector eléctrico. A electricidade é produzida a partir de recursos energéticos de origem renovável ou não renovável. A energia produzida através de fontes tradicionais provém maioritariamente do carvão, gás natural, nuclear e cogeração. No caso de fontes renováveis, provém essencialmente de água, vento e sol.

27 GW DE CAPACIDADE INSTALADA



72 TWh DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA **66%** FONTES RENOVÁVEIS



2. TRANSPORTE

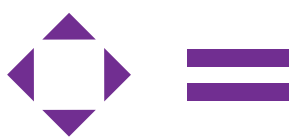
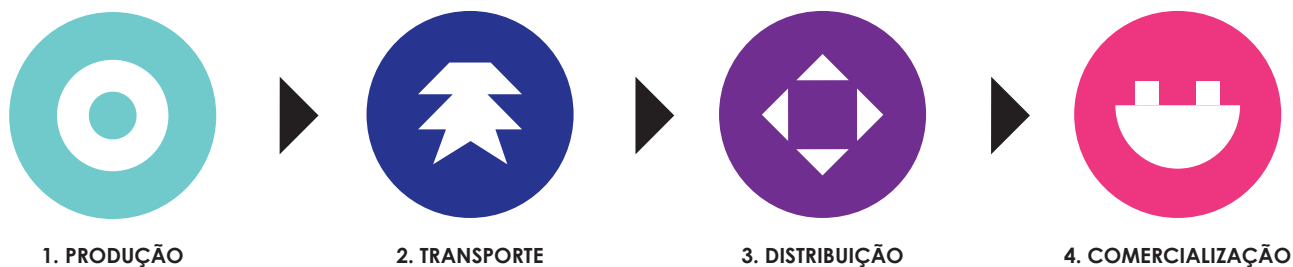
Na **actividade de transporte** a energia produzida é entregue à rede de transmissão, que é constituída por linhas de muito alta tensão e que posteriormente canaliza a energia para a rede de distribuição.



1.184Km
DE REDE DE TRANSMISSÃO
EM CONSTRUÇÃO



113Km
DE REDE EM OPERAÇÃO



3. DISTRIBUIÇÃO

Na **actividade de distribuição** a energia canalizada para a rede de distribuição é depois conduzida para os pontos de abastecimento. As redes de distribuição de electricidade são compostas por linhas e cabos de Alta, Média e Baixa tensão. São também parte integrante das redes de distribuição as subestações, os postos de transformação e as instalações de iluminação pública, bem como as ligações necessárias às instalações consumidoras.

339.177 KM DE REDE

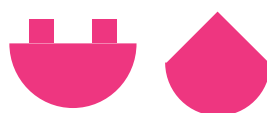


285.121Km
DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO
AÉREAS



54.056Km
DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO
SUBTERRÂNEAS

80 TWh DE ELECTRICIDADE DISTRIBUÍDA



4. COMERCIALIZAÇÃO

Na **actividade de comercialização** a energia distribuída chega ao ponto de abastecimento sendo então vendida pelo comercializador. Em toda a cadeia de valor de electricidade e gás, a comercialização é a actividade mais próxima do cliente, sendo responsável pela relação com os consumidores finais.

CLIENTES DE ELECTRICIDADE



9.848.384

5.051.786
CLIENTES EM MERCADO LIVRE

4.796.598
CLIENTES DE ÚLTIMO RECURSO

CLIENTES DE GÁS



1.595.347

1.503.451
CLIENTES EM MERCADO LIVRE

91.896
CLIENTES DE ÚLTIMO RECURSO

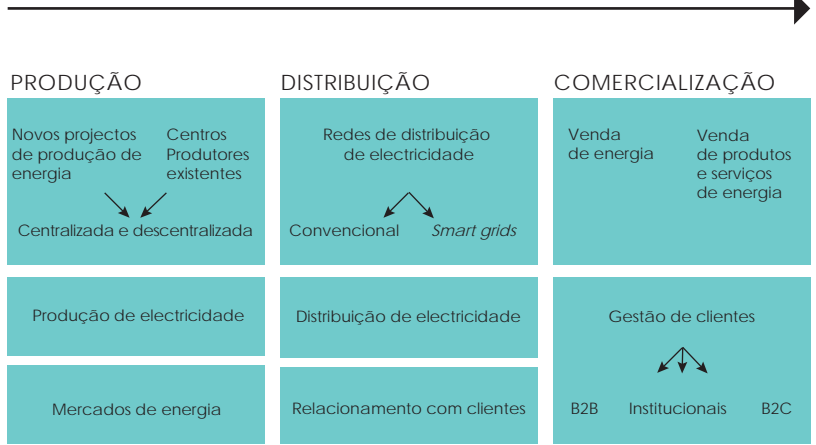
MODELO DE NEGÓCIO



ENTRADAS

RECURSOS NATURAIS Recursos renováveis (água, sol, vento) Recursos não renováveis (carvão, gás natural, matérias primas para equipamento da rede)
RECURSOS HUMANOS Colaboradores Fornecedores
RECURSOS FINANCEIROS Capital de terceiros Receitas Financiamento Stocks
RECURSOS INTELECTUAIS Marca Patente Inovação Parcerias
RECURSOS FÍSICOS Activos (rede de distribuição; infraestruturas hidroeléctricas, térmicas, eólicas, solares) Rede de lojas Imobiliário Outros equipamentos
RECURSOS SOCIAIS Competências qualificadas de colaboradores e fornecedores Parcerias de negócio (fornecedores, comunidades, <i>joint ventures</i> , Estado, I&D, ONG)

CADEIA DE VALOR



ESTRATÉGIA



FORÇAS DE MERCADO

Pressão regulatória e governamental

TENDÊNCIAS CHAVE

Reforço de investimento em renováveis e infraestruturas
 Diversificação das fontes de receita
 Alterações climáticas e eficiência energética
 Inovação tecnológica e internet
 Novos desafios para a produção convencional
 Mudanças culturais e socioeconómicas

STAKEHOLDERS

NEGÓCIO

RESULTADOS

VALOR NATURAL

Emissões poluentes atmosféricas
Gestão de resíduos e efluentes
Gestão da água
Habitats e espécies protegidas
Incidentes ambientais
Consumo de energia

VALOR HUMANO

Quadro de colaboradores diverso
Volume de formação
Incidentes e doenças profissionais
Remuneração de colaboradores
Satisfação dos colaboradores
Benefícios sociais para colaboradores

VALOR FINANCEIRO

Lucro
Remuneração do capital de terceiros/dividendos
Gestão da dívida

VALOR INTELECTUAL

Produtos e serviços inovadores
Conhecimento gerado

VALOR SOCIAL

Externalidades da produção e distribuição de energia
Reputação da marca
Investimento social
Satisfação de clientes
Relação contratual com fornecedores

VALOR INFRAESTRUTURA

Qualidade e eficiência do fornecimento de energia
Energia produzida e distribuída
Incidentes com terceiros

IMPACTOS

VALOR NATURAL

Redução de emissões de CO₂ pela promoção de renováveis
Redução de emissões de poluentes atmosféricos
Redução do consumo de recursos naturais
Garantir a qualidade da água
Preservação da biodiversidade
Redução de consumo de energia através de acções de eficiência energética

VALOR HUMANO

Promoção da diversidade e igualdade de oportunidades
Promoção do desenvolvimento de competências dos colaboradores
Promoção da segurança e saúde no trabalho
Promoção da satisfação dos colaboradores

VALOR FINANCEIRO

Minimizar riscos financeiros
Redução da dívida

VALOR INTELECTUAL

Promoção da inovação e investigação
Promoção da adopção de comportamentos de consumo sustentável
Alavancar o conhecimento gerado

VALOR SOCIAL

Reputação e reconhecimento
Promoção do investimento social
Promoção da satisfação de clientes/ Experiência do cliente
Promoção de uma cultura ética
Desenvolvimento dos fornecedores

VALOR INFRAESTRUTURA

Garantia da qualidade e eficiência do fornecimento de energia
Promoção da segurança de instalações e equipamentos

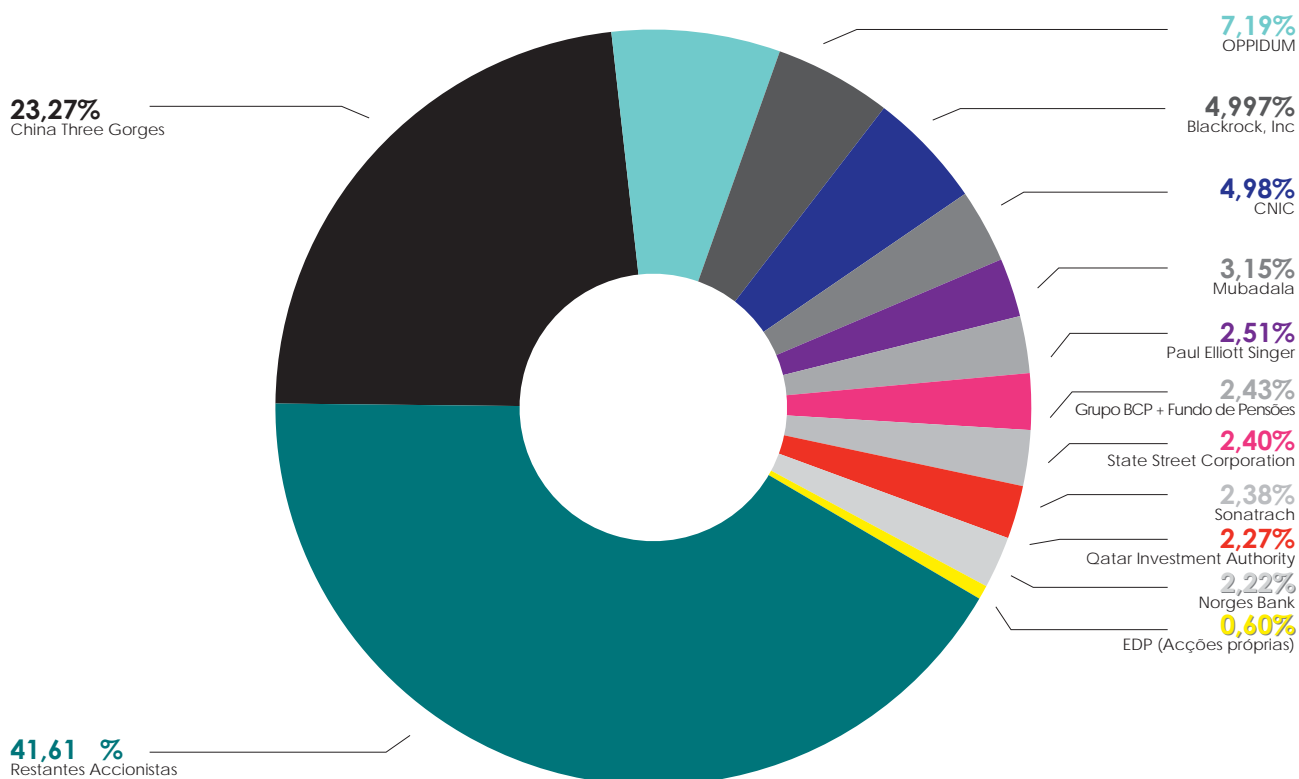
ESTRUTURA ACCIONISTA

ESTRUTURA

ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é de 3.656.537.715 euros e encontra-se integralmente realizado, conforme disposto no artigo 4º dos Estatutos da Sociedade, sendo representado por 3.656.537.715 acções com o valor nominal de 1 euro cada.

A repartição por accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte:



Para mais detalhe consultar o Relatório e Contas 2018, página 26.

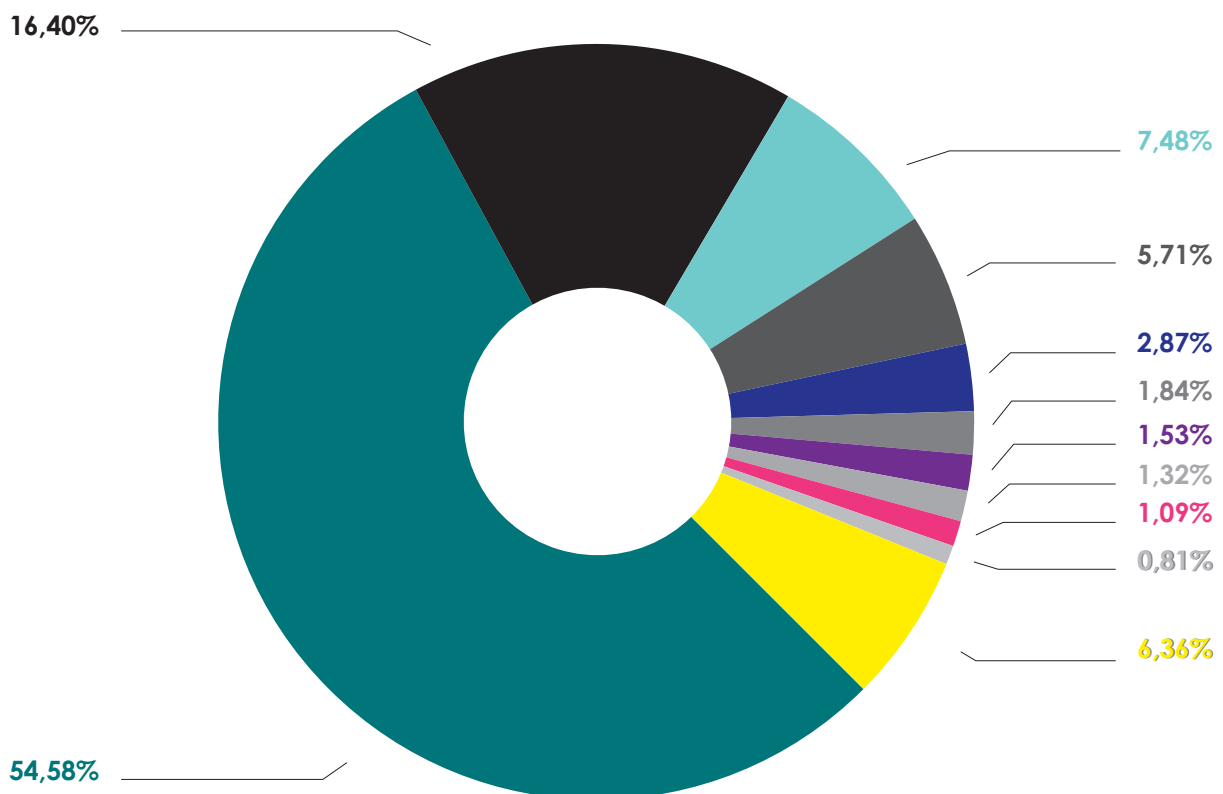
ACCIONISTA

INVESTIDORES SRI

De acordo com os resultados da análise preparada pela Nasdaq para a EDP à data de Dezembro de 2018, os investidores SRI detinham 147.031.881 de acções, correspondentes a 4,0% do capital social da EDP. Relativamente a alterações em termos de estrutura de investimento SRI, é de notar a ligeira diminuição da participação do maior investidor SRI, Norges Bank Investment Management (NBIM) de 55,1% para 54,6%, a participação do INVESCO (16,4%) e do Kempen (passou de 7,0% para 7,5%). Estes investidores são signatários dos 6 princípios PRI.

A repartição do investimento socialmente responsável por accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte:

REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO SRI NA EDP



■ Norges Bank Investment Management (NBIM) ■ INVESCO Asset Management Limited ■ Kempen Capital Management N.V. ■ NNIP Advisors B.V.
 ■ Union Investment Privatfonds GmbH ■ Aviva Investors Global Services Limited ■ AG2R La Mondiale Gestion d'Actifs SA ■ UBS Asset Management (UK) Ltd.
 ■ PGGM Vermogensbeheer B.V. ■ Andra AP-Fonden ■ Restantes

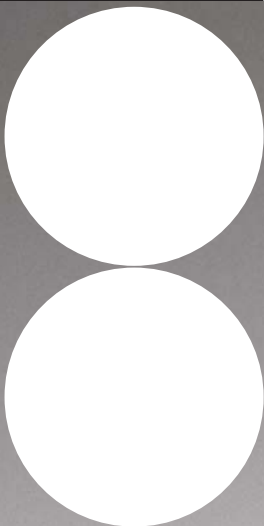
Para mais detalhe consultar página 61.

LOVE ENERGY

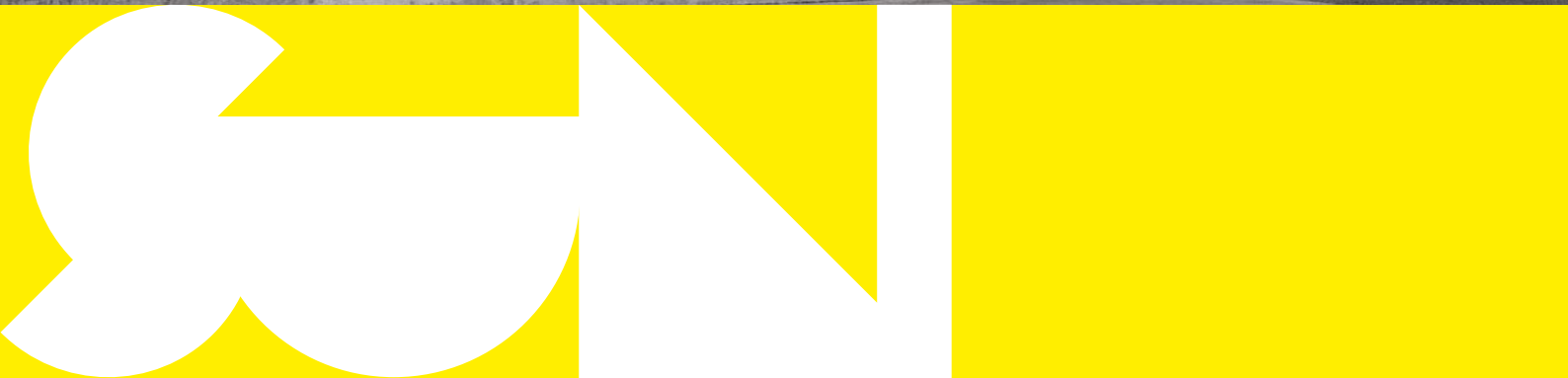
edp

02 ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Governo da Sociedade	35
Organização da Sustentabilidade	39
Stakeholders	41
Tendências do Sector	42
Gestão de Risco	47
Estratégia, Objectivos e Metas	51



ON A CLEAR





**WE
LOVE
THE SUN**

DAY YOU CAN SEE FOREVER



02 ABORDAGEM ESTRATÉGICA

2.1 GOVERNO DA SOCIEDADE

A estrutura de governo da EDP, assente no modelo dualista, é composta pelos seguintes órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e Revisor Oficial de Contas.

Este modelo de governo promove a separação das funções de gestão e de supervisão e tem-se revelado adequado na gestão eficaz da Sociedade, prossecução dos objectivos e interesses da mesma, dos seus accionistas, colaboradores e restantes *stakeholders*, contribuindo, desta forma, para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e optimização.

ESPECIFICIDADES DO MODELO ACTUAL DE GOVERNO DA SOCIEDADE

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Conselho Geral e de Supervisão tem como missão assegurar, em permanência, o aconselhamento, o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da EDP, designadamente no que concerne à definição da estratégia e respectivos objectivos aos investimentos, desinvestimentos e operações de financiamento. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão pode propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo, bem como do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Geral e de Supervisão é também competente para seleccionar e substituir o Auditor Externo da EDP, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração. É da competência do Conselho Geral e de Supervisão a análise da recepção de comunicação de irregularidades de índole financeira apresentadas por accionistas, colaboradores e/outras partes interessadas.

Os membros do Conselho Geral e de Supervisão são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. As suas biografias podem ser consultadas na página 157.

Na Assembleia Geral de 5 de Abril de 2018, foi eleito o Conselho Geral e de Supervisão para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020. Foram eleitos vinte e um membros, onze dos quais independentes, em cumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais, o qual institui que a maioria dos membros deste órgão têm de ser independentes. António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, membro independente, apresentou renúncia ao cargo a 27 de Julho de 2018.

Nos termos dos Estatutos da EDP entende-se a independência como ausência de relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta e a ausência de circunstâncias que possam afectar a isenção de análise ou decisão,

nomeadamente em virtude de as pessoas em causa serem titulares, ou actuarem por conta de titulares, de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital da sociedade ou terem sido reeleitas por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Os membros do Conselho Geral e de Supervisão renovam, anualmente, de acordo com a lei e com os Estatutos da EDP as suas declarações em matéria de incompatibilidades e de independência, as quais são divulgadas no site EDP.

Para mais detalhe sobre o funcionamento da Conselho Geral e de Supervisão, consultar as páginas 105 e 112 do Relatório e Contas EDP 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades sociais e pela representação da Sociedade.

Cabe ao Conselho de Administração Executivo a definição do modelo organizativo do Grupo EDP e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio e a estrutura central. Esta é constituída por um Centro Corporativo que assume uma função estruturante de apoio ao Conselho de Administração Executivo no âmbito da definição e do controlo da execução de estratégias, políticas e objectivos definidos.

O Centro Corporativo está organizado por direcções e unidades de negócio, permitindo assim uma maior optimização e eficiência da estrutura organizativa. O Conselho de Administração Executivo é também apoiado por Comitês específicos que permitem um acompanhamento das matérias mais eficaz e contribuem para o processo de decisão.

A Assembleia Geral de 5 de Abril de 2018 elegeu o Conselho de Administração Executivo para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020. Foram eleitos nove membros. O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem o direito de assistir, sempre que julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações em que ocorra conflito de interesses. As biografias dos membros do Conselho de Administração Executivo podem ser consultadas na página 165.

Para mais detalhe sobre o funcionamento do Conselho de Administração Executivo consultar as páginas 107 e 115 do Relatório e Contas EDP 2018.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito em Assembleia Geral para mandatos de três anos.

Na Assembleia Geral de 5 de Abril de 2018, a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores de Contas, Lda. ("PWC"), sociedade revisor oficial de contas número 183, representada por João Rui Fernandes Ramos (ROC n.º 1333), foi eleita para o triénio 2018-2020, tendo na mesma data sido eleito Aurélio Adriano Rangel Amado (ROC n.º 1074) para Suplente do Revisor Oficial de Contas no mesmo triénio.

Para mais detalhe sobre o funcionamento do Revisor Oficial de Contas consultar a página 151 do Relatório e Contas EDP 2018.

ASSEMBLEIA GERAL

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos da EDP lhe atribuem competência, nomeadamente eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e vice-presidentes, se os houver, o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade.

Compete-lhe, ainda, apreciar anualmente a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, a qual é proposta por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão, bem como a política de remunerações dos restantes órgãos sociais proposta pela Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral.

CORPOS SOCIAIS

COMISSÃO DE VENCIMENTOS DA ASSEMBLEIA GERAL

Compete-lhe fixar anualmente a remuneração dos órgãos sociais: Mesa da Assembleia Geral; Presidente e membros do Conselho Geral e de Supervisão; Revisor Oficial de Contas e Conselho de Ambiente e Sustentabilidade.

CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

É eleito pela Assembleia Geral, funciona na dependência do Conselho de Administração Executivo, com funções consultivas na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade.

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS/COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A sua constituição resulta de imposição legal, sendo especificamente dedicada ao exercício das funções relacionadas com supervisão da informação financeira e de acompanhamento permanente da actividade do Revisor Oficial de Contas.

OUTROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

COMISSÃO DE VENCIMENTOS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A sua constituição é permitida pela Lei e foi consagrada nos Estatutos da EDP, sendo responsável pela fixação da remuneração do Presidente e restantes membros do Conselho de Administração Executivo.

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E DE SUSTENTABILIDADE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Embora prevista a possibilidade da sua constituição nos Estatutos da EDP, a sua efectiva nomeação resultou da livre iniciativa do Conselho Geral e de Supervisão, sendo responsável pelo desenvolvimento de diversas funções nas áreas do governo da sociedade e da sustentabilidade económica, social e ambiental da EDP.

COMISSÃO DE ESTRATÉGIA E DE PERFORMANCE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Tem como função o acompanhamento permanente das seguintes matérias: (i) cenários e estratégias de curto, médio e longo prazo, (ii) execução estratégica e planeamento de negócios e respectivos orçamentos, (iii) investimentos e desinvestimentos, (iv) dívida e financiamento, (v) alianças estratégicas, (vi) evolução de mercados e competitividade, (vii) regulação, (viii) análise da performance do Grupo e das Unidades de Negócio, (ix) benchmarking da performance do Grupo face às empresas de topo do sector e (x) avaliação da competitividade do portfolio de negócio da EDP.

PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE

No actual enquadramento legal, a EDP divulga anualmente um relatório sobre as suas práticas de governo, no qual inclui uma declaração sobre a adopção dos princípios e das recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018, especificando nomeadamente as recomendações em relação às quais não se verifica o respectivo acolhimento e as razões associadas.

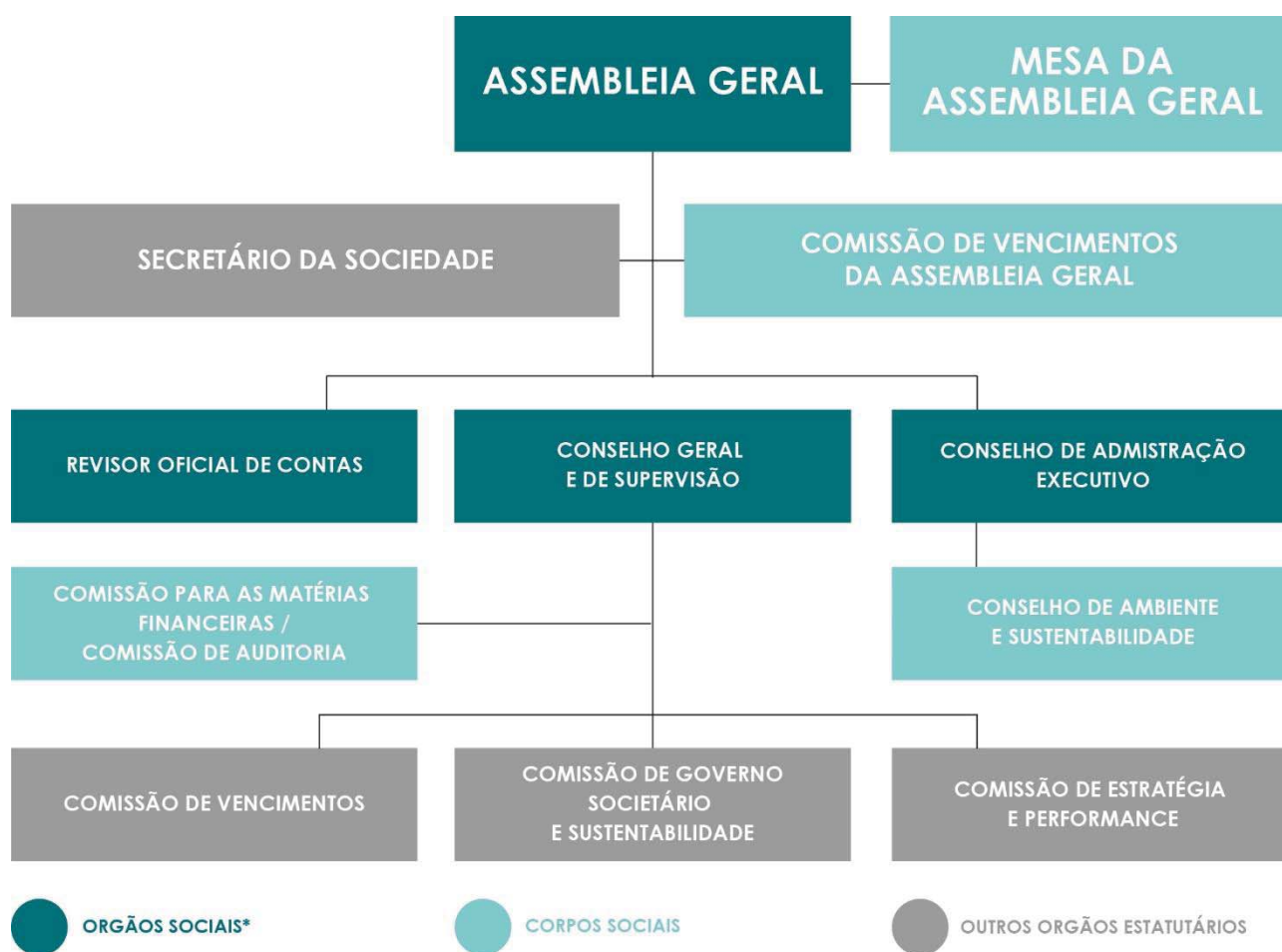
No exercício das melhores práticas em matéria do governo da sociedade, reforçando assim a confiança dos accionistas da EDP e restantes *stakeholders* em geral, a EDP tem ido para além das exigências legais e regulamentares.

Neste sentido, a Sociedade dispõe de um Manual de Governo Societário cujo objectivo primordial é o de registar e partilhar o entendimento do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão relativamente às recomendações de boas práticas de governo societário aplicáveis à EDP em termos de governo da sociedade. Esta matéria encontra-se detalhada no Relatório de Governo da Sociedade integrado no Relatório e Contas Anual da EDP.

Para prevenir a existência de conflitos de interesses, o Conselho Geral e de Supervisão aprovou, em 2010, um conjunto de regras objectivas e transparentes para a identificação, a prevenção e resolução de conflitos de interesses corporativos relevantes. Este conjunto de regras está disponível em www.edp.com> investidores> governo da sociedade> dados da sociedade> estatutos e regulamentos: regulamentos internos.

Para um maior detalhe sobre o modo de funcionamento da EDP em matéria de governo da sociedade, consultar www.edp.com> investidores> governo da sociedade> dados da sociedade> estatutos e regulamentos e o Capítulo "Governo da Sociedade" do Relatório e Contas 2018.

ORGANOGRAMA, DELEGAÇÃO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS



*Os Órgãos sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o n.º 4 do artigo 8.º dos Estatutos da EDP.

2.2

ORGANIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O Grupo EDP reconhece a importância da sustentabilidade na sua cadeia de valor, integrando na sua estratégia de negócio os riscos e as oportunidades a nível ESG (Environment, Social e Governance).

A sustentabilidade no Grupo EDP está organizada com o objectivo de estabelecer uma estreita comunicação entre as áreas corporativas e as áreas de gestão, potenciando o fluxo de informação e a operacionalização da sua estratégia. É assim assegurado o acompanhamento das diferentes dimensões da sustentabilidade, com foco nos temas materiais do ano, dos quais se destacam: Alterações Climáticas nas suas diferentes dimensões, o Desempenho Ambiental, a Segurança, a Qualidade e Serviço ao cliente, o Investimento Social e as Comunidades Locais e os Direitos Humanos. Adicionalmente, durante 2018 mereceu ainda especial atenção o tema relativo à Task Force on Climate-related Financial Disclosure. Em matéria de sustentabilidade, a organização da EDP é resumida na figura anterior, destacando-se as diferentes responsabilidades:

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO - Órgão máximo responsável pela função de supervisão. Dadas a natureza e as funções que lhe foram atribuídas, o Conselho Geral e de Supervisão procedeu à criação de uma comissão especializada para tratamento de assuntos de particular importância na área da sustentabilidade:

- **COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE** - Comissão especializada com competências nas matérias relativas ao governo societário, à sustentabilidade estratégica, aos códigos internos de ética e de conduta, ao sistema de resolução de conflitos de interesses, entre outras. Esta Comissão é ainda responsável por definir a composição do Comité de Ética. Em 2018, no âmbito das suas competências esta Comissão reuniu cinco vezes, com uma média de participação de 91%. Em três dessas reuniões e devido à selecção dos temas foi solicitada a presença do administrador do Conselho de Administração Executivo responsável pela área corporativa de sustentabilidade. Para mais detalhe sobre os principais assuntos tratados por esta Comissão ver o Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO - define as políticas e os objectivos de Sustentabilidade, sob proposta da Direcção de Sustentabilidade. É responsável por definir a composição do Comité de Sustentabilidade e Comité de Prevenção e Segurança.

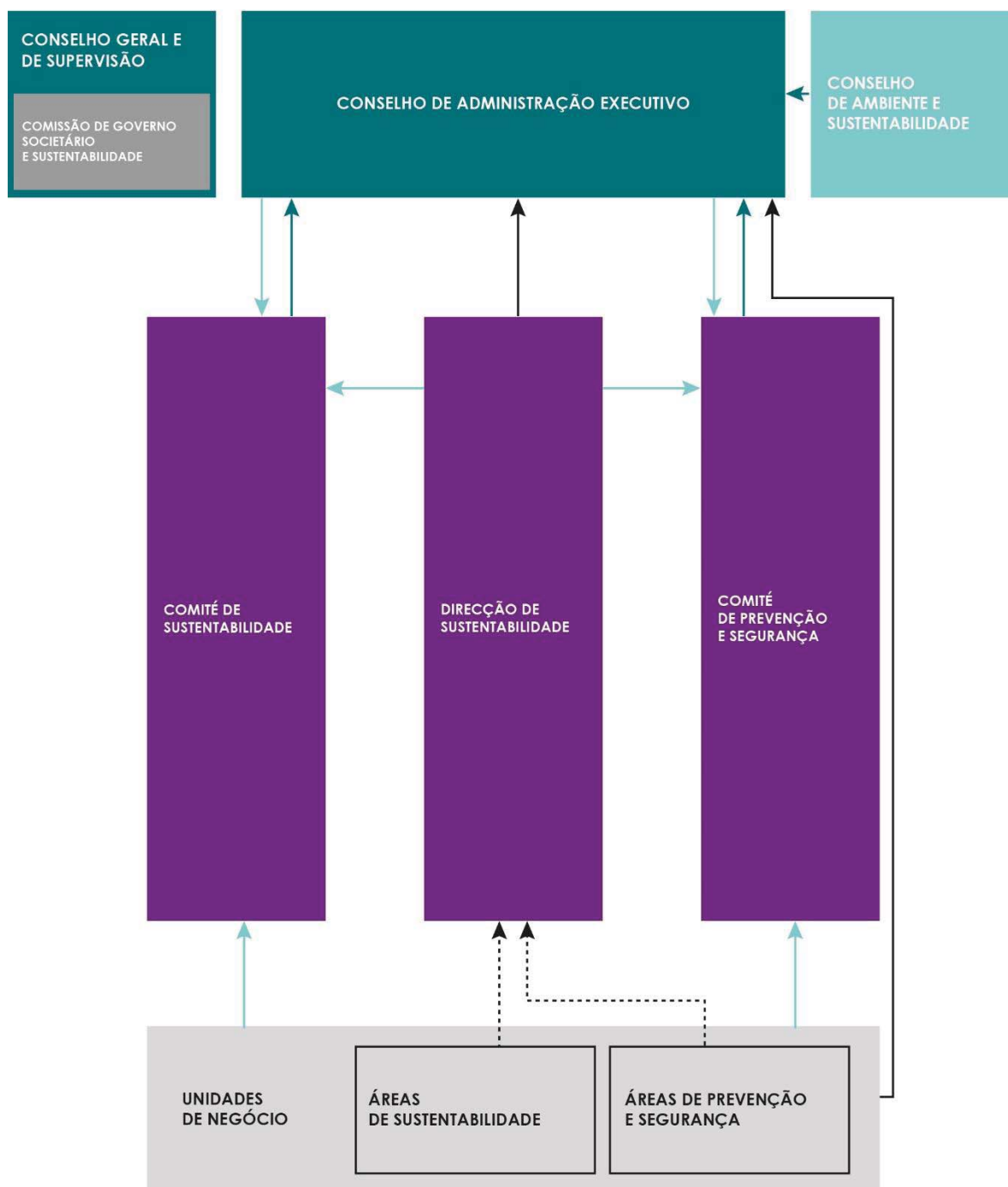
CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - Órgão consultivo de aconselhamento e apoio ao Conselho de Administração Executivo na definição da estratégia, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos.

ESTRUTURA CENTRAL - constituída por um Centro Corporativo organizado por Direcções e Unidades de Negócio. Fazem, ainda, parte desta estrutura Comités específicos que apoiam o Conselho de Administração Executivo e contribuem para o processo de decisão. No caso particular da sustentabilidade, destaca-se:

- **DIRECÇÃO DE SUSTENTABILIDADE** - analisa, propõe e assegura a estratégia de sustentabilidade do Grupo, apoiando o Conselho de Administração Executivo na definição da respectiva política e objectivos, bem como a sua operacionalização nas Unidades de Negócio.
- **COMITÉ DE SUSTENTABILIDADE** - este Comité é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, apoiando a gestão nos temas da sustentabilidade. Tem como membros permanentes o responsável pela área corporativa de sustentabilidade no Conselho de Administração Executivo, directores do Centro Corporativo e representantes de Unidades de Negócio. O seu objecto de actuação é o de apoiar a Direcção de Sustentabilidade no processo de desenvolvimento de políticas corporativas ou desenvolver posições sobre determinadas questões de sustentabilidade de interesse corporativo, assegurando alinhamento e coordenação entre as partes. Para além da Direcção de Sustentabilidade, estão também presentes as seguintes Direcções: Gestão de Risco, Planeamento Estratégico, Relação com Investidores, Recursos Humanos, Universidade EDP, Coordenação de Gestão de Marca, Marketing e Comunicação, Relações Institucionais e de *Stakeholders*. Este comité reúne no mínimo uma vez por ano.

- **COMITÉ DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA** - este Comité emite pareceres sobre propostas de definição de objectivos, plano de actividades e documentos normativos em matéria de prevenção e segurança no trabalho. Avalia a evolução dos principais indicadores e propõe acções de melhoria. Para além da Direcção de Sustentabilidade, participa, ainda, no Comité de Prevenção e Segurança, a Universidade EDP.

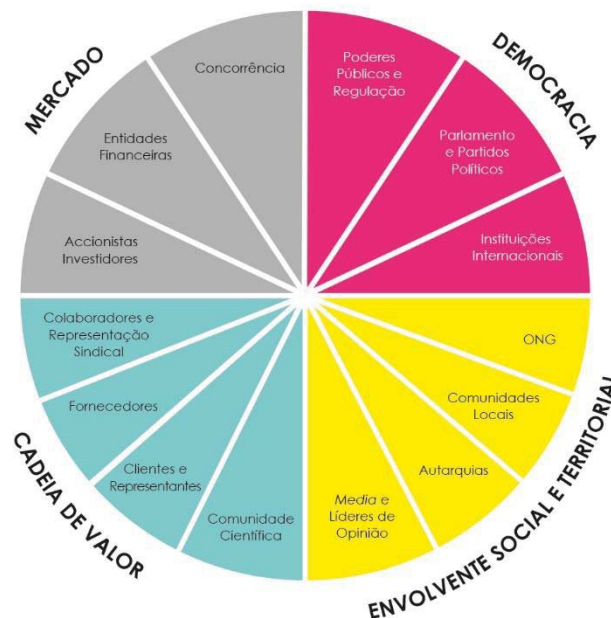
UNIDADES DE NEGÓCIO - operacionalizam as políticas e objectivos de sustentabilidade aprovados em Conselho de Administração Executivo, através de projectos e metas próprios.



2.3 STAKEHOLDERS

O envolvimento de *stakeholders* é uma prioridade estratégica para a EDP, que tem como compromisso continuar a ser líder no envolvimento dos seus *stakeholders* não só na sua actividade de negócio, mas também nas suas acções no campo social e ambiental. Nesse sentido, promove relações de confiança, baseadas num diálogo regular e bidireccional com *stakeholders* chave, com o objectivo de conhecer as suas expectativas, e assim garantir um alinhamento cada vez maior entre os temas que os *stakeholders* revelam ser críticos e o plano de negócios da Companhia.

Mais uma prova deste compromisso de liderança foi dada com a obtenção da pontuação máxima em 2018 na área de Stakeholder Engagement no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, pelo segundo ano consecutivo.



Um resultado alcançado que espelha o intenso trabalho conjunto das áreas de negócios e geografias do Grupo EDP, que procuram a cada momento conhecer os seus *stakeholders*, identificando e priorizando temas relevantes e críticos na relação, através de canais de relacionamento dinâmicos, e implementando respostas que têm permitido antecipar riscos operacionais e reputacionais, em linha com a Política, Metodologia e Procedimentos de Gestão de *Stakeholders* do Grupo EDP.

VISÃO INTERNA



VISÃO EXTERNA



PLANO DE ACÇÃO



REPORTE E MONITORIZAÇÃO

A **Visão Interna** é o primeiro passo da Metodologia de Gestão de *stakeholders* da EDP e o seu principal objectivo passa por identificar quais os *stakeholders* com maior influência e os que influenciámos pelas actividades da EDP.

A **Visão Externa** é o ponto-chave da Metodologia de Gestão de *Stakeholders* da EDP. É um momento importante para auscultar *stakeholders* de uma forma directa e proactiva, com o objectivo de identificar os temas que consideram críticos na relação com a Companhia.

Elaboração de um **Plano de Acção** que contém respostas claras e consistentes para ir ao encontro das expectativas dos *stakeholders*, permitindo o estabelecimento de relações baseadas em confiança e na criação de valor partilhado.

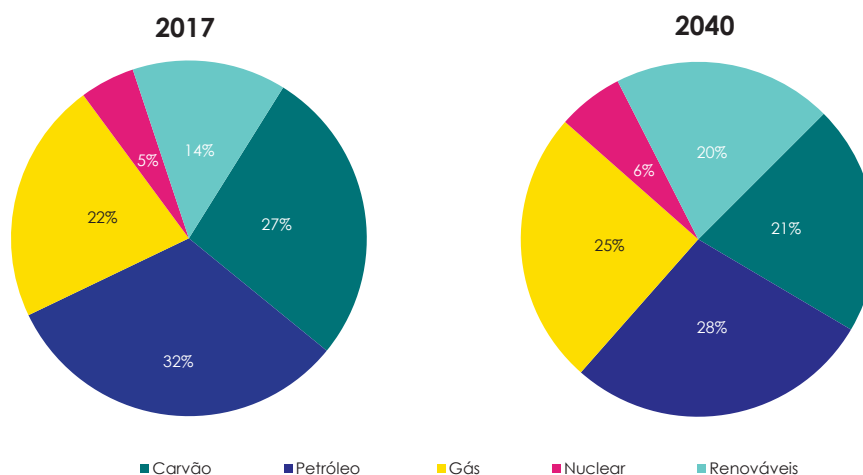
Reporte e Monitorização da *performance* do relacionamento com *stakeholders* permite à EDP ajustar acções em curso de acordo com o nível de implementação e resultados obtidos.

2.4 TENDÊNCIAS DO SECTOR

Depois de três anos de estagnação, as emissões de carbono do sector energético voltaram a subir em 2017 (+1,6%), estimando-se que, em 2018, tenham, uma vez mais, subido. a Agência Internacional da Energia (AIE) estima no seu cenário base (*New Policies Scenario*) do World Energy Outlook 2018 (WEO18) que entre 2017 e 2040 as emissões de carbono cresçam 10%. Este crescimento tornaria impossível a limitação do aumento de temperatura global a 1,5°C face aos valores da era pré-industrial, como definido no Acordo de Paris.

Este acréscimo de emissões é consequência do aumento esperado do consumo de energia primária em 27% até 2040, principalmente do crescente uso de gás natural e produtos petrolíferos em países em desenvolvimento. Em 2040, os combustíveis fósseis irão ainda representar 74% do consumo de energia primária, com as fontes de energia renováveis a contabilizarem 20% e o nuclear os restantes 6%.

FONTES DE ENERGIA PRIMÁRIA NO MUNDO

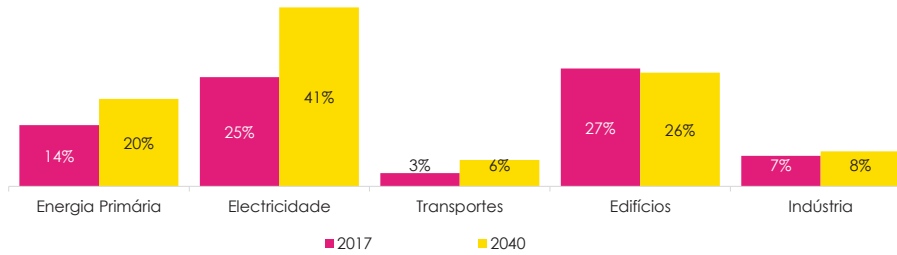


Fonte: Agência Internacional de Energia, World Energy Outlook 2018, New Policies Scenario

Apesar da baixa contribuição das fontes de energia renováveis em termos de energia primária, o mesmo não acontece no sector eléctrico. Com efeito, a contribuição das fontes energéticas renováveis para a geração de electricidade é esperada que cresça de 25% em 2017 para 41% em 2040, com destaque especial para investimentos em energia eólica e no solar fotovoltaico. Não sendo suficiente para reduzir as emissões de carbono no sector eléctrico, que aumentam 2% entre 2017 e 2040, o uso de energias renováveis aliado à crescente electrificação do consumo permite, ainda assim, contribuir de forma clara para o esforço de descarbonização do sector energético mundial.

Outro factor que contribui para que o aumento das emissões de carbono não seja ainda mais significativo é o claro desacoplamento entre o crescimento da economia e o aumento da procura de energia, que resulta numa redução significativa (2,3%/ano) da intensidade energética a nível global. Ao mesmo tempo, espera-se que a intensidade carbónica global do sector energético reduza 0,6%/ano.

UTILIZAÇÃO DE RENOVÁVEIS NO MUNDO

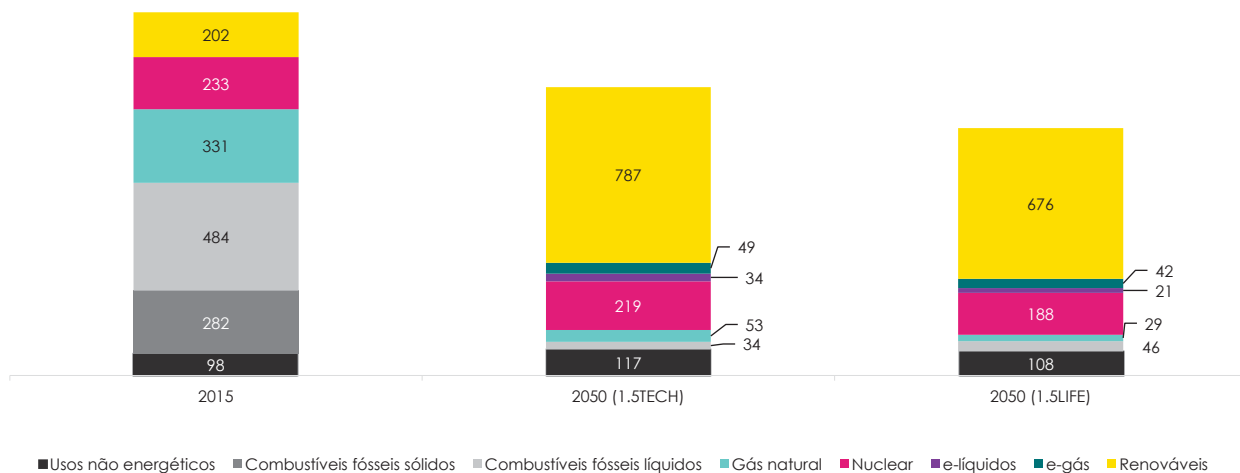


Fonte: Agência Internacional de Energia, World Energy Outlook 2018, New Policies Scenario

Por forma a tomar uma posição de liderança e apoiar o cumprimento do Acordo de Paris, a União Europeia concluiu em 2018 um conjunto de reformas que visa guiar o desenvolvimento energético sustentável na próxima década e avaliou um conjunto de cenários que representa a sua visão para 2050. O pacote legislativo Clean Energy for all Europeans estabeleceu objectivos de 32% de penetração de energias renováveis e de 32,5% de aumento da eficiência energética para 2030. É ainda esperado que este pacote leve a uma redução de emissões de 45% em 2030, comparado com 1990, o que representa um aumento da ambição da União Europeia relativamente ao seu objectivo de 40%. De forma a providenciar sinais de preço que apoiem a descarbonização, a União Europeia procedeu a uma revisão do seu mecanismo de licenças de emissões. Assente na redução das licenças de emissões disponíveis, na protecção de indústrias que enfrentam competição internacional e no apoio ao investimento em tecnologias de baixo carbono, esta revisão resultou num aumento muito significativo do preço do CO₂ (de cerca de 8 €/tCO₂ no início de Janeiro de 2018 para cerca de 24 €/tCO₂ no final do ano).

A visão de uma União Europeia neutra em carbono em 2050, desenhada pela Comissão Europeia e apresentada em 2018, considera dois cenários baseados em diferentes contribuições tecnológicas e de alterações de estilos de vidas. O cenário 1.5TECH considera uma maior contribuição de todas as tecnologias disponíveis, dependendo significativamente do uso de biomassa e de tecnologias de captura e armazenamento de carbono. O cenário 1.5LIFE assume que existe um maior incentivo na promoção de uma economia circular, conjugada com uma alteração dos estilos de vida e escolhas dos consumidores que os leve a tomar decisões mais sustentáveis. Exemplos destas escolhas incluem a transição para dietas menos intensivas em carbono, o uso de modos partilhados de transporte, um menor uso do transporte aéreo e uso mais racional de energia em edifícios. Independentemente da estratégia seguida, ambos os cenários demonstram a necessidade

ENERGIA PRIMÁRIA NA UNIÃO EUROPEIA (Mtep)



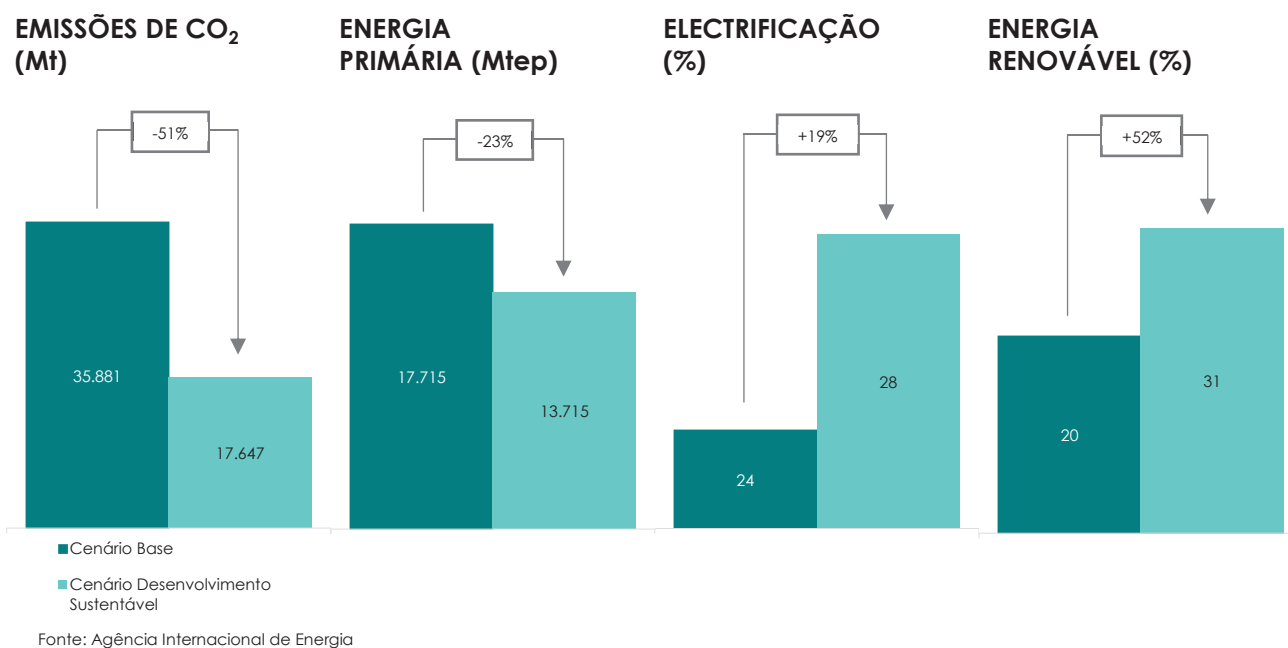
Fonte: Comissão Europeia

de reduzir o consumo de energia e aumentar a utilização de fontes de energia renováveis para cerca de 61%, comparativamente com apenas 12% em 2015.

Outros países têm demonstrado o seu compromisso em reduzir o seu impacto ambiental, como a China que tem tomado um papel de liderança na coordenação dos esforços mundiais e a Índia que afirmou o seu objectivo de aumentar o seu compromisso ambiental até 2020. No entanto, várias regiões do mundo precisam ainda de dar passos concretos para contribuir para os esforços de descarbonização, existindo ainda receios dos impactos da transição energética necessária nos trabalhadores e nas suas comunidades. Assim, promover uma descarbonização acelerada do sistema energético mundial requer uma mudança de paradigma que aborde a sustentabilidade nas suas três vertentes: ambiental, económica e social.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com a AIE, atingir os objectivos do Acordo de Paris requer uma transformação do sistema energético mundial que leve a uma redução de cerca de 50% das emissões de CO₂ em 2040 comparativamente ao cenário base. O cenário desenvolvimento sustentável proposto pela AIE no WEO18 assenta em três grandes pilares comparativamente ao cenário base: aumento da eficiência energética em 23%, aumento da electrificação da economia em 19% e aumento da fracção de energia consumida a partir de fontes de energia renovável em 52%.



A eficiência energética é considerada uma das peças chave para atingir a sustentabilidade, produzindo benefícios ambientais, reduções com custos de energia e reduções da dependência energética externa. De acordo com a AIE, para cumprir os objectivos do Acordo Paris será necessário aumentar a eficiência energética de forma a estabilizar o consumo de energia primária aos níveis actuais e acelerar a electrificação da economia, com a electricidade a passar de representar 19% do consumo final de energia actualmente para 28% em 2040.

Com efeito, a electrificação apresenta dois grandes benefícios. Por um lado, as tecnologias eléctricas, como o veículo eléctrico e as bombas de calor, são mais eficientes do que as alternativas convencionais, o que se traduz numa redução do consumo total de energia. O sector dos transportes é identificado como um dos sectores cruciais para atingir os objectivos de descarbonização. Partindo de uma base de electrificação muito baixa (1% em 2017), a AIE identifica como necessário atingir uma taxa de electrificação de 14% e uma redução no consumo de energia final de 6% até 2040. Outro sector muito relevante é o sector dos edifícios, que apesar de ter já uma taxa de electrificação de 32% deveria atingir 49% em 2040,

reduzindo também em 6% o seu consumo final. Por outro lado, os sectores dos transportes e do aquecimento/arrefecimento são maioritariamente satisfeitos com combustíveis fósseis, sendo a electricidade o vector mais fácil para descarbonizar pela penetração de renováveis. Mais ainda, apesar de ser esperado que o peso dos biocombustíveis no sector dos transportes aumente de 3% nos dias de hoje para 13% em 2040, existem várias questões relacionadas com a sua sustentabilidade e potencial competição com outras áreas de cultivo. Por outro lado, o uso de biomassa no sector dos edifícios é esperado que decresça de forma acentuada, reduzindo o seu contributo de 16% para apenas 3%.

Em consonância com o que se tem verificado historicamente, o sector eléctrico continuará a ser o principal responsável pela utilização de renováveis. Para atingir os objectivos do Acordo de Paris será necessário aumentar a sua utilização neste sector dos actuais 25% para 66% em 2040, o que representa um esforço adicional muito significativo em termos de capacidade instalada e de desenvolvimento tecnológico que permita aproveitar melhor os recursos disponíveis. Este aumento de capacidade será apoiado em uma mudança de paradigma no sector eléctrico, com a transição para um sistema cada vez mais descentralizado, com os consumidores a terem um papel cada vez mais activo.

De forma a garantir a integração necessária entre estruturas cada vez mais flexíveis de geração e consumo de electricidade, tem-se assistido a uma crescente digitalização ao longo da cadeia de valor do sector e a uma maior procura por sistemas de armazenamento de energia. A introdução de tecnologias de informação, comunicação e armazenamento de energia apresenta várias vantagens como ganhos de eficiência na operação dos sistemas, redução de custos (por exemplo na geração e uso de redes) e uma maior descarbonização através de uma melhor integração das renováveis no sistema.

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

É reconhecido que dois dos maiores entraves à descarbonização são os receios de potenciais impactos económicos que possam ocorrer num processo de transição energética e a falta de sinais de preço claros. No caso do sector eléctrico, a introdução de renováveis pressiona em baixa o mercado grossista, caracterizado como marginalista, devido aos seus baixos custos variáveis. Esta redução tem um impacto directo na remuneração dos activos de geração, colocando em causa a sua viabilidade económica, em particular das renováveis e tecnologias de *backup*.

Ainda assim, os últimos anos têm demonstrado a competitividade de várias tecnologias renováveis no sector eléctrico, sendo já mais económicas que os combustíveis fósseis em vários mercados. Esta crescente competitividade tem sido derivada principalmente pelo forte desenvolvimento tecnológico e por uma redução do risco associado a estes investimentos em mercados com mecanismos de remuneração a longo-prazo.

O desenvolvimento de mecanismos de remuneração a longo-prazo tem-se focado essencialmente em leilões competitivos, com os contratos corporativos de aquisição de energia a terem um contributo crescente. Os leilões competitivos têm sido adoptados por cada vez mais países como mecanismo para garantir que os investimentos necessários em tecnologias renováveis ocorrem ao menor preço possível. O mecanismo de leilões introduz a necessária competição entre agentes, reduz o risco para os investidores ao garantirem uma visibilidade de longo-prazo de quantidades e preços, e permite uma melhor alocação dos investimentos aos locais com melhores condições. Em particular, os contratos por diferenças apresentam benefícios face a outros possíveis mecanismos, uma vez que oferecem previsibilidade tanto para os investidores como para o sistema eléctrico. Os contratos corporativos de aquisição de energia, por outro lado, têm reflectido a crescente vontade das empresas em cumprir com os seus objectivos ambientais e reduzir a incerteza com os seus custos de energia.

O rápido crescimento da capacidade instalada de base renovável tem afectado a viabilidade económica de vários activos de geração existentes, necessários para providenciar capacidade firme e serviços auxiliares (reserva e frequência de resposta) que complementem a variabilidade e intermitência natural dos recursos renováveis. Neste contexto e reconhecendo a insuficiência do mercado marginalista, vários países (como por exemplo a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália, vários mercados dos EUA, etc.) têm optado por implementar mecanismos de remuneração de capacidade que garantam a potência firme necessária a cada instante para o bom funcionamento do sistema eléctrico.

A internalização nos mercados de energia dos custos ambientais e sociais provocados pelas emissões de carbono, por exemplo através de um preço associado a essas emissões, permite providenciar o sinal de preço necessário para fomentar o investimento em eficiência energética e tecnologias de baixo carbono. Esta estratégia foi já implementada em alguns

países, nomeadamente Europeus, apesar da sua aplicação ser por vezes complexa. Por forma a garantir que o preço de carbono não distorce os mercados de energia, reduzindo a sua eficácia, ele deve ser desenhado com uma abrangência geográfica o mais alargada possível e transversal aos sectores económicos e vectores energéticos, tendo em conta as emissões associadas a cada vector energético, no princípio do poluidor-pagador. O potencial impacto negativo em termos económicos e distributivos deverá ser minimizado ou mesmo revertido com uma reciclagem eficiente das receitas fiscais, através da criação de linhas de financiamento para tecnologias de baixo carbono e na redução de outras taxas (como por exemplo impostos sobre rendimentos). A possível perda de competitividade de indústrias que enfrentam concorrência internacional deve ser combatida através de compensações (por exemplo com rendas fixas) ou da taxação dos produtos importados com base nas emissões associadas.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A necessidade de implementar políticas de descarbonização numa perspectiva mais abrangente que enderece os impactos económicos e sociais voltou a tornar-se evidente durante o ano de 2018, com manifestações em vários países do mundo contra o que consideram ser disparidades na distribuição de esforços fiscais, incluindo a criação de taxas de carbono e aumentos de taxas de combustíveis. Em França, o descontentamento social com a política fiscal definida pelo governo nestes tópicos é frequentemente apontado como a génese para a criação do movimento "Coletes Amarelos" (*gilet jaunes*).

Um exemplo claro de ineficiente distribuição de esforços é o financiamento do investimento em fontes de energia renováveis ser actualmente suportado maioritariamente pelos consumidores de electricidade. Este efeito penaliza o sector eléctrico, que mais tem contribuído para os esforços de descarbonização, e distorce a competição entre os diversos vectores energéticos, colocando em risco os objectivos de electrificação e penalizando os consumidores que mais dependem deste vector energético.

Mais ainda, na generalidade dos países, existe uma enorme disparidade entre a estrutura de custos do sector eléctrico, que é maioritariamente composta por custos fixos, e a estrutura tarifária em vigor, maioritariamente composta por custos variáveis. Esta alocação de custos aos consumidores com base nos seus consumos propicia uma subsidiação cruzada e favorece em larga medida os consumidores com capacidade económica para investir em geração descentralizada, que tipicamente não se encontram em situação de pobreza energética, e leva necessariamente a aumentos dos custos para os restantes consumidores, o que afecta principalmente consumidores vulneráveis.

O combate à pobreza energética deve ser realizado através da criação de linhas de financiamento específicas para consumidores vulneráveis, com especial foco na aplicação de medidas de eficiência energética, e da realização de uma reforma tarifária que garanta que as tarifas de energia reflectem os custos associados aos serviços energéticos que providenciam. O financiamento da reabilitação do edificado e da compra de equipamentos eficientes, apoiado pelo desenvolvimento de medidas de educação da população, permite aos consumidores reduzirem as suas necessidades energéticas e melhorar o conforto térmico. Caso necessário, a implementação de tarifas sociais deve ser feita numa lógica de solidariedade social, financiada pelo Orçamento de Estado ou pelos restantes consumidores.

Apenas com uma abordagem holística, que considere os impactos ambientais, económicos e sociais, é possível garantir a colaboração de todos os agentes da economia para implementar com sucesso as reformas necessárias para atingir os ambiciosos objectivos de descarbonização.

2.5 GESTÃO DO RISCO

PRINCIPAIS RISCOS

O Grupo procura ter uma visão abrangente sobre os principais riscos a que está exposto, ao nível estratégico, de negócio, financeiro e operacional, estando estabelecidos processos para assegurar o seu acompanhamento e respectiva gestão proactiva.

RISCO	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/EXPECTÁVEL CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
ENVOLVENTE EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> Instabilidade geopolítica Crises sociais e económicas Disrupção tecnológica Alteração do paradigma competitivo 	<ul style="list-style-type: none"> Crescente instabilidade do contexto geopolítico global, estimativas de crescimento do PIB inferiores (nomeadamente para Portugal, Espanha e Estados Unidos da América) e aumento do stress financeiro com a queda dos mercados bolsistas 	<ul style="list-style-type: none"> Análises rigorosas e investimentos prospectivos, permitindo antecipar e adaptar o modelo de negócio a possíveis tendências de evolução do mercado (p. ex., digitalização, descarbonização)
ESTRATÉGIA INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de investimento Relação com <i>stakeholders</i> Planeamento corporativo 	<ul style="list-style-type: none"> Anúncio de OPA sobre EDP 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos sujeitos a processo ao nível do Grupo com critérios pré-estabelecidos para análise, decisão e acompanhamento de projectos Parecer sobre investimentos por comité específico
MERCADOS DE ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> Flutuações no preço da <i>pool</i>, <i>commodities</i> e CO₂ Volatilidade no volume de produção de energias renováveis (i.e., hídrica, eólica e solar) Volatilidade do consumo energético Alterações das margens comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento estrutural de exposição a mercado (c/ fim da revisibilidade dos CMEC), sublinhando o perfil hídrico do portfólio de geração, o que naturalmente torna a hidraulicidade na Ibéria e Brasil um dos principais riscos do Grupo Contínuo adiamento de reformas necessárias de desenho de mercado (dado o desajustamento do mercado marginalista) 	<ul style="list-style-type: none"> Portfólio diversificado por hídrica/ térmica/ eólica/ solar reduzindo (parcialmente) a exposição a volumes renováveis e acompanhando a tendência de transição climática de aposta em tecnologias renováveis Contratação preferencialmente a longo-prazo Optimização da margem de produção a mercado realizada por área dedicada, com actuação devidamente enquadrada por política de risco <i>Hedging</i> das principais fontes de exposição (p. ex., preço dos combustíveis)
REGULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração das taxas, impostos e encargos sectoriais Alterações no regime tarifário das actividades reguladas Alterações legislativas Alteração de normas (p. ex., ambientais) 	<ul style="list-style-type: none"> Impactos regulatórios em Portugal (p. ex., aspectos inovatórios) com materialização significativa ao nível dos resultados do Grupo 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e preparação aturada dos vários dossiers regulatórios, incluindo a antevisão de potenciais riscos regulatórios (p. ex., riscos de transição climática) Diversificação geográfica
MERCADOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> Flutuações das taxas de juro Flutuações das taxas de câmbio Inflação Flutuações no valor dos activos financeiros detidos pelo Grupo 	<ul style="list-style-type: none"> Incerteza relativamente a uma possível redução gradual das políticas monetárias expansionistas na Europa Incerteza política e consequente volatilidade e contínua desvalorização do BRL até Setembro (com correcção após resultados das eleições no Brasil) Principal exposição a câmbio BRL e USD Apreciação do USD devido a uma política monetária mais restritiva 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento das taxas de juro de acordo com procedimentos e instrumentos previstos pelas políticas do Grupo e com reportes periódicos Exposição cambial estrutural líquida tendencialmente equilibrada (activos-passivos) em USD, GBP e CAD e diversificação por geografia Contratos com componentes de indexação à inflação Reduzido peso de activos financeiros estratégicos e aplicação de tesouraria essencialmente em depósitos bancários

RISCO	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/EXPECTÁVEL CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
CRÉDITO E CONTRAPARTES (ENERGÉTICAS E FINANCEIRAS)	<ul style="list-style-type: none"> Incumprimento de contrapartes financeiras Incumprimento de contrapartes energéticas (contratos de compra/venda de energia) Incumprimento de clientes (B2B e B2C) 	<ul style="list-style-type: none"> Robustecimento (relativo) do sistema bancário da Zona Euro Inflação positiva ao nível do malparado e incumprimento 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção criteriosa de contrapartes de referência, e acompanhamento regular das mesmas Diversificação por múltiplas contrapartes Instrumentos financeiros de reduzida complexidade, liquidez e não especulativos Mix de clientes B2B e B2C, seguros de crédito e garantias bancárias (quando aplicável)
LIQUIDEZ	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiências pontuais de tesouraria Downgrade de rating financeiro (e consequente aumento dos custos de financiamento e limitação do acesso ao financiamento) 	<ul style="list-style-type: none"> Ampla liquidez e reduzido custo de capital, particularmente na Europa e EUA Consolidação de rating investment grade 	<ul style="list-style-type: none"> Cashpooling para todas as geografias (excluindo Brasil) Níveis de liquidez assentes em previsão detalhada de necessidades de tesouraria (suficientes para suprir 2 anos) Diversificação de fontes de financiamento, perfis de tipo de dívida e maturidade de dívida
OUTRAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> Capitalização do Fundo de Pensões de Benefício Definido Custos adicionais com reformas correntes e antecipadas Custos de despesas médicas 	<ul style="list-style-type: none"> Autonomização do financiamento de responsabilidades com cuidados médicos e subsídio por morte com consequente reforço da dotação do Fundo de Pensões do Grupo EDP 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento regular do Fundo de Pensões de Benefício Definido, do valor dos activos que o compõem e responsabilidades por comité específico (incluindo área financeira e de risco)
PLANEAMENTO/ CONSTRUÇÃO DE ACTIVOS FÍSICOS	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos na data de comissionamento de activos (COD) e perda de receita Desvios no custo de investimento (CAPEX) 	<ul style="list-style-type: none"> Continuação do investimento em transmissão no Brasil e no desenvolvimento de capacidade renovável via EDP Renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Inspecção e manutenção preventiva regular Planos de gestão de crise e continuidade do negócio para eventos catastróficos (p. ex., ambientais/ climáticos, danos em estruturas, avarias) Políticas abrangentes de seguros (essencialmente ao nível de danos patrimoniais e perda de lucros, responsabilidade civil e ambiental) Programas de combate à fraude (ao nível das perdas não técnicas) Disponibilização de ferramenta interna de apoio ao registo de incidentes e análise de riscos operacionais em adopção por algumas Unidades de Negócio em Portugal
OPERAÇÃO DE ACTIVOS FÍSICOS	<ul style="list-style-type: none"> Danos em activos físicos e terceiros Avarias por defeitos de componentes ou na instalação Indisponibilidade devido a eventos externos (p. ex., de natureza atmosférica) Perdas técnicas e não técnicas associadas à rede de distribuição eléctrica 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do impacto de eventos extremos na Ibéria, com danos significativos em activos de distribuição e geração de energia em Portugal 	
PROCESSOS	<ul style="list-style-type: none"> Irregularidades na execução de processos (ao nível de actividades comerciais, selecção e gestão de fornecedores, facturação e cobrança de clientes, etc.) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Disseminação de Sistema de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF) Documentação/ formalização dos vários processos existentes orientados por área dedicada
RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trabalho Condutas antiéticas Gestão de pessoas Relação com sindicatos e outros stakeholders 	<ul style="list-style-type: none"> Tendencial diminuição do índice de frequência de acidentes no Grupo EDP 	<ul style="list-style-type: none"> Documentação, análise e reporte de incidentes Acompanhamento do risco ético pelo Gabinete do Provedor de Ética (órgão independente) Recolha, análise e avaliação em Comité de Ética todas as alegações de comportamentos não éticos Avaliações de risco de segurança periódicas e implementação de medidas de segurança (e.g., formações regulares, equipamento de segurança)

RISCO	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/EXPECTÁVEL CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade dos sistemas de informação e comunicação Integridade e segurança de informação 	<ul style="list-style-type: none"> Maior nível de exposição (p. ex., ataques cibernéticos em larga escala, directivas de protecção de dados) compensada em parte por reforço de medidas de mitigação (<i>cyber-range</i>, SOC, seguro de <i>cyber-riscos</i>, formações e sessões de sensibilização) 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de criticidades e tempos de indisponibilidades máximos para as principais aplicações Implementação de sistemas redundantes de <i>disaster recovery</i> Estabelecimento de <i>Security Operations Center</i> (SOC) dedicado à monitorização contínua da segurança da infra-estrutura de TO/ TI do Grupo <i>Cyber-range</i> próprio para simulação e teste de reacção dos colaboradores a <i>cyber</i> ataques Formação online e acções de sensibilização sobre princípios de segurança da informação Melhoria contínua da segurança dos sistemas informáticos Seguro de <i>cyber-riscos</i>
LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> Perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente fiscal, laboral, administrativa, civil ou outra (sanções, indemnizações e acordos) 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento regular da exposição legal (individualizada para processos de elevado valor) Constituição de provisões dimensionadas para fazer face a todas as perdas estimadas como prováveis de litígios em curso

RISCOS EMERGENTES

Para além do acompanhamento próximo dos principais riscos inerentes à actividade do Grupo, são também mapeadas de forma abrangente as principais tendências (a nível global e sectorial) que se podem traduzir em ameaças e oportunidades para o Grupo, e proactivamente desenvolvidas estratégias adequadas de mitigação. São de destacar, até pelo seu impacto ao longo do ano de 2017, (i) o desafio de ajustamento do desenho do mercado grossista às condições actuais, (ii) a mudança de paradigma dos recursos descentralizados, (iii) a revolução industrial e digitalização do sector eléctrico, (iv) a crescente ameaça dos *cyber-riscos* e (v) a (possível) crescente frequência e agravamento do impacto da ocorrência de eventos climáticos extremos.

RISCO EMERGENTE	DESCRIÇÃO	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
DESENHO DE MERCADO GROSSISTA (NA EUROPA)	<ul style="list-style-type: none"> Incerteza sobre a evolução do desenho de mercado grossista, em função dos desafios actuais: <ul style="list-style-type: none"> Sistema de remuneração marginalista desajustado no contexto actual de crescente penetração de tecnologias de custo fixo (renováveis, <i>backup</i>, armazenamento) Crescente penetração de tecnologias de custo marginal 0 (reduzindo preços e tornando-os mais voláteis) 	<ul style="list-style-type: none"> Incerteza sobre retorno da geração convencional, em particular para capacidade de <i>backup</i> (relevante numa perspectiva de segurança de abastecimento) Contexto volátil pouco conducente à realização de investimentos de longo-prazo necessários à modernização, descarbonização e segurança de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Participação activa e construtiva nos vários fóruns a nível europeu e de âmbito nacional, para a adopção de soluções de desenho de mercado adequadas e equilibradas para os vários <i>stakeholders</i>, em particular: <ul style="list-style-type: none"> Adopção de leilões para contratos de longo-prazo para a promoção de renováveis Reconhecimento da necessidade de mecanismos de remuneração de capacidade Reforço do sinal de preço de CO₂ a nível europeu Reforço de aposta em contratos de longo prazo (geração renovável e convencional), de forma a reduzir risco e aumentar competitividade

RISCO EMERGENTE	DESCRIÇÃO	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
RECURSOS DISTRIBUÍDOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente proliferação de recursos distribuídos, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Produção descentralizada (em particular solar PV) para autoconsumo - Veículos eléctricos - Gestão activa da procura - Armazenamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ameaça relativamente a: <ul style="list-style-type: none"> - (Possível) redução de margens na geração tradicional devido à redução do volume de energia gerado de forma centralizada - Redução da contribuição dos consumidores em autoconsumo para os custos do sistema (redes e outros) e consequente necessidade de aumentos tarifários - Alteração das dinâmicas de fluxos de energia na rede ▪ Oportunidade para a venda de novos produtos e soluções 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Papel proactivo na comercialização de produtos e soluções inovadores, com benefício na margem e fidelização de clientes: <ul style="list-style-type: none"> - Venda de painéis solares para autoconsumo (e baterias) - Comercialização de soluções associadas à mobilidade eléctrica (p. ex., mobilidade eléctrica verde) - Soluções de eficiência energética (p. ex., Re:dy c/ aplicação ao carro eléctrico, produção solar, aquecimento, controlo de espaços exteriores) ▪ Gestão regulatória activa, em particular relacionada com a estrutura tarifária, conducente à existência de sinais de preço e incentivos eficientes
4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (E DIGITALIZAÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proliferação de novas tecnologias com potencial disruptivo no sector eléctrico, entre outras ao nível de: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Blockchain</i> - IoT - <i>AI/ machine learning</i> - Realidade virtual/aumentada - <i>Robotic process automation</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ameaça de entrada de novos concorrentes como agregadores, serviços de <i>design science research</i> (DSR) ou soluções para clientes ▪ Oportunidades de optimização operacional e de negócio, p. ex.: <ul style="list-style-type: none"> - Operação e manutenção de activos (geração e redes) - <i>Pricing</i> e segmentação - Inovação de produto e serviço ao cliente - Optimização de <i>back office</i> e serviços partilhados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento de melhores práticas e desenvolvimentos no âmbito do digital, com aplicação ao sector da energia ▪ Criação de direcção dedicada à digitalização do Grupo EDP (Digital Global Unit – DGU), como resultado do projecto EDPX, desenvolvido em colaboração de especialistas internos e externos, para a aceleração de ideias e teste de soluções digitais: <ul style="list-style-type: none"> - Activos/ operações (p. ex., manutenção preditiva, gestão de activos, digitalização da força de trabalho, gestão de energia/<i>trading</i>) - Cliente (inovação de produtos e serviço, designadamente electrificação) - Grupo (soluções <i>Agile/ project-based</i>, optimização/ automatização de processos internos)
CYBER-RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exposição a várias naturezas de <i>cyber-riscos</i>, decorrentes da crescente sofisticação e integração tecnológicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda financeira, operacional e reputacional, decorrentes (entre outros) de: <ul style="list-style-type: none"> - Perdas/ interrupção de exploração (despacho/ centrais, facturação, serviço a clientes) - Danos/ destruição de activos (redes, centrais, outros sistemas) - Violação/ destruição de dados (pessoais e outros) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contínua melhoria da segurança dos sistemas internos ▪ <i>Security Operations Center</i> (SOC) dedicado para monitorização contínua da segurança da infra-estrutura de TO/ TI do Grupo ▪ <i>Cyber-range</i> próprio para simulação e teste de reacção dos colaboradores a <i>cyber</i> ataques ▪ Formação <i>online</i> e acções de sensibilização sobre princípios de segurança da informação ▪ Seguro de <i>cyber-riscos</i>
FENÓMENOS CLIMÁTICOS EXTREMOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterações climáticas estruturais (em particular de temperatura e precipitação), com impacto na frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos (p. ex., cheias, secas, tempestades, incêndios) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Danos em activos físicos e perda de receita ▪ Impacto na qualidade de serviço prestado (rede de distribuição) ▪ (Possíveis) alterações estruturais na produtividade hídrica (média e volatilidade) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação geográfica e tecnológica ▪ Papel activo na agenda de combate às alterações climáticas (designadamente na promoção da descarbonização e eficiência energética) ▪ Adopção de recomendações TCFD, e mapeamento de principais riscos climáticos para EDP de acordo com categorização de riscos de transição e físicos ▪ Existência de áreas e planos dedicados para Gestão de Crise e Continuidade de Negócio (ao nível corporativo e das principais Unidades de Negócio)

2.6

ESTRATÉGIA, OBJECTIVOS E METAS

A estratégia de crescimento do negócio do Grupo EDP assenta no investimento em activos renováveis num quadro de desalavancagem financeira, reforço da eficiência operacional e baixa exposição ao risco. A prioridade dada pela EDP ao investimento em produção renovável foi iniciada em 2006, antecipando as grandes tendências do mercado energético, e contribuiu para construir a visão de uma sociedade capaz de reduzir as emissões de CO₂, substituindo a produção térmica por renovável, descentralizando a geração e electrificando os transportes. Uma sociedade que exige um crescimento económico mais equilibrado assente na ética e no respeito pelos direitos humanos, valorizando a biodiversidade e limitando a exploração das matérias-primas.

Nos 10 últimos anos, os avanços tecnológicos na geração eólica, no fotovoltaico e no armazenamento de energia, a par da expansão da internet e da transformação digital, abriram novas formas e oportunidades de negócio, modificaram o comportamento social e desafiaram a organização tradicional dos mercados da energia. O sector energético vive uma transformação profunda, de alcance último difícil de antecipar, que a EDP abraça estabelecendo objectivos estratégicos de sustentabilidade integrados na estratégia global do Grupo.

Os objectivos e metas de sustentabilidade do Grupo EDP, parte integrante do Plano de Negócios e actualizadas periodicamente, alinham com as prioridades estratégicas e detalham em torno dos 4 eixos abaixo.

Estes objectivos correspondem igualmente a contributos para a agenda comum estabelecida pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que a EDP subscreveu no lançamento desta iniciativa em 2015.

CRIAR VALOR ECONÓMICO INVESTINDO NA DESCARBONIZAÇÃO

O eixo Criação de Valor Económico estabelece os objectivos e compromissos de capacidade produtiva renovável face à capacidade total, de ganhos na eficiência energética, de investimento em inovação e de transformação digital das redes de distribuição e inteligência nos pontos de entrega de energia. Estes objectivos contribuem para os ODS 7, 9 e 12.

DESENVOLVER AS NOSSAS PESSOAS

O eixo Desenvolver as nossas Pessoas define compromissos em relação aos colaboradores EDP e ainda em relação aos colaboradores dos seus fornecedores. Os temas da diversidade, da saúde e segurança laborais e da satisfação e motivação contribuem para os ODS 5 e 8.










MELHORAR O DESEMPENHO AMBIENTAL

O eixo Gerir o Clima e o Ambiente estabelece os compromissos fundamentais com a redução das emissões de CO₂, com a abordagem aos impactes ambientais através de sistemas de gestão próprios e do compromisso dos fornecedores com os mesmos objectivos, e com a redução dos resíduos decorrentes da actividade. Corresponde aos ODS 13 e 15.

REFORÇAR A CONFIANÇA

O eixo Reforçar a Confiança está orientado para o Cliente, Fornecedores e Comunidades, para a Ética e os Direitos Humanos e Laborais, para o diálogo e auscultação dos *stakeholders* e para a promoção da Cidadania e do Voluntariado. Estes objectivos contribuem fundamentalmente para o ODS 11. É também neste eixo que a EDP contribui para o ODS 17 através da participação activa em parcerias nacionais e internacionais de promoção dos objectivos das Nações Unidas.

CUMPRIMENTO DAS LINHAS ESTRATÉGICAS

		META 2020	ESTADO 2018	OBSERVAÇÕES
CRESCIMENTO ORIENTADO	<ul style="list-style-type: none"> Investimento Líquido Renováveis Contratadas a LP¹ EBITDA CAGR 2015²-20 	<ul style="list-style-type: none"> Méd. €1,4B/ano +3,9GW +3% 	<ul style="list-style-type: none"> €1,6B +3,4GW -3% 	<ul style="list-style-type: none"> Ver Relatório e Contas
DESALAVANCAGEM FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> FFO/Dívida Líquida Custo Médio da Dívida Dívida Líquida/EBITDA 	<ul style="list-style-type: none"> ~24% 4,2% ~3,0x 	<ul style="list-style-type: none"> ~17% 3,8% ~4,0x 	<ul style="list-style-type: none"> Ver Relatório e Contas
MANUTENÇÃO DO PERFIL DE BAIXO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade Instalada Renovável Vida Útil Residual Média % EBITDA Regulado/Contratado LP 	<ul style="list-style-type: none"> ~76% ~21 anos ~75% 	<ul style="list-style-type: none"> 74% ~26 anos 77% 	<ul style="list-style-type: none"> Ver Relatório e Contas
REFORÇO DA EFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Poupança Anual OPEX V Poupanças OPEX Acumuladas OPEX/Margem Bruta 	<ul style="list-style-type: none"> €260M³ €900M 26% 	<ul style="list-style-type: none"> €203M ~€308M 30% 	<ul style="list-style-type: none"> Ver Relatório e Contas
RETORNO ATRACTIVO	<ul style="list-style-type: none"> Intervalo do <i>Payout</i> de dividendos Dividendo Mínimo 2016 Resultado por acção CAGR 2015²-20 	<ul style="list-style-type: none"> 65-75% €0,19/acção +4% 	<ul style="list-style-type: none"> 62% €0,19/acção -2% 	<ul style="list-style-type: none"> Ver Relatório e Contas
CRIAR VALOR ECONÓMICO INVESTINDO NA DESCARBONIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade Instalada Renovável Investimento em I&D+i (acumulado) Contadores inteligentes (Península Ibérica) Energia Poupada (acumulado) 	<ul style="list-style-type: none"> ~76% €200M 90%⁸ 1 TWh 	<ul style="list-style-type: none"> 74% €212M 38% 1 TWh 	  
DESENVOLVER AS NOSSAS PESSOAS	<ul style="list-style-type: none"> Nível de <i>engagement</i> Colaboradores femininos Certificação segundo OHSAS 18001⁴ Fornecedores expostos a riscos elevados de SST certificados segundo OHSAS 18001 Índice de Frequência (Tf)⁵ 	<ul style="list-style-type: none"> ≥ 75% 27% 100% 100% ≤ 2,00 	<ul style="list-style-type: none"> 72% 25% 44% 62% 2,11 	 
MELHORAR O DESEMPENHO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> Variação das emissões de CO₂ face a 2005 Capacidade líquida máxima instalada certificada Capacidade das subestações certificadas Fornecedores expostos a riscos elevados de ambiente certificados Variação nos materiais residuais específicos face a 2015 	<ul style="list-style-type: none"> -75%⁸ 100% 100% 100% -20% 	<ul style="list-style-type: none"> -59% 97% 86% 68% -32% 	 
REFORÇAR A CONFIANÇA	<ul style="list-style-type: none"> Satisfação dos clientes Reconhecimento pelo Ethisphere Institute Proteger os Direitos Humanos na cadeia de fornecimento⁶ Implementar a plena auscultação das partes interessadas⁷ Colaboradores participantes em acções de voluntariado Horas / ano em acções de voluntariado Investimento na comunidade (LBG) (acumulado) Fornecedores críticos avaliados pelos critérios ESG Prestadores de serviços com riscos ESG auditados 	<ul style="list-style-type: none"> > 80% √ 4ª etapa 4ª etapa 20% 20.000h €100M 100% 100% 	<ul style="list-style-type: none"> 78% √ 2ª etapa 2ª etapa 18% 19.375h €110M n.d.⁹ n.d.⁹ 	 

¹ Incluindo capacidade consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

² Com base no EBITDA e Resultado Líquido recorrentes e ajustados de impacto meteorológico em 2015.

³ Objectivo incrementado em 2018, na sequência da substituição do programa OPEX IV pelo OPEX V

⁴ Colaboradores abrangidos pela OHSAS 18001.

⁵ Acidentes com colaboradores EDP e PSE, por milhão de horas trabalhadas.

⁶ 1ª etapa - Estudo de Impacto; 2ª etapa - Código de Conduta do fornecedor; 3ª etapa - Avaliação dos fornecedores nas dimensões Direitos Humanos; 4ª etapa - Planos de melhoria nos casos relevantes; ajustamento de políticas de compras.

⁷ 1ª etapa - Definição de uma metodologia de auscultação das partes interessadas; 2ª etapa - Implementação da metodologia em todas as UNs em Portugal;

⁸ 3ª etapa - Implementação da metodologia em todas as Geografias; 4ª etapa - Cobrir todos os segmentos de *stakeholders* do Grupo EDP.

⁹ Objectivo para 2030.

⁹ Apuramento para 2018 ainda em curso.

UPDATE ESTRATÉGICO 2019-22

Já em 2019, a 12 de Março, a EDP apresenta uma actualização do seu Plano Estratégico até 2022, comunicando a visão e os pilares estratégicos em conjunto com as iniciativas estratégicas chave e as metas para o quadriénio 2019-22.

A Visão da EDP é liderar o processo de transição energética para criar valor superior, com base em 5 pilares estratégicos:

- **Crescimento acelerado e orientado**, alcançado através do aumento do crescimento em energias renováveis;
- **Contínua optimização do portfólio** através do modelo de negócio de *sell-down* para acelerar o crescimento e a cristalização de valor, e com a venda de activos seleccionados de modo a balancear o perfil de risco da EDP;
- **Balanço sólido e baixo perfil de risco**, baseado na aceleração da desalavancagem financeira ambicionando a consolidação do rating investment grade;
- **Eficiente e Digitalmente habilitada**, impulsionando a eficiência em toda a organização com a transformação digital a revolucionar a EDP para o futuro;
- **Remuneração atractiva** entregando valor superior aos nossos accionistas através de uma história distintiva nas energias renováveis, forte crescimento dos lucros e uma política de dividendos atractiva.

Tendo por base esta visão e pilares estratégicos, a EDP propõe-se a alcançar os seguintes objectivos:

CRESCIMENTO SUSTENTADO	>€4B EBITDA em '22 >5% CAGR ²	>€1B Resultado Líquido em '22 >7% CAGR ²
DESALAVANCAGEM E BAIXO PERFIL DE RISCO	<3,0x DL ¹ /EBITDA em '22	>75% EBITDA Regulado/ Contratado LP
RETORNO ATRACTIVO	>7% Resultado por acção CAGR ²	0,19€/acção Dividendo mínimo

¹ Dívida líquida ajustada de activos regulatórios
² CAGR recorrente 2018-22

A visão do Grupo EDP traduz o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, assumindo em pleno o papel estruturante da energia no suporte a modelos de crescimento mais equilibrados do ponto de vista social e ambiental. Como complemento a um modelo de negócio focado na descarbonização, a EDP mantém o compromisso em garantir que a sua actividade contribui activamente para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas, ambicionando em 2022:

EM 2022 IREMOS ATINGIR...

PADRÕES AMBIENTAIS

objectivo 0 acidentes ambientais

>20% frota da EDP eléctrica

100% edifícios administrativos serão neutros em carbono

>75% satisfação de clientes

€25 MN/ANO investimento social na comunidade



20% de colaboradores voluntários

100% colaboradores preparados para o desafio da transição energética – ex. digital

+50% colaboradoras vs. 2010

€20 MN investimento em Acesso à Energia

PADRÕES DE SEGURANÇA
objectivo 0 acidentes mortais (inc. PSE)

LOVE ENERGY

edp

03 DESEMPENHO

MATERIALIDADE

CRIAR VALOR ECONÓMICO INVESTINDO NA DESCARBONIZAÇÃO

Sustentabilidade do Negócio	60
Investimento Socialmente Responsável	61
Promoção das Energias Renováveis	67
Inovação e Investigação	69
Transformação Digital	72
Novos Serviços de Energia	74
Mobilidade Sustentável	76
A Nossa Prática	78

DESENVOLVER AS NOSSAS PESSOAS

Gestão de Pessoas	81
Segurança e Saúde	92
A Nossa Prática	94

57 MELHORAR O DESEMPENHO AMBIENTAL

Protecção do Ambiente	99
Alterações Climáticas	103
Eficiência Energética	105
A Nossa Prática	107

REFORÇAR A CONFIANÇA

Governo Societário	112
Ética e Direitos Humanos	115
Comunicação e Transparência	123
Satisfação e Serviço ao Cliente	131
Clientes Vulneráveis	133
Gestão dos Fornecedores	135
Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade	138
A Nossa Prática	142

94 INDICADORES DE DESEMPENHO 146

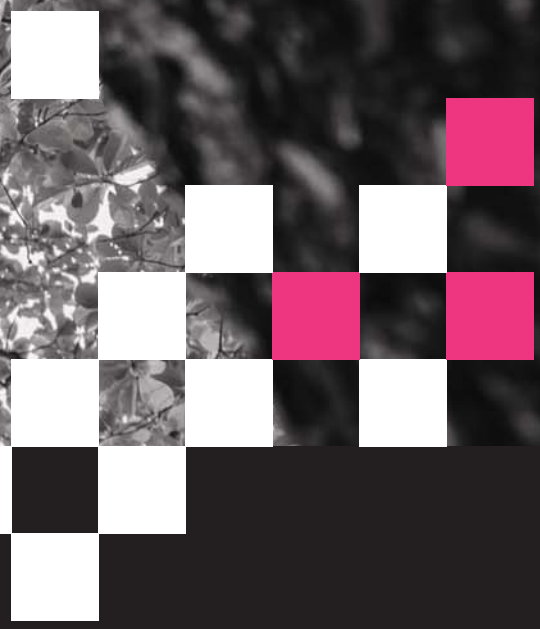
STAN



ABILITY



**WE
LOVE
SUSTAINABILITY**





03 DESEMPENHO

MATERIALIDADE

Através do Processo de Materialidade o Grupo EDP identifica os temas relevantes para os seus *stakeholders* (www.edp.com> sustentabilidade> dimensão social> *stakeholders*> quem são) cruzando-os com a relevância dos mesmos para o seu negócio. Esta análise suporta o processo de tomada de decisão e desenvolvimento de estratégias na organização, nomeadamente a definição da sua estratégia de sustentabilidade.

PARA QUE SERVE A ANÁLISE DE MATERIALIDADE NO GRUPO EDP

1. Identifica os temas materiais para o negócio, nomeadamente os temas críticos e os temas sensíveis

Permite otimizar a orientação estratégica da empresa e direccionar a gestão interna

2. Apoia a definição da estratégia de Sustentabilidade

Apoia a sua internalização nos objectivos estratégicos da empresa

3. Enfoca o que é relevante relatar

Suporta o reporte do desempenho não financeiro

4. Apoia a gestão de *stakeholders* do Grupo

Permite a priorização da relevância dos temas materiais por grupo de *stakeholder*

Deste processo resulta a identificação dos Temas Materiais para a EDP, que representam aqueles passíveis de afectar a criação de valor da empresa, no curto, médio ou longo prazo e que são reconhecidamente importantes para os seus diferentes grupos de *stakeholders*. Em função desta identificação é possível otimizar a orientação estratégica da empresa e direccionar a sua gestão interna no sentido de internalizar e dar resposta aos Temas Materiais.

Etapa 1 – Actualização da Lista de Temas

Com base em fontes transversais e no processo do ano anterior

Etapa 2 – Priorização dos temas pela sua relevância para a sociedade

Identificação dos temas relevantes para cada grupo de *stakeholders* através da análise de fontes directas, indirectas e transversais

Etapa 3 – Priorização dos temas pela sua relevância para o negócio

Identificação dos temas relevantes para o negócio através da análise dos objectivos estratégicos da empresa e respectivas metas

Etapa 4 – Construção da Matriz de Materialidade

Cruzamento da relevância dos temas para a sociedade e para o negócio

Etapa 5 – Análise de Temas Críticos e Temas Sensíveis

O resultado do processo influencia a definição da estratégia de sustentabilidade, a gestão interna da empresa e a definição de planos de acção

O processo de Materialidade do Grupo EDP envolve uma revisão aprofundada acompanhando o Plano de Negócios da empresa, sendo também alvo de uma revisão anual onde são revisitados e ajustados os temas a serem analisados. Esta análise envolve as diferentes empresas do Grupo, sendo desenvolvido através de uma metodologia comum que se detalha na infografia seguinte (para maior detalhe pode consultar-se www.edp.com> publicações> relatórios> abordagens de gestão à sustentabilidade).

Em 2018, o estudo de Materialidade resultou da análise de mais de 140 fontes diferentes (directas e indirectas), representando 14 grupos de *stakeholders*, destacando-se as principais:

- Documentos das principais tendências internacionais do sector energético e no âmbito da Sustentabilidade;
- Informação de investidores e a relevância dada aos temas de Sustentabilidade;
- Informação sobre os principais riscos e oportunidades associados aos temas de Sustentabilidade;
- Auscultação directa aos vários grupos de *stakeholders*, reuniões e parcerias externas;
- Informação de associações e outros representantes de grupos de *stakeholders*;
- Entrevistas com a gestão de topo do Grupo EDP;
- Documentos internos que reflectem o posicionamento de alguns grupos de *stakeholders* face aos temas.

Assim, foram identificados 21 temas materiais (ver maior detalhe sobre a lista de temas em www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> materialidade) para o Grupo EDP, que evoluíram face ao ano anterior de acordo com a matriz abaixo.



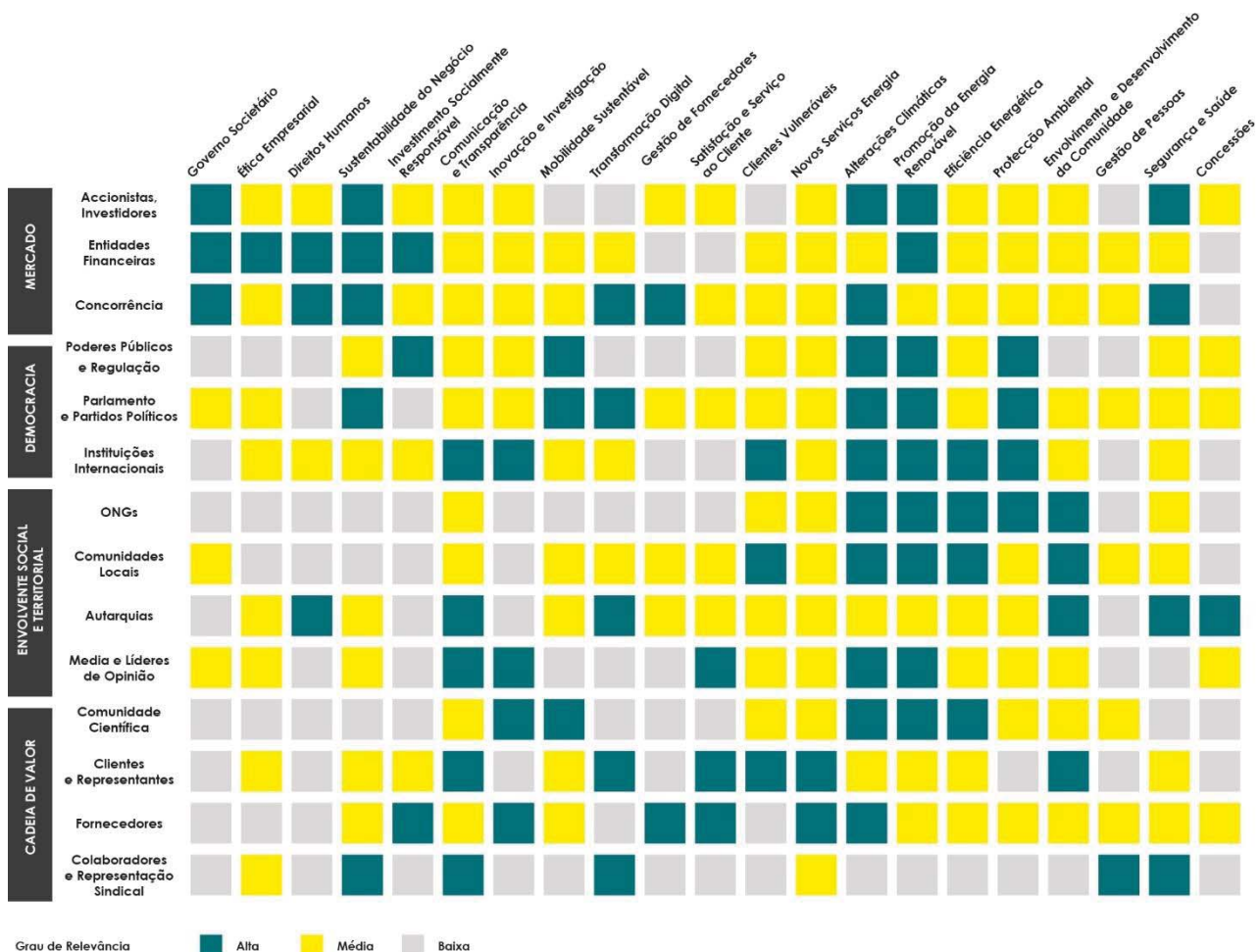
Em 2018 a maioria dos temas e da sua relevância matêm-se estável face ao ano anterior, destacando-se como temas novos:

- O **Investimento Socialmente Responsável**, um tema material pelo crescente peso das avaliações da empresa pelo seu desempenho ESG e, este ano, destacado pela 1ª emissão de Green Bonds efectuada pela empresa (pág. 200);
- As **Concessões** das redes de Distribuição em Baixa Tensão, em Portugal. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018 previa o lançamento do procedimento concursal em 2019, ficando a decisão final sobre a área de concessão a cargo dos Municípios;
- A **Transição Energética Justa**, associada à transição para um sistema energético sustentável, de baixo carbono que se procura equitativo e justo, tanto para as comunidades e trabalhadores, no caso dos descomissionamentos das centrais a carvão, como também na garantia de contexto regulatório que assegure equidade social dos diferentes consumidores.

Ganham destaque:

- A **Mobilidade Sustentável**, para a qual a eletrificação dos transportes se reconhece como indispensável a uma futura economia descarbonizada;
- O apoio a **Cientes Vulneráveis**, associado à Pobreza Energética, relacionado com a crescente incapacidade das famílias em suportar os custos energéticos que lhes permitam um nível de conforto apropriado e à necessidade de endereçar este desafio através de políticas e mecanismos de financiamento específicas, com especial foco na aplicação de medidas de eficiência energética e de uma reforma tarifária. Um dos resultados da matriz de materialidade é a identificação do grau de prioridade dado por cada um dos grupos de *stakeholders* da empresa face aos temas de Sustentabilidade. Desta análise verifica-se uma natural dispersão da relevância atribuída pelos diferentes *stakeholders* aos temas analisados, inerentemente relacionados com a natureza do *stakeholder* e do seu relacionamento com a empresa.

De seguida destalham-se os temas identificados agregados pelo grau de relevância atribuído por cada um dos grupos de *stakeholders*.



Se agregarmos a relevância global atribuída pelos *stakeholders* aos temas da sustentabilidade, verificamos que em 2018 os 5 temas mais relevantes são: 1. alterações climáticas; 2. promoção da energia renovável; 3. eficiência energética; 4. gestão ambiental; 5. comunicação e transparência. Temas estes que também assumem uma relevância estratégica para o negócio do Grupo EDP. Na imagem da página anterior, detalham-se os temas identificadas, agregados pelo grau de relevância atribuído por cada um dos grupos de *stakeholders*.

Os temas materiais identificados constituem, na abordagem do Grupo EDP, as linhas orientadoras que norteiam a sua estratégia de Sustentabilidade e estruturam o reporte do seu desempenho. Deste modo, os temas materiais identificados organizam-se segundo os quatro eixos estratégicos definidos na estratégia de Sustentabilidade do Grupo – 1. Criar valor económico investindo na descarbonização; 2. Desenvolver as nossas pessoas; 3. Melhorar o desempenho ambiental; 4. Reforçar a confiança – contribuindo para os ODS 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 17.

3.1 CRIAR VALOR ECONÓMICO INVESTINDO NA DESCARBONIZAÇÃO

Neste eixo estão estabelecidos objectivos de: promoção das energias renováveis através do investimento em nova capacidade eólica, solar e hídrica; descarbonização dos transportes; medidas, programas e projectos de poupança energética; inovação e investigação; e instalação de contadores inteligentes. Os objectivos definidos contribuem para os ODS 7, 9 e 12.

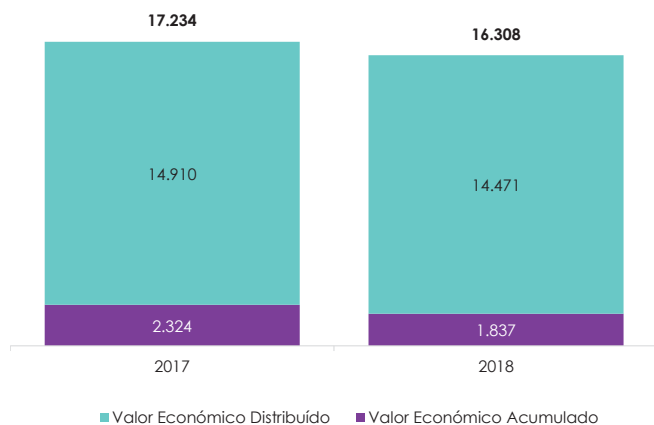


3.1.1 SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO

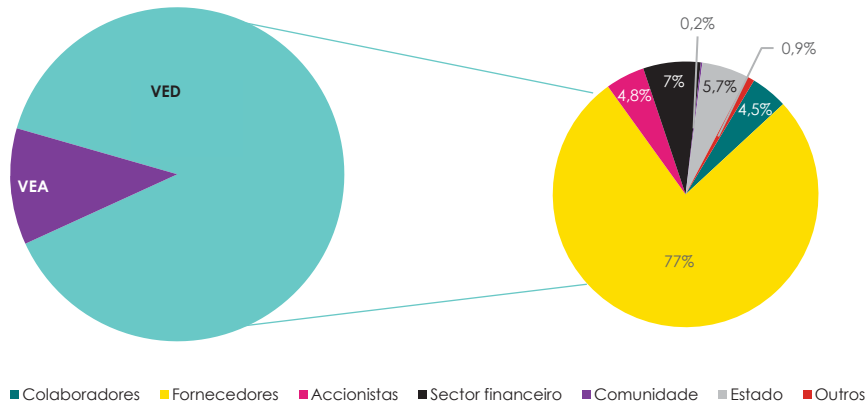
A EDP ao longo dos últimos anos tem integrado os aspectos ambientais e sociais na sua estratégia (pág. 51) e no seu modelo de negócio (pág. 28) através da definição e implementação de políticas corporativas (pág. 170). Consistente com esta abordagem de criação de valor a longo prazo a EDP tem um modelo de governo societário que atende às expectativas dos vários *stakeholders*.

Em 2018, o valor económico que a EDP gerou atingiu 16.308 milhões de Euros, o que compara com 17.234 milhões de Euros em 2017. Este valor inclui o volume de negócios e outros proveitos. Em 2018, 89% do Valor Económico Gerado (VEG) foi distribuído totalizando a quantia de 14.471 milhões de Euros. O Valor Económico Acumulado - VEA (diferença entre o VEG - e o Distribuído - VED) corresponde aos restantes 11% e inclui a retenção de resultados e custos não desembolsáveis.

VALOR ECONÓMICO GERADO (M€)



O Valor Económico Gerado encontra-se dividido em 2018 da seguinte forma:



Para mais informação sobre o desempenho económico e financeiro da EDP, consulte o Relatório e Contas de 2018.

3.1.2 INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

A transição para uma economia de baixo carbono requer investimento sustentável e responsável (SRI) e que o capital privado se mobilize em torno dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A Comissão Europeia lançou, em Dezembro de 2016, o High Level Expert Group on Sustainable Finance (HLEG) com o propósito de escalar esse desafio melhorando a transparência da informação, alavancando a disponibilidade de produtos e serviços verdes e promovendo uma abordagem harmonizada que permita a aplicação de padrões fiduciários uniformes entre os diversos *players* do mercado financeiro.

É neste quadro que o HLEG apresentou, em Março de 2018, o Plano de Acções (PA - 10 acções) para o crescimento do financiamento sustentável.

ACÇÕES DA COMISSÃO EUROPEIA RUMO ÀS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS		
TRÊS OBJECTIVOS		
1. Reorientar os fluxos de capital para investimentos sustentáveis, a fim de alcançar um crescimento sustentável e inclusivo	2. Gestão de riscos financeiros decorrentes de alterações climáticas, escassez de recursos, degradação ambiental e questões sociais	3. Promover a transparência e a visão de longo prazo na actividade financeira a económica
DEZ ACÇÕES		
1. Estabelecer um sistema de classificação da UE para actividades sustentáveis	6. Melhorar a integração da sustentabilidade nos <i>ratings</i> e na investigação de mercado	9. Fortalecer a divulgação de sustentabilidade e elaboração de regras contabilísticas
2. Definir normas e rótulos para produtos financeiros sustentáveis	7. Clarificar os deveres dos investidores institucionais e gestores de activos	10. Promover o governo societário sustentável e atenuar a visão de curto prazo no mercado de capitais
3. Promover o investimento em projectos sustentáveis	8. Incorporar a sustentabilidade em requisitos procedimentais para bancos e seguradoras	
4. Incorporar a sustentabilidade ao fornecer aconselhamento financeiro		
5. Desenvolver <i>benchmarks</i> de sustentabilidade		

Para implementar o pacote legislativo associado ao Plano de Acções, em particular as acções 1, 5, 7 e 8, a Comissão Europeia, criou em Junho de 2018, o grupo de 35 peritos em finanças sustentáveis (TEG). O TEG tem membros com origem na sociedade civil, academia, negócio, sector financeiro, entre outros. A EDP está representada no TEG através da sua participação na Eurelectric. Os trabalhos desenvolvidos pelo TEG, desde Julho 2018, versam sobre 4 áreas do PA a serem adoptadas em 2019 e estão a ser tratadas por 4 subgrupos do TEG:

- Subgrupo "Taxonomy" TEG#1- sistema de classificação das actividades económicas sustentáveis (taxonomia de sustentabilidade): definir a regulação de actividades sustentáveis que contribuem para os objectivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- Subgrupo "Standard da União Europeia para as Green Bonds" (EU GBS) TEG#2: definir o standard Europeu para as *Green Bonds* para se potenciar o acesso a fundos que financiam e refinanciam projectos/activos com impactos positivos sobre o clima e o ambiente com base no uso de procedimentos.
- Subgrupo "Benchmarks para estratégias de investimento de baixo carbono" TEG#3: definir standards mínimos para os *benchmarks* de baixo carbono e de índices de impacto positivo sobre o carbono.
- Subgrupo "Guia para melhorar o reporte de informação relativa ao clima" TEG#4: definir obrigações de transparência para todos os investidores, incluindo os que vendem produtos de investimento relativos a informação relacionada com o clima.

De referir, em alinhamento com as actividades destes subgrupos do TEG, a iniciativa internacional do Financial Stability Board (FSB - organização internacional que emite recomendações ao G20 em prol da estabilidade dos mercados financeiros liderada pelo Governador do Banco de Inglaterra Mark Carney), que criou uma Task-Force para Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD). Esta Task-Force desenvolveu um conjunto de recomendações que visam suportar o relato financeiro e não financeiro das empresas de modo comparável, eficiente, consistente e efectivo dos riscos relacionados com o clima. Temos assim o sector financeiro a assumir que o risco das alterações climáticas é um risco sistémico e, como tal, tem de ser gerido pelas empresas e os investidores têm de saber como esse risco é gerido, de forma a poderem analisar potenciais investimentos nessas empresas.

Mais recentemente, a EDP fez parte de uma iniciativa que criou o Fórum Corporativo sobre Finanças Sustentáveis, anunciado em Janeiro de 2019. Para além da EDP integram este Fórum mais 15 empresas Europeias, algumas das quais tinham já assinado o Paris Green Bond Pledge em Dezembro de 2017. Estas 16 empresas comprometem-se, através deste Fórum que reúne "emitentes verdes", a ser uma rede permanente de troca de pontos de vista e ideias determinada a defender e a desenvolver o financiamento sustentável, como uma ferramenta crítica para combater as alterações climáticas e fomentar uma sociedade mais sustentável e socialmente responsável. Para mais detalhe ver www.edp.com/pt-pt/noticias/2019/01/15/principais-empresas-emitentes-de-obrigacoes-verdes-lancam-forum-corporativo.

AVALIAÇÃO DA EMPRESA PELO SEU DESEMPENHO ESG

A EDP tem sido avaliada em termos de práticas e impactes a nível ambiental, social, ético, direitos humanos, corrupção, diversidade entre outros, estando incluída em alguns dos mais relevantes índices ESG. A avaliação é em geral anual e baseia-se fundamentalmente na informação ESG (*Environmental, Social and Governance*) fornecida com base em questionários e informação divulgada no site externo da EDP (ex.: relatórios anuais).

Trata-se de uma informação material compilada pelos fornecedores de informação (ex.: RobecoSAM; OEKOM) para os investidores SRI (ex.: Norges Bank Investment Bank; Amundi Asset Management) que decidem quais as obrigações ou acções a manter na sua carteira com base em critérios/aspectos económicos, ambientais, sociais e de *governance* (ESG).

O desempenho global da EDP tem melhorado ao longo dos últimos anos, garantindo a sua inclusão nos índices ESG mais independentes e consolidados no mercado financeiro. Demonstra-se assim que a EDP tem implementada uma estratégia de crescimento de negócio que vai ao encontro dos critérios de inclusão nas carteiras de investimento sustentável.

ANALISTA SRI: ROBECOSAM

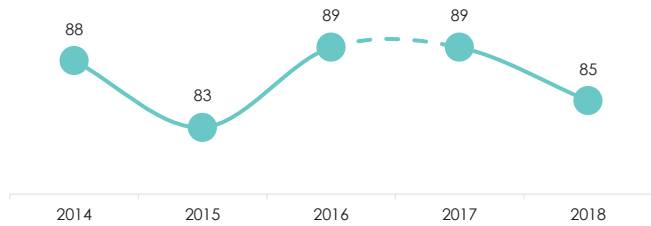
ÍNDICE ELEGÍVEL: S&P GLOBAL BMI

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES DJSI/SUÍÇA

Trata-se de um dos índices de sustentabilidade mais antigos focado em aspectos relevantes de sustentabilidade e baseado na metodologia *best-in-class*. A composição dos índices (ex.: World; North America; Europe; Asia Pacific; Korea) resulta da análise de 3 dimensões de sustentabilidade: ambiental, social e económica. Cada dimensão compreende vários critérios com várias questões que representam importantes requisitos a ter em conta quando se está a fazer a avaliação do desempenho de sustentabilidade de uma empresa.

A EDP é membro desde 2008 do índice DJSI World e do DJSI Europe, sendo que não integrou o índice DJSI Europe em 2015 e 2016. Em 2018, devido à nova metodologia de cálculo dos casos de *Media Stakeholder Analysis (MSA)*, houve uma revisão da pontuação da EDP em 2017 para efeitos de comparabilidade. Considerando as *utilities* integradas, a EDP ocupa a posição número 2.

ROBECOSAM (PONTUAÇÃO)



Pontuação varia entre 0 e 100

ANALISTA SRI: FTSE RUSSEL

ÍNDICE ELEGÍVEL: FTSE4GOOD INDEXES

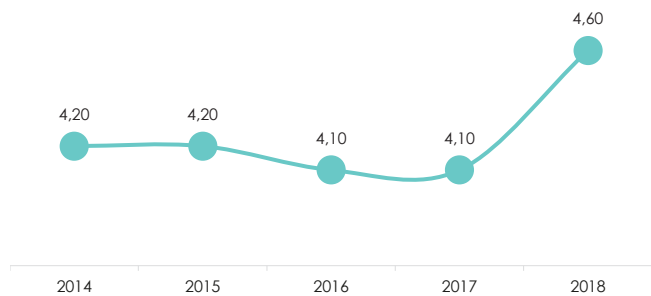
ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FTSE4GOOD INDEXES

Metodologia SRI desenvolvida em parceria com os índices Russel e que resulta numa análise aos 3 pilares ESG:

- Ambiental: gestão ambiental; alterações climáticas; uso da água; biodiversidade; poluição e recursos; cadeia de fornecimento.
- Social: cadeia de fornecimento; responsabilidade do cliente; Direitos Humanos e Comunidade; Padrão laboral e Prevenção & Segurança.
- Governo societário: anticorrupção; transparência fiscal; gestão de risco; *corporate governance*.

A EDP é membro deste índice desde 2010 e está no Top 2% das empresas com melhor pontuação ESG (encontra-se posicionada no percentil 98).

FTSE RUSSEL (PONTUAÇÃO)



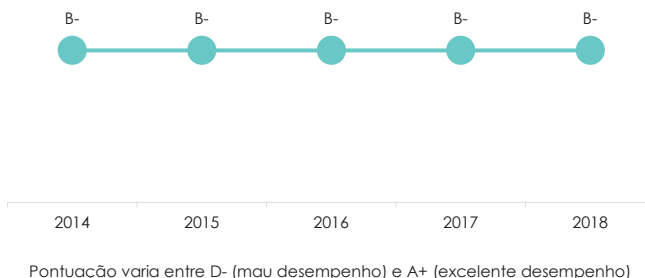
Pontuação varia entre 0 e 5

ANALISTA SRI: OEKOM

ÍNDICE ELEGÍVEL: COMPANHIAS LISTADAS EM BOLSA
ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: GLOBAL CHALLENGES INDEX

As empresas são avaliadas pelo analista OEKOM research tendo por base uma *pool* de cerca de 100 indicadores específicos a cada tipo de indústria que cabem nas dimensões ambiental e social. A EDP tem o estatuto Prime desde 2009.

ISS-OEKOM (PONTUAÇÃO)



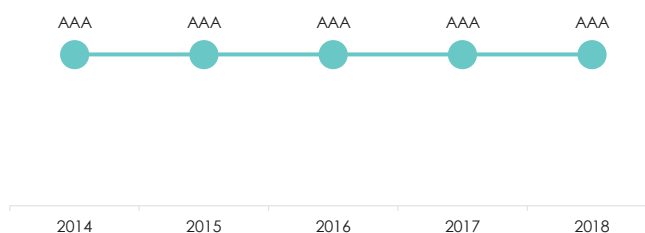
Pontuação varia entre D- (mau desempenho) e A+ (excelente desempenho)

ANALISTA SRI: MORGAN STANLEY CAPITAL INTERNATIONAL

ÍNDICE ELEGÍVEL: MSCI
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES MCSI ESG

As empresas são avaliadas atendendo às práticas ambientais, sociais e de governo societário e ao modo como gerem os riscos e oportunidades associados. A EDP tem o *rating* AAA desde 2012.

MSCI (PONTUAÇÃO)



Pontuação varia entre CCC e AAA, numa escala de 7 níveis

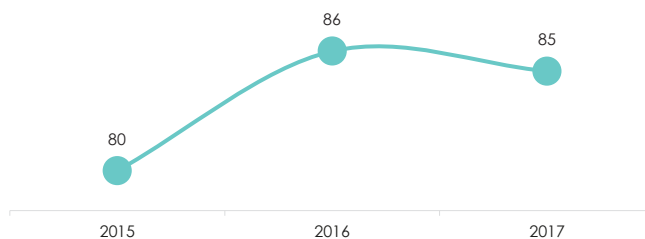
ANALISTA SRI: SUSTAINALYTICS

- ÍNDICE ELEGÍVEL: STOXX GLOBAL 1800 INDEX
- ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: ÍNDICE STOXX ESG & SUSTAINABILITY/SUIÇA E HOLANDA

A Sustainalytics é um fornecedor de informação SRI posicionado no mercado desde 2009. Em 2011 criou os índices Global ESG Leaders em parceria com a STOXX Limited. A base do processo de avaliação é o standard definido pela DVFA (Society of Investment Professionals in Germany) e EFFAS (the European Federation of Financial Analysts Societies). A EDP é membro destes índices desde 2015.

Em 2018, o *rating* da companhia passou a expressar uma medida de risco de acordo com a nova metodologia adoptada pela Sustainalytics, "Sustainalytics ESG Risk Rating". O resultado expressa a quantidade de risco não gerido por uma empresa numa escala de 0 a 100. A EDP obteve um resultado de 20,7, a que corresponde a categoria de risco *Medium* (intervalo 20-30).

SUSTAINALYTICS (PONTUAÇÃO)



Pontuação varia entre 0 e 100

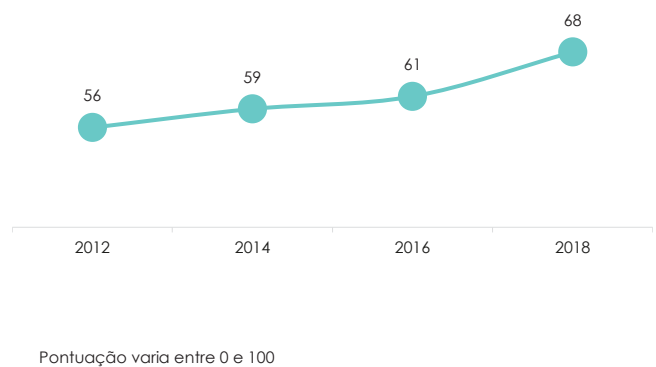
ANALISTA SRI: VIGEO

ÍNDICE ELEGÍVEL: NYSE EURONEXT

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES VIGEO-EIRIS/FRANÇA

As empresas são avaliadas pelo analista VIGEO SA tendo por base a metodologia VIGEO's Equitics que incorpora 6 áreas e mais de 300 indicadores (ambiente, recursos humanos, direitos humanos, envolvimento com a comunidade, comportamento nos negócios e governo societário). A EDP é membro destes índices (Euronext World 120; Euronext Europe 120 e Euronext Eurozone 120) desde 2012. Em 2018 a EDP destacou-se por:

- Ocupar a 2ª posição no sector das *utilities*;
- Ser *Top Performer* do sector em 3 dos 6 domínios ESG: Direitos Humanos 82/100 (1ª posição); Envolvimento com a Comunidade 72/100 (3ª posição) e Ambiente 74/100 (3ª posição);
- Estar no Top 1% do universo avaliado que adota compromissos de respeito pelos Direitos Humanos;
- Ser *Top performer* no sector no tópico Transição para uma economia de baixo carbono: 72/100.

VIGEO (PONTUAÇÃO)**ÍNDICES NÃO FINANCEIROS**

De realçar ainda que a Companhia também tem respondido a questionários que lhe permitem obter reconhecimentos na área do clima (CDP Climate) e na área ética (Ethisphere Institute). Todavia, os *ratings* obtidos não se materializam em índices bolsistas.

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

O tema "Financiamento Sustentável" tem recebido crescente atenção por parte de investidores, emitentes (públicos e privados) e reguladores. Evidência deste enfoque tem sido o crescente número (e montante) de emissões de *Green Bonds* (obrigações verdes).

Não existe uma definição standard para estes instrumentos financeiros embora a que abaixo se transcreve seja a mais utilizada:

"Green Bonds are any type of bond instrument where the proceeds will be exclusively applied to finance or re-finance, in part or in full, new and/or existing eligible Green Projects and which are aligned with the four core components of the GBP (Green Bond Principles)."

Os GBP recomendam a um emissor que defina e explicita:

- A utilização dos fundos;
- O processo para avaliação e selecção dos projectos;
- A gestão dos recursos;
- O processo de reporte da utilização dos recursos.

OBRIGAÇÕES VERDES

EMISSÕES DE DÍVIDA QUE VISAM FINANCIAR ACTIVOS/PROJECTOS QUE POSSAM CONTRIBUIR POSITIVAMENTE PARA AS TEMÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Este tipo de emissões permite às empresas:

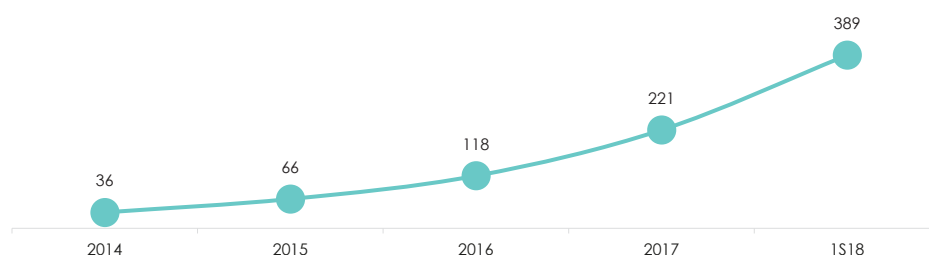
- Reforçar a importância da sustentabilidade na sua estratégia e alinhamento com a actividade financeira da companhia;
- Diversificar e ampliar a base de investidores, possibilitando acesso a investidores que se focam em temas de sustentabilidade;
- Participar activamente num mercado dinâmico e inovador;
- Beneficiar da maior resiliência de investidores verdes em momentos de mercado de maior volatilidade.

As “emissões verdes” foram lançadas inicialmente pelo Banco Europeu de Investimento em 2007 e pelo Banco Mundial em 2008, mas estão ainda longe de uma posição relevante no quadro dos instrumentos financeiros ao dispor dos países e das entidades públicas e privadas.

Todavia, o mercado de obrigações verdes tem crescido rapidamente nos últimos anos, demonstrando que existem oportunidades de investimento sustentável no *fixed income*, e que as obrigações podem ser utilizadas como um instrumento de transição para uma economia de baixo carbono.

Desde 2014 e após a revisão dos GBP pela Associação Internacional dos Mercados de Capitais (ICMA), o mercado deste produto expandiu-se fortemente. Em 2016, a emissão agregada ultrapassou o valor de 100 mil milhões de dólares, e o primeiro semestre de 2018 já viu uma emissão total de cerca de 389 mil milhões de dólares de acordo com os dados divulgados no relatório do 1º semestre de 2018 da Climate Bond Initiative. De acordo com os dados deste relatório existem 498 emissores de obrigações verdes.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DAS GREEN BONDS (MIL MILHÕES DE DÓLARES)



Actualmente a fracção de obrigações verdes e relativas ao clima corresponde a 1% do valor global do mercado obrigacionista (superior a 90 biliões de dólares).

No que respeita ao sector das *utilities*, é já amplo o conjunto de entidades que emitiram *Green Bonds* para além da EDP, incluindo Iberdrola, Enel, Naturgy, EDF e Engie, entre outras, desde 2013.

600 M€
EM OBRIGAÇÕES VERDES,
EMITIDAS PELA EDP, EM OUTUBRO
DE 2018

No dia 9 de Outubro de 2018, a EDP emitiu o seu primeiro *Green Bond* num montante total de 600 milhões de Euros, a 7 anos, com um cupão 1,875%, tornando-se a primeira emissão verde por um emiteinte português. Esta emissão foi utilizada para o financiamento e refinanciamento de projectos elegíveis para financiamento verde, ou seja, tecnologia eólica (*onshore* e *offshore*) e solar (fotovoltaica e energia solar concentrada - CSP), conforme estabelecido no EDP Green Bond Framework.

No documento EDP Green Bond Framework, a EDP apresenta o conjunto de princípios que suportam o processo de emissão e que seguem o padrão internacional dos GBP, princípios voluntários elaborados pelo ICMA. O documento EDP Green Bond Framework foi revisto pela Sustainalytics, que emitiu uma opinião externa face ao enquadramento com os GBP, tendo emitido uma opinião de que o documento EDP Green Bond Framework “is credible, impactful and aligned with the four

components of the Green Bond Principles 2018" e que os impactos dos projectos eólicos e solares financiados ou refinanciados contribuem para o objectivo de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas 7 (ODS 7): Energias Renováveis e Acessíveis e, em particular com os compromissos da EDP de reduzir as emissões específicas de CO₂ em 75% até 2030, face a 2005, e o compromisso de atingir 76% de capacidade instalada renovável em 2020.

A monitorização do processo de emissão das Green Bonds é feita, desde 2009, pela Climate Bond Initiative (CBI). A emissão das obrigações verdes da EDP está disponível na base de dados da CBI desde Outubro de 2018¹.

O CBI é responsável por um dos standards internacionais de reporte e monitorização das emissões de obrigações verdes. O CBI é a única entidade que faz a certificação externa de *Climate Bond Standards*, escolhendo anualmente alguns "pioneiros" que têm um papel importante enquanto dinamizadores do mercado das obrigações verdes.

GREEN BOND PIONEER AWARDS 2019

A EDP FOI RECONHECIDA PELA CBI POR SER A PRIMEIRA EMPRESA PORTUGUESA A EMITIR OBRIGAÇÕES VERDES²

De salientar, por fim, que decorrente da atribuição de um *rating* de investimento BBB- à emissão de obrigações verdes EDP, a Companhia recebeu a distinção de ser incluída no Bloomberg Barclays MSCI Global Green Bond Index (composição de Novembro de 2018). Este índice, criado em Novembro de 2014 pela Bloomberg e pelo Barclays, é utilizado como um *benchmark* de referência.

3.1.3 PROMOÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Tema crítico para uma sociedade que ambiciona descarbonizar a sua economia como forma de mitigar o efeito das Alterações Climáticas, a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis é a principal estratégia de crescimento do negócio da EDP, através do investimento em nova capacidade eólica, solar e hídrica. Para além de descarbonizar o sector, com os consequentes benefícios ambientais, a aposta nas renováveis torna a electrificação do consumo, especialmente no sector dos transportes, dos edifícios e da indústria, como a forma mais eficiente de reduzir as emissões de CO₂ destes sectores de actividade.

De acordo com o Plano de Negócios 2016-2020, a EDP planeia instalar 3,5 GW de capacidade adicional, com investimento líquido médio de 1,4 mil milhões de Euros ano, 70% do qual em renováveis.

66,5%

PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS

29,2 Mt

EMISSÕES DE CO₂ EVITADAS

↗ 9% face a 2017

74,4%

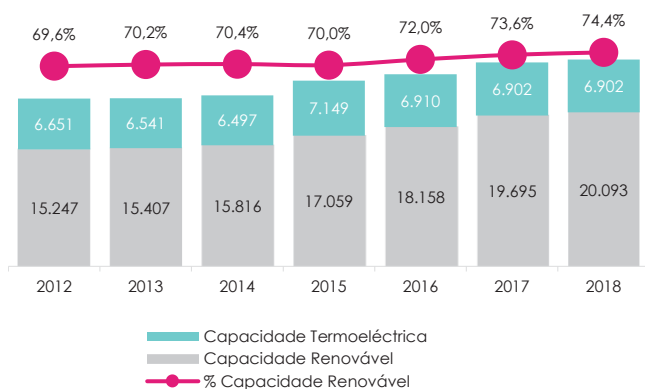
CAPACIDADE INSTALADA RENOVÁVEL

Em 2018, a capacidade adicional instalada em parques eólicos foi de 625 MW, dos quais 211 MW na Europa, 136 MW no Brasil e 278 MW nos Estados Unidos da América.

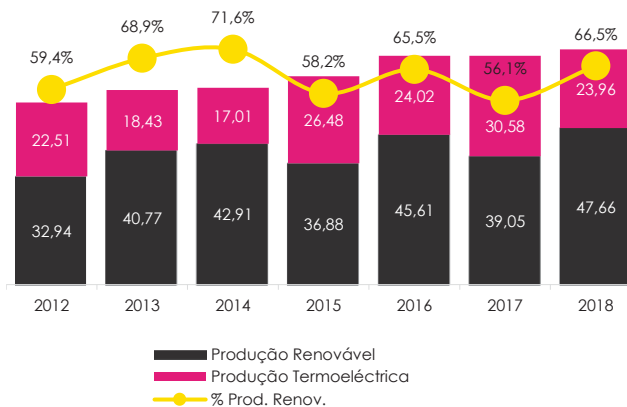
¹ www.climatebonds.net/cbi/pub/data/bonds?page=3

² www.climatebonds.net/resources/press-releases/2019/03/cbi-2019-green-bond-pioneer-award-winners

CAPACIDADE RENOVÁVEL INSTALADA (MW)



PRODUÇÃO A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS (TWh)

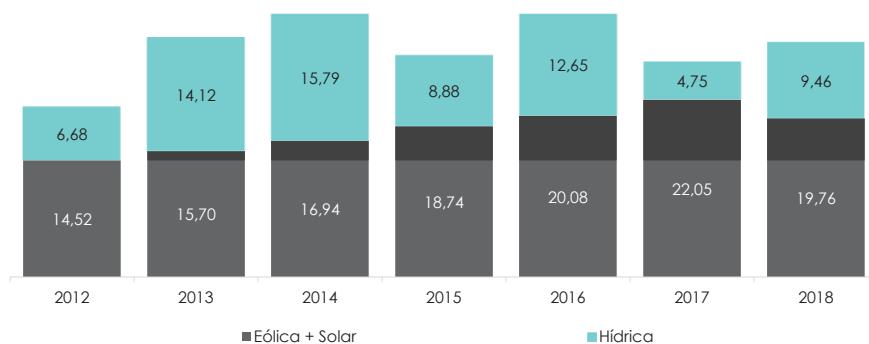


Contudo, a venda de algumas centrais mini-hídricas em Portugal e no Brasil, com uma potência total de 226 MW, levou a que o acréscimo líquido de capacidade renovável fosse de apenas 399 MW. Assim, a capacidade instalada em centrais de produção de origem renovável aumentou para 20,1 GW, o que representa 74,4% da capacidade total instalada pelo Grupo EDP, praticamente alcançando a meta de 75% fixada para 2020.

No que respeita à energia eléctrica produzida pelas centrais renováveis em 2018, registou-se um acréscimo muito significativo de cerca de 9 TWh face a 2017 (+22%), devido sobretudo à melhoria significativa das condições de hidraulicidade em Portugal e no Brasil, após a seca extrema que se fez sentir, em particular na Península Ibérica, em 2017. Em Portugal, onde o portfólio hídrico é mais relevante, o índice de produtividade hidroeléctrica (IPH) foi de 1,05 (contra 0,47 de 2017), isto é, ligeiramente acima do ano hidrológico médio. Nestas circunstâncias, a percentagem da produção de electricidade a partir de fontes renováveis aumentou de 56,1% em 2017 para 66,5% em 2018.

As emissões de CO₂ evitadas pela produção a partir de fontes renováveis em substituição da produção a partir de combustíveis fósseis, é outro indicador ambiental relevante para a descarbonização do sector. Em 2018, as emissões evitadas ascenderam a 29,2 milhões de toneladas de CO₂, valor este que representa cerca de 1,6 vezes as emissões estacionárias das centrais termoeléctricas do Grupo EDP. Comparado com 2017, este indicador aumentou 9%.

CO₂ EVITADO (Mt CO₂)



A EDP continua a explorar oportunidades de crescimento em energia eólica em mercados com baixo risco e estabilidade regulatória, apostando em contratos de venda de energia PPA (*Power Purchase Agreement*) e CfD (Contratos por Diferença) de longo prazo, em geografias como os EUA, o Brasil, a Grécia e a Polónia. Em 2018, a EDP entrou no mercado solar brasileiro, com um contrato privado de aquisição de energia (CAE) de 15 anos para a venda de electricidade produzida por um parque solar de 199 MW, a instalar no Estado de São Paulo.

Com os contratos já firmados, a EDP excede a meta de 3,5 GW de capacidade renovável adicional prevista no Plano de Negócios 2016-2020.

Merece igualmente destaque o envolvimento da EDP em consórcios para implementação de parques eólicos *offshore*, assegurando financiamento para a construção e desenvolvimento de:

- Parques Yeu et de Noirmoutier e Dieppe-Le Tréport (496 MW), em França;
- Parque de 950 MW em Moray East, Escócia, em parceria com a DGE e a ENGIE, para o qual já garantiu financiamento;
- *Joint venture* com a Shell para uma área de concessão nos EUA, obtida em leilão, que pode acomodar até 1,6 GW de capacidade eólica instalada.

Adicionalmente, a EDP tem procurado explorar novas opções de negócio através do desenvolvimento de projectos inovadores em tecnologias emergentes, com especial relevo para:

- Eólico flutuante em fase pré-comercial em Portugal (25 MW), com a tecnologia Windfloat;
- Solar flutuante em albufeiras de aproveitamentos hidroeléctricos – Alto Rabagão (0,2 MW) já concretizado e plano de expansão para outras albufeiras em Portugal com sistemas de maior dimensão;
- Sistemas híbridos integrando eólica, solar e armazenamento (Roménia), procurando explorar os benefícios resultantes da combinação das três tecnologias.

3.1.4 INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

A inovação e investigação são uma prioridade para o Grupo EDP, estando fortemente inseridas na sua estratégia, o que tem permitido antecipar os novos ciclos do sector energético. Diagnosticou-se a transição do sector, os desafios das alterações climáticas e as necessidades de energia limpa num contexto pioneiro. No quadro da profunda mudança em curso, a inovação é chave para garantir um crescimento sustentado, vantagem competitiva, melhor experiência com os clientes e redução significativa de custos, o que justifica a sua materialidade, tanto para a empresa como para as partes interessadas. Nesta revolução sectorial, o serviço, o conforto, a mobilidade, a sustentabilidade e a economia estão a ser impelidos por uma abordagem multi-tecnológica, apoiada pelo surgimento da Internet das Coisas (IoT), da inteligência artificial e das tecnologias de *Big Data*.

A inovação na EDP tem três objectivos estratégicos:

- Posicionamento, através de *open innovation* em colaboração com *stakeholders* impulsionadores de inovação - *startups*, universidades, centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D), incubadoras, aceleradoras, concursos de inovação, entre outros;
- Crescimento, pela aposta na internacionalização dos programas de empreendedorismo e reforço da presença da empresa junto dos principais *hotspots* de inovação a nível global;
- Colaboração entre todas as unidades do Grupo EDP, visando reforçar a estratégia de negócio ao longo da cadeia de valor.

O investimento total do Grupo EDP em projectos de investigação e inovação, em 2018, ascendeu a 75 M€. Desde 2015, o investimento acumulado é de 212 M€, ultrapassando já meta fixada para 2020 (200 M€).

ACORDOS DE COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO

A inovação aberta continua a ser chave na EDP. Da I&D ao mercado, passando pela inovação e desenvolvimento de produto, a colaboração com instituições de referência (universidades, *startups*, empresas de tecnologia, *utilities*, etc.) é chave para antecipar mudanças e adaptar a companhia ao novo paradigma. A EDP continua a apostar em parcerias e no equilíbrio entre financiamento próprio e financiamento público competitivo (Programa H2020, entre outros) para a sua actividade de inovação e I&D, com foco em renováveis, na flexibilidade do sistema ou nas redes do futuro.

Durante 2018 destacam-se os seguintes acordos:

- Adesão à COTEC España, à semelhança do que já sucede em Portugal, permitindo o acesso a novas tendências de inovação;
- Assinatura de um acordo com a Fundação Universidade de Oviedo para apoio financeiro a estudantes do ensino superior e politécnico (2.000 Euros por aluno) que realizem trabalho de mestrado em áreas propostas pela EDP;
- Adesão ao consórcio da rede Alastria, uma associação espanhola para a promoção e padronização das tecnologias DLT (Distributed Ledger Technology), vulgarmente conhecidas por Blockchain;
- Continuidade da Cátedra EDP em Biodiversidade, co-financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e atribuída à Universidade do Porto, em Portugal, para o desenvolvimento de trabalhos de investigação científica dedicados à gestão de impactes, conservação e monitorização da biodiversidade;
- Diversos acordos com Institutos e Fundações associados a Universidades no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins), para apoio científico e tecnológico a projecto de I&D na área da geração, eficiência operacional e redes inteligentes.

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

Um dos focos que se tem revelado crítico para o desenvolvimento e introdução de tecnologias inovadoras nas várias unidades de negócio da EDP tem sido o apoio ao empreendedorismo através da EDP Starter. Com actividade em Portugal, Espanha e no Brasil, a EDP Starter disponibiliza às melhores *startups* do sector a oportunidade de participar em programas de aceleração, *hackathons* e conferências a fim de poder desenvolver pilotos e possivelmente investir. O ano 2018 foi, também, marcado pela presença da EDP na Web Summit, e pela participação no programa global de aceleração de *startups*, Free Electrons.

EDP Starter 2018: 700+ candidaturas; 34 países; 33 startups; 23 PoCs; 44 mentors; 500.000€ em PoCs

Objectivos de investimento:

- EDP Ventures SGPS: 40M€
- EDP Cleantech FCR: 25M€
- EDP Ventures Brasil: R\$30M

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS

A EDP aposta em cinco áreas de inovação e investigação tecnológica, nas quais se destacam alguns dos projectos em curso:

ENERGIA LIMPA

Tem como objectivo impulsionar o negócio das energias renováveis (eólica *onshore* e *offshore*, solar e hídrica)

- **Fotovoltaico flutuante:** exploração do projecto piloto para a instalação da plataforma fotovoltaica flutuante e estudo do roll-out com capacidade superior na albufeira de Alqueva em Portugal.
- **WindFloat Atlantic:** desenvolvimento da fase pré-comercial de um parque eólico *offshore* flutuante usando a tecnologia WindFloat. O projecto estará localizado a 20 km de Viana do Castelo, com 3 a 4 unidades e uma capacidade total instalada de 25 MW.

REDES INTELIGENTES

Desenvolvimento de soluções que permitam uma gestão inteligente das redes eléctricas.

- **InteGrid:** projecto co-financiado pela Comissão Europeia, com o objectivo de promover a demonstração das redes inteligentes, armazenamento e integração de energias renováveis, possibilitando a participação interactiva dos utilizadores da rede e permitindo a interoperabilidade de diferentes soluções de mercado e interligação de diferentes stakeholders.
- **Gridcure:** plataforma SaaS (*Software as a Service*) de analítica preditiva para *utilities* eléctricas, que usa dados para otimizar a estratégia de energia e melhorar as operações de redes inteligentes.

SOLUÇÕES CENTRADAS NO CLIENTE

Promoção da melhoria da eficiência energética pela oferta de produtos e serviços de baixo carbono e o aumento da electrificação através de preços competitivos.

- **Sharing Cities:** projecto europeu que visa a partilha de soluções energéticas integradas para a promoção da eficiência energética, em três cidades (Londres, Milão e Lisboa). O desenvolvimento de um *Sustainable Energy Management System* (SEMS), em curso, no edifício-sede da autarquia de Lisboa, permitirá agrupar e gerir informação dos consumos energéticos do edifício (geral e cargas controláveis), produção fotovoltaica e consumo dos veículos eléctricos.
- **Chatbot EDP:** desenvolvimento pela *startup* vencedora do prémio EDP Starter Acceleration Program Spain 2017, de um *chatbot* disponível no site Plan EDP Carrefour, que permite aos clientes, através de inteligência artificial, contratar serviços relacionados com as ofertas EDP-Carrefour.
- **Energymate:** aplicação informática desenvolvida em colaboração com a *startup* asturiana Energintel, que proporciona aos clientes informação em linguagem natural sobre o seu consumo de electricidade.

INOVAÇÃO DIGITAL

Área transversal que tem como objectivo colocar os últimos avanços nas tecnologias de informação ao serviço do negócio e dos clientes.

- **Blockchain:** diversos projectos de acompanhamento desta tecnologia potencialmente disruptiva e adaptação ao negócio da EDP. Destaque para o projecto "Blockchain for Brazil B2C Solar", uma prova de conceito para aplicar esta tecnologia na liquidação de contas entre produtores fotovoltaicos, distribuidores e clientes B2C no Brasil.
- **Energyworx:** plataforma SaaS para gestão de dados de energia e soluções de energia inteligentes.
- **GISRA:** prova de conceito que permitirá, aplicando a tecnologia de realidade aumentada, construir uma aplicação em telemóvel que aceda a dados geográficos de infra-estruturas da EDP, geridos por GIS MOBILE, e os sobreponha no visualizador da câmara de dispositivos móveis.

ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

Teste de novas tecnologias de armazenamento, gestão de flexibilidade e identificação de novos modelos de negócio.

- **SENSIBLE:** aplicações de gestão e armazenamento de energia distribuída (térmica, electroquímica e electromecânica), aplicadas à operação da rede de distribuição e utilização por parte do cliente final.
- **OTGEN:** estudo sobre o armazenamento de energia e os serviços de sistema do futuro.
- Estudo e desenvolvimento de Sistemas de Armazenamento de Energia para as Ilhas de Santa Maria, São Miguel e Terceira, nos Açores.
- **EV Condominium:** desenvolvimento de uma solução para carregamento de veículos eléctricos em condomínios.

3.1.5 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em 2017, a EDP iniciou a sua jornada de aceleração digital com o projecto EDP X, que desafiou a organização a dar resposta às oportunidades criadas pela nova era digital e resultou na consolidação de um roteiro de mais de 500 iniciativas digitais em todo o Grupo.

A criação da Digital Global Unit (DGU) surgiu assim como uma evolução natural do EDP X: uma nova área que une o *Core IT* Digital e reforça a importância da inovação tecnológica na estratégia do Grupo, principalmente no sentido de acelerar a transformação digital em toda a organização.

Uma componente muito importante do processo de digitalização assenta nas pessoas. É por isso que um dos eixos de actuação da DGU está vocacionado para a transformação cultural global interna, através da disseminação do pensamento digital e da adopção de novas formas de trabalhar, com modelos organizativos e espaços de trabalho colaborativos que estimulam a co-criação, a experimentação e a aprendizagem. Esta nova unidade funciona num modelo de *Hub & Spoke* em estreita colaboração com todas as unidades de negócio e parceiros, o que permite otimizar sinergias, eliminando barreiras, fomentando a cooperação e agilizando o desenvolvimento e o teste de novas soluções.

O PROJECTO EDP X

No final de 2017, arrancou o Programa de Aceleração Digital da EDP – EDP X – com a colaboração da Accenture | Fjord, com três objectivos principais:

- aumentar a coerência e alinhamento das diferentes iniciativas digitais dispersas por toda a organização, assegurando sinergias, nomeadamente através da criação de mais centros de competência;
- reduzir custos de forma sustentável e potenciar o lançamento de novas soluções técnicas que permitam aumentar a rentabilidade;
- garantir um alinhamento cultural digital, através da implementação de uma nova organização e espaço apropriados para lidar com os desafios e oportunidades relacionados com o digital.

O EDP X teve impacto transformacional em toda a cadeia de valor da EDP, desde a produção convencional e renováveis até à comercialização de energia, passando pelo transporte e distribuição, bem como pelas áreas corporativas e de suporte ao negócio do Grupo EDP. Foi também desenvolvido numa perspectiva multi-geográfica, o que permitiu aproveitar as competências de que o Grupo EDP dispõe nos diversos mercados em que se encontra presente, com destaque para Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América.

Este projecto, que teve uma duração de seis meses, foi realizado em parceria com empresas de referência no desenvolvimento digital. A primeira fase consistiu no levantamento exaustivo das iniciativas e capacidades digitais nas várias áreas e unidades de negócio do grupo. As restantes semanas focaram-se na definição de iniciativas de aceleração digital da EDP. Foram identificadas mais de 550 iniciativas, que têm como objectivo a evolução dos actuais negócios da EDP e a exploração de novos negócios potenciados pelo digital. A partir do Projecto EDP X, foram definidas três vertentes principais que norteiam a aceleração digital no grupo EDP:

- ***Stream Customer:*** focada nos pontos de contacto do cliente na comercialização e distribuição. Alavanca as tecnologias digitais de forma a criar uma interacção multicanal personalizada, uma melhor experiência de cliente e impulsionar novas oportunidades de negócio.
- ***Stream Assets & Operations:*** focada na Produção, Distribuição e Renováveis. Automatiza tarefas de rotina e otimiza operações no terreno utilizando IoT, robótica, computação cognitiva e inteligência artificial. Permite um aumento da produtividade e um maior valor dos activos centrado na inovação.
- ***Stream Enterprise:*** focada nas áreas de suporte e corporativas (ex. recursos humanos, tecnologias da informação, serviços partilhados). Permite novos modelos operativos e processos de negócio, otimiza custos e eficiência das funções corporativas e transforma a organização alavancando novas capacidades digitais.

Para cada uma das respectivas vertentes, baseado em diferentes métodos de recolha de detalhes e informações, como *benchmarking*, *rumbles* e *sprint* de concepção de protótipos, foi possível estruturar os roteiros digitais para o Grupo EDP, de acordo com a natureza dos seus negócios.

Com o objectivo de concretizar a aceleração digital, foi adoptada a implementação de produtos apoiada no conceito de mVP (*minimum Viable Product*), ou seja, uma solução totalmente operacional (por exemplo, *site*, aplicativo, algoritmo) com recursos suficientes para satisfazer as necessidades primárias dos primeiros utilizadores, com espaço para futuras melhorias. O desenvolvimento destes mVPs pressupõe a aplicação de novas formas de trabalho, nomeadamente a criação de equipas inspiradas na metodologia *Agile*, que operacionalizam o trabalho em *sprints* combinados de desenvolvimento e de teste, culminando num produto viável de utilização ao fim de três meses.



O Projecto EDP X foi ainda acompanhado por um plano de comunicação abrangente constituído, entre outros, por "X Clinics", sessões semanais de uma hora que decorreram no auditório da Digital Factory com oradores que fizeram apresentações sobre temas digitais diversos, assim como as "X Conferences", sessões mensais que decorreram no anfiteatro da sede da EDP. Através da tecnologia *blockchain* criaram-se as "X Coins", que foram atribuídas a todos os utilizadores que participassem nas actividades do EDP X, quer estando presente nas "X Clinics" ou "X Conferences", quer subscrevendo as *newsletters*. No final do projecto, identificaram-se os *Digital Champions*, ou seja, as dez pessoas que conseguiram arrecadar mais "X Coins". Com isto foi possível aumentar o envolvimento e a atenção das pessoas para o projecto.

Com o EDP X foi possível desenvolver o sentido de compromisso para o Digital no Grupo EDP e definir as prioridades estratégicas que se pretendiam atingir, criando as condições para materializar e acelerar este processo através de nova organização digital na EDP.

DIGITAL GLOBAL UNIT

Após a conclusão do EDP X, em Junho de 2017, foram definidos 3 impactos relevantes:

- Criação de uma área digital para o grupo EDP, tendo em conta a importância e aposta estratégica do Grupo EDP na transformação digital do negócio, a funcionar num modelo de *Hub & Spoke* em estreita colaboração com as Unidades de Negócio de acordo;
- Garantir flexibilidade e agilidade nesta nova área digital, quer ao nível da contratação de novos recursos humanos, quer ao nível de contratação de parceiros e fornecedores, detendo para tal de um orçamento dedicado específico;
- Juntar esta nova área digital do Grupo EDP com a área de sistemas de informação, de forma a garantir articulação e desenvolvimento posterior, otimizar sinergias e reforçar a aposta digital também ao nível do Core IT.

Desta forma, a 1 de Julho de 2018 o Conselho de Administração Executivo da EDP deliberou a criação de uma nova estrutura no Centro Corporativo, com a designação de Digital Global Unit (DGU) com o objectivo de garantir a integração eficaz entre Digital e *Core IT*.

A área digital da DGU (Digital Hub e Digital Factory) assenta a sua actuação em três âmbitos interdependentes: (i) Estratégia; (ii) Projectos Digitais; e, (iii) Cultura Digital.



Ao nível da Estratégia, com base num modelo de articulação com as diferentes unidades de negócio, pretende ter uma visão global do roteiro digital das empresas e das iniciativas em análise, assegurando o reporte interno e externo dessas matérias. No que se refere aos projectos, pretende apoiar as unidades de negócio na execução ágil de MVPs, bem como apoiá-las em outros projectos e iniciativas digitais que estejam a desenvolver localmente. Através do desenvolvimento de novas formas de trabalho, da disseminação de ferramentas colaborativas e realização de acções de comunicação e formação, a Digital Hub & Factory pretende implementar uma Cultura Digital no Grupo EDP.

Como resultado do trabalho já realizado em 2018, no que concerne a projectos digitais desenvolvidos, foram acelerados 52 MVPs, dos quais 15 já se encontram concluídos e em produtivo.



3.1.6 NOVOS SERVIÇOS DE ENERGIA

Num contexto em que o cliente é cada vez mais proactivo, exigente e tecnológico, a inteligência das redes e a digitalização dos serviços torna-se indispensável para assegurar a sua máxima *satisfação*.

As soluções de energia disponibilizadas pela EDP pretendem ir ao encontro das necessidades específicas dos diversos segmentos de clientes, através de uma oferta diversificada e inovadora suportada em canais de comunicação otimizados e focados, para uma resposta com qualidade e eficiência.

INOVAR NO SERVIÇO AO CLIENTE

Em 2018, a EDP continuou a apostar na inovação da sua oferta comercial, através do lançamento de novos produtos e serviços e da promoção de soluções inteligentes e eficientes de gestão de energia. Foram gerados, só em serviços de

eficiência energética, cerca de 151 milhões de Euros de proveitos, representando um acréscimo de 13% face a 2017 (pág. 147).

Além da oferta de energia, a EDP dispõe de um conjunto alargado de soluções (www.edp.pt, www.edpenergia.es, energia.edp.com.br) nas geografias onde a actividade de comercialização está presente, destacando-se os produtos e serviços mais recentes e/ou aqueles que se distinguem por contribuírem para uma utilização mais sustentável dos recursos:

ENERGIA SOLAR

Simulação de poupanças e instalação de sistemas solares fotovoltaicos em regime de autoconsumo e adaptadas aos clientes e às características locais.

MOBILIDADE ELÉCTRICA

Apoio, aconselhamento e disponibilização de soluções de carregamento dentro e fora de casa disponíveis nas três geografias onde a EDP está presente.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Equipamentos e iluminação mais eficientes como lâmpadas LED, motores de alto rendimento, variadores electrónicos de velocidade e bombas de calor. Serviços de aconselhamento e auditorias energéticas.

No sector empresarial da Península Ibérica, a EDP apoia a implementação de serviços integrados de eficiência energética, através do programa Save to Compete, onde são identificadas medidas de redução do consumo energético, promovendo-se a sua implementação e custeio através das poupanças geradas. Os resultados são contabilizados *online* e podem ser consultados no *website* do Save to Compete (edp.pt> corporate> reduzir factura> save to compete).

A EDP apoia ainda medidas, programas e projectos de poupança energética, para além daqueles produtos e serviços que constituem o portefólio do negócio.

Em Portugal, destaca-se a participação no Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica (PPEC), promovido pela ERSE que incentiva a implementação de medidas para a adopção de hábitos de consumo e de equipamentos mais eficientes por parte dos consumidores dos diferentes segmentos de mercado – Residencial, Comércio e Serviços e Indústria e Agricultura. Para o concurso cujo período de implementação ocorreu durante o biénio 2017-2018, o Grupo EDP viu aprovadas 19 medidas (mais 3 que no concurso anterior), que representam 67% do financiamento disponível. Estima-se que a implementação destas medidas permita uma poupança aproximada de 1,2 TWh e uma redução de 430 mil toneladas de CO₂, tendo em conta o período de vida útil dos equipamentos.

27 M€ e 270 GWh

**DE POUPANÇAS
ACUMULADAS COM O
SAVE2COMPETE DESDE
O LANÇAMENTO**

No Brasil, a EDP investiu R\$ 30,2 milhões em iniciativas de eficiência energética em 2018 que levaram à economia de energia de 9,6 GWh/ano em São Paulo e 7,4 GWh/ano no Espírito Santo. Os recursos são aplicados de acordo com a legislação do sector eléctrico brasileiro, que determina às distribuidoras a aplicação anual de 0,4% da receita operacional líquida em programas de eficiência energética (PEE) e 0,1% no Programa Nacional de Conservação de Energia Eléctrica (PROCEL).

Por exemplo, em 2018, o projecto Eficiência Solidária beneficiou mais de 25,5 mil clientes residenciais. Foram substituídas 114 mil lâmpadas ineficientes por lâmpadas LED. Prevê-se uma poupança de 4,4 GWh/ano, o equivalente ao consumo médio de aproximadamente 3 mil famílias/ano.

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA/AUTO-CONSUMO

28 MWp

**SISTEMAS
FOTOVOLTAICOS
INSTALADOS EM
PORTUGAL, ESPANHA E
BRASIL**

Antecipando o futuro em que a produção será cada vez mais descentralizada, a EDP oferece soluções de geração distribuída a partir de fontes renováveis adaptadas aos clientes e às características locais, baseadas em sistemas fotovoltaicos em regime de autoconsumo.

Em Portugal a EDP instalou, desde 2013, mais de 25.000 sistemas fotovoltaicos em residências e empresas, totalizando uma potência instalada de aproximadamente 22 MWp, alcançando uma poupança energética acumulada de cerca de 32 MWh e evitando a emissão de perto de 10 toneladas de CO₂.

Em Espanha, destaca-se a oferta solar em regime de autoconsumo para o segmento empresarial de clientes com as primeiras vendas registadas no último trimestre de 2018.

No Brasil, o segmento de energia solar fotovoltaica é desenvolvido através da EDP Soluções em Energia, abrangendo todos os segmentos de clientes – residenciais, comerciais e industriais. O negócio inclui soluções de geração distribuída com contratos de locação e venda, podendo ser instaladas no local de consumo do cliente ou remotamente em parques solares.

3.1.7 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

DESCARBONIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

A mobilidade sustentável é um tema de relevância para a sociedade e uma das prioridades para a EDP. Trata-se de uma das áreas que mais afectará o sector da energia e será essencial para a descarbonização dos transportes, que representa actualmente cerca de 24% das emissões globais de CO₂. Para a EDP, a descarbonização da economia passa por um aumento significativo da penetração da produção a partir de fonte renováveis, seguido de uma forte electrificação do consumo energético, em particular, no sector dos transportes. Neste sector, a redução progressiva do custo das baterias para veículos eléctricos, em conjunto com as recentes políticas regulatórias, irão promover a sua adopção, observando-se já uma percentagem crescente de vendas deste tipo de veículos.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2018, a EDP estabeleceu um objectivo para a mobilidade eléctrica, assumindo o compromisso de:

- Electrificar a sua frota, atingindo 100% de veículos ligeiros eléctricos até 2030, com uma estimativa de redução de emissões de CO₂ de 70%;
- Desenvolver novas ofertas e soluções comerciais que promovam a transição energética, incluindo as infra-estruturas de carregamento;
- Mobilizar a sociedade para a electrificação dos transportes.

Já no início de 2019, a EDP estendeu o compromisso de electrificação da sua frota incluindo também 50% dos veículos entre 3,5t e 7,5t.

MOBILIDADE ELÉCTRICA INTERNA

No final de 2018, a frota da EDP era constituída por cerca de 3.700 veículos, dos quais 278 eléctricos ou híbridos plug-in (~8%), o que representou um aumento, deste tipo de veículos, de 34% face a 2017.

O aumento expectável da frota eléctrica obrigará à dotação acrescida, nas instalações da EDP, de pontos de carregamento de baterias. Em 2018, a EDP já tinha 467 tomadas instaladas, de diferentes velocidades de carregamento (lento e rápido).



SOLUÇÕES COMERCIAIS DE MOBILIDADE ELÉCTRICA

A EDP pretende posicionar-se como um parceiro de referência para a mobilidade eléctrica. A estratégia da empresa passa por fornecer aos utilizadores uma oferta comercial de produtos e serviços, em particular na Península Ibérica, bem como contribuir para o reforço da infra-estrutura pública e privada de carregamento, que cubra a necessidade de apoio ao carregamento dos veículos nas suas residências. Durante o ano de 2018, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Em Espanha, a EDP instalou 50 novos pontos de carregamento em espaços públicos nas Astúrias, com um investimento superior a um milhão de Euros. Destaca-se o caso de Gijón que, com 20 instalações, é a cidade de referência em mobilidade eléctrica no norte da Espanha. Com esta nova infra-estrutura, a EDP já conta com 57 pontos de recarga na região. A EDP promoveu também a mobilidade eléctrica na Comunidade Valenciana (20 pontos de carregamento) e no País Basco (2 postos rápidos);
- A EDP é parceira no projecto europeu CIRVE (Corredores Ibéricos de Infra-estruturas de Carregamento Rápido de Veículos Eléctricos – ver página 79), através do qual várias empresas irão reforçar a infra-estrutura em Espanha com 40 postos rápidos;
- Em termos de oferta comercial, a EDP proporciona aos utilizadores várias soluções de carregamento:
 - i. utilizar o cartão EDP de mobilidade eléctrica em espaços públicos, disponível no site www.edpmoveon.com (em Espanha) ou edp.pt (em Portugal);



- ii. gerir o carregamento por meio de uma aplicação para dispositivos móveis - 'EDP moveon', permitindo igualmente a localização de pontos de carregamento, distância a que se encontram, disponibilidade e tipo de tomadas (de momento disponível apenas em Espanha);
 - iii. carregar o veículo em casa, oferecendo soluções chave-na-mão (*wallbox*) para vivendas unifamiliares e também para condomínios (em fase piloto), associadas ao sistema de domótica re:dy que permite a operação e supervisão do carregamento a partir do telemóvel.
- Prosseguiu o programa ENERGY2MOVE, em parceria com 8 marcas de referência da indústria automóvel (BMW, Mitsubishi, Nissan, Opel, Peugeot, Renault, Smart e Volkswagen), proporcionando aos clientes EDP que aderirem à iniciativa condições privilegiadas na aquisição de veículos eléctricos em Portugal;
 - Desenvolvimento de uma aplicação informática para telemóvel ([edp ev.x](http://edp.ev.x)) para sensibilização e promoção da mobilidade eléctrica. A aplicação simula uma verdadeira experiência eléctrica adaptada ao dia-a-dia de cada utilizador, com informação real sobre necessidades de carregamento, postos disponíveis, autonomia, bem como os benefícios económicos e ambientais que resultam da adopção de veículos eléctricos;
 - Implementação de um novo corredor de 430 km na Rodovia Presidente Dutra que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, dotado de seis novos postos de carregamento rápido para veículos eléctricos. O projecto, desenvolvido em parceria com o BMW Group Brasil, teve um investimento total de cerca de 1 milhão de Reais. O corredor Rio de Janeiro – São Paulo permite a realização de uma viagem completa em veículo eléctrico entre as duas capitais mais populosas do Brasil.

A NOSSA PRÁTICA

HYDROCAST

EVOLUÇÃO DO *FORECAST* DO CAUDAL AFLUENTE NAS ALBUFEIRAS – BARRAGENS BAIXO SABOR E FOZ TUA

Para além da exposição ao risco e variação de preços do mercado de electricidade, a EDP apresenta uma exposição significativa à variação potencial da produção hídrica – que varia naturalmente em função das condições climatéricas.

Tomem-se os anos 2016 e 2017 como exemplo da ordem de magnitude de variação da produção hídrica:

- Em 2016, a produção teve um peso de 45% no *mix* de geração da EDP no mercado Ibérico;
- Em 2017, ano particularmente seco, o mesmo indicador fixou-se nos 22% – resultando esta diferença num *mix* de geração significativamente mais caro.

Neste contexto, a adequada previsão da capacidade de produção das barragens é um elemento chave para o planeamento e gestão otimizada da produção dos recursos hídricos da EDP. Um dos elementos chave nessa previsão é a determinação do caudal afluente das albufeiras criadas pelas barragens.

O Hydrocast, iniciativa identificada no âmbito do EDP X (Programa de Aceleração Digital na EDP), teve como desafio a previsão do caudal natural das albufeiras de duas barragens que entraram recentemente em funcionamento – a albufeira do Baixo Sabor e a albufeira do Foz Tua. Em particular, o desafio passou por construir e otimizar novos modelos analíticos para previsão de caudal a cada 3h até 3, 7 e 14 dias para cada uma das barragens.

BAIXO SABOR	ENTRADA EM FUNCIONAMENTO: 2016 ARMAZENAMENTO ÚTIL: 630 x 10 ⁶ m ³ POTÊNCIA: 189 MW PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL BRUTA: 460 GWh
FOZ TUA	ENTRADA EM FUNCIONAMENTO: 2017 ARMAZENAMENTO ÚTIL: 630 x 10 ⁶ m ³ POTÊNCIA: 270 MW PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL BRUTA: 660 GWh

A resposta ao desafio seguiu uma abordagem *data driven*, começando pela recolha e análise de qualidade dos dados, seguindo-se o seu tratamento e transformação, definição/execução de hipóteses de modelação e análise/apresentação dos resultados.

Para fazer face ao desafio foram disponibilizados os dados históricos das duas barragens:

- Para a barragem do Baixo Sabor, o histórico disponibilizado foi desde Julho de 2015;
- Para a barragem do Foz Tua, o histórico inicia em Março de 2017.

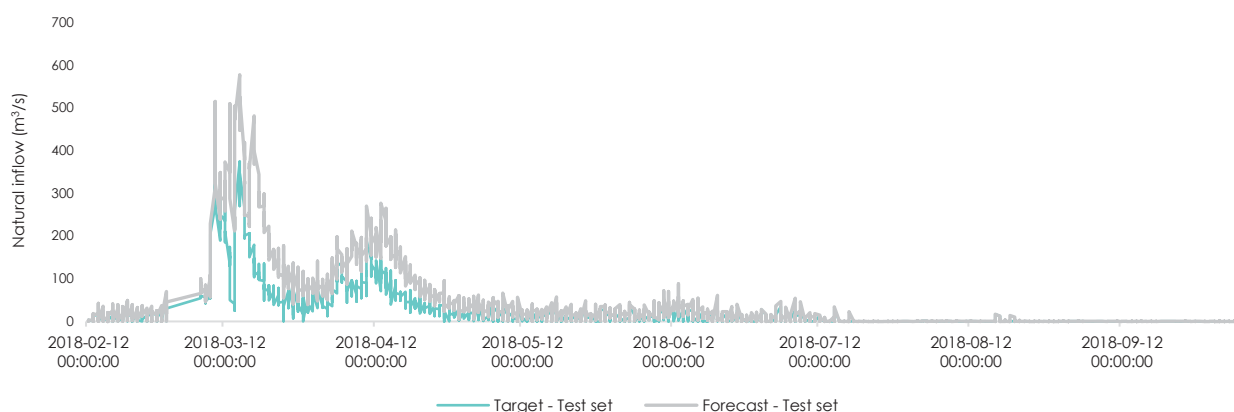
Uma vez que o caudal de uma barragem está directamente relacionado com as condições atmosféricas locais num dado momento, para completar a análise foram ainda utilizados os dados das previsões atmosféricas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), que incluem previsões de temperatura e pluviosidade, entre outras.

Os dados serviram de base a diversos cenários de modelação, com recurso a algoritmos de *Machine Learning* e *Deep Learning - Recurrent Neural Networks*.

A qualidade das previsões obtidas faz do Hydrocast uma iniciativa de sucesso, na medida em que o erro obtido se manteve abaixo dos 10% nos vários modelos – consideravelmente positivo para o tipo de modelos em questão.

Este facto torna-se ainda mais relevante pelo facto de ambas as barragens terem entrado em funcionamento recentemente, dado que há ainda pouco histórico a suportar o “conhecimento” do seu desempenho.

BAIXO SABOR, PREVISÃO 3 DIAS (MODELO SARIMA - DATABASE TEST)



A aplicação diária dos resultados destes modelos deverá permitir:

- Reduzir as “descargas” (desperdício de recursos hídricos), maximizando a produtividade dos activos;
- Melhorar a articulação entre a EDP Produção e os restantes *stakeholders* internos e externos (ex. área de Trading, câmaras municipais) – capacitando-a com mais e melhor informação sobre os activos de produção hídrica;
- Optimizar a tomada de decisão da área de Trading de energia.

Dado o sucesso dos resultados obtidos nas duas barragens, o alargamento do trabalho de modelação – nomeadamente às albufeiras de cabeceira (as primeiras de cada cascata) e às mais “voláteis” em termos de oscilação de cota – deverá permitir melhores previsões do comportamento do restante “parque” de produção hídrica da EDP, amplificando os benefícios anteriormente identificados.

EDP PARTICIPA NO PROJECTO CIRVE EM ESPANHA

DESENVOLVIMENTO DE CORREDORES IBÉRICOS DA INFRAESTRUTURA DE CARREGAMENTO RÁPIDO DE VEÍCULOS ELÉCTRICOS

O CIRVE (cirveproject.com) é um projecto Europeu criado com o intuito de desenvolver uma rede de pontos de carregamento rápido para veículos eléctricos que liga a Península Ibérica ao resto dos países da União Europeia. Tendo lugar em Portugal e Espanha, este projecto irá fomentar a utilização de veículos eléctricos entre estes dois países e França, num quadro transfronteiriço totalmente interoperacional permitindo, assim, que os proprietários de veículos eléctricos transitem do norte da Europa até à Península Ibérica. Para tal, será levado a cabo um estudo piloto para instalar 40 pontos de carregamento rápido multi-standard ao longo dos corredores ibéricos da UE (Mediterrâneo e Atlântico), prestando especial atenção às zonas transfronteiriças.

O objectivo do CIRVE é fornecer um modelo de negócio para instalar toda uma rede de sistemas de carregamento eléctrico na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). Assim sendo, os dinamizadores do projecto também trabalham na interoperabilidade dos pontos, de forma a que todos os utilizadores deste tipo de veículos possam utilizá-los, independentemente da empresa que execute a instalação. Para isso, as novas infra-estruturas serão instaladas em duas zonas: o corredor Atlântico e o Mediterrânico. No primeiro, a sua instalação permitirá cobrir o percurso entre o País Basco e Salamanca, com uma bifurcação até Madrid. O segundo corredor, o do Mediterrâneo, contará com pontos entre a Catalunha e Sevilha, com uma bifurcação até Saragoça que permitirá viajar até Madrid.

A instalação dos pontos terá lugar entre 2017 e 2020, e será realizada em auto-estradas e em zonas próximas a estas. Sendo que os utilizadores poderão recarregar os seus veículos num tempo estimado entre 15 e 20 minutos.

Este projecto permitirá identificar soluções face às actuais barreiras técnicas, jurídicas e económicas, bem como conceber um modelo de negócio que consolide o desenvolvimento de combustíveis alternativos na Península Ibérica.

A EDP participa no CIRVE em conjunto com outros parceiros dinamizadores tal como: Aedive, Ceia, Endesa, GIC, Iberdrola, Ibil e Renault. Promovido pela Comissão Europeia, que previu um investimento de 3,5 milhões de Euros na construção e entrada em funcionamento de 40 pontos, o projecto é co-financiado através da convocatória de 2015 do Mecanismo Conectar Europa (CEF). A EDP participa com custos elegíveis de 500.000 Euros, aos quais correspondem uma subvenção europeia de 250.000 Euros. Além disto, a empresa participará neste projecto liderando a actividade correspondente aos estudos relacionados com o quadro regulatório, económico e legal.

A participação activa neste projecto reforça o compromisso da EDP com o fomento da mobilidade sustentável. A empresa está a impulsionar a utilização de veículos de energias alternativas, através de acordos com o sector automóvel e desenvolvendo modernas infra-estruturas que permitem alargar a utilização deste tipo de veículos. A EDP, à semelhança de outros comercializadores de referência como a Endesa e Iberdrola contribuirá com 5 pontos de carregamento nas Astúrias, Madrid e País Basco. O projecto terminará de acordo com o calendário previsto de implementação em Dezembro de 2020.

3.2

DESENVOLVER AS NOSSAS PESSOAS

O eixo “Desenvolver as nossas pessoas” define compromissos em relação aos colaboradores EDP em matéria de diversidade e igualdade de oportunidades, de satisfação e indicadores de segurança e saúde, estes últimos abrangendo ainda os colaboradores dos fornecedores. Os objectivos estabelecidos contribuem para os ODS 5 e 8.



3.2.1 GESTÃO DE PESSOAS

A estratégia de Gestão de Pessoas do Grupo EDP é conceptualizada no *Corporate People Plan*, desenhado em alinhamento com o Plano de Negócios, de uma forma transversal a todas as empresas e geografias onde opera. Tem como objectivo promover o desenvolvimento e a valorização contínua de todos os colaboradores, bem como o seu alinhamento com os valores e cultura, potenciando assim a criação de condições mais favoráveis ao contributo das nossas pessoas para o sucesso e sustentabilidade do negócio.

O *Corporate People Plan* 2016-2020 endereça desafios contemporâneos e transformacionais de gestão de pessoas, tendo como visão suportar a evolução global do negócio através da transformação da liderança e dos modelos de *performance* e desenvolvimento, num contexto de trabalho cada vez mais digital.

Este plano estratégico é constituído por três eixos principais – a renovação geracional, a transformação das lideranças e o crescimento de talento –, e dois eixos de suporte – a procura contínua de eficiência nos processos e decisões, e o desenvolvimento do perfil e do papel dos profissionais de Recursos Humanos enquanto agentes de mudança. Os cinco eixos traduzem-se num conjunto de iniciativas cuja implementação se veicula através da cultura, dos líderes e do próprio colaborador, enquanto principal responsável pelo seu desenvolvimento e percurso.

Através da criação de uma experiência positiva e diferenciadora ao longo do ciclo de vida no Grupo, promovemos uma cultura que atrai e potencia talento, estimula o desenvolvimento pessoal e profissional, reconhece e recompensa a excelência e o mérito, valoriza a experiência, e cria um ambiente de bem-estar e de produtividade. O retorno do investimento das iniciativas estratégicas definidas no âmbito deste plano é medido através de 3 instrumentos chave – o *People Scorecard* (indicadores e métricas específicas das várias fases da experiência do colaborador), o estudo de clima e o reconhecimento e avaliações externas.

Em 2018, ano em que atingimos cerca de 60% de execução do *Corporate People Plan* 2016-2020, deu-se início à reflexão acerca dos eixos orientadores do plano estratégico de gestão de pessoas do Grupo EDP para o próximo triénio. Este plano, para além de dar continuidade à estratégia anterior, irá necessariamente endereçar os novos desafios de gestão de pessoas decorrentes da digitalização do sector, através da promoção de uma cultura e forma de trabalhar mais flexíveis e ágeis, a aquisição e desenvolvimento de novas competências e o foco em tornar a experiência do colaborador cada vez mais diferenciadora.

ATRATIVIDADE, DESENVOLVIMENTO E RETENÇÃO DE TALENTOS

O Grupo EDP procura atrair talento através do desenvolvimento de uma série de iniciativas com *stakeholders* externos, como associações de estudantes, universidades e outras entidades. Globalmente, a empresa esteve presente em 18 feiras de emprego e 11 *pitch bootcamps*, tendo-se realizado 4 *open days*.

Em 2018 estabeleceu-se uma parceria com a Spark Agency no âmbito da presença EDP nos *pitch bootcamps* em Portugal. A presença em 11 *pitch bootcamps* ao longo do ano permitiu o contacto com 1.899 estudantes de todo o país, sendo 61% das áreas STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), 36% de gestão/economia e 3% de ciências sociais e outras disciplinas. A EDP Renováveis dinamizou uma série de sessões em Universidades e *Business Schools* relevantes com o objectivo de dar a conhecer as suas operações e de identificar talento, de forma a dar resposta às necessidades estratégicas associadas ao crescimento do negócio. Neste sentido, esteve presente em 8 feiras de emprego, em Espanha e Portugal, nas quais estiveram presentes mais de 800 estudantes. Na EDP Espanha, a presença no fórum de emprego da Universidad de Oviedo procurou dotar os alunos de uma maior preparação para a entrada no mercado de trabalho. Nesse sentido, profissionais EDP dinamizaram *workshops* sobre comportamento em entrevista, elaboração de currículos e reflexão sobre proposta de valor pessoal. Na EDP Brasil, destaca-se a criação a Escola de Mulheres Electricistas que irá procurar atrair e formar mulheres numa função técnica que é, tradicionalmente e de forma genérica, dominada por homens. Através do projecto +Inclusão, procurou-se sensibilizar os gestores para o recrutamento inclusivo e as mais-valias de se atrair e contratar pessoas com deficiência.

Estas iniciativas resultaram em 60.006 candidaturas nas diferentes geografias do Grupo, o que representa um crescimento de 93% face ano transacto.

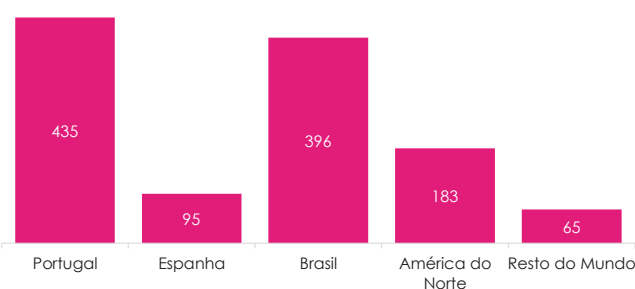
Paralelamente, a EDP promove a aproximação dos candidatos ao mercado de trabalho e a criação de *pipeline* de recrutamento através de vários tipos de estágio nas diferentes geografias. Em 2018 decorreram um total de 840 estágios – 357 Estágios Profissionais, 418 Estágios Escolares e 65 Estágios de Verão.

Destaca-se em 2018 o lançamento do *EDP Trainee Program 4.0* e respectiva campanha de comunicação e recrutamento. Sob o mote “the world is filled with impossible ideas”, foi possível atrair 5.110 candidatos de 87 nacionalidades (+13% face à edição anterior) a viver em 73 países diferentes (+30% que na edição anterior). Estes candidatos foram seleccionados através de um processo de recrutamento ágil, com bastante foco digital e na experiência do candidato, que contou com entrevistas por videoconferência e ferramentas de avaliação *online*. Foram também realizados, pela primeira vez, *assessment days* em Madrid e São Paulo. A turma de 30 *trainees* seleccionados, que iniciará o *onboarding* em Janeiro de 2019, reflecte diversidade de género (15 homens / 15 mulheres), 11 nacionalidades e *backgrounds* académicos variados – engenharias (63%), entre as quais aeroespacial, electrotécnica, mecânica, de minas, da energia ou de energias renováveis, economia e gestão (27%) e tecnologias da informação (10%) – prevendo-se rotações em 9 cidades (3 continentes) onde o Grupo EDP está presente.

No que respeita ao recrutamento e à integração, o plano de atractividade do Grupo EDP permitiu identificar e seleccionar um número elevado de novos colaboradores para responder às necessidades do negócio, actuais e futuras: 1.174 novos colaboradores integraram a empresa (28% do género feminino, acima dos 25% que estão representadas no total de colaboradores), sendo que 95% destas entradas aconteceram para posições permanentes.

Com o objectivo de clarificar a proposta de valor da EDP enquanto empregador a nível global e as especificidades em cada geografia, deu-se início ao projecto EVP (*Employee Value Proposition*). Em parceria com a Universum (empresa de consultoria especializada em *employer branding*), recolheram-se indicadores internos (através de inquérito global aos colaboradores, de

ADMISSÕES POR GEOGRAFIA (#)



workshops que contaram com Directores de Recursos Humanos e de Comunicação das 4 geografias e de entrevistas ao CAE) e externos (sobre as preferências dos públicos-alvo nos diferentes mercados). Com base na intersecção entre estes indicadores, será estabelecida uma proposta de valor robusta, credível e consistente e que terá impacto na atractividade (*employer branding*, comunicação externa e recrutamento e selecção) e retenção de talento (programas de desenvolvimento, pacotes de benefícios e comunicação interna).

No sentido de alinhar a força de trabalho aos desafios do negócio, foram mapeadas as necessidades a nível de competências críticas para o futuro, o que se reflectiu numa procura de talento com "novos" perfis específicos. Com o propósito de suportar a transformação do negócio, a par com a oportunidade de renovação geracional, procurou-se reforçar as equipas de negócio e de suporte com perfis de competências de *Digital, Cloud, Data Analytics, IoT, Agile Coaching, Scrum Mastery, UX, Asset Management*.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No Grupo EDP, foram investidos, aproximadamente, 4 milhões de Euros em mais de 5.000 acções e 398.000 horas em formação interna e externa.

No sentido de promover um maior alinhamento entre o crescimento e desenvolvimento dos colaboradores e da organização, a EDP disponibiliza várias acções de desenvolvimento de competências-chave através de 4 domínios:

	UN	COMPORTAMENTAL	CORPORATIVO	GESTÃO	TÉCNICO	TOTAL
Volume de Formação	horas	26.490	38.532	42.217	291.155	398.394
Formandos por domínio	#	4.714	18.704	5.165	52.030	80.613
Investimento por domínio	€	335.600	271.243	1.035.473	2.400.348	4.042.664

No âmbito do desenvolvimento de liderança, foram realizadas acções que contaram com 2.529 participações somando mais de 33.700 horas de formação e com investimento de, aproximadamente, 268 mil Euros.

Dos programas transversais ao grupo, destaca-se:

- Global Leadership Program, destinado a promover o *networking* da gestão intermédia do grupo e que visa desenvolver o *know-how* para a implementação da estratégia e alavancar as competências de gestão de pessoas, dividido em dois encontros imersivos de duas semanas não sequenciais. Participaram 29 líderes, sendo 19 da EDP em Portugal, 6 da EDP Renováveis, 2 da EDP Espanha e 2 da EDP Brasil. A satisfação dos participantes mantém-se sólida e elevada desde sua primeira edição, em 2015, com apreciação global de 4,2 (numa escala de 0 a 5);
- Lead Now Program, programa destinado a preparar novos líderes, de acordo com o modelo de competências Amplify. Este programa conta com uma componente formativa, e no caso de Portugal e Espanha, com *coaching* e instrumentos de autoconhecimento. Abrangeu, em 2018, 68 colaboradores da EDP em Portugal, 106 da EDP Espanha e 33 na EDP Renováveis.

Foram ainda desenvolvidos alguns programas de acordo com as especificidades de cada negócio:

- Em Portugal, o Leading Others, que tem como objectivo consolidar ferramentas de gestão de pessoas, preparando todos os líderes para os desafios actuais e futuros da EDP. Contou com 81 participantes, e na sua primeira edição alcançou uma apreciação global de 4,0 (0-5). De destacar ainda que, durante o ano 2018, com o intuito de acelerar a transformação organizacional, ocorreu a 7ª edição do Energizing Program, concebido para jovens de elevado potencial e agentes de mudança. Esta edição contou com 31 participantes e incorporou duas novidades: o *Social Innovation Challenge*, onde puderam experienciar e reflectir sobre empreendedorismo social; e o *Career Counseling*. Ambos considerados uma mais-valia que se reflectiu numa apreciação global de 3,9 (0-5);
- Na EDP Brasil, 75 líderes participaram em módulos de formação acerca da Transformação Digital e Métodos Ágeis;
- Na EDP Renováveis, realizou-se o Executive Development Program, que colocou os líderes em contacto com as actuais ferramentas e práticas de Gestão. Os 31 participantes trabalharam num *Business Challenge Case* para apresentação ao Comité Executivo;

- Já na EDP Espanha, foi desenvolvido um programa de Inovação de Gestão de Equipas através da metodologia de *Design Thinking*, que contou com 36 participações.

No Grupo EDP, procura-se que os colaboradores sejam os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento, pelo que é fomentada a criação de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), através dos quais cada colaborador define as acções que pretende realizar, com o intuito de acelerar o seu desenvolvimento e amplificar as suas competências, com base no modelo 70:20:10. Este modelo preconiza uma diferenciação de enfoque nas diferentes metodologias de aprendizagem: através da experiência *on the job* - 70% - da partilha de conhecimento e desenvolvimento de relações - 20% - e dos momentos formais de formação - 10%. Em 2018 realizou-se a revisão plano em Portugal, sendo que 35% dos colaboradores realizaram o seu PDI. Comparativamente a 2017, em que a maioria das acções tinham como base o desenvolvimento através de formação, em 2018 quase 50% das acções assentam no desenvolvimento através da experiência *on the job*. No mesmo sentido, existiu, também, um aumento nas acções através da aprendizagem relacional e social. Adicionalmente a esta evolução, iniciativas como participação em projectos de voluntariado e *mentoring*, são, cada vez mais, valorizadas, tendo existido 165 e 82 pedidos, respectivamente.

SWITCH – MOBILIDADE ENQUANTO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O Programa SWITCH promove a mobilidade e a diversificação de experiências dos colaboradores no Grupo EDP, sendo uma das principais ferramentas de desenvolvimento *on the job*. Potenciado pela existência no Grupo de diferentes áreas de negócio da cadeia de valor do sector e pela presença em múltiplas geografias, o programa proporciona desafios aos seus participantes, fomentando o desenvolvimento não só da componente técnica e de experiência de trabalho, como também a aquisição de novas aprendizagens em diferentes áreas de actuação e o desenvolvimento da rede de contactos formal e informal.

Desta forma, e ao mesmo tempo que são proporcionadas oportunidades aos colaboradores de alargar o seu leque de competências e de crescer com a Companhia, estimulando a empregabilidade e a realização pessoal, desenvolve-se a agilidade e a capacidade de resposta célere às mudanças, alinhando a *workforce* às necessidades, actuais e futuras, do negócio.

Ao nível da mobilidade de longo prazo, em 2018 esta envolveu 1.131 rotações em todas as empresas do Grupo EDP, representando uma mudança funcional, de âmbito de actuação e/ou geográfica para 10% do universo de colaboradores. Destas, 196 foram mobilidades interempresas, onde se destaca a EDP Distribuição por ter integrado 34 colaboradores vindos de outras empresas do Grupo e a EDP Renováveis com 20 movimentos internacionais; e 935 foram mobilidades intra-empresa, onde se destaca a EDP Brasil com 246 movimentações dentro da sua estrutura. Por sua vez, o programa SWITCH contempla a mobilidade de curto prazo de colaboradores para outras áreas e/ou empresas com projectos e necessidades específicos. Neste contexto, realizaram-se, no decorrer do ano de 2018, 33 mobilidades de curto prazo, das quais 27 foram internacionais. Com uma duração que variou entre os 2 e os 6 meses, verificou-se a colaboração em projectos de 11 empresas do Grupo, dos quais se destacam:

- Monitorização e Diagnóstico na Geração promovendo o intercâmbio em Portugal e Espanha;
- *Software Asset Management*, o qual estreitou relações entre Portugal e Brasil a nível de Sistemas;
- *How to Use Big Data Architectures and Analytics to Drive Business Performance*, onde um colaborador da EDP Valor contribuiu para o negócio da Distribuição;
- *Young Professional Program* EDP-CTG, um programa de intercâmbio entre a EDP e a China Three Gorges, no qual 22 colaboradores das diferentes empresas e áreas de negócio tiveram a oportunidade de partilhar boas práticas, alargar conhecimentos, fazer *networking* e ter uma experiência internacional na China.

Para que a Política de Mobilidade continue a responder efectivamente aos desafios crescentes do Grupo EDP, a nível de iniciativas e projectos, bem como a proporcionar uma melhor experiência ao colaborador, a nível da gestão de carreira, iniciou-se o desenvolvimento de uma aplicação *online* e *mobile* que cruza as oportunidades existentes (funções, projectos e/ou actividades que representam necessidades de negócio) com os perfis dos colaboradores (competências). Esta solução - GROW | Talent Marketplace – intensificará a conhecimento das diferentes áreas funcionais dentro da Companhia (335 funções globais alinhadas entre todas as empresas e geografias), dando informação sobre responsabilidades e competências requeridas para trabalhar em cada área funcional (246 competências técnicas e transversais mapeadas, para além das competências comportamentais do modelo Amplify). Para além disso, aumentará a visibilidade sobre

oportunidades internas e comunidades de conhecimento. Desta forma, estima-se que contribua para a promoção de formas de trabalho mais ágeis e colaborativas, ao mesmo tempo que funcionará como estímulo ao desenvolvimento dos colaboradores, no sentido em que dá pistas para a identificação de competências a desenvolver e de caminhos a traçar.

GESTÃO DE TALENTO E PLANO DE SUCESSÃO

De forma a manter a sustentabilidade e inovação do negócio, a EDP desenvolveu o modelo de Gestão de Talento que tem como objectivo identificar as pessoas que, dentro da organização, podem ser agentes de mudança, reforçando o elevado desempenho para que sejam alavanca da transformação organizacional.

No segundo semestre de 2018, com base nos resultados de desempenho e do modelo de Análise de Competências (Amplify), foram identificados talentos no Grupo EDP, que correspondem, em média, a 22% dos colaboradores das populações alvo nas diferentes geografias, sendo 33% do género feminino. No seguimento dessa identificação, decorreram as *People Reviews*, reuniões entre gestores e responsáveis de recursos humanos das empresas, onde são discutidos o desenvolvimento e próximos movimentos das pessoas identificadas neste modelo, e mapeados os sucessores das posições de gestão do Grupo EDP.

O próximo passo será investir na exposição à organização e preparação destes perfis para assumirem funções de maior responsabilidade e desafio. Para isso, serão promovidas acções de desenvolvimento como *mentoring*, *coaching*, *shadowing* e eventos/encontros com membros executivos seniores, exemplos de ferramentas que farão parte da estratégia global de desenvolvimento de talento e que, maioritariamente, deverão estar reflectidos no Plano de Desenvolvimento Individual dos colaboradores abrangidos.

GESTÃO DE DESEMPENHO E RECONHECIMENTO

O sucesso do Grupo EDP passa pelas suas pessoas e a sua satisfação dependendo, entre outros factores, da forma como a empresa gere e reconhece a *performance* de cada colaborador. Assim, e respondendo ao *feedback* recebido através do estudo de clima, a empresa alterou o modelo de definição e avaliação de desempenho, por forma a criar uma relação mais estreita entre desempenho e compensação. Em 2017, no âmbito do processo de avaliação de desempenho, 99% dos colaboradores elegíveis, ou seja, colaboradores do Quadro Permanente com exercício efectivo igual ou superior a 6 meses, foram avaliados pelas suas hierarquias directas.

Em 2018, foi implementado um modelo global para o Grupo, sendo mais claro e transparente na forma como alinha objectivos e reconhecimento, que potencia a comparabilidade e mobilidade de todos os colaboradores

A definição dos objectivos do Grupo, negócios e áreas, nos quais se verificava anteriormente uma predominância financeira, foi também alterada. O modelo da EDP Brasil "Metas com Propósito" serviu de referência para introduzir uma metodologia de definição de objectivos com uma perspectiva mais holística, com base em 6 *clusters* relevantes para o negócio: pessoas, accionistas, activos e operações, inovação e parcerias, ambiente e comunidades, e clientes.

Através de uma comunicação transparente e trimestral dos resultados alcançados, este modelo fomenta uma cultura de *feedback* contínuo, fundamental para suportar os desafios de negócio e o acompanhamento dos colaboradores, potenciando o seu envolvimento permanente com os objectivos e desempenho do Grupo.

De salientar também que, em alinhamento com as boas práticas de mercado, em 2018 foram realizados estudos e desenhados modelos que possam vir a permitir a implementação de um Programa de Incentivos de Longo Prazo (ILP) para Portugal, Espanha e EDP Renováveis (Espanha), aplicável a todos os colaboradores-chave da organização, à semelhança do que já vigora na EDP Brasil e na EDP Renováveis (América do Norte). Pretende-se com isto incentivar a prossecução dos objectivos do Grupo, assegurando a retenção de colaboradores, respeitando as considerações legais, fiscais e o respectivo impacto financeiro.

COMPENSAÇÃO E BENEFÍCIOS

O Grupo EDP, acredita que as políticas de reconhecimento exercem um papel fundamental na atracção e na retenção de talento. Por este motivo, o Grupo dispõe de uma política remuneratória alinhada com as melhores práticas e realiza estudos de mercado anuais para garantir a competitividade das mesmas, bem como estudos de equidade interna.

O Grupo EDP atribui a todos os colaboradores, em todas as geografias, um conjunto de benefícios alinhados com as necessidades dos colaboradores e associadas ao seu ciclo de vida e ao seu agregado familiar, nomeadamente o acesso a sistemas de protecção e cuidados de saúde complementares aos dos serviços públicos de saúde de cada país, planos complementares de reforma e seguros de acidentes pessoais e de vida.

De salientar ainda que existem também benefícios indexados aos Acordos Colectivos de Trabalho ou a planos flexíveis adaptados de acordo com a legislação de cada país.

Em Portugal, no ano de 2018, foi lançada uma nova plataforma para a gestão de benefícios (Benefits4all), que permite aos colaboradores abrangidos pelo Plano EDP Flex gerirem e consultarem as medidas que a empresa coloca à sua disposição através do Programa Conciliar (pág. 90). Em 2019, está prevista a expansão desta plataforma para todos os colaboradores em Portugal (abrangidos pelos benefícios do Acordo Colectivo de Trabalho de 2000) e, progressivamente, para as geografias onde a EDP está presente. Tendo em conta o *feedback* dos colaboradores, foram ainda introduzidos novos benefícios a que os colaboradores podem aceder através do Plano Flex.

A EDP Espanha dispõe também de um plano de benefícios flexível, onde se incluem benefícios tais como *tickets* infância, para além dos anteriormente referidos. Em 2018, a EDP Espanha assinou o III Acordo Colectivo de Trabalho, incorporando novidades e melhorias nos benefícios à disposição dos seus colaboradores.

A EDP Renováveis, depois de uma análise efectuada durante o ano de 2018 ao ciclo de vida dos seus colaboradores (geração e situação familiar), oferece um pacote de benefícios adaptado às suas necessidades.

RELAÇÕES LABORAIS

A EDP mantém uma relação construtiva e de colaboração junto das entidades oficiais e dos representantes dos trabalhadores – comissões de trabalhadores e sindicatos – de modo a intensificar a transmissão de informação e cooperação que, em 2018, teve como corolário a inexistência de conflitos laborais, no âmbito da EDP. Esta relação é operacionalizada, em cada geografia, por equipas locais que garantem o contacto e proximidade com aquelas entidades, comunicando, entre outras, as alterações organizacionais com impacto nos colaboradores, tanto aos próprios, como às suas estruturas representativas.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO GRUPO EDP

No final de 2018, 40% dos colaboradores do Grupo EDP eram sindicalizados. Apurada relativamente ao número de colaboradores em cada geografia, a maior percentagem de sindicalizados verifica-se em Portugal e no Brasil, ambas com 48%, seguida de Espanha com 17%.

O número de colaboradores sindicalizados no Grupo EDP no final de 2018, caracterizou-se da seguinte forma:

COLABORADORES SINDICALIZADOS POR SEGMENTO POPULACIONAL

SEGMENTAÇÃO	UN	ESPECIALISTAS	GESTORES	QUADROS DIRECTIVOS	TÉCNICOS	TOTAL
Percentagem de sindicalizados	%	6	1	1	32	40
Portugal	#	370	92	61	2.377	2.900
Espanha	#	44	12	0	221	277
Brasil	#	300	15	4	1.135	1.454
Total	#	714	119	65	3.733	4.631

ACTIVIDADE EM PORTUGAL

Em 2018, o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) outorgado no final de 2014, mantém-se vigente nas empresas do Grupo EDP em Portugal, que o subscreveram ou a ele aderiram.

Na relação com as estruturas sindicais, tem destaque a negociação relativa ao aumento da tabela salarial, em que foi possível, à semelhança dos anos anteriores, alcançar o acordo com todas as comissões negociadoras sindicais. Relevando ainda em paralelo a actividade de desenvolvimento de soluções para introdução de melhorias na aplicação da convenção colectiva.

Acompanhando as alterações legislativas, em particular as que concernem às condições de acesso à reforma por velhice, ao Código do Trabalho, as decorrentes do Orçamento de Estado com impacto na área laboral, e ainda as relativas à paridade remuneratória entre géneros, foram realizadas mais de 74 reuniões com entidades oficiais, comissões de trabalhadores e sindicatos, para introdução, modificação ou extinção de normas ou procedimentos regulamentares decorrentes do enquadramento legal e no âmbito de revisão e actualização da regulamentação colectiva.

Na esfera de competência das relações laborais, foi ainda mantido o apoio a organizações de trabalhadores com fins recreativos, culturais e sociais, designadamente, o Clube do Pessoal EDP, Associação de Reformados e Pensionistas e a Associação de Dadores de Sangue.

ACTIVIDADE EM ESPANHA

O ano de 2018 foi caracterizado por um intenso Processo de Negociação Colectiva que teve início em 19 de Outubro de 2017 com a constituição da Mesa de Negociação e terminou, após 14 meses e 19 reuniões de negociação com a empresa, em 20 de Dezembro de 2018.

A negociação caracterizou-se pela unidade sindical que se manteve ao longo de todo o processo formando uma plataforma sindical e pela ausência de conflitos internos, greves e medidas de pressão, no âmbito da EDP.

O III Acordo Colectivo, com uma vigência de 8 anos, foi pela primeira vez, na EDP Espanha, assinado por todas as forças sindicais com presença nesta geografia. O acordo fortalece a paz social e melhora as relações laborais tendo como principais objectivos de alcançar uma jornada mais eficiente e flexível, a unificação de horários dos diferentes grupos, o ajustamento da grelha salarial, a eliminação dos desequilíbrios salariais e a melhoria do sistema de avaliação.

ACTIVIDADE NO BRASIL

No Brasil, apesar da instabilidade política e económica que ainda perdura no país, a empresa mantém processos de negociação com sete sindicatos distintos, que envolveram em média cinco reuniões mensais, além de reuniões bimestrais previamente programadas com os principais sindicatos. Nestas reuniões foram discutidos assuntos relacionados com Acordos Colectivos de Trabalho (vigência anual), participação nos lucros e/ou resultados e demais reivindicações dos trabalhadores.

A EDP Brasil actuou activamente em temas laborais distintos, desde a elaboração diária de consultas envolvendo questões referentes às relações laborais e sindicais e aos clientes internos, bem como na actuação efectiva junto dos órgãos públicos (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho).

A comunicação da evolução das negociações colectivas é feita, concomitantemente, pela EDP Brasil e pelos sindicatos, com o objectivo de esclarecer eventuais dúvidas, bem como demonstrar transparência no processo de negociação. Cumpre mencionar, também, que tais negociações colectivas são realizadas anualmente, conforme normas constantes na legislação laboral do Brasil.

CLIMA ORGANIZACIONAL

O Clima Organizacional é um indicador fundamental para o Grupo EDP, que reflecte o *feedback* das nossas pessoas em relação ao desempenho da Companhia em matéria de gestão de pessoas. É um tema material para o Grupo, uma vez que traduz o envolvimento e compromisso (*Engagement*) e a percepção de suporte organizacional (*Enablement*) por parte dos colaboradores, variáveis que afectam directamente o seu bem-estar e produtividade.

O estudo do Clima Organizacional consiste na monitorização dos níveis de *Engagement* e *Enablement* dos colaboradores, através do lançamento de um questionário anual a toda a organização. De forma alternada, num ano é aplicado um questionário mais longo e exaustivo, e no ano seguinte um mais curto e de acompanhamento. A metodologia utilizada permite, através de uma plataforma digital, realizar análises da evolução anual dos indicadores, comparações internas, e comparações com o sector, mercado e empresas de elevado desempenho.

De acordo com o *benchmarking* internacional, e no que diz respeito às principais dimensões do Clima Organizacional, a EDP tem liderado o sector e está alinhada com as empresas com melhor *performance* do mercado global. Porém o objectivo do Grupo EDP é continuar a melhorar. Por este motivo, a gestão do clima não se esgota nos resultados do estudo, uma vez que estes dão origem à definição de planos de acção de melhoria a todos os níveis da organização: um plano corporativo, com iniciativas que endereçam temas transversais ao Grupo; e planos das empresas e áreas, através dos quais são implementadas medidas para a melhoria de temas específicos identificados no estudo.

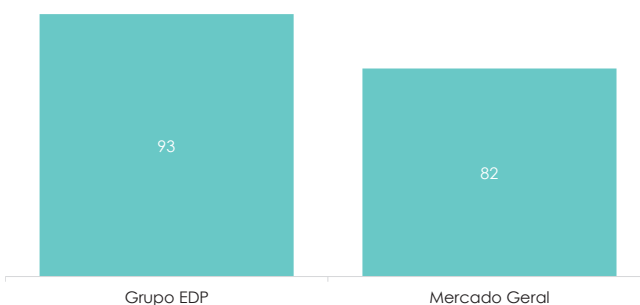
No âmbito do plano corporativo decorrente dos resultados dos anos anteriores destaca-se a realização, em 2018, do Programa CLEAR:

- O Programa CLEAR foi criado com o propósito de esclarecer os colaboradores, numa abordagem de proximidade e transparência, fornecendo informação mais aprofundada e pormenorizada sobre os temas de gestão de pessoas considerados mais críticos no estudo de clima, nomeadamente, oportunidades de desenvolvimento, gestão de desempenho e compensação/benefícios. Este programa foi concretizado através das *Leading Clearly* (sessões dirigidas a colaboradores com responsabilidade de gestão de pessoas) e das *Clear Talks* (acções destinadas a todos os colaboradores). Durante o último trimestre de 2018, foram realizadas mais de 100 sessões em 8 geografias do grupo edp, com mais de 3.300 participantes, o que representa mais de 9.500 horas de formação. O balanço do programa é positivo e a sua realização foi valorizada pelos colaboradores, o que se traduziu não só nos elevados indicadores de satisfação (superiores a 80%), como também pelo *feedback* qualitativo recebido em todas as geografias. Os temas apresentados tornaram-se mais claros e transparentes, contribuindo simultaneamente para posicionar as equipas de RH mais próximas das pessoas. Os mais de 100 embaixadores do programa desempenharam um papel essencial para o sucesso e os seus testemunhos reforçaram também o impacto positivo do mesmo.

Em relação ao Estudo de Clima de 2018, tratou-se de um ano de acompanhamento das principais dimensões de *Engagement* e *Enablement*. Contou com a participação de 93% dos colaboradores do Grupo EDP, 11 pontos percentuais acima do mercado geral.

Verificou-se que 72% dos colaboradores se sentem envolvidos com a empresa (*Engagement*), resultado que se encontra 5 pontos percentuais acima dos resultados obtidos pelo mercado geral e 4 pontos percentuais acima das *utilities*. Nesta dimensão destaca-se o sentimento de orgulho dos colaboradores perante a empresa (84% de favorabilidade) e a recomendação enquanto empregador (82% de favorabilidade).

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)



Em relação ao *Enablement*, concluiu-se também que 70% dos colaboradores têm uma percepção de suporte organizacional elevada, valor este que também se posiciona tanto acima dos resultados obtidos pelo mercado geral (em 3 pontos percentuais), como acima das *utilities* (em 2 pontos percentuais). Destaca-se, neste âmbito, a oportunidade que a empresa proporciona para que os colaboradores realizem tarefas desafiantes e interessantes (79% de favorabilidade de acordo com as normas de referência do Korn Ferry):

- Mercado geral: *benchmark* com base em informação recolhida de mais de 7,2 milhões de colaboradores de 480 empresas de todo o mundo.
- *Utilities*: *benchmark* com base em informação recolhida de mais de 190.000 colaboradores de 10 empresas do sector das *utilities*.

WORKLOAD POR PESSOA

No Estudo de Clima 2017, 72% dos colaboradores afirmam que a quantidade de trabalho esperada para si é razoável, valor que está em linha com os resultados de 2015, posicionando o Grupo EDP 6 pontos percentuais acima da norma do mercado em geral nesta questão de acordo com o *benchmark* (de acordo com as normas de referência do Korn Ferry HayGroup).

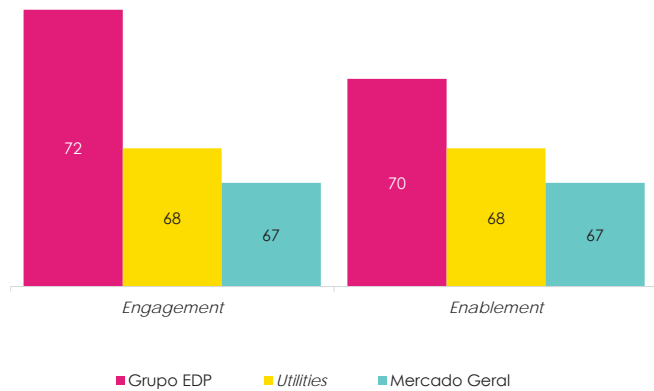
Nota: esta questão faz parte do estudo de clima alargado, que se realiza de 2 em 2 anos, pelo que os resultados mais actuais são os referentes a 2017.

ESTABILIDADE NO EMPREGO

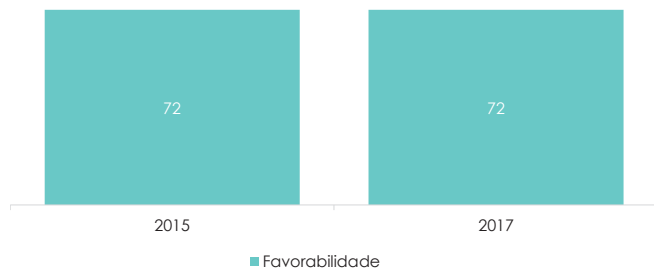
O Estudo de Clima 2017 do Grupo EDP revelou que 85% dos colaboradores considera que, no contexto actual, a EDP proporciona estabilidade de emprego, tendo aumentado 1 ponto percentual face a 2015. De acordo com o benchmarking, este resultado pontua 27 pontos percentuais acima da norma do mercado em geral (de acordo com as normas de referência do Korn Ferry HayGroup).

Nota: Esta questão faz parte do estudo de clima alargado, que se realiza de 2 em 2 anos, pelo que os resultados mais actuais são os referentes a 2017. Os resultados do projecto *Employee Value Proposition*, realizado em 2018, vieram também reforçar a importância deste tema, uma vez que a estabilidade e a segurança foram as dimensões mais valorizadas pelos colaboradores de todos os negócios ao caracterizarem a EDP enquanto empregador.

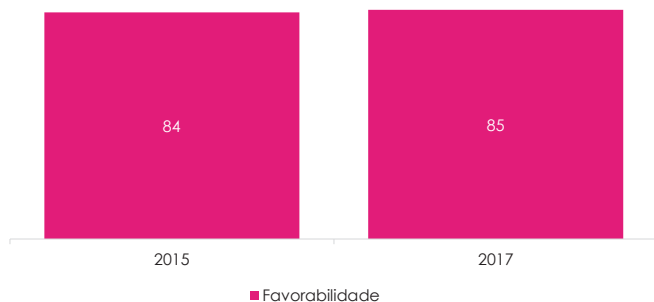
ENGAGEMENT E ENABLEMENT (%)



A QUANTIDADE DE TRABALHO ESPERADA DE MIM É RAZOÁVEL (%)



NO CONTEXTO ACTUAL A EDP PROPORCIONA-ME ESTABILIDADE NO EMPREGO (%)



MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO E PROTECÇÃO SOCIAL

PROGRAMA CONCILIAR

A EDP possui um conjunto de iniciativas que visam fomentar o equilíbrio e conciliação nos diversos planos da vida dos colaboradores - profissional, familiar e social - que estão assentes no Programa Conciliar.

No ano de 2018, em Portugal, o Programa Conciliar, através das suas 18 iniciativas, impactou directamente mais de 1.100 pessoas, entre elas 163 mães e pais, 27 avós, assim como 296 filhos e netos de colaboradores. O programa tem uma plataforma de descontos (Descontos Conciliar) que conta com mais de 3.900 inscritos.

Por sua vez, a EDP Espanha assinou o III Acordo Colectivo, incorporando novidades e melhorias relativas às medidas de Conciliação, tais como nas medidas relativas à jornada de trabalho, ausências e outros benefícios (pág. 87).

O projecto *Work Smarter* da EDP Renováveis, implementado em 2017, traduziu-se num conjunto de directrizes para ajudar o colaborador a trabalhar de forma eficiente, maximizando a gestão de cada tarefa diária no que diz respeito à organização do trabalho, *email*, telefone e reuniões. Esta iniciativa de gestão do tempo pretende ajudar os colaboradores a preparar melhor o seu dia-a-dia, aumentando a sua produtividade e promovendo uma maior conciliação do trabalho com os outros planos da vida dos colaboradores.

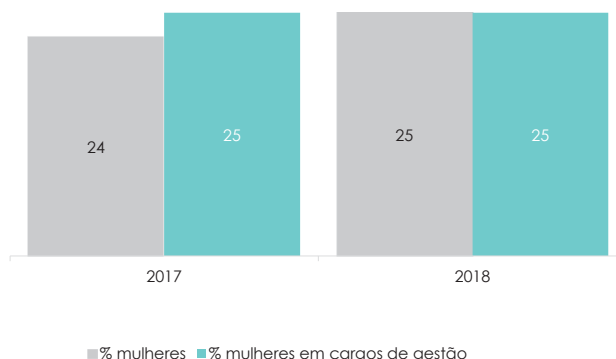
Na EDP Brasil, a app "Colaboradores", uma plataforma única de parcerias, permitiu aos seus colaboradores usufruírem de descontos em mais de 11 mil estabelecimentos e ainda indicarem parcerias do seu interesse pela própria App. Em Portugal e Espanha, a EDP é certificada em "Conciliação e Igualdade", pela Fundación Másfamilia, sendo reconhecida como Empresa Familiarmente Responsável (EFR). Mais do que uma certificação, este é um modelo de gestão assente na medição de indicadores e promoção de medidas, que visem responder a uma cultura organizacional cada vez mais baseada na flexibilidade, conciliação e equilíbrio. Em Portugal, no ano de 2018, e com a mudança de equipa de gestão, foi feito um levantamento dos temas críticos para o próximo triénio, bem como iniciado o processo interno de preparação para a auditoria externa que decorrerá em 2019.

DIVERSIDADE / IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

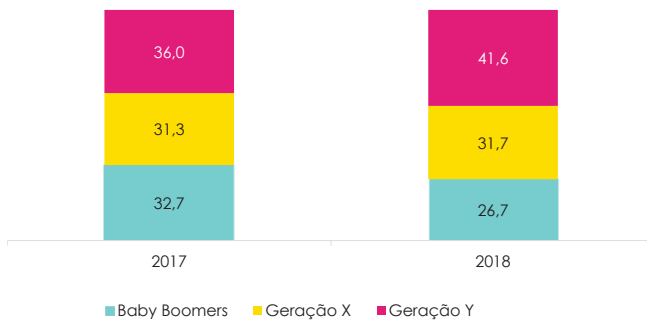
O Grupo EDP, sob o mote "Somar diferenças é ganhar futuro", compromete-se a garantir a promoção de uma cultura de diversidade e inclusão baseada no respeito pelo ser humano e na igualdade de oportunidades. Pretende-se que esta cultura esteja presente na identidade do Grupo EDP e na gestão dos seus colaboradores e que sirva como referência para a actuação interna e externa da organização.

O ano de 2018 marca a conclusão de um plano de acção de 3 anos que se iniciou em 2016, decorrente da aprovação da Política de Diversidade (www.edp.com a [edp](#)> princípios e políticas> política de diversidade), assente em quatro dimensões com objectivos específicos: Género, Gerações, Nacionalidades e Deficiência. Em 2018, o número de mulheres aumentou 1% face ao ano anterior, representando 25% do total de colaboradores do Grupo. A presença de mulheres em cargos de gestão manteve-se nos 25%, estável face ao ano anterior, contribuindo para a meta de 27% de representação feminina que o Grupo EDP definiu para 2020.

COLABORADORAS (%)



GERAÇÕES NO GRUPO EDP (%)



Em termos geracionais, verificou-se um aumento significativo na geração Y, que já representa 42% da organização, com um aumento de 6% face ao ano anterior, que se deve, em parte, ao esforço de recrutamento realizado e também aos colaboradores que se reformaram, sendo que a geração *Baby Boomers* está agora representada em 27% na organização.

Com o foco na diversificação em termos de nacionalidades, o Grupo conta actualmente com 44 nacionalidades diferentes, mais 3 nacionalidades do que no ano anterior, fruto do desenvolvimento de iniciativas de atractividade mais globais, através de canais e estratégias de recrutamento digitais.

A EDP conta actualmente com 1,5% colaboradores com necessidades especiais, mantendo a meta de 2% de incorporação de pessoas com necessidades especiais a nível do Grupo.

INICIATIVAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Com o intuito de contribuir não só para o desenvolvimento da cultura da empresa em matéria de diversidade e inclusão, mas também para os seus objectivos específicos, em 2018 foram desenvolvidas iniciativas nos vários negócios e geografias onde a EDP opera.

Em Portugal, o ano de 2018 foi fortemente marcado pela continuidade da formação em "Enviesamento Inconsciente", com o objectivo de despertar os colaboradores para a noção de que, muitas vezes, de forma inconsciente e automática, condicionamos as nossas decisões com base em ideias preconcebidas ou estereótipos. Aumentar a consciência e melhorar este processo, leva a uma maior compreensão dos benefícios da diversidade, tendo assim um impacto positivo em toda a organização. Até o final de 2018, participaram mais de 1.600 colaboradores, representando mais de 6.500 horas de formação, com níveis de satisfação superiores a 90%.

Destaca-se também que, no seguimento da assinatura da Carta Portuguesa da Diversidade, bem como pelo posicionamento estratégico e melhores práticas nestas temáticas, a EDP foi nomeada em 2018 para integrar os órgãos sociais do primeiro mandato da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, enquanto Presidente da Direcção. Esta associação foi criada com o intuito de garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta.

Demos também continuidade a projectos como o Tagga o Teu Futuro e Inspiring Career Camp, que contribuíram para a sensibilização de mais de 4.800 jovens estudantes em Portugal com a mensagem de que independentemente do género, cor, raça, condição física ou credo, ninguém deve ser levado a desistir dos seus sonhos de futuro.

Em linha com o posicionamento estratégico do Grupo para a igualdade de género, a EDP estabeleceu uma parceria com a Portuguese Women in Tech (PWIT), um projecto focado sobretudo nas mulheres profissionais que, sendo da área das tecnologias, podem construir a sua rede, mas serem, acima de tudo, expostas a oportunidades e convites, muitas vezes dirigidos apenas a homens. Neste sentido, a EDP patrocina a concretização do *booklet* Portuguese Women in Tech, uma ferramenta que foi pensada como um guia inspirador e de introdução ao ecossistema tecnológico nacional para jovens mulheres. Damos também continuidade à nossa parceria com a Associação GirlMove, uma organização que pretende impactar a vida de jovens e mulheres moçambicanas e dar-lhes acesso a um ensino de qualidade, e pelo segundo ano consecutivo recebemos uma estagiária durante um mês.

A EDP Brasil iniciou em 2018 um curso de electricistas dedicado exclusivamente a mulheres. A iniciativa, pioneira no sector eléctrico, ilustra o compromisso do Grupo EDP com a promoção da igualdade de oportunidades entre géneros. O programa resulta de uma parceria da EDP Brasil com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e decorre no estado de São Paulo. O curso tem 550 horas de formação, garantindo as competências necessárias para o exercício da actividade de

electricista de redes de distribuição, uma área ainda dominada por homens. Com mais de 1.150 candidaturas, temos actualmente duas escolas em Mogi das Cruzes e uma escola em Taubaté, e em meados de 2019 espera-se que o projecto tenha formado 40 mulheres electricistas. Destaca-se ainda, na EDP Brasil, a realização do projecto +Inclusão, a partir do qual se procurou sensibilizar os gestores para o recrutamento inclusivo e as mais-valias de atrair e contratar pessoas com necessidades especiais.

A EDP Renováveis, o negócio do Grupo EDP com maior representatividade do género feminino - 31% (6% acima do Grupo) - celebrou o *International Women Day* levando um grupo de colaboradores a uma instituição para promover uma palestra direccionada a mulheres em risco de exclusão social, que procuram oportunidades de emprego e novas aprendizagens. Já a EDP Espanha, recebeu um reconhecimento no âmbito da diversidade de género, fazendo parte do directório de "Empresas Comprometidas con la Igualdad 2018".

3.2.2 SEGURANÇA E SAÚDE

Segurança e Saúde no Trabalho (SST) são prioridades na relação do Grupo EDP com todos os seus colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e clientes. Neste domínio, o Grupo orienta a sua acção pelos princípios estabelecidos na Política de Segurança, documento que vincula unidades de negócio, empresas e prestadores de serviços, responsabilizando toda a estrutura hierárquica. Para a EDP a SST de todos os que concorrem para o desenvolvimento das suas actividades, são considerados valores fundamentais para o sucesso como Grupo empresarial.

Atenta às transformações económicas, numa era de digitalização, e descarbonização do sector energético, e dos efeitos disruptivos e transformadores que os avanços tecnológicos proporcionam no contexto laboral e em particular na segurança e saúde dos trabalhadores, a EDP está consciente das alterações que trarão para o futuro do trabalho, e em particular para os riscos ocupacionais associados e proporcionados por estas transformações.

Através da definição de objectivos calendarizados no curto e médio prazo a EDP assume um papel importante no que respeita ao acompanhamento dos trabalhadores durante estas transições, através da correcta e adequada capacitação e integração profissional afim de promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos.

PRÁTICAS DE SEGURANÇA

O programa anual da SST da EDP, constituído por um conjunto de iniciativas e acções, baseado numa pró-activa e contínua identificação dos perigos e apreciação dos riscos e oportunidades, tem como principal objectivo a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável. A execução do programa inclui a realização (i) de diversas acções de formação, sensibilização e consciencialização a trabalhadores da EDP e de prestadores de serviços, e (ii) de auditorias, inspecções e observações de segurança; (iii) a implementação de novos procedimentos com o intuito de reforçar a gestão preventiva da cadeia de contratação, e ainda (iv) medidas para aumentar o conhecimento sobre as ocorrências (acidentes e quase-acidentes) e situações perigosas.

416.931
HORAS DE FORMAÇÃO

53.682
AUDITORIAS,
INSPECÇÕES, VISITAS,
OBSERVAÇÕES

No âmbito da preparação e resposta a emergências foram realizados em todo o Grupo EDP 618 exercícios de simulacros, abrangendo diversas instalações industriais, administrativas e obras em curso, tendo como finalidade testar a eficácia da capacidade de resposta planeada a potenciais situações de emergência. Estes exercícios contaram com participação da protecção civil, bombeiros, autoridades de polícia e segurança pública, bem como de colaboradores, prestadores de serviço e comunidades envolventes.

Para o Grupo EDP o tema da segurança dos cidadãos é fundamental dado o seu impacto na vida das pessoas. A minimização dos riscos associados à utilização da electricidade depende, em última análise, da informação e comportamento individual. Neste sentido, a EDP identifica e comunica os riscos associados às suas instalações e equipamentos. Não obstante, em 2018, registaram-se 7 acidentes mortais de origem eléctrica com terceiros (estranhos à actividade da EDP) em instalações ou com equipamentos do Grupo EDP, ocorridos no decorrer de actividades de construção civil que levaram ao contacto de máquinas/equipamentos de trabalho com linhas eléctricas em tensão, e no acesso não autorizado a instalações/equipamentos em tensão.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO

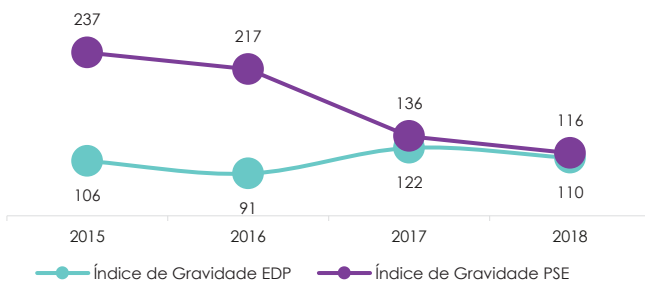
O Grupo EDP através de programas de vigilância da saúde, garante o compromisso assumido na prevenção de doenças profissionais, através do cumprimento do plano de exames médicos, visita aos locais de trabalho, participação em comissões e comités, e ainda na implementação de campanhas de carácter preventivo. Durante o ano de 2018, foram realizados no Grupo EDP 9.672 exames médicos, 1.028 consultas a colaboradores que têm programas de nutrição e de desabituação tabágica, 2.006 rastreios cardiovasculares e 3.826 programas de vacinação contra a gripe, hepatite B e febre-amarela que abrangeram 3.582 trabalhadores. Ainda no âmbito das actividades da medicina do trabalho foram realizadas 547 sessões de testes de despiste de alcoolémia e drogas que envolveram mais de 2.500 trabalhadores. Em 2018, foram reconhecidos 3 casos de doença profissional com desvalorização, em Portugal.

Realizou-se ainda, em Portugal, um estudo de avaliação dos factores de riscos psicossociais, em parceria com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, que pretendeu identificar e investigar os factores associados ao aparecimento quer de stress, quer de bem-estar e o estabelecimento de guias de intervenção para a construção de um contexto de trabalho mais saudável.

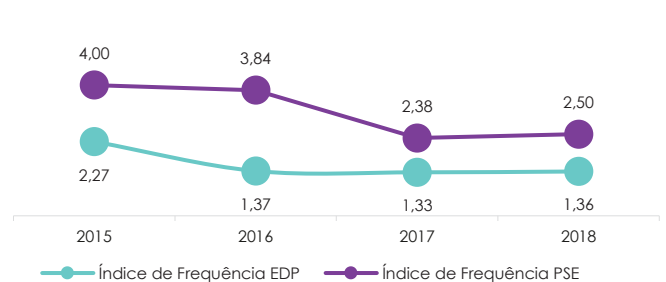
INDICADORES DE SEGURANÇA

A Política de Segurança e Saúde no Trabalho do Grupo EDP evidencia o compromisso com uma gestão da segurança e saúde no trabalho numa perspectiva de melhoria contínua e na convicção de que o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais-valia para o sucesso nos resultados. Para melhor gerir os objectivos da Política de Segurança, a EDP possui o Sistema Corporativo de Gestão da Segurança baseado em standards internacionais e na recomendação ILO-OSH 2001 da Organização Internacional do Trabalho. Este Sistema pode ser adoptado integralmente por cada uma das empresas/unidades de negócio, ou, em alternativa, tomado como referência para implementação dos seus sistemas. Em 2018, o Grupo EDP contabilizou um total de 5.380 colaboradores abrangidos por certificações OHSAS 18001:2007 / ISO 45001:2018. A certificação abrange 96% de potência líquida instalada nas actividades da produção.

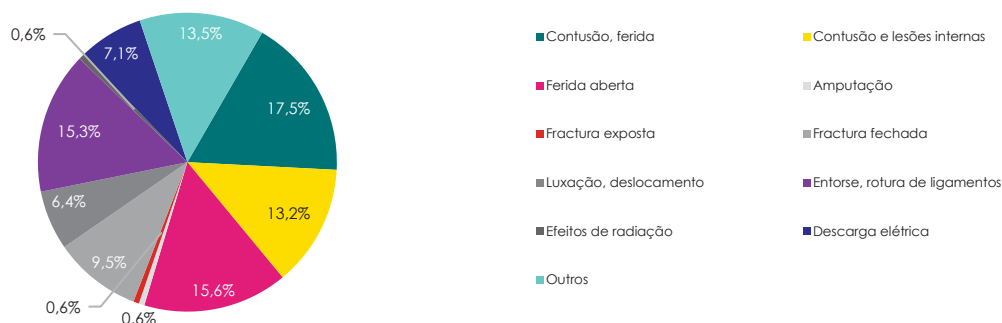
ÍNDICE DE GRAVIDADE (Tg)



ÍNDICE DE FREQUÊNCIA (Tf)



LESÕES DECORRENTES DE ACIDENTES DE TRABALHO (%)



Inclui acidentes de trabalho de colaboradores EDP e PSE com e sem baixa e acidentes mortais

Ocorreram, no Grupo EDP, 135 acidentes de trabalho para o conjunto de trabalhadores EDP e prestadores de serviço, registando um ligeiro agravamento de 5% face a 2017, e conseqüentemente no índice de frequência (Tf) (2,11 vs. 2,03, em 2017 acidentes por milhão de horas trabalhadas). Durante 2018, ocorreram 2 acidentes mortais com colaboradores próprios (eléctrico e esmagamento) e 5 com prestadores de serviço (queda em altura, interacção com objectos, eléctricos e violência).

Em complemento às acções e iniciativas concretizadas em 2018, nomeadamente nos domínios da formação e sensibilização, avaliação e controlo de riscos, auditorias e inspecções, e reporte de informação, que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos, a EDP está a reforçar práticas nas vertentes da liderança, organização e processos em matéria de SST.

A NOSSA PRÁTICA

NOVAS FORMAS DE TRABALHAR NO GRUPO EDP

METODOLOGIA AGILE NA GESTÃO DE PESSOAS

O negócio do Grupo EDP e do sector da energia tem vindo a sofrer uma transformação significativa, levando ao aparecimento de novos paradigmas na gestão de pessoas e na forma como se olha para a organização.

É cada vez mais estratégico promover a partilha de conhecimento e a flexibilização através de novas formas de trabalhar, mais colaborativas e digitais, potenciando uma nova experiência do colaborador, em que o *feedback* contínuo tem um papel cada vez mais importante.

Nos últimos anos, a evolução do negócio da EDP, bem como do sector, tem sido maioritariamente marcada por alterações regulatórias e de mercado, pela emergência de diferentes abordagens ao cliente num contexto mais competitivo, e por uma revolução digital e tecnológica cada vez mais acelerada.

Todas estas transformações têm tido impacto na força de trabalho, pelo que se tornou relevante explorar novos paradigmas. A gestão de pessoas, neste contexto de mudança, implica novas formas de olhar para a organização e para o mundo do

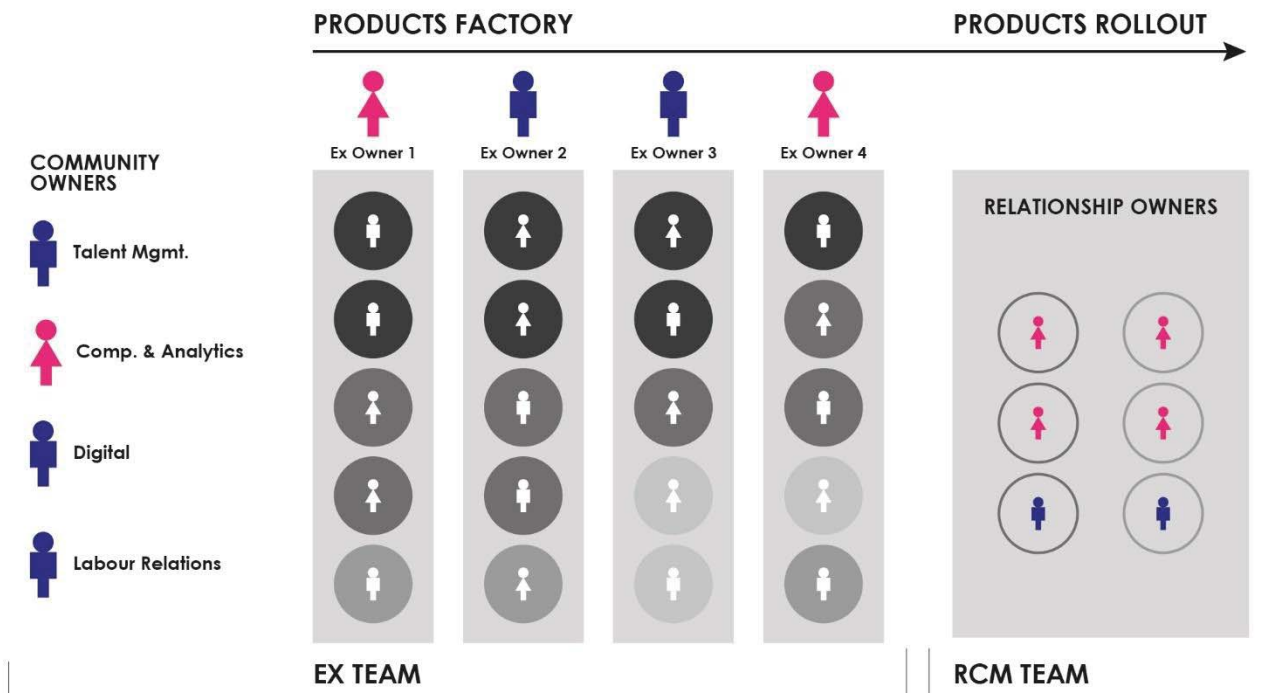
trabalho, e as tendências do futuro apontam para a necessidade de nos tornarmos mais ágeis e orientados para projectos, com equipas multidisciplinares e flexíveis.

No Grupo EDP, a par de uma mudança cultural que se tem vindo a fazer, existe o desafio de conciliar a adopção de uma organização ágil com uma organização com um legado. Com uma forma de trabalhar mais ágil e colaborativa, acreditamos que o conhecimento e um novo leque de competências (como a criatividade, pensamento crítico e empatia) serão factores determinantes para toda a organização, nomeadamente para quem assumir os papéis de liderança de pessoas/projectos.

No Grupo EDP procuramos antecipar a mudança para garantir uma vantagem competitiva, motivo pelo qual já se iniciou a experiência de adoptar a metodologia *Agile* em diversas áreas de empresas e geografias do Grupo. A Direcção de Recursos Humanos Corporativa foi uma dessas áreas, tendo como objectivo experimentar e compreender como se trabalha com base nestas novas metodologias, capacitando os profissionais de gestão de pessoas para serem agentes de mudança.

Assim, em Janeiro de 2018, foi implementado um novo modelo de funcionamento e forma de trabalhar em equipa, inspirado pela metodologia *Agile*, com atribuição de novos papéis, um ritmo diferente e um espaço de trabalho mais colaborativo.

O ponto de partida para este novo modelo foi o projecto “experiência do colaborador digital”, realizado em 2017, que clarificou as jornadas do ciclo de vida do colaborador EDP, e evidenciou a necessidade de se redireccionar os esforços de modo a dar uma resposta mais rápida às necessidades identificadas pelas pessoas e em cada jornada. A definição do modelo teve ainda como base o *feedback* da equipa que esteve envolvida no processo de *design thinking*, em relação às melhores soluções para alcançar o objectivo.



Neste sentido, criámos a equipa de *Employee Experience* (EX) e a equipa de *Relationship and Change Management* (RCM).

A equipa EX tem quatro comunidades, cada uma composta por pessoas com um conjunto específico de competências, liderada por um *community owner*. Esta equipa funciona como uma “fábrica de produtos”, organizando-se por jornadas lideradas por *experience owners*. O *experience owner* tem como missão de resolver os *painpoints* e reforçar os *wow moments* da sua jornada, promovendo a criação de equipas multidisciplinares com outros elementos da equipa EX de diferentes comunidades, e também com outros parceiros estratégicos, internos ou externos. Estas equipas desenvolvem projectos num ritmo de *sprints* de duas semanas, e uma vez alcançado o “produto mínimo viável”, este é entregue à equipa RCM, que

articulará a implementação com os departamentos de recursos humanos e os *focal points* de cada unidade de negócio. Quando o produto chega aos colaboradores, é necessário incorporar o seu *feedback* e realizar eventuais ajustes.

Esta nova metodologia não seria possível sem ajustar o ritmo da área. Para garantir o alinhamento certo, a semana começa com uma reunião de radar, de trinta minutos. A equipa EX reúne ao final de cada *sprint* para mostrar os resultados e receber *feedback*, e a equipa RCM reúne todas as semanas para validar, alinhar e partilhar decisões e aprovações. Os *community owners* também fazem um balanço da semana, garantindo que estão a ser seguidos os objectivos estratégicos da Direcção.

O espaço de trabalho é também um factor crítico de sucesso e, por isso, foram feitas algumas alterações: foi implementada uma política de lugares não fixos e criada uma área colaborativa, onde os elementos das equipas e os parceiros internos e externos podem reunir enquanto desenvolvem novos produtos.

A implementação desta nova metodologia, adaptada à realidade da Direcção, tem sido um trabalho contínuo de experimentação e aprendizagem.

Um dos principais desafios prende-se com um tema cultural. As mudanças na digitalização dos processos, na forma de trabalhar, no ritmo e no espaço têm que ser acompanhadas de uma mudança de *mindset*.

Em termos de balanço, o modelo promoveu uma entrega mais eficaz potenciada por:

- Maior autonomia por parte das equipas, no desenvolvimento e entrega de produtos, mas também com maior responsabilização na entrega de resultados a um ritmo mais acelerado;
- Mais colaboração e alinhamento, decorrentes da maior recorrência de *feedback*, não só na Direcção, mas também com os parceiros internos e externos;
- Maior velocidade na entrega de soluções alinhadas com as expectativas dos clientes, com vista à melhoria constante da experiência dos colaboradores.

Como resultado, foi possível desenvolver, ao longo de 2018, um conjunto ambicioso de iniciativas das quais 40% são actividades *business as usual*, e 60% são novas, respondendo a necessidades de melhoria da experiência das nossas pessoas.

O próximo passo deverá ser o alargamento destas novas formas de trabalhar a outras áreas da organização. Em termos organizativos identifica-se o desafio de conciliar uma organização ágil (alinhamento a produto) com uma organização legada (alinhamento a processo) sendo necessário o desenvolvimento interno de competências, bem como a aquisição de competências em nichos particulares.

Já se iniciou também o desenho de novos *templates* que suportem a nova realidade ágil em temas como o recrutamento e desenvolvimento de talento, a cultura de eficiência e desempenho, bem como uma liderança que potencie um *feedback* contínuo.

Salienta-se ainda que o Gestor de Pessoas tem hoje, e terá cada vez mais no futuro, um papel de dinamizador das novas realidades organizacionais e de novas formas de trabalhar que facilitem uma experiência do colaborador, que promovam o seu bem-estar e o seu desempenho, permitindo simultaneamente o desenvolvimento de todo o seu potencial.

ATENÇÃO+

A NOSSA ATENÇÃO É A MELHOR SEGURANÇA

Com o aumento dos índices de sinistralidade em 2016 foi necessário agir rapidamente para prevenir mais acidentes. Neste contexto, foi lançado o programa Atenção+ com o objectivo de promover os comportamentos seguros na EDP Produção. Este programa, com duração aproximada de dois anos, promoveu alterações na percepção da segurança por parte de toda a EDP Produção através de formações específicas para chefias e restantes colaboradores, definição de novos indicadores de segurança, incentivos ao reporte de quase-acidentes e situações perigosas, entre outras iniciativas. Passados dois anos pode-se concluir que o programa foi um sucesso, com resultados demonstrados através de vários indicadores.

Com o fim do período de construção de grandes empreendimentos que, devido ao número de horas trabalhadas e riscos associados, tinham um peso substancial nos índices de sinistralidade da EDP Produção, seria espectável que se verificasse um decréscimo no número de acidentes ocorridos. Tal, porém, não aconteceu tendo-se verificado que os acidentes que antes ocorriam predominantemente em ambiente de obras, passaram para as actividades de operação e manutenção das nossas instalações, realizadas habitualmente por pessoas experientes. Em 2016 ocorreram um total de 63 acidentes com baixa (EDP Produção + Prestadores de Serviços Externos) resultando num índice de frequência de 8,76 quando o objectivo para 2016 era não exceder os 6,3. Ao analisar as causas destes acidentes, verificou-se ainda que na sua grande maioria se deviam a factores comportamentais, quer de comportamento individual, quer de desenvolvimento e programação incorrecta dos trabalhos. Neste contexto, nasceu a urgência da alteração de comportamentos de modo a diminuir a sinistralidade e tornar o trabalho mais seguro.

Esta constatação fez com que, em Outubro de 2016, fosse submetida para aprovação do Conselho de Administração Executivo da EDP, com parecer favorável, a implementação de um programa de segurança, o Atenção+, baseado em comportamentos na EDP Produção. Este projecto foi realizado em parceria com a DuPont, durante cerca de dois anos, estando agora a terminar.

A implementação deste projecto começou com um diagnóstico à cultura de segurança da EDP Produção através de:

- Análise de documentação e dados;
- Inquérito a todos os colaboradores e prestadores de serviço regulares sobre a percepção da cultura de segurança;
- Entrevistas a membros da gestão de topo;
- Visitas a centros de produção e obras;
- Workshops e sessões de *coaching* com a alta direcção.

Deste diagnóstico resultou um relatório de posicionamento da EDP Produção, em termos de cultura de segurança e um plano de acção. Paralelamente foram desenvolvidos programas de formação e *coaching*. Estes incluíram:

- Sessões de *coaching* para o Conselho de Administração da EDP Produção, para desenvolvimento das competências em segurança;
- Sessões de liderança e prevenção de riscos para todos os líderes da EDP Produção, desenhadas com base nos resultados do diagnóstico;
- Programa STOP para todos os líderes da EDP Produção, que incidiu sobre o diálogo entre chefias e colaboradores com foco nos comportamentos observados (Observações Preventivas de Segurança);
- Formação "The Risk Factor" para todos os colaboradores EDP Produção, com o objectivo de sensibilizar e prevenir os riscos.

Já em 2018 foi lançada uma campanha transversal de incentivo ao reporte de quase-acidente e situações perigosas, com o objectivo de prevenir futuros acidentes, através da implementação de novas formas de reporte e folhetos explicativos.

Este programa teve como principais objectivos: (i) alavancar o reporte de incidentes (acidentes e quase-acidentes) e de situações perigosas; (ii) implementar ferramentas que permitam a monitorização de comportamentos seguros e (iii) estabelecer um conjunto de indicadores preventivos de desempenho da Segurança no Trabalho, que servem agora como base para a avaliação de desempenho anual das Unidades Organizativas em matérias de Prevenção e Segurança.

O programa teve início em 2017, ano em que foram formadas 121 chefias em Liderança, em Segurança e prevenção de riscos. Foram ainda formados, no âmbito do programa STOP, 149 líderes e técnicos de segurança.

Durante 2018, foram implementados os novos indicadores de segurança na vertente "Prevenção" e foi criada a vertente "Cultura". São exemplos de novos indicadores na vertente de Prevenção, a realização de 1.018 Observações Preventivas de Segurança na EDP Produção, 3.085 inspecções de segurança, 1.417 reuniões de coordenação de segurança dos trabalhos e a implementação transversal de um sistema de análise de risco de último minuto (*Last Minute Risk Assessment*) durante o ano de 2018. Na vertente de Cultura foram implementadas reuniões de segurança, dadas formações a todos os colaboradores da EDP Produção em sensibilização e prevenção de riscos (*The Risk Factor*) e foi ainda criado um grupo de trabalho para otimizar o processo de Consignações, com o objectivo de melhorar e uniformizar a aplicação prática dos princípios preventivos associados ao processo das consignações.

Ainda em 2018 foram criadas iniciativas de incentivo ao reporte de quase-acidentes, tendo sido mais um passo importante no nosso caminho para atingir a meta de "zero" acidentes. Durante 2018 foram reportados um total de 53 quase-acidentes, o que corresponde praticamente à soma de todos os reportes entre 2013 e 2017.

O ano de 2018 terminou com um *workshop* que contou com a presença do CA e dos Directores dos Activos Térmicos e Hídricos. Este, teve como principais objectivos a análise e debate das acções lançadas com o Atenção+ e o estabelecimento de um plano de acções para 2019/2020, de forma a consolidar a importância da Segurança na EDP Produção e obter o compromisso relativamente ao papel do Líder em matéria de segurança.

Como próximos passos está prevista: (i) a consolidação do Atenção+ através da manutenção das iniciativas em curso e formação de formadores internos, no âmbito do programa STOP e The Risk Factor; (ii) a uniformização do processo de consignações na EDP Produção; (iii) um plano de recuperação da formação habilitante relativa à segurança; entre outras iniciativas ainda em fase de aprovação.

Ao longo destes dois anos percorreu-se um longo caminho no que diz respeito à segurança dos nossos colaboradores, prestadores de serviço regulares e instalações. O Atenção+ veio alterar intensamente a percepção da segurança na EDP Produção, com resultados muito positivos.



3.3 MELHORAR O DESEMPENHO AMBIENTAL

O eixo "Melhorar o desempenho ambiental" estabelece compromissos para a expansão da certificação ambiental das actividades do Grupo EDP, para minimizar os impactos da cadeia de fornecimento em matéria de ambiente, para uma utilização sustentável dos recursos naturais e para uma diminuição das emissões de CO₂. Os objectivos definidos contribuem para os ODS 13 e 15.



3.3.1 PROTECÇÃO DO AMBIENTE

A EDP reviu a sua Política de Ambiente para adequação ao normativo ISO 14001:2015, e assumiu compromissos específicos, complementares, nos seguintes domínios ambientais:

CLIMA

Contribuir para a descarbonização fornecendo progressivamente soluções energéticas de baixo carbono, nomeadamente através de: Aumento do portefólio renovável; Promoção da eficiência energética interna, junto dos fornecedores e no consumo final.

USO DE RECURSOS NATURAIS

Promover uma utilização eficiente dos recursos naturais nas suas actividades, no quadro de uma economia circular, em particular: No uso e gestão sustentável da água em todos os processos, operações e instalações; Na consideração dos aspectos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços.

BIODIVERSIDADE

Contribuir para evitar ou reduzir a perda de biodiversidade, privilegiando uma gestão dinâmica, abrangente, localmente participada e de visão de longo prazo, ambicionando um balanço globalmente positivo. Contribuir para aprofundar o conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade, designadamente através do estabelecimento de parcerias.

O Grupo EDP mantém desde 2008 um sistema de gestão ambiental corporativo certificado pela ISO 14001, com o âmbito "gestão corporativa das políticas, dos compromissos assumidos e do desempenho ambiental do Grupo EDP em todo o mundo", enquadrando-se nele o objectivo da expansão da certificação ambiental ISO 14001 a todas as actividades do Grupo com aspectos ambientais significativos. Em 2018 a certificação ambiental atingiu 96% daquelas actividades.

As actividades de produção e distribuição de electricidade são as que apresentam impacte ambiental significativo directo. No entanto, a EDP desenvolve todas as suas actividades tendo em conta a protecção do ambiente, a correcta utilização dos recursos naturais, a minimização de riscos ambientais e a adopção de medidas preventivas no sentido da melhoria contínua.

PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO

Os aspectos mais significativos da actividade de produção termoeléctrica são as emissões atmosféricas. Todas as centrais termoeléctricas são abrangidas por exigentes licenças ambientais, que estabelecem monitorização em contínuo, tendo em conta os parâmetros e a sensibilidade do meio onde estão integradas.

Todas as centrais termoeléctricas a carvão dispõem de despoeiradores para o tratamento dos efluentes gasosos, assim como processos de redução de óxidos de azoto (NO_x), tais como desnitrificação catalítica ou queimadores de baixo NO_x e, ainda, a maior parte dispõe de processos de dessulfuração (minimização do SO₂).

Para garantir que as águas residuais são rejeitadas de acordo com os valores limite estabelecidos para cada parâmetro, todas as centrais térmicas também dispõem de processos de tratamento físico/químicos.

Outras melhorias ambientais que se têm desenvolvido internamente incluem a integração paisagística na zona circundante, reduzindo o impacto visual das instalações, tanto urbano como rural. São exemplos a integração paisagística de linhas aéreas, e a intervenção artística promovida pela EDP Distribuição em Portugal.

Na actividade de Distribuição em Portugal, as medidas de mitigação mais frequentes estão associadas à construção de sistemas de retenção de óleos e instalação de barreiras acústicas em instalações para mitigação do ruído.

Foram investidos 69 milhões de Euros na melhoria de tecnologias, em iniciativas de prevenção e mitigação dos impactos ambientais decorrentes das operações, com ganhos de eficiência para a organização nos domínios ambientais. A variação ocorrida na rubrica de Protecção do ar e do clima corresponde essencialmente ao facto dos sistemas de desnitrificação nas instalações de Soto e de Aboño, que tiveram um elevado investimento nos últimos anos, já se encontrarem em funcionamento desde 2017 e o investimento em 2018 ter sido residual.

No decorrer de um trabalho profundo de análise às despesas de carácter ambiental incorridas pelo Grupo EDP, foram alterados os procedimentos de relato de matérias ambientais. Neste sentido, foram incluídas no reporte de 2018 e 2017, como despesa ambiental do Grupo, no domínio Protecção do ar e do clima, os consumos de licenças de emissão de CO₂.

RESPOSTA A EMERGÊNCIA

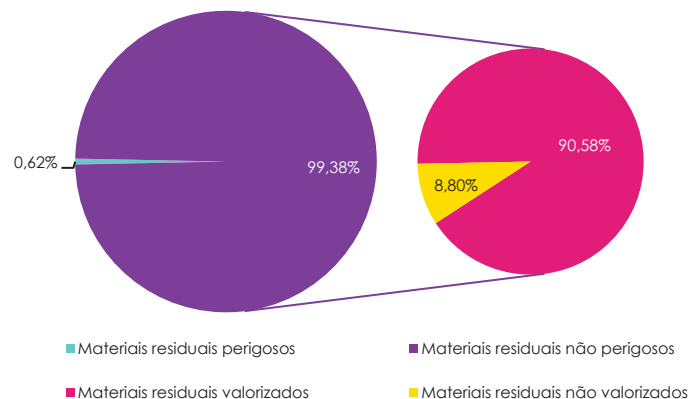
Na adopção do princípio de precaução, as instalações dispõem de planos de emergência para os diferentes cenários de risco aplicáveis. Colaboradores e prestadores de serviço são formados e treinados sobre estas práticas e os cenários são regularmente testados através de simulacros, cujos resultados são integrados em iniciativas de melhoria por forma a manter a preparação para a resposta a emergência (pág. 92).

A EDP dispõe de procedimentos de identificação e tratamento de quase-acidentes com o objectivo de prevenir impactes negativos. Em 2018, foram registados 137 quase-acidentes ambientais e implementadas as respectivas medidas de prevenção, não se tendo registado acidentes com dano ambiental.

UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Para progredir na internalização do conceito de economia circular, a EDP tem trabalhado soluções para que os seus principais materiais residuais possam ser aproveitados como subproduto, matéria prima de outra indústria. Como subprodutos, a EDP tem, hoje, cinzas volantes de carvão, gesso e escórias de carvão que perfizeram cerca de 99% do total de materiais residuais valorizados.

MATERIAIS RESIDUAIS (%)



São estabelecidos contratos com operadores licenciados que encaminham os resíduos para destino preferencial de valorização. Uma gestão eficiente dos recursos ultrapassa a adequada eliminação dos resíduos e a sua incorporação no circuito económico promovendo a sua circularidade, sempre que possível. Esta gestão começa a montante, no desenho e na escolha dos materiais necessários ao adequado funcionamento da actividade.

Nas redes de distribuição tem-se vindo a promover a substituição de dois tipos de materiais relevantes para a actividade, com resultados satisfatórios na mitigação do impacte ambiental:

- substituição de óleos minerais por óleos vegetais, com baixo nível de toxicidade e maior e mais rápida capacidade de biodegradação;
- utilização de equipamentos sem SF₆ (hexafluoreto de enxofre), um dos mais importantes gases com efeito de estufa, utilizado como isolante para reduzir o tamanho das instalações e como meio para extinguir o arco eléctrico em interruptores. Estes equipamentos substituem-se por interruptores de vazio.

Em 2018, na EDP em Espanha foi construída a primeira subestação sem óleo mineral e sem SF₆ na Subestação de Biede.

GESTÃO DA ÁGUA

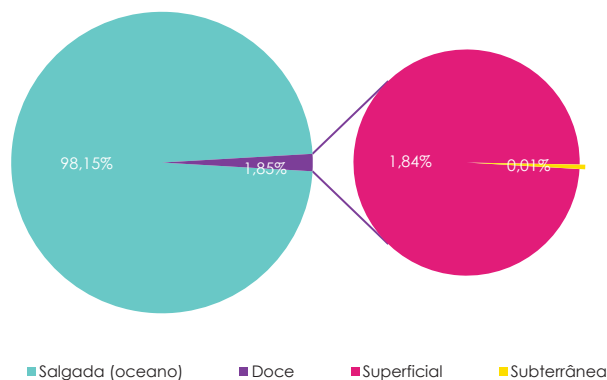
A EDP compromete-se, ao abrigo da sua Política de Ambiente, a usar e gerir a água de forma sustentável em todos os processos, operações e instalações.

A água é um recurso fundamental para a actividade da EDP, particularmente para as centrais hidroeléctricas e termoeléctricas que dependem da sua quantidade e qualidade para uma operação adequada. Assim, a EDP monitoriza a potencial escassez, controla a qualidade da água e dos sedimentos, assim como o impacte da gestão deste recurso na biodiversidade, para o qual assegura actividades de minimização, como a libertação de caudais ecológicos, a transposição e transporte de peixes, e o apoio à pesquisa científica ligada a estas temáticas.

As centrais termoeléctricas de Pecém, no Brasil, e Castejón, em Espanha, estão localizadas em zonas de *stress* hídrico. A EDP utiliza a Global Water Tool do World Business Council for Sustainable Development e o Aquaduct do World Resources Institute para uma avaliação da exposição ao risco hídrico ao nível da bacia hidrográfica. É posteriormente conduzida uma análise local considerando informação quantitativa de instituições nacionais e a experiência das equipas internas operacionais relativa, por exemplo, à disponibilidade do recurso e aos usos concorrentes.

Em meados de 2017 implementaram-se medidas de redução do consumo de água em Pecém que permitem a reutilização de parte do efluente gerado na instalação no circuito de refrigeração e o aumento do número de ciclos de refrigeração, aumentando a taxa de reciclagem da água do circuito. Com estas medidas reduz-se o volume de água captado, e diminui-se a quantidade de efluente gerada por unidade de electricidade produzida (pág. 176 a 178).

ÁGUA CAPTADA POR FONTE (%)



As medidas implementadas permitiram ainda o cumprimento da meta de redução de 15% do consumo de água do Grupo EDP entre 2016 e 2018. No futuro, esperam-se apenas reduções marginais do consumo, uma vez que a gestão da água se encontra otimizada nas instalações do Grupo EDP.

Depois do período de seca registado em 2017 na Península Ibérica, as condições de hidraulicidade média em 2018 contribuíram para a redução de 23% do consumo específico de água doce, tendo em conta a menor utilização das centrais termoeléctricas.

A EDP responde, desde 2009, ao CDP Water, onde descreve com detalhe as iniciativas em curso. Este relatório pode ser consultado em www.edp.com> sustentabilidade> dimensão ambiental> recursos naturais> água.

PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A EDP, na nova Política de Ambiente, além dos compromissos específicos assumidos de protecção da biodiversidade, compromete-se ainda com uma gestão da mitigação dos seus impactes na biodiversidade que procuram contribuir para:

- Evitar ou reduzir a perda de biodiversidade, privilegiando uma gestão dinâmica, abrangente, localmente participada e de visão de longo prazo, ambicionando um balanço globalmente positivo;
- Aprofundar o conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade, designadamente através do estabelecimento de parcerias.

Adicionalmente, a EDP assume o compromisso de "não construir novas instalações de produção em áreas que integram os Sítios Naturais da Lista de Património Mundial da UNESCO", garantindo que continua a não ter presença nestes territórios, e estabeleceu ainda uma meta *No Net Loss* para todos os novos projectos com impactes residuais significativos, até 2030. Para tal, adoptou uma estratégia de hierarquia de mitigação (www.edp.com> sustentabilidade> dimensão ambiental> biodiversidade).

CAUDAIS ECOLÓGICOS

No que diz respeito à conectividade fluvial das massas de água artificiais ou fortemente modificadas e particularmente na implementação dos Regimes de Caudais Ecológicos (RCE), medida promotora de qualidade ecológica da água para cumprimento dos objectivos da Directiva-Quadro da Água, destaca-se:

...em Portugal

Os aproveitamentos hidroeléctricos mais recentes, sempre que considerado necessário, foram construídos com sistemas de lançamento de caudais ecológicos. Paralelamente, nas barragens de centros produtores mais antigos, onde a autoridade nacional definiu a obrigatoriedade de libertação de um caudal ecológico, em conjunto, foi desenvolvido um plano de implementação e monitorização dos Regimes de Caudais Ecológicos (RCE). Neste plano, foi previsto a instalação de novos Dispositivos de Lançamento de Caudais Ecológicos (DLCE) e a modernização dos existentes, e a optimização de sistemas de transposição de peixes.

No âmbito deste plano, em 2018, destacam-se as seguintes acções:

- Construção de novos DLCE nas barragens de Castelo de Bode, Caldeirão e Açude Trinta;
- Implementação dos programas de monitorização da avaliação de eficácia de Caudais Ecológicos em todas as barragens com essa obrigação, à excepção do Alto Cávado;
- Beneficiação, modernização e monitorização das eclusas de Borland das barragens de Carrapatelo e Régua, no Douro nacional.

No âmbito dos programas de albufeiras de águas públicas, a EDP Produção estabeleceu um protocolo de colaboração com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo de desenvolver um estudo modelação matemática sobre a qualidade da água das albufeiras, no contexto dos usos múltiplos existentes e previstos na área envolvente das albufeiras.

...em Espanha

No âmbito do processo de reposição dos fluxos ecológicos previstos no Plano Hidrológico da Demarcação Hidrográfica do Cantábrico Ocidental 2015-2021, destaca-se a melhoria da eficiência no caudal ecológico de Olid e a medição e controle dos caudais ecológicos no reservatório de Pilotuerto.

PROTECÇÃO DA AVIFAUNA

Em Portugal, a EDP distribuição viu a sua estratégia de gestão da mitigação do impacto na avifauna reconhecida com uma menção honrosa atribuída ao Protocolo Avifauna, na categoria "Protecção Ambiental" do prémio Good Practice of the Year Awards, da Renewables Grid Initiative. O Protocolo Avifauna, desde 2003, já corrigiu 647 km de linhas críticas.

A EDP Renováveis, na mitigação da mortalidade de aves por colisão com as pás das turbinas eólicas, considerada uma das mais significativas ameaças à biodiversidade em instalações eólicas *onshore* e *offshore*, tem desenvolvido esforços na procura de soluções que evitem/minimizem este tipo de impacto. Destaca-se, por exemplo, o projecto *offshore* Dieppe-Le Tréport, em França, onde se optou por aumentar a altura do cubo em mais 15 m (atingindo assim os 33,5 m contra os anteriores 18,5 m), o que o que diminui significativamente a taxa de mortalidade estimada (www.edpr.com/pt-pt/edpr-mitigates-bird-collisions-offshore-facilities).

Em 2018, entre as acções desenvolvidas nesta matéria, destacam-se:

- A conclusão das acções adstritas à EDP Distribuição enquanto parceiro do projecto Life Rupis (www.rupis.pt);
- A colaboração com a autoridade nacional da conservação da natureza e biodiversidade (ICNF) na revisão do Guia Técnico de apoio à análise de projectos de construção de novas linhas eléctricas ou na reconversão de linhas antigas em áreas protegidas.

MITIGAR A PERDA DE BIODIVERSIDADE DE GRANDES PROJECTOS

Em Portugal, na EDP Produção, ao nível da Medida Compensatória "Programa de Protecção e Valorização de Habitats Prioritários", do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS), salienta-se o Plano de Redução do Risco de Incêndio (PRRI), desenhado com o objectivo de reduzir o risco de incêndio em cerca de 2.000 hectares de habitats prioritários, onde os resultados têm vindo a revelar-se muito positivos. Em relação ao ano de implementação deste plano (em 2014), os valores de 2018 revelam uma redução do número médio de ocorrências em 80% e de uma área ardida de 332 hectares em 2013, antes da implementação do PRRI, para 0,4 hectares em 2017 e zero área ardida em 2018.

A EDP Brasil, na mitigação do impacto decorrente da construção de linhas de distribuição em áreas consideradas de valor de biodiversidade, procura soluções que reduzam a área de supressão da vegetação necessária à ampliação da rede. Neste sentido, a EDP Brasil iniciou um processo de utilização de Veículos Aéreos Não-Tripulados para estender os cabos condutores, evitando a desmatação florestal exigida pelos métodos clássicos. A tecnologia foi testada em linhas de Baixa e Média Tensão e, por exemplo, na construção da Linha de distribuição de 138 kV, ramal SD Santa Maria de Jetibá, situada numa zona de alto valor de biodiversidade, estima-se uma redução de 85% na área de supressão de vegetação necessária, contribuindo para uma significativa mitigação do impacto e simplificação do processo de licenciamento.

3.3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Considerado como um dos temas materiais de maior relevância, tanto para a Companhia como para a sociedade, o combate às alterações climáticas constitui uma prioridade para a EDP. Reconhecendo a origem antropogénica e o impacto profundo das alterações climáticas para a sociedade e para os negócios, a EDP apoia as recomendações do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), expressas no Acordo de Paris, de limitar o aumento da temperatura a

2°C, e, com o mais recente relatório do IPCC, a 1,5°C e a neutralizar as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) antes do final do século XXI.

Neste enquadramento, a estratégia estabelecida pela EDP para a acção climática assenta em cinco eixos principais:

- **Governança**, garantindo uma gestão adequada das responsabilidades climáticas e dos planos de acção;
- **Mitigação**, com vista a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), através de uma forte aposta no aumento da produção a partir de fontes renováveis, do incremento da electrificação e da eficiência energética;
- **Adaptação**, criando planos por Unidade de Negócio e geografia;
- **Inovação**, enquanto suporte à introdução de tecnologias de baixo carbono e oferta de produtos e serviços de eficiência energética;
- **Energização**, sensibilizando para a transformação dos comportamentos e melhorando a transparência.

Para operacionalizar a estratégia climática, a EDP assumiu publicamente um conjunto de objectivos e metas de curto, médio e longo prazos:

- Atingir 76% de capacidade instalada de origem renovável em 2020;
- Reduzir as emissões específicas de CO₂ em 75% até 2030 face aos níveis de 2005. Compatível com este objectivo, a EDP comprometeu-se ainda a reduzir em 55% as emissões específicas de âmbito 1 e 2 em 2030, face aos níveis de 2015 e as emissões de âmbito 3 em 25% no mesmo horizonte temporal. Este objectivo foi submetido no âmbito da Science Based Target initiative e aprovado como science-based target;
- Instalar contadores inteligentes em, pelo menos, 90% dos pontos de entrega em baixa tensão na Península Ibérica até 2030;
- Promover a oferta de produtos e serviços de eficiência energética nos clientes, proporcionando uma poupança de energia superior a 1 TWh em 2020, acumulada desde 2015;
- Investir, no período 2015-2020, 200 milhões de Euros em projectos de Inovação, com destaque para tecnologias de geração limpa, eficiência energética e redes inteligentes;
- Promover a electrificação da totalidade dos veículos ligeiros da frota automóvel da empresa até 2030;
- Atingir a neutralidade carbónica antes de 2050.

No quadro da coligação We Mean Business, a EDP comprometeu-se ainda a estabelecer um preço interno de carbono e a divulgar a informação sobre alterações climáticas como dever fiduciário no seu Relatório Anual, de acordo com os requisitos do Climate Change Reporting Framework (CCRF).

Em 2018, a EDP aderiu formalmente às recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), tendo levado a cabo uma análise detalhada para o Grupo EDP dos riscos emergentes e oportunidades relativos às alterações climáticas, de acordo com a metodologia proposta nas referidas recomendações. Na página 109 é apresentado o detalhe da análise efectuada. Igualmente em 2018, a EDP Espanha implementou um piloto de aplicação da TCFD adequado à realidade da empresa.

O DESEMPENHO



Depois de um ano de 2017 de seca extrema na Península Ibérica, que impactou negativamente o desempenho ambiental e climático do Grupo EDP, as condições de hidraulicidade média verificadas, em 2018, contribuíram para a melhoria significativa de todos os indicadores, com especial relevo para a redução das emissões absolutas e específicas de CO₂, inventariadas de acordo com o GHG Protocol (ver detalhe nas páginas 149, 176 a 178).

Observou-se um decréscimo de 20% das emissões directas de CO_{2e} face a 2017, graças ao aumento da produção a partir de fontes renováveis (hídrica, eólica e solar) e a uma menor utilização das centrais termoelétricas. As emissões específicas baixaram de 0,332 para 0,257 tCO₂/MWh, retomando a trajectória decrescente e convergindo para os objectivos de redução assumidos.

As emissões de âmbito 2, associadas ao consumo de energia eléctrica, também baixaram, em virtude, por um lado, da redução da distribuição da electricidade produzida por terceiros em Portugal e, por outro lado, da redução das intensidades carbónicas nas geografias onde a EDP opera redes de distribuição (Portugal, Espanha e Brasil). As restantes categorias, consumo de electricidade em edifícios e autoconsumo das centrais (não fornecido pela EDP), representam menos de 4% das emissões totais de âmbito 2. A EDP relata estas emissões segundo as abordagens *market-based* e *location-based* (GHG Protocol).

Nas restantes emissões indirectas, realce para a menor utilização dos combustíveis fósseis e consequente diminuição das emissões a montante, associadas a combustíveis e energia, em cerca de 1.733 ktCO_{2e} face a 2017. A jusante da cadeia de valor, manteve-se o impacto da utilização de gás natural pelos clientes, apenas com um ligeiro aumento de 19 ktCO_{2e}.

A tabela da página 149 apresenta a evolução, nos últimos 4 anos, das emissões de CO_{2e} segundo os três âmbitos e desagregadas por categoria.

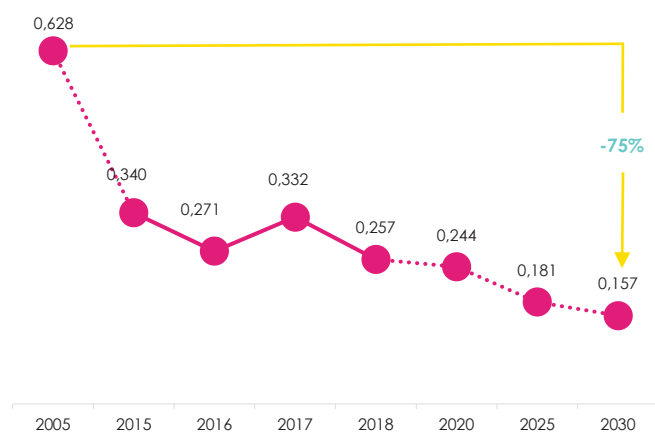
3.3.3 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A melhoria da eficiência energética continua a estar no topo dos temas mais materiais para o Grupo. Aliada à electrificação baseada em energias renováveis e à inovação, a eficiência energética constitui um vector fundamental no caminho da descarbonização.

A EDP promove a melhoria da eficiência energética em toda a cadeia de valor, nomeadamente através de:

- Oferta de produtos e serviços de baixo carbono, contribuindo para uma maior eficiência no uso final de energia dos nossos clientes nos diversos sectores de actividade e da sociedade em geral;
- Promoção da mobilidade eléctrica, tema desenvolvido no capítulo Mobilidade Sustentável (pág. 76);
- Iniciativas internas de optimização do rendimento da geração de electricidade, de redução das perdas na distribuição e nas actividades de suporte (edifícios e frota).

EMISSÕES ESPECÍFICAS DE CO₂ (t/MWh)



...na EDP

A utilização crescente das fontes de energia renovável para produção de electricidade contribui para aumentar a eficiência global do lado da oferta, ao mesmo tempo que reduz a queima de combustíveis fósseis e contribui para a descarbonização do sector. Em 2018, reduzimos o consumo de energia primária em 20% (-55.000 TJ) relativamente a 2017. O rendimento global das centrais do Grupo EDP foi de 65% contra 60% em 2017.

Nas redes de distribuição, com a introdução crescente da digitalização e inteligência, observou-se igualmente uma redução das perdas médias totais (técnicas e comerciais), passando de 9,2% em 2017 para 8,8% em 2018, o valor mais baixo dos últimos 5 anos.

Nas actividades de suporte, verificou-se em 2018, face a 2017:

- Uma redução de 1,2 GWh no consumo de electricidade dos edifícios administrativos, menos 3,5% face a 2017. Para este resultado, tem igualmente contribuído a instalação de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo em 18 edifícios da EDP Distribuição em Portugal. Com uma potência total instalada de 243 kWp, estes sistemas permitiram um autoconsumo de 260 MWh, evitando a emissão de cerca de 93 toneladas de CO₂;
- Uma redução de 12 TJ no consumo de energia primária (combustíveis fósseis) da frota automóvel, fruto da política de renovação implementada com vista à electrificação total da frota ligeira em 2030.

...no Cliente

A EDP comprometeu-se a fornecer produtos e serviços de eficiência energética que contribuam para a obtenção, em 2020, de pelo menos 1 TWh de poupança de energia no consumo dos clientes EDP, acumulada desde 2015. Em 2018, os serviços fornecidos permitiram uma poupança de 447 GWh, que evitaram a emissão de 176 ktCO₂. A poupança acumulada desde 2015 induzida nos clientes ascendia já a mais de 951 GWh, evitando 406 ktCO₂. A este compromisso, soma-se ainda a poupança alcançada pelas medidas realizadas no âmbito do PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica) em Portugal, as quais totalizam 1,6 TWh desde 2015.

No Grupo, os serviços de eficiência energética geraram 151 milhões de Euros de proveitos em 2018, representando um acréscimo de 13% face a 2017.

Em 2018, destacam-se os benefícios ambientais dos serviços prestados pelas empresas do Grupo, conforme detalhadas no capítulo Novos Serviços de Energia (pág. 74):



COMERCIALIZAÇÃO

Em 2018, os serviços de eficiência energética disponibilizados aos clientes (pág. 74) pelas empresas comercializadoras conduziram a uma poupança de energia de aproximadamente 193 GWh, evitando a emissão de cerca de 125 ktCO₂.

DISTRIBUIÇÃO

Prosseguiu a adopção da luminária LED, como a solução standard para a modernização e melhoria da eficiência energética da Iluminação Pública (IP), beneficiando os municípios em Portugal. Em 2018, foram instaladas cerca de 180.000 luminárias LED (100.000 em 2017), em substituição de outras menos eficientes (ex. vapor de mercúrio), resultando uma poupança anual estimada de 37,5 GWh e evitando a emissão de 11,1 ktCO₂.

EDP BRASIL

As medidas desenvolvidas em 2018, quer através da EDP Serviços, que opera no mercado liberalizado, quer pelas empresas de distribuição reguladas, geraram uma poupança nos clientes de 254 GWh em 2018, evitando a emissão de 51 ktCO₂.



REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE ÁGUA NA CENTRAL TERMOELÉCTRICA DE PECÉM

A EDP opera a central termoelétrica de Pecém localizada no Estado brasileiro do Ceará, construída em 2012 para fazer face à crescente procura de electricidade, muito dependente da geração hidroelétrica.

Típico da região semiárida onde está inserido, o Nordeste Brasileiro sempre registou períodos de seca ao longo dos anos. Contudo, a precipitação média anual para períodos de 6 anos tem vindo a reduzir desde 1910, tendo atingido o valor mais baixo no período de 2012-2017. Devido às alterações climáticas prevê-se o aumento da frequência e intensidade dos eventos de seca, aumentando a pressão na disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.

Por reconhecer os impactos das suas operações no ambiente e considerar a água como um recurso estratégico para a sua actividade, a EDP Brasil identificou iniciativas de redução do seu consumo de forma a reduzir não só o risco para o negócio decorrente de restrições no fornecimento de água (usos concorrentes; pressão regulatória), como também os custos da compra de água e rejeição de efluentes.

Foram implementadas duas medidas em meados de 2017 que permitem a reutilização de parte dos efluentes gerados na instalação e o aumento do número de ciclos de refrigeração com um mesmo volume de água.

O circuito de refrigeração usa o maior volume de água da instalação, não exigindo água de alta qualidade. Assim, a primeira iniciativa passa por reutilizar os efluentes da estação de tratamento secundário de efluentes (ETE) nas torres de refrigeração, provenientes de diversos processos, como os das purgas da caldeira e das torres de refrigeração e da água da chuva do pátio do carvão. A segunda iniciativa consiste na adição de dióxido de cloro para a oxidação dos compostos orgânicos da água de refrigeração. Um volume de água que anteriormente contribuía para 3,5 ciclos, passou a dar para 12 a 15 ciclos, aumentando assim os ciclos de concentração das torres de refrigeração.

Até Dezembro de 2018 as medidas permitiram poupar mais de 1,2 milhões de metros cúbicos de água. Esta poupança juntamente com a redução dos custos associados aos efluentes anteriormente rejeitados atingiu, no mesmo período, mais de 6 milhões de Reais.

No total, com os investimentos iniciais e custos operacionais do tratamento da água de refrigeração e de manutenção da ETE, a implementação das medidas teve um balanço positivo de 2,3 milhões de Reais nos 16 meses de operação.

Espera-se no futuro mais do que duplicar o volume mensal de efluente tratado e reencaminhado para as torres de refrigeração. Com esta melhoria de processo é expectável que haja uma redução adicional de custos em cerca de 42%.

Juntamente com a redução de consumo de água pelo aumento dos ciclos de refrigeração, pretende-se que no futuro haja um aumento de 30% da poupança total de água, considerando a operação em carga nominal para os grupos de Pecém pertencentes à EDP.

Não se esperam novos investimentos associados às iniciativas implementadas. Sendo o mesmo válido para os custos operacionais, que variarão consoante a electricidade produzida.

CÁTEDRA EDP EM BIODIVERSIDADE PROMOVE INOVAÇÃO NO USO DO DNA AMBIENTAL

NOVA CÁTEDRA COORDENADA PELO CIBIO-INBIO JUNTA A UNIVERSIDADE DO PORTO, A EDP E A FCT NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ATRAVÉS DA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL COM RECURSOS AO eDNA

Decorrente da sua Política de Ambiente e respectiva estratégia de gestão de impacte, o Grupo EDP tem a ambição de atingir, até 2030, um balanço tendencialmente positivo no impacto gerado pelos novos projectos na biodiversidade, contribuindo para o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (Protecção da Vida na Terra), das Nações Unidas. Um compromisso que reforça a importância dos contributos da ciência para desenvolver metodologias capazes de melhorar a monitorização da qualidade dos habitats e promover soluções mais ágeis e viáveis de conservação dos ecossistemas.

A EDP, juntamente com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), está a co-financiar a continuidade da Cátedra EDP em Biodiversidade para o período 2018-2010, num conjunto de trabalhos de investigação científica dedicados à gestão de impactes, conservação e monitorização da biodiversidade. A Cátedra atribuída à Universidade do Porto, gerida pelo Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO-InBIO), está a ser desenvolvida por um grupo de investigação dedicado à ecologia aplicada (ApplEcol³). Esta é liderada pelo investigador Pedro Beja⁴, titular da mesma, cujos trabalhos reforçam a continuidade de uma linha de investigação dirigida para o desenvolvimento e implementação de ferramentas genómicas (*metabarcoding*) para monitorização de ecossistemas aquáticos, uma área emergente do conhecimento e que faz uso do ADN recolhido no ambiente (ADN ambiental ou genómica ambiental).

A Cátedra assenta em 3 áreas de investigação:

- **Genómica ambiental**, já referenciada anteriormente pelo seu carácter inovador, ocorre em zonas de albufeiras e cursos de água, nomeadamente nos associados aos empreendimentos e actividades da EDP e os temas principais figuram-se na caracterização de comunidades de peixes e a detecção de espécies invasoras em albufeiras de empreendimentos hidroeléctricos. A monitorização da qualidade dos cursos de água com recursos às técnicas de eDNA tem como objectivo final o desenvolvimento de novas técnicas custo-eficientes de monitorização biológica, gerando simultaneamente informação relevante que auxilie a resolução de problemas na gestão de impacte na biodiversidade e que contribua para uma meta de contrabalanço de biodiversidade (*Biodiversity Offsets*) sem perda líquida (*No Net Loss*) ou, preferivelmente, com saldos positivos (*Net Gains*) de biodiversidade. As actividades da nova Cátedra EDP em Biodiversidade arrancaram nos dias 18 e 19 de Dezembro de 2018 com um encontro internacional de especialistas⁵, onde se debateu a implementação das técnicas de eDNA para monitorização ambiental da água em Portugal;
- **Mitigação de impactes de aproveitamentos**, cujo foco está dirigido para o desenvolvimento de modelos conceptuais e abordagens metodológicas que promovam uma melhor gestão da mitigação dos impactes negativos na biodiversidade em aproveitamentos de produção hidroeléctrica. Isto é, aumentar os conhecimentos ecológicos sobre os impactes destas tecnologias de produção de electricidade na biodiversidade, por forma a que esses impactes sejam efectivamente mitigados pelas medidas de compensação já implementadas. Para isso, será dada continuidade aos trabalhos desenvolvidos durante a anterior Cátedra, nomeadamente dos estudos no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS) e do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT). Neste quadro, será dada prioridade à continuidade do trabalho desenvolvido no sítio de investigação de longo termo do Baixo Sabor (Sítio LTER Sabor⁶), estabelecido inicialmente com financiamento da FCT e que tem vindo a ser apoiado pela EDP Produção.

Pretende-se ainda prosseguir na parceria já estabelecida entre a EDP Produção e o polo nacional do Global Biodiversity Information Facility (GBIF) para que a EDP, no estatuto de *publisher*⁷ desta plataforma de partilha, de continuidade à publicação de dados de ocorrência de espécies recolhidos no âmbito dos trabalhos de avaliação

³ <https://cibio.up.pt/research-groups-1/details/applecol>

⁴ <https://cibio.up.pt/people/details/pobeja>

⁵ <https://cibio.up.pt/workshops--courses/details/workshop-on-molecular-approaches-envmetagen>

⁶ <https://www.lterportugal.net/sabor>

⁷ <https://www.gbif.org/publisher/e5150835-f502-424c-b470-24dd496b1b18>

de impacte ambiental e monitorização do AHBS e AHFT. Para informação adicional ver <https://www.edp.com/pt-pt/baixo-sabor-e-foz-tua>;

- **Mitigação de impactes da rede de distribuição eléctrica**, uma componente de investigação que não foi abordada na Cátedra EDP Biodiversidade anterior, e que se relaciona com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela EDP Distribuição na mitigação dos impactes das linhas eléctricas sobre as aves, incluindo os problemas de electrocussão e colisão. Neste âmbito, pretende-se dar um contributo científico adicional ao resultado do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão Técnica e Científica de Acompanhamento das Linhas Eléctricas e Aves – CTALEA –, desde 2003, no âmbito dos sucessivos Protocolos Avifauna⁸, nomeadamente no que diz respeito ao impacte das medidas adoptadas na dinâmica populacional das espécies mais sensíveis.

APLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA TCFD NA AVALIAÇÃO DOS RISCOS E OPORTUNIDADES DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Por incumbência dos Ministros das Finanças e dos Governadores dos Bancos Centrais do G20, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) criou a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) com o objectivo de formular um conjunto de recomendações visando ajudar as organizações a entender e divulgar aos mercados as questões relativas à sua exposição às alterações climáticas. O relatório final, produzido em 2017, fornece as principais recomendações com informação de suporte sobre riscos relacionados com o clima, oportunidades, impactos financeiros e análise de cenários, proporcionando transparência e um roteiro para cumprir os compromissos do Acordo de Paris.

As recomendações da TCFD estão estruturadas em 4 áreas que representam os elementos chave de funcionamento das organizações:

GOVERNAÇÃO	ESTRATÉGIA	GESTÃO DO RISCO	MÉTRICAS E OBJECTIVOS
Responsabilidades na gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.	Impactos dos riscos climáticos e oportunidades no negócio, estratégia e planeamento financeiro.	Processos usados para identificar, avaliar e gerir os riscos relacionados com o clima.	Métricas e objectivos utilizados para avaliar e gerir os riscos e oportunidades e quantificar potenciais impactos financeiros.

A EDP comprometeu-se a seguir as recomendações da TCFD, tendo iniciado o seu relato com a publicação do último questionário CDP Climate (www.edp.com/sustentabilidade/dimensao_ambiental/alteracoes_climaticas), como se sintetiza de seguida.

GOVERNAÇÃO

A abordagem do Grupo EDP aos desafios das alterações climáticas inclui a análise dos riscos e oportunidades e é gerida conforme a estrutura de governação corporativa, ilustrada na página 39. Nesta estrutura, destaca-se o papel central do Conselho de Administração Executivo (CAE), supervisionado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

No acompanhamento da acção climática do Grupo, o CAE é informado regularmente pelas Direcções Corporativas estratégicas sobre os temas climáticos de relevo, nomeadamente: a Direcção de Sustentabilidade, a qual desenha, propõe e acompanha políticas, objectivos e metas climáticas; a Direcção de Gestão do Risco, com identificação e análise dos riscos climáticos emergentes e oportunidades, integrados no processo geral de gestão do risco do Grupo EDP; a Direcção de Planeamento Energético, com desenho de cenários e análise de sensibilidade, nomeadamente aos efeitos de variação de preço de CO₂. Todas estas Direcções integram o Comité de Sustentabilidade, instrumento de gestão de apoio à tomada de decisão pelo CAE, que garante a adequada articulação entre as partes, assim como a participação activa das Unidades de Negócio nesta temática.

⁸ <https://www.edp.com/pt-pt/mitigacao-impacte-linhas>

ESTRATÉGIA

A EDP definiu uma estratégia de combate às alterações climáticas, com objectivos e metas de médio/longo prazo, tal como explicitado na página 103. A estratégia climática integra-se na estratégia corporativa estabelecida pelo CAE com base em cenários de mercado de *commodities*, análise de tecnologia e regulamentação e informação relativa a alterações climáticas, tais como: regulamentação de emissões actual e futura; evolução dos esquemas de apoio à geração renovável; preço de CO₂ e projecções; tendências de evolução do clima, incluindo frequência de eventos climáticos extremos.

As alterações climáticas influenciam explicitamente as seguintes prioridades da agenda estratégica da EDP para 2020:

- Crescimento orgânico focado nas tecnologias de baixo carbono, sobretudo eólica, hídrica e solar, com vista a atingir cerca de 76% de capacidade renovável em 2020;
- Baixa exposição ao CO₂ e outros riscos ambientais, através da geração renovável, gestão do portfólio de CO₂ e liderança em sustentabilidade, com vista a reduzir as emissões específicas em 75% em 2030, face aos níveis de 2005.

GESTÃO DE RISCO E OPORTUNIDADES

Procedeu-se a uma avaliação detalhada dos riscos climáticos emergentes e das oportunidades de acordo com a taxonomia proposta pela TCFD: riscos físicos (podem ter implicações financeiras para as organizações, tais como danos directos nos activos ou disrupção na cadeia de fornecimento), riscos de transição (podem implicar profundas mudanças nos negócios para responder à necessidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas, com potencial impacto financeiro e reputacional para as organizações) e oportunidades (possíveis ganhos decorrentes da estratégia de mitigação) – para mais detalhe ver quadro abaixo.

Uma das recomendações chave da TCFD, com vista a avaliar a resiliência da estratégia das organizações, consiste na utilização de cenários climáticos de longo prazo, incluindo o cenário de 2°C. A EDP utilizou 4 cenários RCP (Representative Concentration Pathway) do IPCC - 8.5 (*business-as-usual*), 6.0, 4.5 e 2.6 (o mais agressivo em termos de mitigação) -, para análise dos riscos físicos, e utilizou dois cenários da AIE (Agência Internacional de Energia), IEA450 e 2DS, para a análise dos riscos de transição:

RISCO	TIPO DE RISCO	PRINCIPAL IMPACTO E MITIGAÇÃO
RISCOS FÍSICOS	Agudos , com impacto no aumento da frequência e severidade de eventos extremos, tais como ondas de calor, secas, inundações, tempestades, incêndios florestais.	O aumento da frequência e severidade dos fenómenos extremos, de acordo com os cenários do IPCC, poderá causar disrupção das actividades de produção e distribuição, bem como aumentar o custo operacional e de capital da recuperação de danos nos activos das redes de distribuição e da geração. Como estratégias de mitigação, a EDP tem um plano de seguros abrangente e tem vindo a reforçar planos de continuidade do negócio e gestão de crise, minimizando impacto para o negócio e terceiros.
	Crónicos , relativos a mudanças de longo prazo nos padrões climáticos, por exemplo, aumento da temperatura média e do nível médio dos oceanos, e a alteração dos padrões de precipitação.	Uma diminuição estrutural na precipitação, agravada por um potencial aumento dos usos competitivos da água, afectará a produção hidroelétrica. O cenário 8.5 do IPCC é particularmente preocupante para o negócio na Península Ibérica, podendo representar uma diminuição dos níveis médios de precipitação anual na ordem dos 10%, impactando directamente a produtividade hídrica. Para mitigação deste risco, a EDP tem uma estratégia de diversificação por tecnologia, geografia e por área de negócio. Anos como 2017, representativo de um ano muito seco (IPH = 0,47), cujo impacto do risco hidrológico na Península Ibérica foi de cerca de 300M€, podem vir a ser mais comuns, com a redução estrutural dos níveis de precipitação.

RISCO	TIPO DE RISCO	PRINCIPAL IMPACTO E MITIGAÇÃO
RISCOS DE TRANSIÇÃO	Regulatórios , relativos a acções governamentais concertadas para a adopção de estratégias de mitigação e adaptação climática, p. ex., alteração dos esquemas de apoio às energias renováveis	Um dos potenciais riscos regulatórios climáticos identificados relaciona-se com a alteração do quadro regulatório relativo à geração a partir de fontes renováveis, com potencial impacto financeiro para a EDP. O risco é mitigado através de uma estratégia activa de diversificação em várias tecnologias e geografias (ver oportunidades), maturidade de activos, bem como através de um acompanhamento rigoroso da regulação e políticas governamentais.
	Tecnológicos , no que respeita à adopção de novas tecnologias requerendo maior investimento por parte das organizações.	Num sector em acelerada transformação, onde se assistirá a uma disrupção do sistema actual, o aparecimento de novas tecnologias mais eficientes obriga a níveis de investimento superiores. O risco de falha no acompanhamento ou o atraso na adopção de novas tecnologias pode comprometer o futuro. A EDP acompanha as tendências de mercado, o estudo de tecnologias ainda em amadurecimento ao longo da cadeia de valor e tem uma política de inovação clara e focada nas principais tendências do sector (página 42).
	De mercado , decorrentes da alteração de dinâmicas de mercado, por influência, por exemplo, de alterações do comportamento dos clientes e alterações dos fundamentais de mercado.	É expectável uma redução da procura promovida pela melhoria da eficiência energética. Esta é impulsionada por uma mudança nos padrões de consumo (via regulação ou por alteração de comportamento), com potencial impacto negativo nas receitas das comercializadoras. O risco a médio prazo, no cenário de cumprimento da Directiva Europeia de Eficiência Energética, poderá conduzir a uma redução anual de 1,5% no consumo na Península Ibérica. Este risco é compensado positivamente pelo actual reconhecimento da electrificação como solução essencial à descarbonização da economia, acelerando o reforço da oferta de serviços de energia, conforme descrito na tabela das oportunidades .
	Reputacionais , referindo-se ao aumento da preocupação dos <i>stakeholders</i> e influência da opinião pública.	O sector eléctrico é tradicionalmente visto como contribuinte líquido para as Alterações Climáticas. Numa mudança de paradigma, o Grupo está a reforçar o seu portfólio renovável, ultrapassando os 75% em 2020. Simultaneamente, é reconhecido pelo seu comportamento de excelência nos vários índices de sustentabilidade onde está integrado, demonstrando o seu carácter sustentável e fornecendo evidência sobre medidas e estratégias adoptadas.
OPORTUNIDADES	TIPO DE OPORTUNIDADE	IMPACTO FINANCEIRO POSITIVO
	Eficiência de recursos , no que respeita à redução de custos operacionais por aumento da eficiência nos processos da cadeia de valor.	Oportunidade de investimento em nova capacidade de geração limpa, em mercados já existentes ou novos, tirando partido de esquemas de apoio às renováveis. De acordo com o plano de negócios 2016-2020, o EBITDA da EDP Renováveis deverá crescer 8%/ano no período 2015-2020.
	Fonte de energia , decorrente do aproveitamento de políticas de incentivo à geração renovável, alavancando no portfólio de geração já existente.	
	Produtos e serviços , tomando parte no desenvolvimento e expansão de produtos e serviços de baixo carbono, e na electrificação do consumo como medida descarbonização da economia; e (potencialmente) no aumento da procura de energia para aquecimento/arrefecimento por influência de riscos físicos.	O aumento previsível da procura de electricidade por efeito dos extremos de temperatura poderá beneficiar a comercialização a longo prazo. Com base em estudos internos desenvolvidos para a Península Ibérica, um aumento da temperatura média de 1,5°C no Verão e de decréscimo de 2°C no Inverno, pode levar a um aumento de 2% dos consumos anuais.
	Mercados , acesso a novos mercados através da diversificação geográfica, tecnológica, e de negócio (por exemplo, novos serviços). A emissão de obrigações "verdes" (<i>Green Bonds</i>) para geração de baixo carbono constitui igualmente uma nova oportunidade.	O reforço da oferta de produtos e serviços de eficiência energética constitui, já hoje, uma nova oportunidade de negócio, com impacto financeiro potencial no aumento médio das vendas estimado em cerca de 150 M€/ano no período 2016-2020.
Resiliência , através do desenvolvimento da capacidade de adaptação para responder às mudanças climáticas para melhor gerir os riscos associados e aproveitar as oportunidades.		

MÉTRICAS E OBJECTIVOS

A EDP utiliza um conjunto de métricas para monitorizar e avaliar o desempenho da sua actividade em face das metas subjacentes à estratégia definida, assim como a resiliência do Grupo aos desafios actuais e futuros existentes neste domínio. Estas métricas são utilizadas nos capítulos "Promoção das Energias Renováveis", "Inovação e Investigação", "Mobilidade Sustentável", "Novos Serviços de Energia"; "Alterações Climáticas" e "Eficiência Energética".

3.4 REFORÇAR A CONFIANÇA

O eixo "Reforçar a confiança" define objectivos de promoção da cultura ética, de satisfação dos clientes, de minimização dos impactos da cadeia de fornecimento em matéria de direitos humanos, de avaliação dos fornecedores críticos, de auditoria a prestadores de serviço, de promoção da cidadania e do voluntariado e dos objectivos das Nações Unidas através da participação activa em parcerias nacionais e internacionais. Os objectivos estabelecidos contribuem para os ODS 11 e 17.



3.4.1 GOVERNO SOCIETÁRIO

O governo da sociedade EDP valoriza a integridade, a transparência, a honestidade e a capacidade de liderança e exemplo, sustentando-se para o efeito em pilares como a estratégia, cultura, controlo de riscos e crescimento. Decorrente do processo de avaliação da materialidade, foram identificados pelos nossos *stakeholders* três aspectos-chave:

1. Funcionamento dos órgãos da sociedade, assente nos pilares de governo societário de independência e de separação de competências e de diversidade;
2. Sistema de gestão e controlo do risco e de auditoria;
3. Avaliação de desempenho e remunerações.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE, ASSENTE NOS PILARES DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE INDEPENDÊNCIA E DE SEPARAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE DIVERSIDADE

Os estatutos da EDP e os seus regulamentos internos contêm normas em matéria de independência e adequação às melhores práticas de governo aplicáveis a sociedades cotadas, com destaque para o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018.

A EDP tem instituído um procedimento de verificação do cumprimento dos requisitos de independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, em especial no caso de ter sido eleito como membro independente do Conselho Geral e de Supervisão (Regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão, artigo 8.º; ver ainda a definição de independência na página 35 deste relatório). No início de cada exercício, os membros do Conselho Geral e de Supervisão renovam as suas declarações relativamente à inexistência de incompatibilidades e, se for o caso, à verificação dos requisitos de independência (artigos 7.º e 8.º do Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão). As principais fontes normativas são o artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, o artigo 9.º dos Estatutos da EDP assim como o Código de

Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, estando identificados no Relatório do Governo da Sociedade os membros do Conselho Geral e de Supervisão e a respectiva declaração de incompatibilidades/independência que pode ser consultada em www.edp.com> investidores> governo da sociedade> dados da sociedade> declaração incompatibilidade.

Com as devidas adaptações, o referido procedimento é aplicado aos membros do Conselho de Administração Executivo, cabendo a cada um destes órgãos sociais ajuizar, a cada momento, a independência dos seus membros e justificar expressamente qualquer divergência face a recomendações que a EDP deva atender.

A EDP assegura através da sua Política de Selecção dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo a diversidade na composição dos respectivos órgãos sociais. No âmbito do processo de selecção, a EDP deve assegurar a integração de diversas competências, experiências profissionais, diversidade de conhecimentos, de género e de culturas, atentas as especificidades dos negócios da Sociedade, devendo as respectivas propostas para eleição ser fundamentadas no que diz respeito ao perfil do candidato e à função que irá desempenhar, de modo a que os accionistas possam verificar a adequação do perfil, conhecimentos e currículo dos candidatos às funções que vão desempenhar. Para além deste conjunto de orientações, a EDP assinou um Protocolo que promove a diversidade e a igualdade de oportunidades, em alinhamento com a nova lei que determina que o género sub-representado não pode ser inferior a 20%, nos órgãos de administração e fiscalização, a partir da primeira assembleia geral electiva após 1 de Janeiro de 2018 e 33,3% em 2020.

De acordo com o modelo de Governo da Sociedade da EDP, a separação de funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração Executivo, o qual está encarregue da gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Geral e de Supervisão, órgão máximo responsável pela função de supervisão.

A EDP tem, assim, o presidente (*Chairman*) do Conselho Geral e de Supervisão, que coordena as actividades daquele Conselho no âmbito das competências do respectivo órgão social. O presidente do Conselho de Administração Executivo (CEO) coordena as actividades deste órgão dentro das respectivas competências.

A representação destes órgãos é assegurada pelos seus presidentes.

Dos 21 membros do Conselho Geral e de Supervisão, 11 têm o estatuto de independentes, em cumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais. António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, membro independente, eleito na AG de 5 de Abril de 2018, apresentou renúncia ao cargo a 27 de Julho de 2018.

No início do mandato, os membros do Conselho Geral e de Supervisão declararam o seu pleno cumprimento com os requisitos de independência estabelecidos no artigo 9.º dos Estatutos da EDP.

SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DO RISCO E DE AUDITORIA

A EDP dispõe de sistemas internos de controlo e gestão de riscos desenhados em conformidade com as recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance. À luz dos regulamentos internos o Conselho Geral e de Supervisão é o órgão competente pela fiscalização (adequação e eficácia), em particular através da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria. Por sua vez, o Conselho de Administração Executivo propõe ao Conselho Geral e de Supervisão a fixação dos objectivos estratégicos da Sociedade em matéria de assunção de riscos, nomeadamente no âmbito da apreciação do plano de negócios da Sociedade. Desenvolve ainda um esforço contínuo de aperfeiçoamento dos sistemas internos de controlo e gestão de riscos e periodicamente reporta ao Conselho Geral e de Supervisão (e à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria) a identificação e a evolução dos principais riscos ligados à actividade da EDP, com a quantificação do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos considerados relevantes.

A gestão de risco efectiva é vital para o planeamento financeiro a longo prazo e flexibilidade organizacional. A EDP tem um sistema de gestão de risco abrangente e suportado nas melhores práticas internacionais, nomeadamente na metodologia COSO. Este modelo avalia os eventuais *gaps* existentes ou as variações externas e internas constantes, identifica normativos

a serem desenhados e controlos a serem implementados. Para supervisionar a execução dos normativos aprovados, a Auditoria Interna executa planos anuais, desenhados com base na avaliação dos riscos de execução.

A actividade de Auditoria Interna tem a qualidade da sua actividade avaliada pelo Institute of Internal Auditors, desde 2010, tendo dessa forma a garantia da execução dos trabalhos de forma proficiente, aprofundada, com as competências adequadas e no cumprimento das normas internacionais dos profissionais de Auditoria Interna.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÕES

A remuneração dos órgãos sociais da EDP encontra-se alinhada com todas as recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (ver página 176 do Relatório e Contas 2018). A política de remunerações dos membros dos órgãos sociais (com excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo) é fixada pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral e submetida anualmente a este órgão para apreciação.

A política remuneratória dos membros do Conselho de Administração Executivo é fixada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão e igualmente submetida à Assembleia Geral para apreciação. A política remuneratória visa promover o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da EDP, tendo em conta as funções desempenhadas por cada um dos membros e a situação económica da sociedade. Os critérios de determinação das remunerações privilegiam mecanismos que permitem associar as mesmas à avaliação do desempenho individual de cada membro.

ESTRUTURA DE REMUNERAÇÕES

A remuneração dos membros dos órgãos sociais (com excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo) é constituída, apenas, por uma parcela fixa.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo envolve duas componentes: remuneração fixa e remuneração variável.

A remuneração variável encontra-se subdividida entre variável anual, que apenas pode atingir 80% da remuneração fixa, e variável plurianual, que pode atingir 120% da remuneração fixa. A remuneração variável plurianual só é devida se forem atingidos os objectivos previamente definidos e é paga com um desfasamento de três anos relativamente ao exercício em causa, ficando o referido pagamento condicionado à não realização de actos ilícitos dolosos, conhecidos após a realização da avaliação e que ponham em causa a sustentabilidade do desempenho da Sociedade, e sendo efectuado após o seu apuramento e aprovação pela Comissão de Vencimentos.

Mais detalhe encontra-se divulgado nas páginas 177 do Relatório e Contas 2018.

AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADE

A EDP instituiu, voluntariamente, um processo formal e objectivo de avaliação da actividade do Conselho Geral e de Supervisão e suas Comissões Especializadas, e do Conselho de Administração Executivo.

Este processo de auto-avaliação, previsto no artigo 17º número 2 do Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão, baseia-se num questionário, de preenchimento individual e confidencial, com o qual se pretende aferir a percepção pessoal de cada Membro do Conselho Geral e de Supervisão sobre a actividade do próprio Conselho, das suas Comissões Especializadas e do Conselho de Administração Executivo, nomeadamente ao nível de:

- Composição, organização e funcionamento;
- Actividade desenvolvida durante o exercício em análise;
- Relacionamento com os outros órgãos sociais da EDP e demais *stakeholders*;
- Auto-avaliação individual.

O propósito do referido questionário é o de constituir um suporte objectivo para a reflexão do Conselho Geral e de Supervisão, tendo em vista a melhoria contínua do desempenho, quer no que respeita às próprias funções, quer no relacionamento com os *stakeholders* da EDP, quer ainda na defesa dos interesses dos Accionistas.

Neste sentido, no início de cada ano, os Membros do Conselho Geral e de Supervisão são convidados a preencher o referido questionário de avaliação. Com base nas respostas ao questionário, o Conselho Geral e de Supervisão reflecte conjuntamente sobre esses dados, extraindo as suas conclusões, as quais são amplamente debatidas por todos os Membros do Conselho Geral e de Supervisão e pelos Membros do Conselho de Administração Executivo, em plenário do Conselho Geral e de Supervisão, sendo identificadas as oportunidades de melhoria a implementar.

Todo este processo de avaliação (conteúdo e formato do questionário, as conclusões do mesmo), é analisado e certificado por um consultor externo.

Os resultados do processo de avaliação do Conselho Geral e de Supervisão, das suas Comissões Especializadas e do Conselho de Administração Executivo poderá ser consultado no Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

DECLARAÇÃO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CGS E COMISSÕES
ESPECIALIZADAS DA EDP

À luz das melhores práticas de governo societário, e numa perspectiva de melhoria contínua do processo interno de avaliação aplicado voluntariamente na EDP ao Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e às diferentes Comissões Especializadas, a Mercer procedeu à análise do atual processo de avaliação.

No início de 2019, cada membro do CGS/ Comissão da EDP foi convidado a preencher um questionário de avaliação, que inclui uma componente de autoavaliação individual, com o propósito de aferir a sua perceção pessoal sobre o desempenho do próprio CGS/ Comissão. O questionário abrange a avaliação de um conjunto diversificado de dimensões de análise (conforme tabela abaixo apresentada), numa escala quantitativa - 1 (Fraco/Discordo totalmente) a 5 (Excelente/Concordo totalmente).

Detalhe sobre as dimensões analisadas em cada questionário

QUESTIONÁRIO	DIMENSÕES DE ANÁLISE
Autoavaliação do CGS	
Autoavaliação da CVEN	1. Composição, organização e funcionamento
Autoavaliação da CEP	2. Desempenho da sua atividade
Autoavaliação da CGSS	3. Autoavaliação individual
Autoavaliação da CMF	

CGS: Conselho Geral e de Supervisão | CVEN: Comissão de Vincimentos | CEP: Comissão de Estratégia e Performance | CGSS: Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade | CMF: Comissão para as Matérias Financeiras

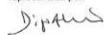
Da análise aos resultados dos questionários, e no que respeita especificamente à avaliação do CGS e de cada uma das Comissões especializadas, todas as sub-dimensões avaliadas obtiveram uma avaliação média entre 3.7 e 5.

Importa ainda referir que a média das avaliações do CGS nas dimensões de análise 1 a 3 acima referidas foi de 4.4. Por seu lado, a média das avaliações da CVEN nas dimensões 1 a 3 foi de 4.9, da CEP foi de 4.4, da CGSS foi de 4.5 e da CMF foi de 4.5.

A Mercer considera que o processo de avaliação do CGS e de cada Comissão Especializada e os respetivos questionários, descritos neste documento e adotados pela EDP, constituem uma boa prática e foram definidos à luz dos bons princípios de governo societário.

1 de Março de 2019

Mercer (Portugal) Lda
representada por:



Diogo Alarcão
CEO da Mercer Portugal

Mercer (Portugal) Lda
Soc. Com. Capital por Quotas - Matriculada na Com. Reg. Com. de Lisboa e NIPC 501 192 115
Capital Social: 187.000,00€



DECLARAÇÃO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO DA EDP

À luz das melhores práticas de governo societário, e numa perspectiva de melhoria contínua do processo interno de avaliação aplicado voluntariamente na EDP ao Conselho de Administração Executivo (CAE) pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS), a Mercer procedeu à análise do atual processo de avaliação.

No início de 2019, cada membro do CGS da EDP foi convidado a preencher um questionário de avaliação, com o propósito de aferir a sua perceção pessoal sobre o desempenho do CAE. O questionário abrange a avaliação de um conjunto diversificado de dimensões de análise (conforme tabela abaixo apresentada), numa escala quantitativa - 1 (Fraco/Discordo totalmente) a 5 (Excelente/Concordo totalmente).

Detalhe sobre as dimensões analisadas em cada questionário

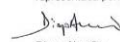
QUESTIONÁRIO	DIMENSÕES DE ANÁLISE
Avaliação do CAE	1. Composição e organização 2. Desempenho da sua atividade 3. Relacionamento com o CGS 4. Relacionamento com outros interlocutores

Da análise aos resultados dos questionários de avaliação do CAE, todas as sub-dimensões avaliadas obtiveram uma avaliação média entre 3.4 e 4.7. Importa ainda referir que a média das avaliações do CAE nas dimensões de análise 1 a 4 acima referidas foi de 4.3.

A Mercer considera que o processo de avaliação do CGS sobre o CAE e o respetivo questionário, descritos neste documento e adotados pela EDP, constituem uma boa prática e foram definidos à luz dos bons princípios de governo societário.

1 de Março de 2019

Mercer (Portugal) Lda
representada por:



Diogo Alarcão
CEO da Mercer Portugal

Mercer (Portugal) Lda
Soc. Com. Capital por Quotas - Matriculada na Com. Reg. Com. de Lisboa e NIPC 501 192 115
Capital Social: 187.000,00€



3.4.2 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Um dos principais valores da EDP é a confiança e, como é sabido, a ética é a base da confiança. Alinhado com esta convicção, e colocando a ética enquanto elemento central e fundamental da cultura organizacional, foi aprovado pelo Conselho de Administração Executivo da EDP em 2005, o Código de Ética do Grupo EDP, tendo sido feita uma distribuição nominativa a todos os colaboradores com evidência em Fevereiro de 2006 estando disponível em português, castelhano e inglês. Assim, o Grupo EDP, que tem hoje uma presença global no mundo, agregando pessoas de diferentes gerações, culturas e padrões de comportamento, desenvolveu e leva à prática, reiteradamente, entre outros, a ética como princípio fundamental de sustentação de uma companhia que honra os compromissos que estabelece com os seus colaboradores, com os clientes, com os accionistas, com os parceiros e com a sociedade em geral. Tal significa que a EDP estabelece objectivos concretos de desempenho ético em toda a organização, cujo atingimento pressupõe a concretização por todos os envolvidos, de uma actuação que possibilite não só a minimização do risco de ocorrência de más práticas éticas, mas também de garantia de um elevado grau de consciencialização e de exigência ética ao nível individual.

Em matéria de ética empresarial, em alinhamento com os mesmos princípios de actuação e compromissos com as partes interessadas estabelecidos no Código de Ética do Grupo EDP, a companhia tem construído ao longo dos anos um consistente "edifício" expresso nomeadamente em códigos e políticas específicas - devidamente disseminados em toda a companhia através de acções de comunicação e de programas de formação e de sensibilização - tais como o Código de Conduta para a Alta Direcção e Senior Financial Officers, Código de Conduta do Fornecedor EDP, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, o Código de Conduta da EDP Comercial, a Política Anticorrupção da EDP Renováveis, entre vários. Em 2018, foi publicado mais um importante documento complementar, a Política de Integridade do Grupo EDP, de aplicação transversal a todas as empresas do Grupo EDP.

Cientes de que a EDP é hoje uma "empresa ampliada", cuja acção nos seus negócios é potenciada pelas suas inúmeras parcerias, os compromissos de desempenho ético têm sido expandidos aos prestadores de serviços externos, quer através de programas de formação, quer através da formalização contratual sobre o cumprimento das políticas do Grupo nesta matéria.

O Grupo EDP dispõe de um robusto processo decisional aos vários níveis da companhia, que funciona como um importante mecanismo preventivo de riscos éticos. No entanto, a EDP dispõe também de outros instrumentos para identificação de riscos éticos, de que são exemplos as regulares auditorias internas e externas em todas as áreas de negócio. Os riscos éticos identificados são avaliados em sede de Comité de Ética, um dos comités específicos criados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – que é secretariado pelo Provedor de Ética e agrega representantes de todas as empresas do Grupo e áreas corporativas relevantes nesta matéria – e posteriormente pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral e de Supervisão da EDP.

GESTÃO DE RECLAMAÇÕES ÉTICAS

As reclamações éticas são apresentadas ao Provedor de Ética utilizando o canal específico disponível em: www.edp.com/pt-pt/contacte-o-provedor.

Encontra-se acessível a todos os *stakeholders*, privilegiando um contacto próximo com o Provedor de Ética, permitindo um robustecimento deste mecanismo de comunicação por via de uma resposta mais célere, da garantia da protecção da confidencialidade e dos dados pessoais, e ainda de uma centralização de toda a informação gerada tornando-a facilmente auditável.

A EDP disponibiliza ainda a todas as partes interessadas internas e externas, um outro canal de denúncia (audit@edp.pt) que lhes permite reportar qualquer alegada prática ilícita ou irregularidade contabilística ou financeira na sua empresa, de forma directa e confidencial ao Comité de Assuntos Financeiros / Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão.

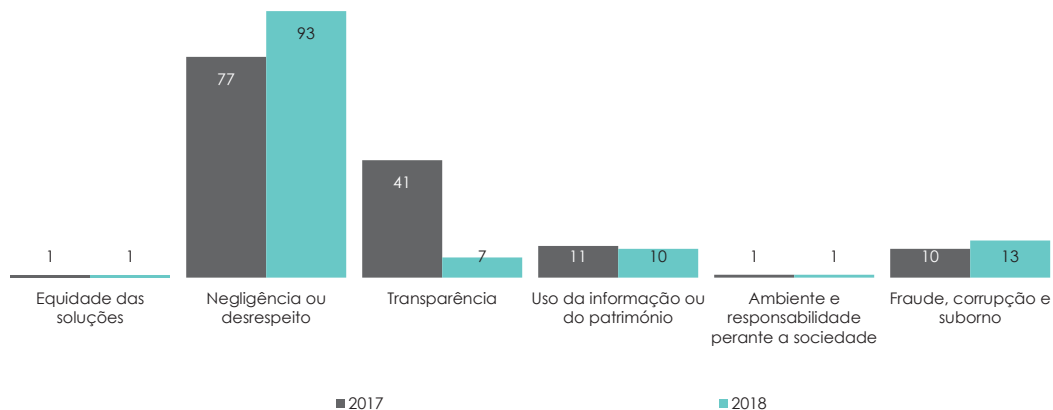
A EDP tem um compromisso explícito de não retaliação, justiça e confidencialidade da identidade do reclamante e de discricção em relação ao assunto da reclamação. A confidencialidade do reclamante é garantida dentro do alto nível de desempenho dos sistemas de informação da EDP, particularmente no que diz respeito à protecção e processamento de informação adequada de acordo com todas as leis aplicáveis.

Estes mecanismos encontram-se explicitados no Código de Ética do Grupo EDP assim como no seu respectivo Regulamento.

RISCO DE CORRUPÇÃO/ SUBORNO/ FRAUDE/ BRANQUEAMENTO

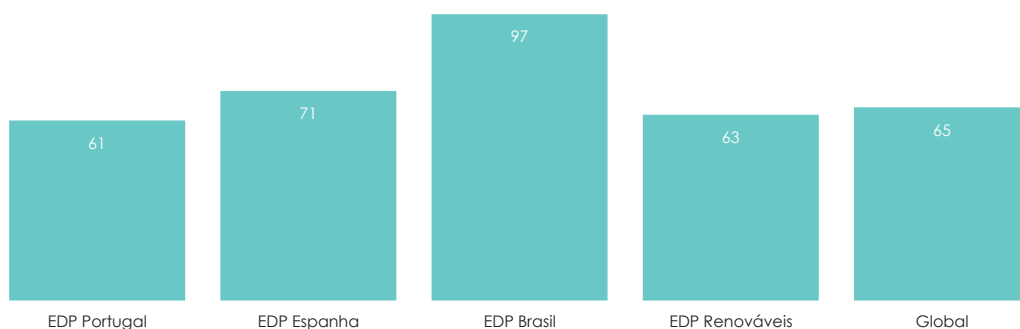
As decisões e acções da EDP e dos seus colaboradores deverão ser pautadas pelos princípios de actuação estabelecidos no Código de Ética e em outros compromissos voluntariamente assumidos, agindo em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde operamos, mantendo o compromisso de uma conduta íntegra e sistemas de controlo interno adequados à prevenção e detecção de fraudes ou irregularidades, nomeadamente em matérias financeiras, corrupção e suborno, conflito de interesses e uso da informação e do património.

RECLAMAÇÕES PRESENTES A COMITÉ DE ÉTICA POR CATEGORIA (#)



Tendo por base o compromisso da EDP com a ética e a integridade em todos os seus negócios, e complementando as políticas e procedimentos sobre esta matéria já existentes em diferentes empresas do grupo (nomeadamente na EDP Renováveis e na EDP Brasil), foi implementada em 2018 uma Política de Integridade do Grupo (pág. 170), de aplicação transversal a todas as suas participadas. Esta política define os compromissos, os princípios gerais de actuação e os deveres das sociedades do grupo, seus colaboradores e parceiros de negócio, no que diz respeito à prevenção de actos ilícitos, práticas de corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. A sua divulgação generalizada e o reforço da sensibilização / formação específica em matéria de integridade e de prevenção da corrupção, a par da manutenção dos modelos de prevenção e controlo de responsabilidade penal na EDP Espanha e EDP Renováveis, assim como o reforço da actividade de monitorização de terceiros / realização de *Due Diligence* de Integridade na EDP Brasil (1.408 terceiros analisados durante 2018), destacam-se como iniciativas concretizadas para minimizar os riscos associados a condutas potencialmente ilícitas. Para 2019, para além da manutenção das principais actividades já realizadas, perspectivase a definição e operacionalização da metodologia de realização de *Due Diligence* de Integridade de terceiros noutras geografias (nomeadamente em Portugal), assim como o reforço de mecanismos detalhados em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

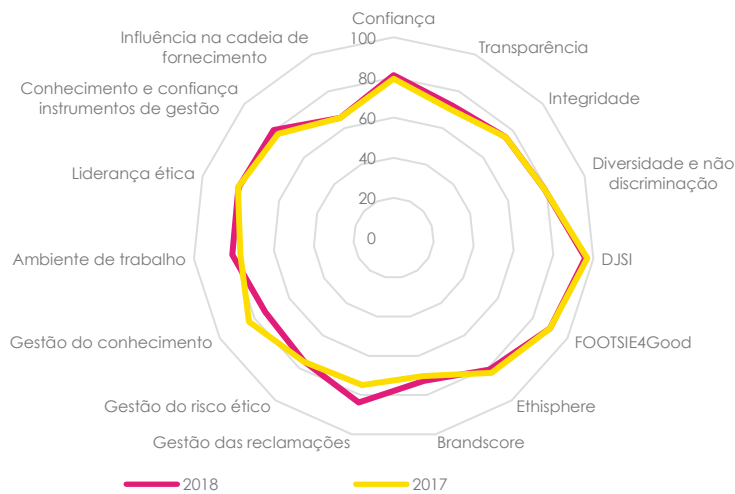
FORMAÇÃO EM INTEGRIDADE (% FACE AOS COLABORADORES SELECIONADOS PARA FORMAÇÃO)



PROMOÇÃO DE CULTURA ÉTICA

Um dos objectivos da gestão de desempenho ético na EDP é a manutenção de uma cultura consistente com os valores do Grupo, em que a ética é um pilar essencial. A promoção desta cultura é efectuada em todas as geografias em que a companhia está representada, através de um programa que contempla, quer a publicação e divulgação de políticas que enquadrem os grandes temas da gestão incluindo a sua inter-relação com a ética empresarial, quer a dinamização das instâncias de *governance* do tema ético na companhia, de que o Comité de Ética é exemplo, quer, e de um modo muito relevante, a realização de múltiplas acções de comunicação, sensibilização e formação nas várias temáticas em que a ética se projecta.

ETHICIS



Esta actuação, em particular no que concerne à formação, foi alargada em 2018 aos inúmeros parceiros com a que a EDP interage, fazendo hoje parte dos compromissos, tendencialmente obrigatórios, para todos aqueles que trabalham com o Grupo, tendo já sido formados, desde o início do projecto (Dezembro de 2016), 78% dos aproximadamente 400 fornecedores que actuam em nome ou que trabalham nas instalações da empresa e que são vistos, pelos clientes e pelos diferentes *stakeholders* com quem interagem, como fazendo parte da "empresa ampliada".

A eficácia deste programa de reforço da cultura ética é anualmente aferida, internamente pelo índice "Ethicis", e externamente pelo "Ethics Quotient" do Ethisphere Institute, apresentando, neste último caso, uma avaliação relativa muito positiva atribuindo o reconhecimento, pelo 7.º ano consecutivo, na lista das "World's Most Ethical Companies".

ENVOLVIMENTO POLÍTICO RESPONSÁVEL

Embora alguns dos regimes jurídicos vigentes em países onde o Grupo EDP opera o permitam, nenhuma das sociedades do Grupo realizou contribuições monetárias ou em espécie para partidos políticos. A não realização, pelas empresas do Grupo, de tais contribuições está em consonância com os valores internos consagrados no Código de Ética do Grupo EDP, nos termos do qual "os colaboradores comprometem-se a não efectuar, em nome da empresa, contribuições monetárias ou outras a partidos políticos". Por sua vez, "a EDP compromete-se a permitir, onde tal seja admitido por lei, a disponibilização de mecanismos, devidamente regulamentados, para a participação dos colaboradores nos processos políticos, a qual pode incluir contribuições monetárias a título voluntário e pessoal".

A EDP desenvolve contactos com responsáveis políticos na esfera da cadeia de valor da energia, seja a nível nacional seja a nível internacional. Existe uma postura de transparência e colaboração com estas entidades.

Neste contexto, a EDP está registada no registo de transparência na União Europeia, que consiste numa base de dados de grupos de interesse que têm como objectivo sensibilizar os decisores das instituições europeias para diversos temas, com a designação de um representante para o efeito.

Relativamente ao ano de 2018, os custos relativos à actividade exercida no âmbito deste registo foram de 3,9 milhões de Euros, sendo de salientar as intervenções relativas ao Clean Energy Package (CEP). O modelo de governo do CEP prevê que os Estados-Membros apresentem os respectivos Planos Nacionais de Energia e Clima, com uma visão a 10 anos, os quais devem estabelecer os objectivos a que se propõem e como os pretendem alcançar, em cinco áreas chave: descarbonização, eficiência energética, segurança de abastecimento, mercado interno e investigação, inovação e competitividade. Estes temas são tratados no âmbito da participação da companhia nos grupos de trabalho da EURELECTRIC.

PRÁTICAS CONCORRENCIAIS JUSTAS

RESPEITO PELAS REGRAS DA CONCORRÊNCIA

A EDP promove o estrito cumprimento das regras de concorrência, com base nos compromissos assumidos no seu Código de Ética, na sua Política de Integridade, no seu Compromisso de Sã Concorrência e no seu Programa Específico de Compliance em matéria de Concorrência. O Programa Específico de Compliance em matéria de Concorrência encontra-se a ser implementado em Portugal desde 2017 e será muito brevemente implementado nas demais geografias, compreendendo, designadamente, as seguintes acções:

- Revisão de todos os Contratos relevantes, celebrados ou a celebrar, do ponto de vista da respectiva conformidade com as regras de concorrência;
- Revisão dos procedimentos de *pricing* grossista e retalhista, do mesmo ponto de vista;
- Formalização de um procedimento para a notificação de operações de concentração às Autoridades de Concorrência;
- Implementação e monitorização de um vasto conjunto de controlos internos que garantem que os referidos Contratos e Procedimentos são devidamente revistos e aplicados;
- Aprovação e distribuição pelos colaboradores de um Manual de Concorrência, contendo as normas de conduta a respeitar por forma a garantir total conformidade com as regras de concorrência;
- Formação de colaboradores em matéria de concorrência.

QUESTÕES RELATIVAS A CLIENTES

Em Abril de 2017, tendo em vista não comprometer o cumprimento das empresas do grupo EDP, em Portugal, dos requisitos legais em matéria de concorrência, foi aprovado o Programa Específico de Compliance. Em termos globais o objectivo do referido programa é o de garantir a conformidade dos contratos celebrados pela EDP com as regras de concorrência. Abordagem similar de prevenção e mitigação de práticas que restrinjam a concorrência encontra-se a ser implementada para as restantes geografias, sem prejuízo dos códigos e manuais já aplicados.

No primeiro semestre de 2017, a EDP e a sua subsidiária EDP Comercial foram notificadas de uma decisão condenatória da Autoridade da Concorrência (AdC), num processo de práticas restritivas da concorrência, da qual resultou a imposição de uma coima à EDP no valor de 2,9 milhões de Euros e de uma coima à EDP Comercial no valor de 25,8 milhões de Euros.

A Decisão da AdC reportou-se a alguns aspectos do Plano EDP Continente, celebrado com a Modelo Continente Hipermercados, que esteve em vigor durante um período limitado no ano de 2012, com benefícios significativos para os consumidores.

Estas notificações foram uma surpresa para as empresas em causa que, logo no início da implementação do Plano deram a conhecer o referido acordo à AdC e sempre pautaram a sua actuação pelo estrito cumprimento das regras legais. Aliás, o Plano EDP Continente terá inclusivamente contribuído para a dinamização da Concorrência do mercado energético (como foi reconhecido pela ERSE), por se traduzir em descontos efectivos para os consumidores e ter sido seguida por várias outras iniciativas semelhantes por parte de outros operadores. Neste sentido, a EDP S.A. e a EDP Comercial, em Junho de 2017, apresentaram recurso judicial da decisão condenatória da AdC, estando a aguardar decisão do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

SEGURANÇA E PRIVACIDADE DA INFORMAÇÃO

A EDP reconhece a segurança da informação como um objectivo estratégico e um dos requisitos fundamentais de negócio, assumindo esse compromisso ao nível da gestão de topo. A Política de Segurança de Informação do Grupo EDP, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece a segurança da informação como um factor competitivo, gerador de confiança nos seus *stakeholders*, mas também como uma responsabilidade crítica no contexto social, como resultado do seu papel de operador de infra-estruturas críticas e gestor de grandes volumes de dados pessoais de clientes e colaboradores.

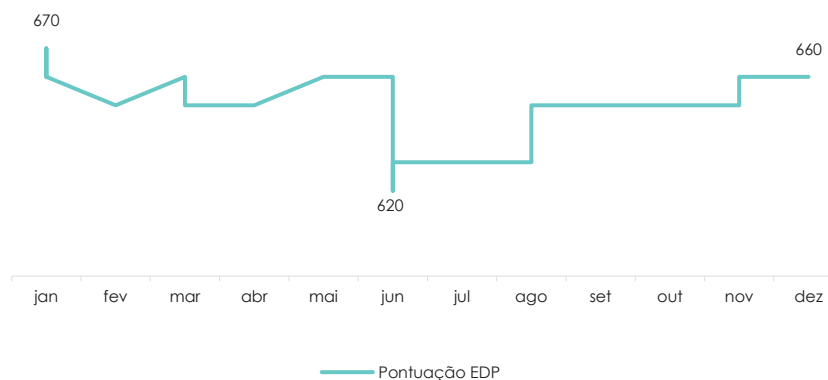
Para concretizar a visão estratégica para a segurança de informação, o Grupo EDP estabeleceu um Plano Director de Segurança, aprovado em CAE, para o triénio 2018-2020, assente no princípio Segurança E2E (*End to End*). Este princípio orientador implica uma abordagem holística por toda a organização, evitando a visão em silos, mas também prevê a incorporação da segurança desde a construção de serviços e aplicações, até às actividades exercidas pelos prestadores de serviço, numa lógica de *Security by Design*. Os objectivos estratégicos deste plano estabelecem um foco nas pessoas, reconhecendo-as como elemento chave na segurança; na resiliência, em concreto na construção de uma capacidade de reacção e recuperação de incidentes críticos; na *compliance*, satisfazendo as leis e regulamentos externos impostos ao sector e gerando confiança, e na inteligência, tornando a segurança menos intrusiva, mais eficiente e potenciadora do negócio, mormente da transformação digital.

Em termos operacionais a EDP dispõe de uma equipa global de resposta a incidentes de cibersegurança, CSIRT – Computer Security Incident Response Team – EDP, que participa em exercícios nacionais e internacionais de cibersegurança, onde tem a possibilidade de testar as suas capacidades de reacção à ocorrência de eventos disruptivos resultantes de ciberataques. Para além de equipas dedicadas à resposta de incidentes de segurança a EDP tem apostado no *awareness* e formação de todos os colaboradores. Nesta vertente destaca-se a formação na defesa de infra-estruturas críticas efectuada no CyberRange EDP (infra-estrutura singular em Portugal para a formação em cibersegurança) que, em coordenação com a Universidade EDP, realizou, em 2018, 31 sessões de formação com 245 participações.

Para além das capacidades operacionais, a visão do Grupo EDP estabelece um posicionamento externo como uma empresa de referência na utilização de melhores práticas e inovação na área da segurança de informação. Nesse sentido o Grupo EDP integra grupos de trabalho e estudo nacionais e internacionais (como exemplo o CERT.PT e o World Economic Forum) assim como projectos europeus com outras congéneres Europeias, organizações académicas e governamentais.

No que diz respeito à comunicação do risco de segurança com os seus *stakeholders* a EDP adoptou como indicador principal uma métrica baseada no BitSight Security Rating. O *rating* adoptado, definido como KPI do Grupo para esta área, observa o comportamento do Grupo EDP no ciberespaço, em concreto verificando aspectos como a segurança dos seus *sites* públicos, os acessos provenientes das suas redes a localizações perigosas ou a comunicação de máquinas infectadas por redes criminosas. O Grupo EDP estabeleceu como meta para 2018 o valor 660, tendo alcançado esse objectivo.

BITSIGHT SECURITY RATING (2018)



DIREITOS HUMANOS

Em linha com os princípios de Direitos Humanos no Código de Ética e em aplicação dos princípios orientadores para empresas, do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, a EDP declarou 11 compromissos relativamente a Direitos Humanos e Laborais (www.edp.com> sustentabilidade> dimensão social> direitos humanos) e implementou em todas as Unidades de Negócio o Programa de Monitorização do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, abrangendo empresas, instalações, novos projectos, fusões e aquisições, bem como as operações com significativo potencial de impacte nos Direitos Humanos.

No sentido de procurar garantir o respeito pelos compromissos assumidos, a companhia desenvolve as adequadas acções de monitorização em todas as suas Unidades de Negócio e novos projectos ou empreendimentos, incluindo fusões e aquisições, bem como junto de parceiros e cadeia de valor – fornecedores, prestadores de serviços, *joint ventures*, agentes e clientes.

Este processo de monitorização destina-se a verificar as práticas efectivas, avaliar o grau de cumprimento dos princípios e compromissos assumidos, particularmente dos grupos identificados como mais vulneráveis, identificar os riscos potenciais, desenvolver as acções indispensáveis para os evitar e gerir e, se inevitável, desenvolver as iniciativas de mitigação necessárias ou promover a sua remediação e reparação.

Fazem parte deste processo de monitorização:

- em conformidade com os princípios do Código de Ética, a avaliação do desempenho ético, que culmina com a produção anual de um relatório exclusivamente dedicado a essa matéria, e onde se dão conta das mais importantes iniciativas ligadas à ética, e é feito o balanço das reclamações éticas no Grupo. O relatório do Provedor de Ética pode ser consultado em: www.edp.com> a edp> ética. Adicionalmente, são publicados os resultados do índice ETHICIS, Índice Corporativo de Desempenho Ético e os resultados do *ranking* Ethisphere que podem ser consultados na página 117;
- em conformidade com os princípios do Código de Conduta e da Política de Compras Sustentáveis: a avaliação e análise de forma sistemática do nível de risco dos fornecedores; o processo de selecção e avaliação de desempenho de fornecedores (ver pág. 135);
- a autodeclaração dos representantes das empresas e actividades desenvolvidas em todas as geografias, de acordo com os Princípios Ruggie, adoptados pelo Conselho dos Direitos Humanos, no Quadro "Proteger, Respeitar e Remediar", da ONU – Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations 'Protect, Respect and Remedy' Framework⁹. Os resultados da análise das mencionadas autodeclarações apresentam-se no ponto seguinte deste relatório e foram suportadas num questionário de monitorização do respeito pelos Direitos Humanos e Laborais.

Para mais detalhe sobre o progresso da comunicação pelo respeito dos direitos humanos em 2018 consultar o documento Relatório de Avaliação dos Potenciais Impactos do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais disponível em: www.edp.com> sustentabilidade> dimensão social> direitos humanos.

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

A companhia desenvolve várias actividades das quais podem decorrer problemas na esfera dos direitos humanos, como por exemplo, na actividade de construção dos seus empreendimentos (ex.: consórcios); na actividade de produção térmica convencional (ex.: compra de carvão); na actividade de distribuição (ex.: compra de equipamento para as subestações); na actividade de produção hídrica (ex.: impactos sobre as populações devido à destruição de recursos naturais vitais).

Em 2018 a companhia continua a ter de referir o caso no Brasil relativo à Empresa de Energia São Manoel (EESM), empresa constituída pelos accionistas EDP Brasil S.A, Furnas Centrais Eléctricas e China Three Gorges Corporation, tendo como objecto social, a construção e exploração da Central Hidroeléctrica São Manoel no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará. As comunidades indígenas impactadas são Kayabi, Munduruku e Apiaká.

A Licença de Instalação (LI- início das Obras) foi emitida em Julho de 2014, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de acordo com a qual a EESM foi autorizada a iniciar as obras de construção,

⁹ www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf

formando um reservatório de 63,96 km². A obtenção da Licença de Operação (LO- Enchimento do Reservatório e Operação Comercial da Usina), que autoriza a Companhia a operar a Central Hidroeléctrica São Manoel, ocorre em Novembro de 2017. Em 2018, iniciou-se a operação comercial das quatro unidades.

A EESM é parte em 3 Acções Cíveis Públicas (ACP) propostas pelo Ministério Público Federal (MPF), sob a alegação de irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da Central Hidroeléctrica São Manoel, tais como, não cumprimento das condicionantes relativas à componente indígena, em particular os direitos fundamentais dos Povos Indígenas e Tribais em conformidade com a Convenção nº 169 da OIT. Em todas as acções o MPF requer em sede e liminar a suspensão do licenciamento. As acções encontram-se em fase de instrução.

Mais recentemente, em Dezembro de 2018, foi proposta pelo Ministério Público Federal perante a 1ª Vara Federal de Cuiabá contra o IBAMA e a EESM, uma nova acção cível pública, alegando que a licença de operação não poderia ter sido expedida em razão do suposto descumprimento de condicionantes da Licença Prévia e, posteriormente, da Licença Instalação, no que se refere ao direito das tribos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku de serem consultadas previamente sobre as medidas mitigatórias e compensatórias que foram implantadas, exigindo a participação efectiva delas.

No estágio em que se encontra o processo, a EDP entende ser remota a possibilidade de suspensão da operação da instalação.

Entretanto cabe registar que a EESM realizou uma ampla discussão sobre a construção do empreendimento com os povos indígenas da área de abrangência da central, devidamente registados no processo de licenciamento. Para cada etapa do processo de licenciamento ambiental decorreram fóruns específicos, a saber:

- Elaboração dos Estudos da Componente Indígena e realização das Audiências Públicas na fase de discussão da Viabilidade Ambiental da central;
- Elaboração do Projecto Básico Ambiental Indígena (PBAI) na fase de Autorização para o início das obras, onde os programas ambientais foram elaborados com a participação dos indígenas; e
- Ambos os estudos/projectos foram acompanhados e aprovados pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, Autarquia então ligada ao Ministério da Justiça e realização de Oficinas de Acompanhamento e Fiscalização dos Programas. Todos esses fóruns referendaram a FUNAI a emitir manifestação ao IBAMA com posicionamento favorável a emissão das Licença Ambiental Prévia (Viabilidade Ambiental), Licença de Instalação e Licença de Operação.

Não houve alagamento de terras indígenas e todas as propriedades rurais afectadas pela formação do reservatório foram devidamente indemnizadas. A Central Hidroeléctrica São Manoel, e seu reservatório, não afectam directamente nenhum território indígena, distando cerca de 1.500 metros do início do território indígena e 16 quilómetros da aldeia mais próxima. Todos os impactos provocados são de natureza indirecta, e consequentemente as medidas mitigatórias estabelecidas no Projecto Ambiental Indígena são de natureza compensatória (construção de escolas e doações de bolsas de estudo; construção de postos de saúde, torres de telefónicas e sinais de internet; doação de tractores agrícolas, camionetes, camiões, autocarros, barcos, etc.) não apresentando qualquer correlação entre possíveis impactos provocados por centrais hidreléctricas.

A construção da Central Hidroeléctrica São Manoel não afectou qualquer lugar tido como “sagrado” pelos povos indígenas. A EESM sempre manteve o diálogo constante com as comunidades indígenas na área envolvente do empreendimento, antes, durante e após a construção da central. As medidas compensatórias acordadas com as comunidades indígenas da envolvente estão a ser cumpridas conforme cronogramas acordado com os indígenas.

A corredeira intitulada de “Sete Quedas” foi inundada pelo reservatório da Central Hidroeléctrica Teles Pires, a montante da Central Hidroeléctrica São Manoel. A Central Hidroeléctrica São Manoel dista 40 km do local onde existia a corredeira Sete Quedas, e não causou qualquer tipo de interferências a esse ou qualquer outro local tido como “sagrado” pelos povos indígenas. Nas margens dessa corredeira foram encontradas urnas funerárias indígenas durante os trabalhos de prospecção arqueológica, da Central Hidroeléctrica Teles Pires. Essas urnas e demais vestígios arqueológicos foram resgatados e depositados num museu indicado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Alta Floresta, enquanto aguardam dos indígenas, a definição da localização da edificação que os receberá definitivamente. O

compromisso de resgate e construção do local para guardar essas urnas é de responsabilidade da empresa concessionária da Central Hidroelétrica Teles Pires.

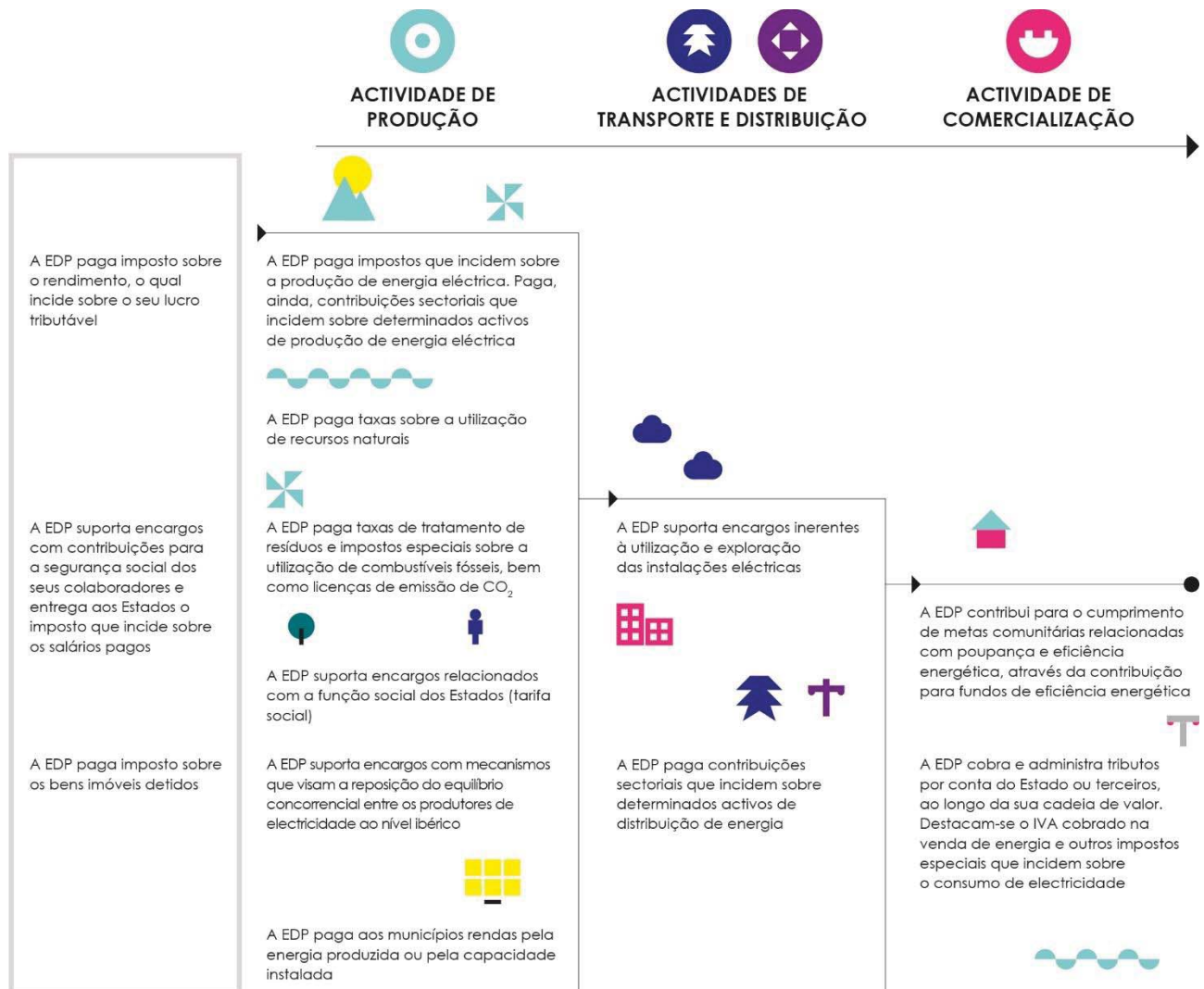
3.4.3 COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

TRANSPARÊNCIA FISCAL

A PEGADA FISCAL DO GRUPO EDP

A EDP é uma *utility* presente em 16 países, cuja cadeia de valor integra as actividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia. Sobre estas actividades incidem diversas tipologias de impostos, tributos e contribuições financeiras as quais, quando consideradas de uma forma global, determinam o nível de tributação a que o Grupo EDP se encontra sujeito.

CARGA FISCAL NA CADEIA DE VALOR EDP



De todas as fases da cadeia de valor da EDP, a actividade de produção de energia é aquela que contribui mais significativamente com o pagamento de impostos e outras contribuições.

MISSÃO E ESTRATÉGIA FISCAL

A estratégia fiscal do Grupo EDP assenta em cinco pilares fundamentais:

1. O Grupo EDP considera que constitui um dever ético e cívico contribuir para o financiamento das funções gerais dos Estados onde está presente, mediante o pagamento de impostos, tributos e demais contribuições que sejam devidos, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável dos negócios locais do Grupo. Neste contexto, desenvolve a função fiscal com o máximo rigor e profissionalismo em linha com a “Missão Fiscal do Grupo EDP”, em conformidade com os seguintes princípios:

A EDP faz uma gestão responsável dos seus impostos, nos vários países onde exerce a sua actividade, contribuindo para as respectivas receitas fiscais.

- Implementa as opções que se revelem mais adequadas ao negócio e accionistas no fiel cumprimento do espírito e da letra da Lei;
- Paga os impostos que são devidos, em todas as geografias onde exerce actividade;
- Adopta o princípio de plena concorrência em operações intragrupo, no contexto das regras, orientações e melhores práticas internacionais aplicáveis em matéria de preços de transferência, implementando transversalmente uma política interna de preços de transferência assente em três grandes princípios:
 - i. Todas as operações intragrupo de natureza comercial ou financeira têm um *pricing* pré-definido e alinhado, no que respeita aos termos e condições, com o que seria normalmente praticado entre entidades independentes em operações comparáveis;
 - ii. A definição do preço de transferência tem por base a racionalidade económica subjacente à operação intragrupo, não podendo constituir, de acordo com as regras internas do Grupo EDP, um instrumento de planeamento e / ou evasão fiscal; e,
 - iii. A documentação das operações intragrupo é efectuada à luz das orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) nesta matéria, sem prejuízo de atender às especificidades constantes da legislação interna de cada geografia.
- Adopta práticas fiscais baseadas em princípios de relevância económica e práticas de negócio comumente aceites;
- Divulga informação verdadeira e completa sobre as transacções relevantes; e,
- Pugna pela defesa os seus legítimos interesses pela via administrativa e, se for caso disso, judicialmente, quando o pagamento de quaisquer impostos, contribuições e tributos fundamentadamente levante dúvidas de legalidade.

2. O Grupo EDP concilia o cumprimento responsável das suas obrigações fiscais com o compromisso de criar valor para os seus accionistas, preconizando a gestão eficiente do seu encargo fiscal e da utilização dos benefícios e incentivos fiscais disponíveis aplicáveis em cada região que se revelem apropriados aos negócios desenvolvidos, considerando o interesse global do Grupo e antecipando riscos fiscais significativos.

Salvaguardando o interesse dos seus accionistas, a EDP avalia a legalidade e constitucionalidade das normas fiscais em vigor nos países onde está presente.

3. O Grupo EDP tem como compromisso a manutenção de uma relação com as Autoridades Tributárias dos países onde opera assente em princípios de confiança, boa-fé, transparência, colaboração e reciprocidade, tendo por objectivo facilitar a aplicação da lei fiscal e a minimizar a litigância.

4. O Grupo EDP aplica políticas fiscais responsáveis, pugnando pela manutenção de um perfil de baixo risco fiscal que permita evitar condutas passíveis de gerar riscos fiscais significativos. Para tal, tem implementada uma política transversal de gestão de risco com o objectivo de identificar, quantificar, gerir, monitorizar e minimizar, entre outros, os riscos fiscais, em estreita ligação com os níveis mais altos de controlo e decisão (Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão).

5. O Grupo EDP considera a transparência como princípio basilar para a função fiscal, nomeadamente através de:

- Não recurso a estruturas opacas ou operação em jurisdições por motivos que não tenham uma estreita conexão com a actividade económica nelas desenvolvida. O Grupo EDP não detém subsidiárias em territórios considerados como não cooperantes de acordo com a legislação portuguesa e / ou com os referenciais da OCDE; e.
- Divulgação de informação fiscal de acordo com as melhores práticas e recomendações internacionais, tendo em vista facilitar a compreensão da sua contribuição global e dos princípios que regem as suas políticas e práticas fiscais.

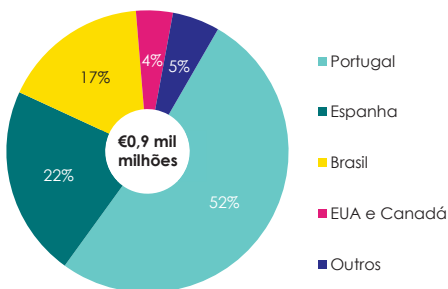
A missão e política fiscal, seguida transversalmente no Grupo EDP, foi objecto de aprovação pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo e está divulgada no website da EDP (www.edp.com> a edp> sobre nós> princípios e políticas> política fiscal do grupo edp), sendo mencionada nos Relatórios e Contas do Grupo EDP.

CONTRIBUIÇÃO FISCAL

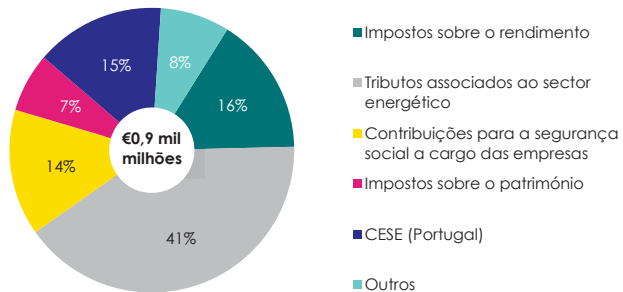
CONTRIBUIÇÃO GLOBAL DO GRUPO EDP

Em 2018, a contribuição fiscal global do Grupo EDP para a receita pública dos vários países onde está presente ascendeu a cerca de 4 mil milhões de Euros, dos quais 0,9 mil milhões de Euros corresponderam a tributos e contribuições suportados (pagos) pelo Grupo EDP e 3,1 mil milhões de Euros a contribuições entregues ao Estado por conta de outros agentes económicos, conforme se segue:

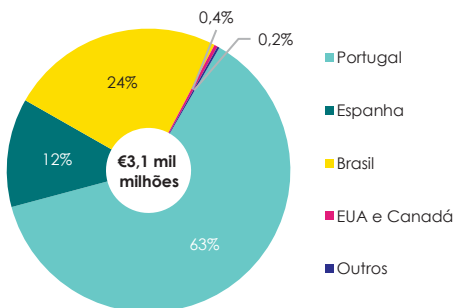
TRIBUTOS SUPOSTADOS (PAGOS) PELO GRUPO EDP, POR GEOGRAFIA



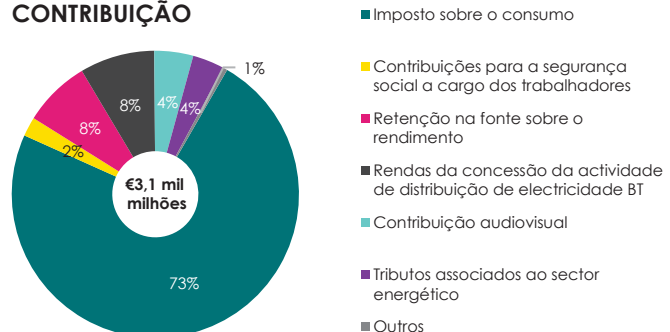
TRIBUTOS SUPOSTADOS (PAGOS) PELO GRUPO EDP, POR TIPO DE CONTRIBUIÇÃO



TRIBUTOS RECOLHIDOS PELO GRUPO EDP ENTREGUES AO ESTADO (ENCARGO DE OUTROS AGENTES), POR GEOGRAFIA



TRIBUTOS RECOLHIDOS PELO GRUPO EDP ENTREGUES AO ESTADO (ENCARGO DE OUTROS AGENTES), POR TIPO DE CONTRIBUIÇÃO



Relativamente aos impostos suportados pelo Grupo EDP, constata-se que Portugal é o país onde o nível de fiscalidade é mais elevado, sendo responsável por 52% do total dos impostos suportados pelo Grupo EDP.

Por outro lado, considerando o conjunto de tributos que são encargo do Grupo EDP, a parcela mais relevante (55%) diz respeito a tributação específica sobre o sector energético (incluindo a Contribuição Extraordinária para o Sector Energético em Portugal – CESE), seguindo-se os impostos sobre o rendimento (16%). De notar que, no que respeita a impostos sobre o rendimento, nos principais países onde opera, o Grupo EDP está sujeito a taxas nominais de tributação que variam entre 21% e 34%, somando-se à taxa nominal, no caso das empresas localizadas em Portugal, a derrama municipal e a derrama estadual.

Em Portugal, os impostos suportados (pagos) em 2018 ascenderam a 475 milhões de Euros, respeitando essencialmente a tributação específica do sector energético (ver Secção seguinte), em que se destacam 135 milhões de Euros referente a CESE, 91 milhões de Euros inerente ao mecanismo tendente a restabelecer uma situação de equilíbrio concorrencial entre produtores de electricidade a operar em território Português e produtores de electricidade a operar em Espanha (genericamente designado por “Clawback”) e 85 milhões de Euros de tarifa social. A estes montantes acrescem 83 milhões de Euros de contribuições para a segurança social a cargo das empresas, 44 milhões de Euros de imposto sobre o rendimento e 37 milhões de Euros referentes a outros tributos.

A simplificação dos sistemas fiscais, a redução da carga burocrática e dos custos de contexto será desejável, por forma a que os mesmos não constituam um obstáculo ao investimento e ao desenvolvimento da actividade económica das empresas.

No que respeita a impostos recolhidos pelo Grupo EDP e entregues aos Estados onde exerce a sua actividade (encargo de terceiros), o seu valor ascendeu a 3,1 mil milhões de Euros. A actividade de recolha de impostos por conta do Estado tem vindo a absorver recursos significativos do Grupo EDP sem qualquer contrapartida, traduzindo-se assim em custos de contexto da actividade.

TRIBUTAÇÃO ESPECÍFICA DO SECTOR ENERGÉTICO

Conforme acima referido, a tributação específica sobre o sector energético assume um peso significativo no Grupo EDP.

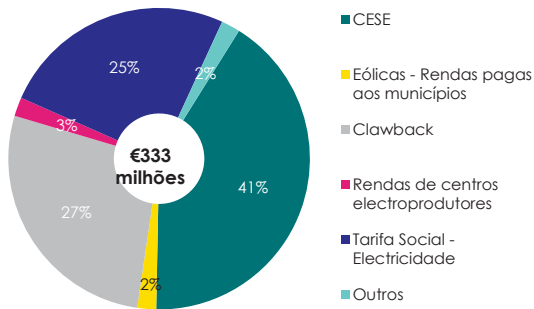
Em face do elevado impacto que o sector energético, em particular o sector eléctrico, possui sobre as comunidades (populações e ambiente) e do seu peso sobre as economias, diversos países implementaram mecanismos de tributação específica sobre o mesmo.

Esta tributação não estando, regra geral, relacionada com o resultado da actividade económica desenvolvida, é susceptível de influenciar as decisões dos agentes económicos no desenvolvimento dos seus negócios e nas decisões de financiamento, investimento e desinvestimento. Efectivamente, enquanto os impostos sobre o rendimento incidem sobre o lucro tributável, outros tributos, taxas e contribuições de impacto significativo incidem, por exemplo, sobre a quantidade de energia produzida, a utilização de recursos naturais, a posse de determinados activos associados à produção de energia eléctrica, os resíduos produzidos ou a utilização de combustíveis fósseis, não estando, por conseguinte, relacionados com o desempenho económico dos negócios espelhado nos seus resultados contabilísticos, capturando assim parte do valor do accionista.

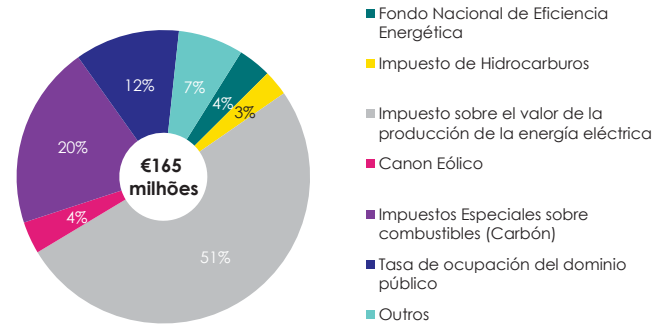
O sector energético tem sido especialmente penalizado com medidas fiscais extraordinárias, de natureza temporária, introduzidas num contexto de austeridade económica e que urge reverter. A tributação da electricidade e dos produtos energéticos deveria ser tendencialmente reduzida, com vista a incentivar a transição para a descarbonização.

Tendo por base o conjunto de países onde o Grupo EDP exerce a sua actividade, Portugal e Espanha são os que apresentam um maior nível de tributação, quer em número de tributos, quer em montantes arrecadados, tendo representado, em 2018, um encargo total de 498 milhões de Euros, detalhado conforme se apresenta em seguida.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O SECTOR ENERGÉTICO SUPORTADOS (PAGOS) PELO GRUPO EDP, EM PORTUGAL



TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O SECTOR ENERGÉTICO SUPORTADOS (PAGOS) PELO GRUPO EDP, EM ESPANHA



De facto, tem-se assistido, na última década, a um aumento do nível de tributação sobre o sector energético nos países onde a EDP se encontra presente, com especial destaque para Portugal e Espanha, o qual se manifesta, quer pelo incremento da carga tributária em tributos já existentes, quer pelo lançamento de novos tributos.

A estabilidade e previsibilidade dos ordenamentos tributários, constitui factor crítico para o desenvolvimento do negócio, no contexto de um sector que requer elevados níveis de investimento e financiamento.

Parte desta tributação é justificada pela introdução de tributos sob o princípio do utilizador-pagador e poluidor-pagador (e.g., taxas sobre a utilização de recursos naturais ou sobre a utilização de combustíveis fósseis). Contudo, paralelamente, no contexto da crise financeira global ocorrida a partir de 2008, verificou-se a introdução de novos tributos que, sob o pretexto de prosseguir a sustentabilidade ambiental e sistémica do sector acabaram por ter essencialmente finalidades recaudatórias, distanciando-se da sua finalidade primordial.

Constituem exemplos relevantes desta realidade, o *Impuesto sobre el valor de la producción de la energía eléctrica*, introduzido em Espanha em 2013, que incide sobre o valor da electricidade produzida e fornecida à rede, independentemente da fonte de geração ser renovável, ou não, e a CESE, introduzida em Portugal em 2014, que incide sobre os activos líquidos de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade.

Não se conformando com os fundamentos jurídico-económicos subjacentes àqueles impostos, o Grupo EDP tem vindo a proceder à respectiva contestação judicial.

Relativamente ao *Impuesto sobre el valor de la producción de la energía eléctrica*, não obstante ter vindo a proceder ao seu pagamento, o Grupo EDP contestou a legalidade e constitucionalidade do mesmo, com fundamento na violação de vários princípios constitucionais e na existência de uma dupla tributação com o *Impuesto sobre Actividades Económicas*, que em Espanha incide sobre os vários sectores da economia. De referir, a este respeito, que o Real Decreto 15/2018, de 5 de Outubro, determinou a suspensão, por um período de 6 meses, da aplicação deste tributo sobre a energia eléctrica produzida e introduzida em rede, em face do aumento exponencial dos preços da electricidade.

No âmbito do funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), a EDP e outros operadores no sector energético confrontam-se com assimetrias de tributação entre Portugal e Espanha que criam distorções de concorrência.

No que se refere à CESE, o Grupo EDP efectuou o pagamento desta contribuição nos anos de 2014, 2015 e 2016, no montante global de 250,8 milhões de Euros, tendo contestado a legalidade e constitucionalidade desta medida. Em relação aos anos de 2017 e 2018, na medida em que as receitas arrecadadas pelo Estado não foram canalizadas para os fins subjacentes à criação desta contribuição o Grupo EDP decidiu, num primeiro momento, não efectuar o seu pagamento. Contudo, em

face dos compromissos entretanto assumidos pelo Governo – e formalizados na Lei do Orçamento do Estado para 2019 - no sentido de reconhecer o carácter temporário da CESE associado à evolução do défice tarifário do Sistema Eléctrico Nacional e de, afectando as respectivas receitas ao sector, fazer reverter uma parte substancial destas para a cobertura desse défice, em 19 de Dezembro de 2018, o Grupo EDP decidiu alterar o seu procedimento, tendo pago o montante de cerca de 135 milhões de Euros a título de CESE referente aos anos de 2017 e 2018 e respectivos juros de mora, sem prejuízo da manutenção da contestação judicial com base nos fundamentos referidos acima.

Para além daquelas figuras tributárias tem-se assistido, naqueles países, à introdução unilateral de um conjunto de outros tributos que incidem directamente sobre o sector, nomeadamente sobre a actividade de produção. Tal tem vindo a afectar o equilíbrio concorrencial no contexto do MIBEL, sendo um obstáculo ao desígnio de criação de um mercado europeu da energia único e integrado.

O desígnio europeu de criação futura de um mercado único da energia terá necessariamente que implicar uma maior convergência fiscal entre os Estados-Membros na tributação da energia, por forma a evitar distorções de concorrência entre os vários agentes económicos.

A este respeito, face à sua relevância, importa destacar as seguintes realidades introduzidas em Portugal nos anos recentes:

- Criação da tarifa social sobre a electricidade, em 2010, a qual consiste num desconto na factura da electricidade atribuído aos consumidores economicamente vulneráveis, cujo número tem vindo a ser alargado ao longo do tempo, e que é financiado, na sua totalidade, pelos produtores de electricidade em regime ordinário;
- Criação, em 2013, do *Clawback*, na sequência da introdução de um novo tributo sobre os produtores em Espanha, sem que, no entanto, tenham sido consideradas a globalidade das assimetrias de tributação no ordenamento tributário dos dois países;
- Abolição, em 2018, da isenção de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) e taxa de adicionamento sobre emissões de CO₂ aplicável aos produtores de electricidade e de electricidade e calor, nas aquisições de carvão para a produção de energia eléctrica, o que resultou numa cumulação de tributação sobre o carbono, na medida em que o sector eléctrico se encontra abrangido pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL

O Grupo EDP indica, trimestralmente, nos seus Relatórios e Contas, as principais características dos sistemas fiscais aplicáveis nos países em que opera, tais como as taxas nominais de imposto sobre o rendimento, o enquadramento de prejuízos/benefícios fiscais, a política de preços de transferência e as alterações legislativas mais relevantes.

Adicionalmente, a informação divulgada publicamente neste âmbito inclui uma análise à reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento aplicável no Grupo EDP, numa lógica consolidada. Através desta análise, o Grupo EDP explica o peso, nos seus resultados, do imposto sobre o rendimento contabilizado, que inclui, de uma forma global, o impacto do imposto corrente e o efeito das diferenças temporárias (impostos diferidos) existentes.

Na medida em que o normativo contabilístico internacional (IFRS) nos termos do qual o Grupo EDP prepara e divulga as suas demonstrações financeiras não preconiza, necessariamente, o alinhamento entre a contabilização do gasto ou rendimento de imposto sobre o rendimento e o correspondente efeito de entrada ou saída de caixa, cumpre sublinhar que esta análise não representa o imposto pago ou recebido pelo Grupo EDP, no período a que respeita.

A quantificação dos tributos suportados pelo Grupo EDP é, efectivamente, objecto de divulgação neste relatório de Sustentabilidade, emitido numa base anual, o qual inclui um conjunto de informação e métricas de natureza fiscal.

Adicionalmente, de notar que o Grupo EDP, enquanto grupo multinacional, cumpre integralmente a obrigação anual de comunicação e reporte que decorre da transposição para o normativo fiscal português das disposições da Acção 13 do projecto *Base Erosion and Profit Shifting* (denominada de *Country-by-Country Reporting*), o qual faz parte de um plano de reforço da transparência para as administrações fiscais adoptado pelos países da OCDE e do G20. Esta obrigação é cumprida em Portugal pela empresa-mãe, de acordo com os prazos legais estabelecidos (correspondendo o último período de reporte ao exercício de 2017).

GESTÃO E CONTROLO DO RISCO FISCAL

O processo de gestão e controlo do risco fiscal tem início na identificação e catalogação dos riscos aos quais o Grupo EDP se encontra sujeito.

Neste sentido, o Grupo EDP acompanha em permanência os riscos e incertezas de índole fiscal, realizando regularmente exercícios de identificação e avaliação quantitativa dos seus principais riscos fiscais, e monitorizando atentamente o desenvolvimento de possíveis eventos exógenos com potencial impacto material. O Grupo identifica os riscos a que se encontra exposto com base na seguinte classificação:

- Risco de *compliance*, associado ao potencial incumprimento das obrigações fiscais de forma plena e atempada;
- Risco de análise técnica que conduza a uma potencial tomada de decisão fiscal menos adequada, especialmente em contextos de incerteza no tratamento fiscal;
- Risco de comunicação interna e externa, associado ao risco de deficiente comunicação entre as equipas que compõem as áreas fiscais e entidades internas (e.g. unidades de negócio) ou externas (e.g. Autoridades Tributárias); e,
- Risco reputacional, relacionado com distorções na interpretação, pelos *stakeholders*, da informação financeira e fiscal divulgada.

Importa ainda sublinhar o risco de alteração do enquadramento legal ou fiscal, no contexto de instabilidade legislativa a que o Grupo EDP está sujeito, nomeadamente em Portugal, por força da pressão política e regulatória que se tem vindo a manifestar, a qual se tem consubstanciado na criação de tributação específica para o sector energia.

Considerando o referido, o Grupo implementou uma política de gestão de risco com o objectivo de identificar, quantificar, gerir, monitorizar e minimizar, entre outros, os riscos fiscais, nomeadamente o risco de materialização de contingências fiscais. Efectivamente, o Grupo EDP, através de equipa especializada, procede ao acompanhamento permanente dos processos associados a riscos e contingências fiscais (associados e não associados a litígios em curso), em estreita relação com as respectivas Unidades de Negócio, os serviços jurídicos corporativos e advogados e assessores externos, com reporte semestral da sua evolução ao Conselho Geral e de Supervisão do Grupo EDP.

Adicionalmente, o Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP é envolvido no processo de tomada de decisão das operações mais relevantes, sendo o seu impacto fiscal, quando exista, obrigatoriamente analisado, documentado e incluído na documentação submetida à aprovação, nomeadamente quando possa constituir um elemento relevante para a tomada de decisão, tendo em vista assegurar a criação de valor para os accionistas no longo-prazo.

A EDP tem, ainda, uma Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria que tem como principal missão, por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, acompanhar e supervisionar de modo permanente, entre outras, as matérias relativas ao sistema de controlo interno da informação financeira e ao processo de gestão de risco, nomeadamente na sua vertente fiscal.

TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

ACTUAÇÃO DA EDP NA COMUNICAÇÃO COM OS CLIENTES

Os direitos dos clientes e os deveres das empresas subsidiárias do Grupo EDP sobre o fornecimento de electricidade e gás são, na maioria dos casos, abrangidos pela legislação ou regulamentação nacional das Autoridades Reguladoras dos Serviços Energéticos.

A EDP assinou a Carta de Compromisso da APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes) sobre comunicação de marketing responsável (www.apan.pt > comunicação responsável > carta de compromissos). Além disso, a EDP está associada ao APPM (Associação Portuguesa de Profissionais de Marketing) que tem um Código de Conduta para Profissionais de Marketing, que visa promover e manter padrões elevados de integridade profissional (www.appm.pt > associados > código de conduta). A EDP é também membro da APCE (Associação Portuguesa de Comunicação

Empresarial) que tem o "Código de Conduta do Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas", que é um referencial de boas práticas e comportamento ético.

A informação do Grupo EDP é gerida para garantir a credibilidade junto dos seus clientes e das outras partes interessadas, através do cumprimento da legislação e regulamentação em vigor nas geografias onde opera e por meio do compromisso com a confidencialidade, protecção e legitimidade de dados pessoais. Esses compromissos são reflectidos no Código de Ética do Grupo EDP, nos Códigos de Conduta de suas empresas, na Política de Segurança da Informação e nos Princípios e Políticas de Governo de Dados do Grupo EDP (www.edp.com> a edp> sobre nós> princípios e políticas).

Para garantir a coerência no serviço a cliente em todos os canais, a EDP tem implementada uma política de formação que abrange mais de 3.000 prestadores de serviço que contactam diariamente com o cliente, desenvolvendo temas concretos de foco no cliente, competências e eficácia. Disponibiliza ainda uma ferramenta de comunicação interna (kwiki.edp.pt) que permite comunicar de forma transversal a colaboradores e parceiros prestadores de serviços comerciais, processos e procedimentos, alertas e formas de actuação para garantir homogeneidade e coerência.

ACTUAÇÃO DA EDP NA GESTÃO DE FAIXAS

As responsabilidades da EDP Distribuição na gestão de vegetação decorrem da regulamentação de exploração da rede e da legislação da defesa da floresta contra incêndios.

No cumprimento dessa legislação a EDP Distribuição executa uma média de 4.500 km de faixas de protecção e 2.800 km de rede secundária de faixas de combustível, com um custo médio anual total superior a 5 milhões de Euros.

Paralelamente é efectuada a supervisão da rede aérea com recursos a meios aéreos e tecnologia laser numa extensão de 14.000 km. Para além disso são feitas inspecções visuais.

A EDP Distribuição tem 68.000 km de linhas aéreas de Alta Tensão e de Média Tensão, das quais 28.000 km atravessam zonas florestais.

Nos períodos de risco extremo de incêndio, definidos pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), a EDP Distribuição, preventivamente, actua nos sistemas de protecção das linhas de forma a torná-los mais sensíveis a qualquer acção externa e inibe as religações automáticas. A manutenção das linhas em serviço permite a garantia de abastecimento de electricidade, em especial a alimentação de serviços essenciais e críticos, como sejam as telecomunicações, estações elevatórias e de captação de água, etc. A desligação de linhas é feita sempre que solicitada pela Autoridade Nacional da Protecção Civil (ANPC). Complementarmente, são reforçadas as equipas de disponibilidade da EDP Distribuição para intervenção imediata e postas em prevenção equipas dos prestadores de serviços. Também são reforçados os canais de comunicação com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Bombeiros e Guarda Nacional Republicana (GNR).

Para fazer face a eventos extremos com impacto significativo na rede eléctrica, incluindo incêndios de grande dimensão, a EDP Distribuição possui um Plano Operacional de Actuação em Crise (POAC), devidamente estruturado e implementado, cujo estado é accionado consoante a situação objectiva.

Na sequência das maiores exigências legislativas, ao nível da gestão da vegetação, a EDP Distribuição promoveu, adicionalmente, as seguintes acções:

- Reforço das inspecções aéreas (35%) e pelo solo para detecção preventiva de situações de risco nas linhas;
- Melhoria dos mecanismos de rápida intervenção: revisão de tarifa contratual para maior profundidade por parte dos prestadores de serviços florestais e reunião com o Comando Nacional da GNR para confirmação dos canais e procedimento de comunicação com os Gestores Operacionais da EDP Distribuição;
- Desenvolvimento de metodologias inovadoras através da modelação da tipologia e crescimento da vegetação, melhorando a gestão geográfica do risco;
- Reforço da proximidade e cooperação com os Municípios e os respectivos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) na definição dos Planos Municipais para Defesa da Floresta Contra Incêndios;

- Desenvolvimento e implementação na *app* da EDP Distribuição do reporte de situações de proximidade de vegetação por parte da comunidade, com reforço do seu envolvimento;
- Cooperação com associações e empresas do sector;
- Cooperação com universidades e diferentes *stakeholders* na investigação e desenvolvimento, como por exemplo, a participação da EDP Distribuição na Associação Laboratório ColaBForestwise.

O reforço efectuado em 2018 de inspecções aéreas e pelo solo para detecção preventiva de situações de risco nas linhas privilegiou as Freguesias Prioritárias para Defesa da Floresta Contra Incêndios em 2018 definidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

3.4.4 SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE

A crescente competitividade do mercado de comercialização de energia e serviços requer, cada vez mais, uma maior orientação para o cliente, com especial foco na diferenciação da oferta, na inovação tecnológica e na melhoria contínua da experiência de cliente.

A disponibilização de canais de comunicação otimizados e focados, e de informação clara sobre os contratos e preços é fundamental para ir ao encontro das necessidades específicas dos diversos segmentos de clientes.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

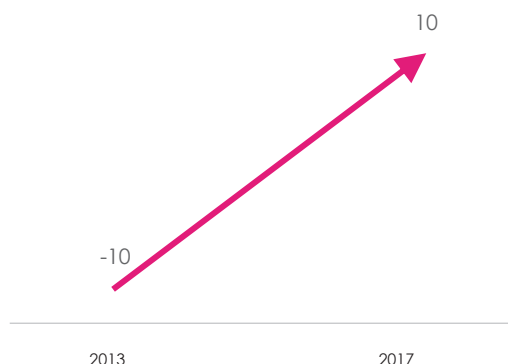
A auscultação dos clientes relativamente à qualidade dos serviços oferecidos e à experiência tida durante o serviço é prioritária para introduzir melhorias aos processos. Assim, são feitos inquéritos, realizados em parceria com entidades externas certificadas, que assentam em indicadores de satisfação: Satisfação com o Fornecimento de Energia (electricidade e/ou gás) e Satisfação Global (pág. 152).

É ainda utilizada a ferramenta Ibérica *Voice of Customer* (VoC) que permite a recolha de *feedback* imediato dos clientes após o contacto com a empresa, em qualquer um dos canais telefónicos, presenciais, digitais e técnicos. Esta informação possibilita aferir os níveis de satisfação e probabilidade de recomendação da empresa e avaliar o desempenho dos operadores dos canais EDP.

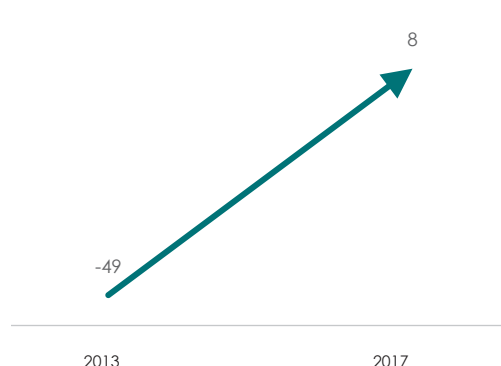
Em 2018, a medição da satisfação dos clientes foi revista para incluir as duas ferramentas indicadas anteriormente. Em linha com o compromisso de atingir 80% na satisfação de clientes em 2020, o resultado de 2018 atingiu os 78,2%, mais 2,4 p.p. face ao ano anterior.

Em Portugal, ao nível do NPS (*Net Promoter Score*) – indicador que mede o grau de recomendação dos clientes relativamente às empresas – verifica-se uma melhoria de 20 pontos, no caso dos clientes domésticos, e de 57 pontos, no caso dos clientes empresariais desde 2013, ano em que se iniciou a implementação do programa de melhoria de experiência de cliente.

NPS - B2C



NPS - B2B



GESTÃO DAS QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

No cômputo global, as melhorias implementadas ao nível da Experiência do Cliente EDP permitiram reduzir substancialmente o número de reclamações por cada mil contratos em cerca de 56% desde 2013 em Portugal. Durante o mesmo período de tempo conseguiu-se otimizar substancialmente o processo de resolução das mesmas, tendo o tempo médio de resolução caído em mais de 30% e sendo à data resolvidas ao primeiro contacto em mais de 90% dos casos.

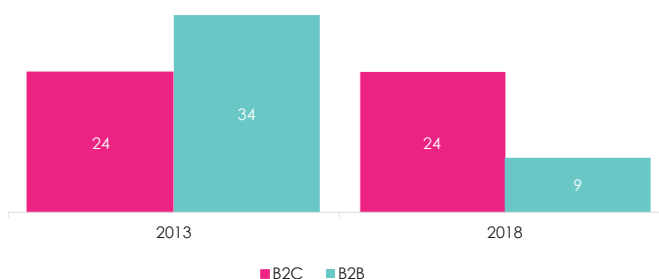
Em Portugal, o Provedor do Cliente é a entidade independente que aprecia os casos apresentados pelos clientes quando as respostas às reclamações efectuadas aos serviços não satisfizeram as suas expectativas.

O Provedor do Cliente pronuncia-se sobre o fornecimento de energia e a prestação de serviços das empresas EDP, designadamente: cumprimento de contratos, estimativas de consumo, facturação e pedidos de indemnização por danos que resultem directamente do serviço prestado.

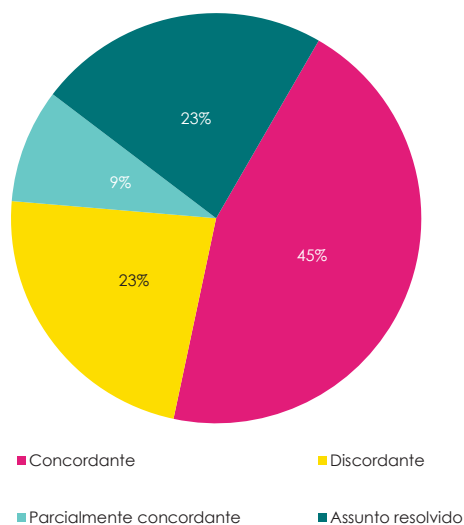
Em 2018, o Provedor do Cliente recebeu 1.265 queixas das quais 69% correspondem a reclamações sobre electricidade e 15% a contratos duais. Os motivos mais comuns foram Contratação e Leitura/Facturação/Pagamentos (45%) e Fornecimento (23%). 34% dos clientes ficaram satisfeitos com o contributo do provedor, melhorando o indicador em 2% face a 2017 e 5% face a 2016.

Em Espanha, a EDP recebeu 91.598 reclamações de clientes residenciais (+38% vs. 2017) justificadas principalmente pela nova regulação relativa à tarifa social e pelas dificuldades de implementação e adaptação dos sistemas informáticos às novas necessidades regulatórias. Dos clientes empresariais a EDP recebeu 810 reclamações (-28% vs. 2017).

RECLAMAÇÕES/1K CONTRATOS



ORIENTAÇÃO DA RESPOSTA DO PROVEDOR DO CLIENTE (%)



PREÇOS DA ENERGIA

Na Península Ibérica, a comercialização de energia é livre e os consumidores podem contratar o fornecimento com qualquer empresa comercializadora.

Em Portugal, no final de 2018, o mercado livre representava 82% do número total de clientes (cerca de 94% do consumo). No entanto, desde final de 2017, os clientes em Baixa Tensão Normal (BTN) de electricidade podem regressar ao mercado regulado ou ter acesso a um regime equiparado ao das tarifas reguladas. Prevê-se a extinção da tarifa do mercado regulado em Dezembro de 2020.

Em 2018, o preço médio das tarifas de referência de venda a clientes finais foi maioritariamente composto por custos com energia e comercialização (44% da tarifa final). As componentes de custos de política energética e uso das redes representaram, respectivamente, 36% e 20% do total.

Em Espanha, o mercado livre representa aproximadamente 62% do número total de clientes (cerca de 89% do consumo). Os preços domésticos em Espanha, em 2018, incorporavam uma componente de custos de política energética de 40% da tarifa final, e as componentes de energia e uso das redes representavam, respectivamente, 37% e 23% do total.

No Brasil, em 2018, o mercado livre representava 0,01% do número total de clientes (cerca de 30% do consumo). A partir de Julho de 2019, os consumidores com potência contratada igual ou superior a 2.500 kW poderão migrar para o mercado livre, e a partir de 2020 para os de potência contratada igual ou superior a 2.000 kW. Os custos com energia e comercialização pesam cerca de 43% dos custos facturados ao cliente, e os custos de uso das redes e de política energética correspondem a 31% e 26%, respectivamente.

QUALIDADE DE SERVIÇO

Os operadores das redes de distribuição mantêm um processo de acompanhamento da qualidade de energia distribuída, através de planos de monitorização da rede, permitindo a adopção de medidas mitigadoras sempre que tal se justifique. São promovidas acções de manutenção para reduzir o número de ocorrências e limitar os seus impactos.

Em Portugal, 2018 foi um ano marcado por vários episódios de condições climáticas adversas (Tempestade Emma, Gisele e Leslie). O contributo da automatização da rede de distribuição e a estratégia de antecipação e resposta a eventos excepcionais permitiu, através do Plano Operacional de Actuação em Crise da Rede Distribuição, a mobilização dos recursos necessários para minimização dos tempos de reposição do serviço ao cliente.

3.4.5 CLIENTES VULNERÁVEIS

A vulnerabilidade dos clientes aos preços da energia tem diferentes causas, relevantes nas geografias onde o Grupo EDP está presente, tanto associadas a situações de pobreza energética como de incapacidade de acesso à energia. No sentido de dar resposta a esta necessidade dos seus clientes, a EDP sensibiliza a opinião pública, defende a modificação das políticas sociais e implementa medidas de apoio aos clientes vulneráveis, não só através do cumprimento de todas as obrigações legais, mas também desenvolvendo voluntariamente iniciativas próprias.

As situações de pobreza energética, estão associadas à incapacidade das famílias em obter o nível de serviços energéticos necessários para garantir o nível adequado de conforto térmico, isto é, à incapacidade de aquecerem e arrefecerem as suas casas adequadamente a um custo aceitável. Estas situações têm causas como o desemprego, pobreza estrutural, ineficiência energética do parque habitacional, incapacidade de investir na melhoria da eficiência energética das habitações ou preços da energia. São igualmente conhecidos os seus impactos sociais, aprofundando a pobreza e a exclusão social estruturais, com relevantes impactos na saúde pública.

Na óptica das políticas públicas, o problema é abordável através do aumento do rendimento das famílias, da regulação dos preços da energia e da melhoria da eficiência energética das habitações. Mas ao subsidiar as famílias de baixos rendimentos verifica-se um impacto contínuo na despesa pública sem indução do crescimento económico nem modificação do problema estrutural. Neste sentido é indispensável definir medidas de investimento na melhoria energética das habitações.

Desta forma, a transição para uma economia de baixo carbono, com garantia de energia acessível e de qualidade para todos, enfrenta um desafio social, complexo e multifacetado, que está presente a nível mundial, tanto nas economias em desenvolvimento como nas mais desenvolvidas, e tem impacto no negócio do Grupo EDP nas geografias em que a Companhia comercializa energia: Portugal, Espanha e Brasil.

Para a EDP, a vulnerabilidade dos clientes e a inclusão energética são temas materiais prioritários da agenda de sustentabilidade, tal como definido nos seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, e são abordados através de dois eixos: Pobreza Energética e Acesso à Energia. Este compromisso da EDP está igualmente associado aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS 7).

POBREZA ENERGÉTICA

Seguindo a legislação vigente em Portugal, Espanha e Brasil, o Grupo EDP aplica um desconto de preço a clientes em situação de vulnerabilidade.

Em Portugal, a legislação prevê, desde 2010, a aplicação de uma tarifa social para a electricidade e para o gás natural. Este apoio consiste num desconto atribuído aos clientes economicamente vulneráveis, financiado, no caso da electricidade, pelos produtores de energia eléctrica em regime ordinário e, no caso do gás natural, pelas empresas transportadoras e comercializadoras de gás natural. Desde 2016, o acesso ao benefício da tarifa social passou a ser realizado através de um mecanismo de reconhecimento automático dos clientes beneficiários. Em 2018, 615.183 clientes EDP beneficiaram da tarifa social de electricidade, usufruindo de um desconto de 33,8% sobre o preço bruto das tarifas do mercado regulado. A este número acrescem 16.000 clientes que beneficiaram da tarifa social de gás.

Em Espanha, com a Publicação do Real Decreto-Lei 15/2018, foram introduzidas modificações no modelo de bónus social de electricidade, criando um novo bónus térmico para apoiar os encargos com o aquecimento e arrefecimento das habitações dos clientes vulneráveis. Além disso, uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética começou a ser desenvolvida, incorporando novas medidas de médio prazo para enfrentar esse problema social. Existem três níveis de apoio distintos: os consumidores vulneráveis, com um desconto de 25%, os consumidores vulneráveis severos, com um desconto de 40% e os consumidores em risco de exclusão, com um desconto de 100%. Os descontos em causa aplicam-se ao termo fixo e a um consumo máximo de energia consumida. O novo bono não é atribuído de forma automática, devendo, por regra, ser solicitado e renovado periodicamente. A EDP em Espanha tem 38.560 clientes abrangidos pelo *bono* social eléctrico, dos quais 18.844 são vulneráveis severos e 25 encontram-se em risco de exclusão social.

No Brasil, a Tarifa Social consiste num benefício criado pelo Governo Federal e aplica-se às famílias de baixa renda. O desconto incide sobre a tarifa aplicável aos consumidores domésticos residenciais que pode variar de 10% a 65%, de acordo com o consumo de cada residência, até um máximo de 220 kWh/mês. As famílias indígenas e quilombolas que cumpram os requisitos definidos beneficiam, por sua vez, de um desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês. Também no Brasil, a aplicação da tarifa social deve ser solicitada, não sendo de aplicação automática. Em 2018, 143.871 clientes beneficiaram da tarifa social.

O contributo do Grupo EDP para a protecção dos clientes vulneráveis não se limita, no entanto, à promoção da tarifa social e ao cumprimento das obrigações legais.

Neste sentido, entre outras iniciativas voluntárias, é relevante salientar o apoio da EDP à Cátedra de Energia e Pobreza da Universidad Pontificia Comillas, fórum de diálogo de todos os agentes sociais envolvidos, incluindo empresas de energia e entidades sociais, que visa projectar e implementar soluções para o problema da pobreza energética.

Em Portugal, a Fundação EDP desenvolveu o Programa EDP Solidária inteiramente dedicado ao tema da pobreza energética, apoiando 29 organizações com um total de cerca de 2 milhões de Euros. O programa incluiu duas vertentes – saúde e inclusão social – tendo beneficiado Instituições do Terceiro Sector, Instituições do Serviço Nacional de Saúde e Instituições de Solidariedade Social.

Na visão da EDP, o problema da pobreza energética deve também ser visto no quadro das políticas públicas de protecção social e não deve restringir-se ao financiamento da despesa com os consumos de energia. Neste sentido, importa criar linhas de financiamento específicas para clientes vulneráveis, dando especial relevância a medidas de eficiência energética, e à realização de uma reforma tarifária que garanta que as tarifas de energia reflectem os custos associados aos serviços energéticos que providenciam. O financiamento da reabilitação energética do edificado e da compra de equipamentos eficientes, apoiado pelo desenvolvimento de medidas de sensibilização da população, permitirá reduzir progressivamente a dimensão do problema da pobreza energética, através da redução das necessidades energéticas.

ACESSO À ENERGIA

A energia e, em particular, a electricidade desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico e social. Neste sentido, o investimento em soluções que permitam o acesso à energia das populações de países que não dispõem de suficientes infra-estruturas de redes eléctricas, é uma condição necessária para promover o seu desenvolvimento e quebrar o ciclo de pobreza e desigualdade.

Com este propósito, em 2018, a EDP aprovou o investimento de 12 milhões de Euros, até 2020, em projectos de acesso à energia nas regiões sem acesso à electricidade. Neste ano, a EDP investiu dois milhões de Euros na compra de uma participação minoritária na SolarWorks!, uma empresa holandesa de energia solar com operação em Moçambique, país onde apenas 25% da população tem acesso à electricidade.

Ainda em 2018, a EDP lançou um fundo filantrópico para apoiar projectos de acesso à energia que, através da energia renovável, promoverão a saúde, educação, água, agricultura, e geração de rendimentos de comunidades rurais em países em desenvolvimento. A primeira edição deste programa tem uma dotação de 450.000 Euros e destina-se a organizações que desenvolvem projectos de acesso à energia no Quênia, Tanzânia, Moçambique e Malawi.

3.4.6 GESTÃO DE FORNECEDORES

A gestão da sustentabilidade na relação com os seus fornecedores é um vector estratégico na actividade do Grupo EDP. O processo de gestão privilegia a construção de uma relação de confiança com os fornecedores, assente numa óptica de parceria baseada em princípios de ética, transparência e sustentabilidade.

Através da "Política de Compras Sustentáveis" e do "Código de Conduta do Fornecedor" (www.edp.com> a edp> sobre nós> princípios e políticas), operacionalizado pelo "Protocolo de Sustentabilidade para a cadeia de Fornecimento", são definidos os objectivos estratégicos da sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecimento.

Informação complementar pode ser consultada em www.edp.com> fornecedores> compras sustentáveis.

PRIORIDADES

Entre as prioridades da sustentabilidade na gestão de fornecedores destacam-se:

- Desenvolvimento de actividades que promovam a partilha das melhores práticas de sustentabilidade nas compras do Grupo EDP;
- Contribuição para o crescimento e rentabilidade do negócio através da promoção de iniciativas para o desenvolvimento e melhoria contínua da cadeia de fornecimento;

- Monitorização sistemática do desempenho e perfil de risco dos fornecedores;
- Divulgação e implementação das políticas de sustentabilidade do Grupo EDP na aquisição de bens e serviços;
- Adopção de uma política ambiental responsável que respeite o meio ambiente através da mitigação dos impactos adversos da sua actividade;
- Envolvimento e capacitação de todos os intervenientes na cadeia de fornecimento.

OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE

Os objectivos de sustentabilidade são operacionalizados, através das seguintes metas até ao ano 2020:

- Reduzir de forma sistemática os acidentes dos empreiteiros e prestadores de serviços;
- Proteger os Direitos Humanos na cadeia de fornecimento, segundo a metodologia Ruggie – Global Compact;
- Auditar os empreiteiros e prestadores de serviços com riscos de Sustentabilidade;
- Avaliar 100% dos fornecedores críticos pelos critérios de Sustentabilidade;
- Garantir certificação ambiental, de segurança e saúde ocupacional de 100% dos fornecedores expostos a riscos elevados.

REQUISITOS MÍNIMOS

A Unidade de Procurement Global (UPG) assegura a coordenação integrada das actividades de registo, selecção, qualificação, *assessments* ESG, consolidação da avaliação e análise de risco de fornecedores. A avaliação dos riscos de sustentabilidade resulta da análise de quatro vectores: país, actividade económica, matriz de impacto ESG do fornecimento e, por via de habilitação, *assessments* ESG e fontes de informação externa do fornecedor.

A EDP estabelece requisitos mínimos de sustentabilidade (*regras pass or fail*) que todos os fornecedores devem aceitar e cumprir, definidos e elencados nos documentos de compras (Código de Conduta, Condições Gerais de Aquisição e Termos Contratuais). Nesse sentido, as especificações constantes nas propostas incluem critérios de sustentabilidade relacionados com o desempenho, especificações obrigatórias e não sujeitas a negociação, que no caso dos processos sujeitos a sistemas de qualificação podem, dependendo do risco específico de fornecimento, exigir auditorias e certificações em sistemas de gestão (qualidade, ambiente e segurança no trabalho).

Em consequência, e de acordo com a sua Política de Baixo Risco, a EDP não trabalha com fornecedores que apresentem risco elevado, por não cumprirem com os requisitos mínimos, e, como tal, são excluídos do processo de consulta.

SEGMENTAÇÃO DE FORNECEDORES

A EDP, para cada fornecimento, efectua uma análise de criticidade onde são definidos os requisitos de sustentabilidade mínimos específicos para cada contrato. Cada actividade contratada é tipificada em relação ao acesso do fornecedor a clientes EDP, ao equipamento técnico/locais de trabalho da EDP, a dados sensíveis, à exposição a riscos de Segurança e Saúde, riscos Ambientais e riscos Éticos, de Direitos Laborais e Humanos. Critérios como insubstituibilidade do fornecedor ou consequência de interrupção e importância para operação também são essenciais nesta segmentação.

IMPACTOS DA CADEIA DE FORNECIMENTO

O Grupo EDP estuda e monitoriza os impactos da sua cadeia de fornecimento. Nos fornecedores directos, a desigualdade de género é o risco maior já que corresponde a 18,34% do volume de compras, seguido por 10,3% ligado a riscos de corrupção e 7% ligado a instabilidade política, ineficácia da justiça e fragilidade dos serviços públicos. O impacto ambiental da EDP, relativo às emissões de CO₂ (ver análise scopes 2 e 3, páginas 105 e 150) é muito determinado pela extracção e transporte de matérias-primas.

A exposição ao risco dos fornecedores indirectos contrasta fortemente com o dos fornecedores directos. Para os fornecedores indirectos, com os quais a EDP não estabelece relações comerciais, os valores vão desde 0,54% para trabalho

infantil e 0,39% para trabalho forçado até 7,9%, 1,4% e 13,4% para, respectivamente, saúde e segurança, excesso de horas de trabalho e salários baixos. Em consequência, a gestão da sustentabilidade da cadeia de fornecimento da EDP implica o desenvolvimento de processos e sistemas para garantir o compromisso do fornecedor directo com a melhoria da sustentabilidade da sua própria cadeia de fornecimento, levando, deste modo, os requisitos de sustentabilidade aos fornecedores indirectos. A aplicação do Código de Conduta do Fornecedor EDP, bem como uma atenta monitorização e acompanhamento do desempenho dos fornecedores, são os dois eixos fundamentais para endereçar estes riscos.

BALANÇO 2018

Em 2018, o Grupo EDP concluiu a implementação do novo sistema de Registo e Gestão de Fornecedores, que passou a integrar numa única plataforma toda a informação relevante para a actividade de Procurement, agregando dados financeiros, económicos, ambientais e sociais, permitindo ao Grupo EDP obter um perfil de risco dos seus fornecedores. Pela crescente importância, informação relativa a Compliance também está a ser desenvolvida num módulo dedicado para o efeito. Foi ainda revisto o Protocolo de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecimento, cuja nova versão adopta a ISO 20400 e entra em vigor em 2019.

Em resultado da unificação das exigências de sustentabilidade na cadeia de fornecimento do Grupo EDP, em 2018 consubstanciou-se um projecto piloto do programa de *assessments* ESG realizados aos fornecedores de Portugal e Espanha aos fornecedores do Brasil. Neste sentido, a EDP assume-se como elemento de compromisso dos seus fornecedores para com os temas da Sustentabilidade, nomeadamente, direitos humanos, *governance*, responsabilidade social, prevenção e segurança, direitos laborais, ambiente e qualidade.

Ainda em 2018, consciente da necessidade de possuir um Sistema de Avaliação de Fornecedores global e abrangente a todas as geografias do Grupo EDP, foi iniciado um processo de transformação do modelo existente num novo mais dinâmico e centralizado, que seja capaz de responder às necessidades de gestão de uma cadeia de fornecimento global. Assim, a EDP pretende através deste sistema contribuir para a melhoria do desempenho dos seus fornecedores e, consequentemente, impactar positivamente a temática da sustentabilidade ao longo de toda a sua cadeia de valor.

A EDP continuou a aprofundar a auscultação dos seus fornecedores, através da iniciativa EDPpartners, com a realização de eventos de partilha de conhecimento e experiências entre todos os participantes. Informação adicional em www.edp.com> fornecedores> EDP Partners.

MONITORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LABORAIS

Em 2018, a EDP identificou várias ocorrências negativas relativas ao respeito pelos Direitos Humanos e Laborais em alguns dos seus fornecedores.

Para mais detalhe sobre o progresso da comunicação pelo respeito dos direitos humanos em 2018 consultar o documento Relatório de Avaliação dos Potenciais Impactos do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais disponível em: www.edp.com> sustentabilidade> dimensão social> direitos humanos.

3.4.7 ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Com o objectivo de prosseguir o seu negócio e simultaneamente satisfazer as necessidades das comunidades onde opera, o Grupo EDP promove o envolvimento com as comunidades locais e a sociedade numa perspectiva mais ampla de criação de valor. Com este objectivo, o Grupo desenvolve tanto programas específicos associados aos seus impactos locais, como programas e iniciativas próprias e colaborativas, donativos e voluntariado.

Desta forma, a EDP pretende promover a criação de valor para a sociedade, exigindo que a empresa tenha um foco orientado nas suas actividades de negócio, permitindo-lhe capitalizar os seus pontos fortes, a sua marca e os seus colaboradores de forma a maximizar o impacto na sociedade.

A empresa promove o envolvimento activo e transparente com os *stakeholders* locais, suportado pela sua Política de Relacionamento com *Stakeholders* (www.edp.com> a edp> princípios e políticas> política de relacionamento com *stakeholders*), com o objectivo de gerir os seus impactos e reforçar os efeitos positivos da sua actividade, através da construção de parcerias e de relações contínuas duradouras. Através desta política o Grupo pretende criar valor para as várias partes interessadas, em todas as suas geografias, definindo quatro grandes Compromissos Orientadores: Compreender, Comunicar, Confiar e Colaborar. Através destes compromissos a EDP procura superar o simples cumprimento dos requisitos formais da legislação, contribuindo assim para um envolvimento eficaz e genuíno dos seus *stakeholders*.

No que diz respeito ao Investimento Social do Grupo, este está alicerçado na sua Política de Investimento Social (www.edp.com> a edp> princípios e políticas> política de investimento social) que tem quatro prioridades fundamentais:

- Promover o acesso à cultura e à arte e proteger o património cultural;
- Promover a inclusão social e a adopção de modos de vida sustentáveis, valorizando a inclusão energética e o acesso à energia;
- Proteger o património natural e a biodiversidade;
- Promover a eficiência energética, a energia renovável e a descarbonização.

Através da implementação destas políticas a EDP contribui para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nomeadamente para o ODS5, ODS7, ODS8, ODS9, ODS11, ODS13 e ODS15 (www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> objectivos de desenvolvimento sustentável).

INVESTIMENTO NA COMUNIDADE

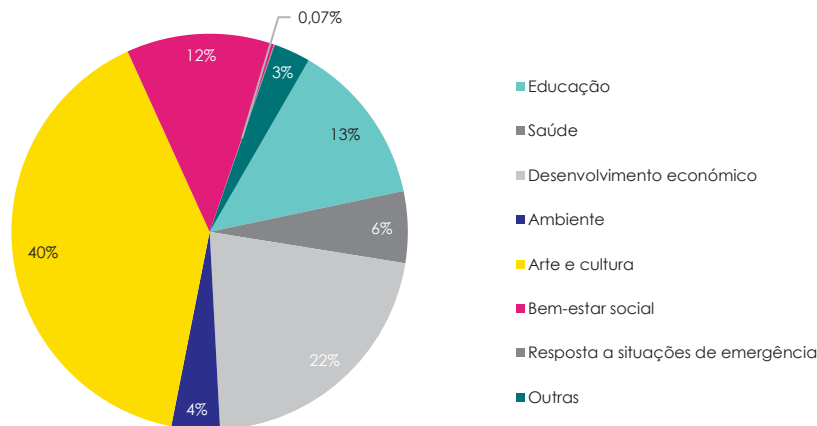
Voluntariamente a EDP desenvolve programas de investimento social, como forma de contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade e cumulativamente afirmar a sua visão estratégica.

Em 2018, a EDP prosseguiu a implementação da sua Política de Investimento Social (aprovada em 2017), tendo desenvolvido um plano global para o Grupo, com objectivos estratégicos comuns, com o envolvimento das diferentes Unidades de Negócio e Fundações. No âmbito do Plano de Investimento Social do Grupo EDP, a implementar durante o ano de 2019, foram definidos 57 programas diferentes com alinhamento ao negócio, que contribuem para o compromisso da EDP com os ODS.

A EDP avalia os projectos em que se envolve, no âmbito do seu investimento na comunidade, através da metodologia internacional LBG (Measuring Community Investment). Com a utilização deste modelo, a EDP promove a divulgação estruturada das suas decisões e possibilita a reflexão sobre os resultados e benefícios para as comunidades.

O investimento voluntário global da EDP em 2018 foi de 27.805.149 Euros, tendo contribuído para a realização de 396 projectos, e beneficiado 642 entidades. A diminuição do número de projectos apoiados face ao ano anterior (menos 90 projectos), vem reforçar o esforço de reduzir a dispersão do investimento social da empresa, tendo-se passado, em 2018, de 58.443 Euros por projecto para uma média de 70.215 Euros por projecto.

INVESTIMENTO SOCIAL POR NATUREZA (%)



Em 2018, ao nível da arte e cultura destacam-se os continuados apoios às artes plásticas, música e dança, desenvolvidos no âmbito do Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT), em Portugal, que permitiram levar projectos artísticos a mais de 300 mil pessoas. Destaca-se também a restauração do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, para a qual a EDP contribuiu em 2018, com 886 mil Euros.

No âmbito da inclusão energética destaca-se o programa EDP Solidária, implementado pela Fundação EDP, em Portugal. A edição de 2018 foi inteiramente dedicada ao apoio de iniciativas de melhoria do conforto térmico e minimização de situações de precaridade energética, tanto direccionado para Instituições do Terceiro Sector (vertente de inclusão social) como para Instituições do Serviço Nacional de Saúde ou Instituições de Solidariedade Social que prestem serviços de saúde (vertente saúde). Em 2018 este programa apoiou 29 organizações com um total de cerca de 2 milhões de Euros.

Na temática da protecção do património natural e biodiversidade destacam-se os programas de plantação de árvores em Portugal e Espanha, totalizando em 2018 um investimento de 80 mil Euros. Destacam-se também várias acções de sensibilização para a protecção do Ambiente e Biodiversidade, que envolveram mais de 16 mil alunos de 143 escolas, em diferentes geografias.

Na área da promoção da Eficiência Energética e Energia Renovável e descarbonização destacam-se as várias acções de sensibilização e capacitação desenvolvidas em Instituições do Terceiro Sector e em escolas. Salienta-se o projecto "Yes to Wind Power" da EDP Renováveis, que estabeleceu parcerias com diversas associações, em Espanha, Brasil, Itália, Reino Unido e França, com o objectivo de sensibilizar para os benefícios sociais, ambientais e económicos da energia eólica, enquanto tecnologia de ponta de geração de electricidade.

VOLUNTARIADO

Enquanto vertente fundamental da relação da empresa com as comunidades locais, o Voluntariado EDP tem como objectivo estratégico até 2020 aumentar o impacto dos projectos através de um maior alinhamento com as competências dos colaboradores e do negócio. Assim, em 2018, e superando a meta de desenvolver um novo projecto de voluntariado de competências por ano, o Programa de Voluntariado do Grupo passou de 6 projectos reportados em 2017 para 12 projectos de voluntariado de competências, sendo eles: Semana da energia; Voluntariado nas escolas com a Junior Achievement Portugal; Voluntariado LEAN; Bolsa Voluntária de Electricistas e Verificadores de Eficiência Energética; Programa Youth Leadership; Liderança EDP nas Escolas; Distribuição Agora; Energia Solidária; EDP Solidária; EDP nas Escolas; Energy School Kit; Academia EDP.

	UN	2018	2017	2016	2015
Voluntários únicos EDP ¹	#	2.469	2.294	2.371	2.593
Horas de Voluntariado EDP - Horário laboral ¹	h	19.375	24.932	15.835	17.534
Organizações Beneficiárias	#	642	417	407	338
Voluntariado de Competências					
Horas de Voluntariado de Competências - Horário Laboral ²	h	5.193	2.008	1.550	1.742
Projectos de voluntariado de competências	#	12	6	4	4

¹ Inclui todos os colaboradores de todas as empresas do Grupo EDP

² Inclui projectos de voluntariado de competências que contribuem para a meta anual de voluntariado de competências

Em 2018, o Programa de Voluntariado do Grupo EDP mobilizou 3.026 voluntários (colaboradores EDP e Amigos EDP), num total de 31.104 horas de voluntariado. Nas diferentes acções e projectos promovidos envolveram-se 2.469 colaboradores voluntários, que contribuíram com 19.375 horas em horário laboral e 8.700 horas fora do horário laboral. Uma vez que o Programa de Voluntariado do Grupo EDP é inclusivo, envolveram-se também 557 voluntários Amigos EDP tais como reformados da empresa, amigos, familiares e parceiros, que contribuíram com 3.029 horas de voluntariado.

Destaca-se o total de horas de projectos de voluntariado de competências em horário laboral que foi de 5.193, o que representa um aumento considerável face à meta pretendida de aumentar 10% relativamente a 2017. Em Maio de 2018 foi lançada uma nova campanha global – a semana da energia –, com o objectivo de promover o voluntariado de competências, com enfoque no tema da energia, e de celebrar o dia da energia nas várias geografias onde o Grupo está presente. Os colaboradores foram desafiados a partilhar as suas competências sobre o sector, nomeadamente através de aulas de energia em escolas e organizações sociais. Nesta campanha participaram 386 colaboradores voluntários das diferentes geografias, que através de 2.599 horas de voluntariado, das quais, 1.991 em horário laboral, beneficiaram 151 organizações e mais de 7.000 pessoas. Na Semana da Energia em Portugal, 217 voluntários deram 272 aulas de energia com um *kit* de conteúdos e actividades sobre eficiência energética, energias renováveis e segurança no uso de energia, a 294 turmas do pré-escolar ao 2º ciclo. Dos 106 voluntários que responderam ao inquérito de avaliação, mais de 90% considerou que desenvolveu competências pessoais e profissionais, 100% recomendaria a actividade a outras pessoas e 91,5% disse sentir-se mais motivado para o trabalho depois da iniciativa. Dos 142 professores que avaliaram as aulas de energia, 100% disse que gostava de repetir a actividade e 99,3% considerou que os alunos aprenderam algo de novo e que o tema foi útil para a turma.

Para além da Semana da Energia, a EDP Espanha criou um projecto piloto de capacitação de organizações sociais no âmbito do programa EDP Solidária, iniciativa que continuará em 2019. Destaca-se ainda o projecto Energy Kit da EDP Renováveis que desafia os colaboradores ao longo do ano a irem às escolas dos filhos falar sobre energia, e ainda dois projectos da EDP Brasil - EDP nas Escolas e Distribuição agora, que sensibilizam para o uso seguro da energia em escolas e comunidades locais.

No sentido de avaliar as práticas actuais de gestão, o Programa submeteu-se a uma certificação de voluntariado promovida pela Confederação Portuguesa de Voluntariado, em parceria com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU) e com o apoio da Associação Portuguesa de Qualidade (APQ), e foi reconhecido com o nível de Excelência pelo Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change.

De forma a reforçar o posicionamento global do Voluntariado EDP e a tornar a gestão mais eficiente e digital, dia 5 de Dezembro, Dia Internacional do Voluntariado, foi lançada uma nova plataforma para todos os voluntários do Grupo EDP (voluntariado.edp.com), onde é possível divulgar os projectos activos e gerir as inscrições, bem como os voluntários proporem as suas acções. A plataforma deu a conhecer externamente o novo posicionamento e identidade gráfica do Voluntariado EDP, que recorre ao mote «Atrevo-me» para desafiar os colaboradores a arriscarem sair da sua zona de conforto e a partilharem o seu tempo.

Em 2019, o voluntariado continuará a ser promovido pela EDP considerando os desafios das comunidades locais, e em alinhamento com a estratégia de investimento social e de gestão de pessoas do Grupo EDP.

GESTÃO DE IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS

No âmbito da sua actividade, a EDP gera impactos ambientais e socioeconómicos e também efeitos positivos decorrentes da sua actividade, nas comunidades das geografias onde está presente. Neste sentido, o envolvimento com as comunidades locais é determinante para a empresa, na garantia do sucesso da sua actuação e "licença social para operar", da implementação das suas políticas e de uma presença territorial positiva.

Durante o ano de 2018 desenvolveram-se várias iniciativas com as comunidades locais dos projectos EDP, fundamentalmente focadas no estímulo ao desenvolvimento da economia local e melhoria das condições de vida das comunidades.

No âmbito do desenvolvimento socioeconómico das comunidades destaca-se o projecto EDP Rural, levado a cabo pela EDP Renováveis na envolvente dos seus parques eólicos no Brasil. Este projecto dá apoio aos produtores rurais, famílias e comunidades nas áreas onde a EDP Renováveis opera, a produzir e comercializar os seus produtos, para aumentar o rendimento familiar, organizar melhor a produção e o abastecimento diversificado e seguro.

A fase inicial do projecto teve resultados muito positivos, tendo contribuído para um aumento de 58% no rendimento das comunidades e para a implementação de 20 unidades de produção agroecológica. Dos participantes, 53% eram mulheres, um número significativo que contribuirá para os esforços de empoderamento feminino na comunidade. O programa promoveu alterações profundas na vida das famílias locais, que agora desfrutam de uma dieta mais variada e saudável e maiores rendimentos directos e indirectos, melhor expectativa de qualidade de vida, aumento da auto-estima e entusiasmo com o planeamento para um futuro melhor.

A EDP, na construção dos seus novos empreendimentos procura evitar a necessidade de realizar realojamentos de comunidades impactadas. Em 2018, a construção de aproximadamente 22 km de novas linhas de distribuição, pela EDP Espírito Santo, no Brasil, afectou 53 propriedades, tendo sido todas indemnizadas, não sendo necessário o realojamento de famílias. Ainda no Brasil, em São Paulo, foram realizados sete novos projectos de comodato com a comunidade, para cultivo de produtos hortícolas, na envolvente das faixas de servidão de algumas linhas de distribuição, como as de Mogi das Cruzes, Poá, Itaquaquecetuba e São José dos Campos. Esta iniciativa promove a preservação ambiental dessas áreas, evitando o depósito de resíduos, ao mesmo tempo que fomenta o comércio local permitindo à comunidade vender os produtos cultivados.



No âmbito de medidas compensatórias da Central Hidroelétrica de Cachoeira Caldeirão, no Brasil, foram iniciadas obras de construção de um hospital e uma área de lazer, envolvendo um investimento de 12 milhões de Reais (2,8 milhões de Euros). Na Central Hidroelétrica de São Manoel foram investidos mais de 6 milhões de Reais (1,4 milhões de Euros) na construção de vários equipamentos sociais. Por último na Central Termoelétrica de Pecém salienta-se o investimento de 5 milhões de Reais (1,2 milhões de Euros) no aproveitamento das cinzas de carvão mineral resultantes do processo de produção de energia, para a construção de uma estrada de acesso local. Este projecto foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Ceará.

COMUNIDADES INDÍGENAS

As actividades da EDP mais expostas a eventuais impactos nas comunidades indígenas são as relacionadas com a construção de infra-estruturas com impacto na deslocação de populações indígenas. Com o objectivo de gerir os seus impactos, mas também de potenciar os seus efeitos positivos, a EDP desenvolve programas de valorização territorial e socioeconómica junto destas comunidades, actuando em conformidade com as leis e normas de protecção dos direitos indígenas, respeitando todos os programas, projectos e compromissos assumidos.

Este tema assume especial relevância no Brasil, onde foi construída a Central Hidroelétrica de São Manoel que engloba, na sua área de influência indirecta, territórios das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká. Aquando da emissão da licença ambiental por parte do IBAMA, foi acordado o desenvolvimento de um componente indígena no Plano Básico Ambiental do empreendimento (PBAI). Dando resposta às especificidades de cada uma das etnias a EDP desenvolveu um plano para cada uma delas, uma vez que se organizam de uma forma única, com o seu próprio idioma, política, valores e código jurídico.

Cada plano conta com 17 programas, subdivididos em acções aprovadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) antes do início das obras de construção do empreendimento. Para a implementação dos programas, foram criados Conselhos Gestores com representantes da EDP Brasil, Funai e de cada um dos povos indígenas envolvidos.

No sentido de fortalecer a comunicação e informação destas comunidades sobre o decorrer das fases de construção e operação do empreendimento foi desenvolvido o Programa de Interação e Comunicação Social Indígena, onde se incluem canais de interlocução directa com a população. Entre as iniciativas mais relevantes salienta-se: a realização de oficinas de comunicação; seminários sobre os resultados dos programas; linhas dedicadas de atendimento (telefone, e-mail); canal de rádio; visitas às comunidades e construção de um plano de comunicação que atenda às necessidades dos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká.

No âmbito deste Plano, iniciado em 2017, destaca-se em 2018, ao abrigo do Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas, a aprovação de mais dez bolsas de estudo para estudantes indígenas das três etnias, a adicionar às 17 bolsas cujos cursos estão já a decorrer. É ainda de destacar a construção de uma escola com seis salas de aula e campo desportivo na aldeia Kuruzinho, da etnia Kayabi.



ASKEDP.SUPPLIER

NOVA APLICAÇÃO PARA FORNECEDORES RESPONDE NO IMEDIATO E A QUALQUER MOMENTO

Projecto piloto para a criação de um *chatbot* que permite aos fornecedores terem acesso à informação sobre o pagamento das suas facturas, 24h por dia, 7 dias por semana. Mais rápido e mais fácil!

Recorrentemente, o *contact center* da EDP Valor – empresa de serviços partilhados do Grupo EDP – era o meio mais utilizado pelos fornecedores do Grupo EDP para obtenção de informação sobre a previsão do pagamento de facturas emitidas para a EDP, uma informação disponível em sistema através de consulta simples ao SAP mas implicando a alocação de recursos humanos, com consequências negativas ao nível da operação e eficiência. Da colaboração entre a EDP Valor e a EDP Inovação elaborou-se um plano de desenvolvimento, onde foram aplicadas soluções de automatização de processos (desenvolvidos pela área especialista da EDP Valor) e cooperação com o departamento de Contas a Pagar da Unidade de Procurement Global.

A substituição da acção humana pela automação foi conseguida através da utilização da tecnologia do *chatbot* onde, através da ferramenta de comunicação Skype, o fornecedor pode colocar a questão sobre a data de pagamento do valor facturado à EDP. Desta forma, o processo torna-se mais eficiente levando a uma maior satisfação por parte dos *stakeholders*.

edp edpartners

askedp.supplier

Consulte a data de pagamento da sua fatura

Instale a aplicação Skype (*not for Business*)
Procure por "askedp.supplier"
Pesquise a sua fatura

Consulta do estado de pagamento de faturas

Disponível 24/7

Mais rápido

Em breve mais serviços

Esta solução possibilita, assim, a libertação de recursos humanos para actividades de maior valor acrescentado, diminuindo por um lado o tempo de resposta e, por outro, aumentando número de respostas por unidade de tempo. No futuro, pretende-se alargar a aplicabilidade da solução preconizada a outras áreas de actividade, contribuindo para a eficiência de diversos processos.

COMPROMISSO COM OS NOSSOS *STAKEHOLDERS*

Num contexto de permanente aprofundamento da relação do Grupo EDP com os seus *stakeholders*, a EDP voltou a realizar um processo de auscultação externa a um número alargado de *stakeholders*, de 10 segmentos diferentes. Face a 2014 mantiveram-se segmentos como Autarquias, Comunidade Científica, Líderes de Opinião, Sector Social, Associações Empresariais e Fornecedores. Por outro lado, foram incluídos novos segmentos: Gabinetes de Estudo de Partidos, Organismos Públicos e ONG Ambientais. O segmento Eurodeputados foi alargado a outras Instituições Europeias.

A consulta directa e presencial a *stakeholders* chave é o segundo passo dos quatro grandes procedimentos que integram a metodologia de gestão de *stakeholders* do Grupo EDP, implementada em todas as suas operações e geografias. (www.edp.com> sustentabilidade> dimensão social> *stakeholders*> procedimentos de envolvimento de *stakeholders* EDP)

Para a EDP, ouvir os seus *stakeholders* de forma estruturada e regular é uma oportunidade única de conhecer em maior profundidade quais os temas que estes consideram críticos na sua relação com as várias unidades de negócio do Grupo, e que expectativas têm em relação ao desempenho da companhia face a estes mesmos temas. Este trabalho permite à EDP

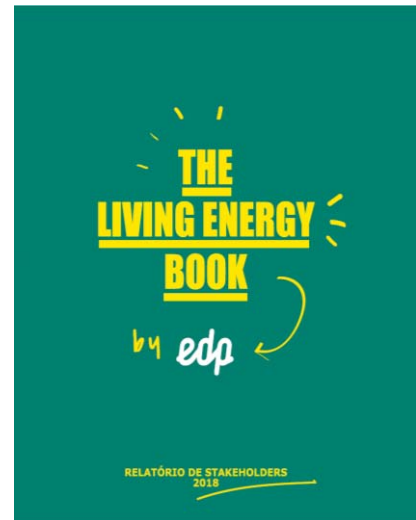
verificar se a implementação do seu plano de negócio está em linha com o que os seus *stakeholders* esperam da empresa, e adaptá-lo sempre que se justificar de acordo com o feedback recolhido.

Como forma de se manter uma comparabilidade da avaliação dos *stakeholders* face à EDP ao longo dos anos, no processo de auscultação realizado em 2018, a EDP manteve a avaliação de temas críticos tais como, o relacionamento com o Grupo EDP ou a percepção de transparência e confiança na EDP. Também se comparou face a anos anteriores a visão dos *stakeholders* sobre a intervenção da EDP na área da responsabilidade social, registando-se uma preocupação crescente da envolvente da EDP em acrescentar à acção do Grupo temas como o combate à pobreza energética e a inclusão social.

Houve também novos temas abordados nesta auscultação que mereceram atenção alargada pelos *stakeholders*. Estes mostraram grande abertura em contribuir com a sua visão sobre as novas tendências de longo prazo do sector tais como a mobilidade eléctrica, os agentes que liderarão a transição energética no longo prazo e as soluções descentralizadas de produção de energia com potencial de disrupção. São contributos valiosos que ajudam a EDP a moldar o seu próprio pensamento sobre estes temas.

Porque a EDP tem perfeitamente clara a necessidade de manter uma relação aberta e transparente com os seus *stakeholders*, os principais resultados deste processo de auscultação foram publicados na terceira edição do Relatório de *Stakeholders* do Grupo EDP, uma publicação dedicada única e exclusivamente ao desempenho do Grupo EDP no envolvimento com os seus *stakeholders*.

A auscultação externa permitiu entender que existe hoje uma maior profundidade e institucionalização das relações do Grupo EDP com os seus *stakeholders*. A existência de relações estruturadas com os diferentes *stakeholders* da EDP já é um dado adquirido. Sente-se agora uma exigência cada vez maior nestas relações que se traduz num desafio que só pode ser encarado de forma positiva pela EDP. O Grupo encara a abertura de relacionamento e a transparência na comunicação da sua actividade como factores fundamentais de uma relação virtuosa com todos os *stakeholders*. A EDP tem o compromisso de continuar a ser líder no envolvimento com os seus *stakeholders* não só na sua actividade de negócio, mas também nas suas acções nas áreas social e ambiental. Mais uma prova deste compromisso de liderança foi dada com a obtenção da pontuação máxima em 2018 na área de *Stakeholder Engagement* no Índice Dow Jones de Sustentabilidade pelo segundo ano consecutivo.



A EDP RENOVÁVEIS CONVIDA OS MEMBROS DA COMUNIDADE A VISITAREM OS SEUS PARQUES EÓLICOS

A EDP Renováveis organiza visitas aos parques eólicos, com o objectivo de educar as futuras gerações e as comunidades locais sobre a importância da energia renovável.

Em Junho, dois grupos de estudantes de França visitaram o parque eólico da EDP Renováveis em Escardes. Na parte da manhã, os estudantes locais participaram numa caça ao tesouro e assistiram a uma apresentação sobre energia eólica. No final do dia, um grupo de Provins realizou um passeio por Escardes. A visita visava explicar os objectivos e o funcionamento do parque eólico, chegando mesmo a dar aos visitantes uma oportunidade única de visitar o interior de uma turbina.

Também em Junho, vinte e cinco alunos de uma escola de Castejón visitaram o parque eólico Borja da EDP Renováveis em Saragoça, Espanha. Os alunos passaram um dia de aulas no exterior com os seus professores e com o gestor regional da EDPR, que explicou os benefícios da energia eólica, a história do parque eólico e explicou o processo de produção de energia eólica. Realizou também uma visita guiada às instalações do parque, à subestação e às próprias turbinas.

Em Julho, estudantes do ensino secundário da Polónia realizaram uma visita guiada a uma turbina eólica no parque eólico Tomaszów Lubelski, e visitaram a sua estação principal em Ruda Wołoska. Os representantes da EDP Renováveis também realizaram uma apresentação especial sobre a criação de parques eólicos na comunidade, destacando a importância das energias renováveis na Polónia. Seguidamente, todos os visitantes receberam uma lembrança da EDP Renováveis para comemorar o dia.

O parque eólico Top Crop em Illinois, nos EUA, também abriu as suas portas a cerca de quinze proprietários de terrenos do parque eólico Broadlands para realizar um passeio educativo em Julho. Os proprietários percorreram o local, para ficarem a conhecer as operações de energia eólica e dos parques eólicos. Muitos dos proprietários de terrenos ficaram entusiasmados ao verem um parque eólico de perto, antes da construção do parque eólico Broadlands.

A equipa do parque eólico Arbuckle Mountain em Oklahoma também organizou uma excursão para um grupo de estudantes de direito da East Central University, com sede em Ada, Oklahoma, em Setembro.

A experiência de visitar um parque eólico esclarece as pessoas sobre a relação entre a comunidade e o parque eólico, bem como sobre os vários benefícios para as áreas circundantes.

3.5

INDICADORES DE DESEMPENHO

SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO	UN	2018	2017	2016	2015
Valor Económico Gerado	000€	16.307.865	17.234.143	15.899.739	17.277.905
Volume de Negócios	000€	15.278.085	15.745.987	14.595.164	15.516.799
Outros proveitos	000€	1.029.780	1.488.156	1.304.575	1.761.106
Valor Económico Distribuído	000€	14.470.560	14.910.472	14.550.903	14.242.365
Colaboradores	000€	651.540	680.833	660.616	652.979
Fornecedores	000€	11.135.864	11.345.442	9.805.006	10.062.093
Accionistas	000€	690.924	690.924	672.588	672.588
Sector financeiro	000€	1.010.390	1.248.089	1.790.803	1.768.737
Comunidade	000€	27.805	28.404	26.811	27.412
Estado	000€	822.140	783.940	1.386.814	858.117
Outros	000€	131.898	132.839	208.265	200.439
Valor Económico Acumulado ¹	000€	1.837.305	2.323.671	1.348.836	3.035.540
Valor Acrescentado Bruto por colaborador	000€/ #	341	402	370	409
CAPEX	000€	2.031.167	1.725.487	1.963.702	1.787.867
EBITDA	000€	3.317.129	3.989.949	3.759.307	3.923.958
Dívida Líquida/EBITDA	x	4,06	3,48	4,24	4,43
EBITDA Regulado vs. Contratado LP	%	77	84	86	91
Opex/Margem Bruta	%	30	29	27	28
Resultado Líquido atribuído aos accionistas da EDP	000€	519.189	1.113.169	960.561	912.703

¹ Inclui retenção de resultados e custos não desembolsáveis

PROMOÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	UN	2018	2017	2016	2015
Capacidade Instalada total	MW	26.996	26.597	25.067	24.208
Capacidade Instalada de energia renovável	%	74,4	73,6	72,0	70,0
Capacidade Instalada de energia renovável	MW	20.093	19.695	18.158	17.059
Eólica	MW	11.156	10.531	9.969	9.199
Hídrica	MW	8.728	8.870	7.946	7.614
Mini-Hídrica	MW	65	148	160	164
Solar	MW	145	145	82	82
Capacidade Instalada de energia não renovável	MW	6.902	6.902	6.910	7.149
CCGT	MW	3.729	3.729	3.736	3.736
Carvão	MW	3.124	3.124	3.124	3.364
Cogeração e Resíduos	MW	49	49	49	49
Produção líquida total¹	GWh	71.614	69.628	69.634	63.356
Produção a partir de fontes renováveis	%	66,5	56,1	65,5	58,2
Produção a partir de fontes renováveis	GWh	47.655	39.045	45.611	36.875
Eólica	GWh	28.133	27.466	24.334	21.237
Hídrica	GWh	18.899	11.186	20.589	15.138
Mini-Hídrica	GWh	397	238	549	349
Solar	GWh	226	155	139	151
Produção a partir de fontes não renováveis	GWh	23.959	30.583	24.023	26.481
CCGT	GWh	5.333	8.029	5.242	3.667
Carvão	GWh	17.471	21.444	17.665	21.630
Cogeração, Resíduos e Vapor	GWh	1.155	1.109	1.117	1.184
Capacidade instalada em construção	MW	344	828	1.267	344
Emissões de CO ₂ evitadas	ktCO ₂	29.221	26.799	32.724	28.732

¹ A produção líquida total inclui vapor.

INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO	UN	2018	2017	2016	2015
Investimento em ID+i ¹	000€	75.366	64.518	36.145	35.845
Investimento em ID+i/Volume de negócios	%	0,49	0,41	0,25	0,23
Número de colaboradores em ID+i	#	99	105	102	68

¹ Em 2017, procedeu-se a uma alteração do processo de apuramento deste indicador.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	UN	2018	2017	2016	2015
Reuniões por videoconferência					
Números de reuniões	#	401	348	279	n.d.
Utilização do serviço de videoconferência ¹	h/ano	115.130	94.116	51.744	n.d.
Robotização²					
Número de actividades robotizadas	#	546	196	n.d.	n.d.
Horas/ano robotizadas	h/ano	442.643	220.477	n.d.	n.d.
Smart meters²					
	#	2.598.423	1.900.703	1.213.360	656.790
Portugal	#	1.922.991	1.269.840	693.049	242.000
Espanha	#	658.632	614.863	506.411	400.890
Brasil	#	16.800	16.000	13.900	13.900
Clientes com Re:dy	#	12.329	9.973	5.903	2.146

¹ Número de horas por ano de utilização do serviço de videoconferência em 2016 corresponde apenas a Portugal e Espanha, restantes geografias não se encontra disponível.

² Valores apresentados em acumulado.

NOVOS SERVIÇOS DE ENERGIA	UN	2018	2017	2016	2015
Facturação de serviços de eficiência energética	000€	151.468	134.114	92.975	79.877

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	UN	2018	2017	2016	2015
Electrificação da frota	%	7,5	5,6	n.d.	n.d.
Veículos eléctricos da frota	#	278	207	n.d.	n.d.
Pontos de carregamento eléctrico	#	385	n.d.	n.d.	n.d.
Clientes com soluções de mobilidade eléctrica	#	5.546	n.d.	n.d.	n.d.

GESTÃO DE PESSOAS	UN	2018	2017	2016	2015
Colaboradores					
	#	11.631	11.657	11.992	12.084
Feminino	%	25	24	24	23
Masculino	%	75	76	76	77
Distribuição de colaboradores por categoria profissional					
CAE	#	9	8	8	8
Feminino	#	2	0	0	0
Masculino	#	7	8	8	8
Quadros Directivos	#	709	750	733	700
Feminino	#	154	166	155	145
Masculino	#	555	584	578	555
Gestores	#	754	766	806	782
Feminino	#	207	208	223	195
Masculino	#	547	558	583	587
Especialistas	#	4.369	4.093	3.996	3.896
Feminino	#	1.552	1.423	1.351	1.285
Masculino	#	2.817	2.670	2.645	2.611
Técnicos	#	5.790	6.041	6.450	6.698
Feminino	#	951	1.010	1.100	1.166
Masculino	#	4.839	5.031	5.350	5.532
Distribuição de colaboradores por faixa etária					
≥ 50	#	3.919	4.477	4.910	5.171
Feminino	#	757	835	907	945
Masculino	#	3.162	3.642	4.004	4.226
[30-50[#	5.949	5.632	5.601	5.423
Feminino	#	1.624	1.529	1.527	1.463
Masculino	#	4.325	4.103	4.075	3.960
< 30	#	1.763	1.549	1.481	1.490
Feminino	#	485	444	396	383
Masculino	#	1.278	1.105	1.085	1.107

GESTÃO DE PESSOAS	UN	2018	2017	2016	2015
Distribuição de colaboradores por geografia					
Portugal	%	52	54	54	55
Espanha	%	15	14	16	15
Brasil	%	26	25	25	25
América do Norte	%	5	4	3	3
Resto do Mundo	%	2	2	2	2
Colaboradores elegíveis para reforma					
CAE					
próximos 5 anos	#	1	1	1	0
próximos 10 anos	#	5	4	4	4
Quadros Directivos					
próximos 5 anos	#	109	135	149	155
próximos 10 anos	#	268	208	222	235
Gestores					
próximos 5 anos	#	47	79	106	103
próximos 10 anos	#	221	137	174	187
Especialistas					
próximos 5 anos	#	354	414	409	375
próximos 10 anos	#	1.475	675	703	699
Técnicos					
próximos 5 anos	#	1.511	1.923	1.999	1.964
próximos 10 anos	#	2.341	2.617	2.947	3.200
Rácio Salário mínimo EDP/Salário mínimo nacional					
Portugal	x	1,45	1,49	1,54	1,60
Espanha	x	1,28	1,30	1,40	1,42
Brasil	x	1,41	1,43	1,49	1,58
América do Norte	x	2,48	2,47	2,34	2,24
Tipos de saída/geografia					
Fins de contratos a termo	%	3	3	3	3
Rescisões por mútuo acordo	%	5	4	3	6
Rescisões por iniciativa do colaborador	%	19	14	17	18
Despedimentos	%	19	22	28	25
Pré-reformas	%	42	27	31	29
Reformas por velhice/invalidez	%	8	6	10	10
Outras saídas	%	5	25	8	10
Rácio salarial M/H por categoria profissional					
Técnicos					
Portugal	x	1,19	1,16	1,13	1,13
Espanha	x	0,77	0,77	0,81	0,80
Brasil	x	0,97	0,97	0,99	1,00
América do Norte	x	1,07	1,08	1,09	1,10
Resto do Mundo	x	1,01	1,32	1,04	0,93
Especialistas					
Portugal	x	0,92	0,90	0,91	0,93
Espanha	x	0,94	0,91	0,90	0,89
Brasil	x	0,78	0,81	0,78	0,80
América do Norte	x	0,92	0,93	0,93	0,96
Resto do Mundo	x	0,90	0,88	0,89	0,96
Gestores					
Portugal	x	1,01	0,98	0,96	0,97
Espanha	x	0,85	0,85	0,88	0,86
Brasil	x	0,99	0,94	1,09	1,00
América do Norte	x	0,95	1,02	1,01	1,11
Resto do Mundo	x	0,83	1,44	0,78	0,70
Quadros Directivos					
Portugal	x	0,93	0,92	0,90	0,90
Espanha	x	0,82	0,86	0,87	0,82
Brasil	x	0,92	0,86	0,79	0,81
América do Norte	x	1,04	1,02	1,03	1,03
Resto do Mundo	x	0,61	0,58	0,73	0,78

GESTÃO DE PESSOAS	UN	2018	2017	2016	2015
Satisfação dos colaboradores					
Engagement	%	72	75	74	75
Feminino	%	n.d.	75	74	75
Masculino	%	n.d.	75	74	75
Enablement	%	70	70	70	70
Feminino	%	n.d.	68	67	71
Masculino	%	n.d.	71	70	67
Índice de rotatividade ou turnover	%	10,32	9,04	6,38	6,32
Masculino	%	10,67	8,56	6,18	6,13
Feminino	%	9,25	10,56	7,03	6,96
<30 anos	%	8,00	22,21	17,23	17,87
[30-50 anos]	%	4,96	6,80	4,61	5,28
≥50 anos	%	19,49	7,48	5,12	4,20
Turnover voluntário	%	1,98	1,44	1,16	1,13
HC ROI	%	6,35	6,46	7,25	6,94
Investimento directo com formação por colaborador	€/p	348	372	496	485
Volume de formação	h	398.394	473.078	389.883	443.105
Retorno do investimento em desenvolvimento dos colaboradores	€/p	34	31	36	34

SEGURANÇA E SAÚDE	UN	2018	2017	2016	2015
Colaboradores					
Acidentes ¹	#	29	28	30	49
Acidentes mortais	#	2	0	0	1
Índice de frequência ²	Tf	1,36	1,33	1,37	2,27
Índice de gravidade ³	Tg	110	122	91	106
Prestadores de serviço					
Acidentes ¹	#	106	100	158	142
Acidentes mortais	#	5	4	3	4
Índice de frequência ²	Tf	2,50	2,38	3,84	4,00
Índice de gravidade ³	Tg	116	136	217	237

¹ São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajecto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.

² Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

³ Número de dias (civis) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

PROTECÇÃO DO AMBIENTE	UN	2018	2017	2016	2015
CERTIFICAÇÃO ISO 14001					
Certificação ISO 14001 ¹	%	96	88	91	89
PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO					
Emissões totais de NO_x					
Portugal	kt	4,6	6,1	5,2	5,9
Espanha	kt	5,7	6,0	5,9	14,6
Brasil	kt	3,9	4,9	5,2	4,0
Emissões totais de SO₂					
Portugal	kt	3,8	4,3	3,5	4,9
Espanha	kt	6,0	8,2	6,5	13,6
Brasil	kt	11,4	17,2	9,9	5,8
Emissões totais de partículas					
Portugal	kt	0,09	0,04	0,04	0,02
Espanha	kt	0,24	0,56	0,61	0,94
Brasil	kt	1,72	0,89	0,52	0,45

PROTECÇÃO DO AMBIENTE	UN	2018	2017	2016	2015
ÁGUAS RESÍDUAIS					
Rejeição para meio marítimo	10 ³ x m ³	1.510.986	1.723.329	1.481.107	1.694.911
Rejeição para águas interiores e estuarinas	10 ³ x m ³	6.964	9.014	4.502	14.471
MATERIAIS RESIDUAIS					
Produção específica de materiais residuais	t/GWh	12,04	16,89	15,52	17,59
RECURSOS NATURAIS					
Consumo específico de água doce	m ³ /GWh	304	392	385	695
Combustíveis					
Carvão	TJ	165.982	204.044	169.582	209.191
Gás natural	TJ	40.425	57.013	39.160	28.810
Gasóleo	TJ	202	182	230	183
Fuelóleo	TJ	297	183	373	272
Gás residual	TJ	14.509	15.016	10.994	13.634
Consumo de produtos químicos					
Hidróxido de sódio	t	178	1.682	1.561	1.864
Ácido clorídrico	t	1.247	3.225	2.734	2.245
Hipoclorito de sódio	t	3.673	3.006	4.268	2.820
Amoníaco	t	16.562	22.821	23.259	23.058
Calcário	t	71.807	77.299	58.096	126.327
Óleos adquiridos	t	138	90	120	341
Multas ambientais	000€	3	19	29	35

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactes ambientais.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	UN	2018	2017	2016	2015
ÍNDICE DE HIDRAULICIDADE					
Portugal	#	1,05	0,47	1,33	0,74
Espanha	#	1,28	0,52	1,10	0,82
EMISSIONES					
Emissões específicas de CO₂¹					
Globais	g/kWh	257	332	271	340
Térmicas	g/kWh	768	756	787	813
Emissões de CO₂ equivalente					
ÂMBITO 1	ktCO₂eq	18.429	23.159	18.931	21.550
Combustão estacionária	ktCO ₂ eq	18.404	23.129	18.900	21.518
Emissões SF ₆	ktCO ₂ eq	10	10	8	8
Frota Automóvel	ktCO ₂ eq	15	20	18	18
Consumo de gás natural	ktCO ₂ eq	0,19	0,22	0,48	0,46
Perdas de gás natural	ktCO ₂ eq	0	0	5	6
ÂMBITO 2 (Location-based²)⁴	ktCO₂eq	602	818	547	982
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO ₂ eq	2	2	0	2
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO ₂ eq	577	795	540	957
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO ₂ eq	23	21	7	23
ÂMBITO 2 (Market-based³)⁴	ktCO₂eq	585	802	547	982
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO ₂ eq	0	0	0	2
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO ₂ eq	577	795	540	957
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO ₂ eq	8	7	7	23
ÂMBITO 3	ktCO₂eq	11.334	13.039	12.469	14.623
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO ₂ eq	49	54	55	53
Bens de capital (C02)	ktCO ₂ eq	330	324	287	251
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO ₂ eq	6.399	8.344	7.091	7.636
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO ₂ eq	675	454	304	385
Viagens de negócios (C06)	ktCO ₂ eq	10	11	11	9
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO ₂ eq	3.871	3.852	4.722	6.288
SF₆	kg	440	422	331	328
Portugal	kg	246	307	213	194
Espanha	kg	100	59	40	61
Brasil	kg	92	55	77	63
América do Norte	kg	0	0	0	5
Resto do Mundo	kg	3	0	1	5

¹ As emissões estacionárias não incluem as emissões resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha. Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

² Baseadas nos factores de emissão globais das diferentes geografias.

³ Baseadas nos factores de emissão dos comercializadores.

⁴ A metodologia de cálculo do âmbito 2 foi revista para evitar duplicação de emissões com o âmbito 1.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	UN	2018	2017	2016	2015
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA INTERNA					
Rendimento das centrais termoelétricas	%	45,1	45,6	45,1	44,0
Centrais a carvão	%	35,1	35,6	35,7	35,1
Centrais de ciclo combinado a gás natural	%	53,1	53,5	52,5	51,5
Intensidade energética	MJ/€	15,4	17,6	15,1	16,3
Perdas na distribuição de electricidade					
Perdas técnicas	%	5,4	5,6	5,7	5,7
Perdas totais	%	8,8	9,2	9,2	9,4
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EXTERNA					
Poupança em Serviços de Eficiência Energética ¹	GWh	951	504	267	117
Emissões de CO ₂ evitadas no cliente final ¹	ktCO ₂	406	230	122	43
Energia consumida fora da organização ²	TJ	304.391	309.233	324.286	342.719

¹ Metodologia revista e harmonizada para todas as geografias, aplicada desde 2015. Exclui os projectos do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica (PPEC). Os valores de 2016 e 2017 foram revistos para consistência com o método harmonizado de cálculo das poupanças.

² Considera apenas a categoria "Uso de produtos vendidos" do GHG Protocol Corporate Value Chain (Âmbito 3).

GOVERNO SOCIETÁRIO	UN	2018	2017	2016	2015
Número de membros					
CAE	#	9	8	8	8
CGS ¹	#	20	21	21	21
Número de membros independentes					
CGS ¹	#	10	11	11	11
Número de mulheres					
CAE	#	2	0	0	0
CGS	#	4	2	2	2

¹ António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, eleito na AG de 5 de Abril de 2018, apresentou renúncia ao cargo a 27 de Julho de 2018.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	UN	2018	2017	2016	2015
ÉTICA					
RECLAMAÇÕES					
Reclamações totais ¹	#	465	426	406	317
Reclamações presentes ao Comité de Ética²	#	125	141	52	54
Classificação das reclamações por autoria					
Cliente	#	17	21	12	15
Cidadão	#	8	10	5	0
Colaborador	#	29	26	11	18
Fornecedor	#	4	10	4	1
Anónima	#	67	74	20	20
Classificação das reclamações por categoria					
Equidade de soluções	#	1	1	5	2
Negligência ou desrespeito	#	93	77	7	26
Transparência	#	7	41	10	3
Uso da informação ou do património	#	10	11	29	21
Ambiente e responsabilidade perante a sociedade	#	1	1	0	0
Fraude, corrupção e suborno	#	13	10	1	2
Acções determinadas pelo Comité de Ética					
Revisão ou melhoria de procedimentos	#	16	26	15	25
Compensação de danos ou prejuízos	#	3	0	5	9
Acção disciplinar	#	8	3	4	3
Formação	#	4	4	10	1
Outras	#	9	18	10	9
SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO / CIBERSEGURANÇA					
Incidentes de segurança de informação ³	#	1.260	1.624	686	150
Multas por violação da privacidade e perda de dados dos clientes	#	5	4	6	7
Multas por violação da privacidade e perda de dados dos clientes	000€	48	110	50	266
TRANSPARÊNCIA NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS					
Custos com a actividade de representação de interesses	000€	3.875	3.845	3.550	3.413
DIREITOS HUMANOS					
Política de Direitos Humanos	s/n	s	s	s	s
Processo de <i>due diligence</i> de Direitos Humanos	s/n	s	s	s	s

¹ Entradas registadas nos canais de reclamação Ética do Grupo EDP

² As restantes reclamações foram objecto de tratamento expedito com as Unidades de Negócio envolvidas

³ A evolução é explicada pela maior robustez nas capacidades de detecção deste indicador e o maior número de ciberataques.

COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA		UN	2018	2017	2016	2015
Imposto corrente		000€	245.613	178.419	824.341	280.024
Apoio de organismos públicos		000€	47.958	42.118	51.246	82.157

SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE		UN	2018	2017	2016	2015
NÚMERO DE CLIENTES						
Electricidade		000	9.849	9.886	9.806	9.712
Mercado Regulado		000	4.797	4.818	4.941	5.224
Mercado Liberalizado		000	5.052	5.068	4.865	4.488
Gás		000	1.595	1.585	1.498	1.405
Mercado Regulado		000	92	96	106	122
Mercado Liberalizado		000	1.503	1.489	1.392	1.283
SATISFAÇÃO DOS CLIENTES ¹						
Satisfação global dos clientes		%	78,2	75,7	76,5	76,5
Portugal		%	77,8	76,5	76,6	77,4
Espanha		%	77,5	75,8	73,1	64,0
Brasil		%	80,0	73,8	78,3	79,3
CLIENTES POR TIPO DE USO ²						
Clientes de electricidade						
Doméstico		%	87	87	87	87
Industriais		%	1	1	1	3
Comercial		%	8	8	7	2
Agrícola		%	3	2	3	3
Outros		%	1	1	2	6
Clientes de gás						
Doméstico		%	97	97	97	98
Industriais		%	0	0	0	0
Comercial		%	1	1	1	1
Agrícola		%	0	0	0	0
Outros		%	1	1	2	1
PROVEDOR DO CLIENTE						
Orientação da resposta do provedor do cliente ³						
Concordante		%	45	38	38	43
Discordante		%	23	25	23	5
Parcialmente concordante		%	9	7	4	16
Assunto Resolvido		%	23	31	35	36
QUALIDADE DO SERVIÇO						
Portugal						
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada ⁴		Min	61	53	50	54
Espanha						
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada ⁴		Min	17	20	24	34
Brasil						
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora						
EDP São Paulo		Horas	7,75	7,87	8,47	7,92
EDP Espírito Santo		Horas	8,24	8,42	8,80	8,83
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora						
EDP São Paulo		#	4,83	4,96	5,42	4,81
EDP Espírito Santo		#	4,76	5,20	5,40	4,94
RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO						
Restabelecimento do fornecimento de electricidade após pagamento da dívida pelo cliente						
Portugal ⁵						
< 4h (urgente)		#	265.268	237.312	244.949	290.727
< 8h (outros clientes)		#	32.105	17.834	12.469	14.090
< 12h (clientes Btn)		#	1.041	1.089	1.431	1.236
		#	232.122	218.389	231.049	275.401
Espanha ⁶						
< 24 horas		#	5.771	12.553	12.009	13.147
< 48 horas		#	2.561	11.297	8.432	8.828
< 48 horas		#	1.346	999	679	854
entre 48 horas e 1 semana		#	1.034	239	1.099	1.346
> 1 semana		#	830	18	1.799	2.119
Brasil						
< 24h		#	539.318	551.875	473.362	283.973
< 1 semana		#	490.670	471.847	427.047	232.812
< 1 semana		#	45.628	75.431	43.167	42.114
> 1 semana		#	3.020	4.597	3.148	9.047

SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE	UN	2018	2017	2016	2015
FACTURA ELECTRÓNICA					
Portugal	%	44	34	29	23
Espanha	%	38	35	33	27
Brasil	%	38	15	8	1
Multas pagas por incumprimento de fornecimento e uso de produtos e serviço	000€	4.140	3.486	3.690	4.171

¹ Em 2018, a medição da satisfação dos clientes foi revista para incluir os inquéritos de satisfação e o Voice of Customer (VoC) a nível ibérico.

² Em 2014 o indicador não estava dividido por electricidade e gás; ³ Não inclui gás em Portugal; ⁴ TIEPI na rede MT, exclui eventos extraordinários.

⁵ Os valores consideram os restabelecimentos do serviço dentro dos prazos definidos pelo regulador, representando 99% do total dos restabelecimentos.

⁶ Os intervalos de tempo considerados dizem respeito ao tempo que decorre desde o corte do serviço por falta de pagamento do cliente, até ao restabelecimento do mesmo.

CLIENTES VULNERÁVEIS	UN	2018	2017	2016	2015
Clientes com tarifa social	#	813.614	895.800	887.158	n.d.
Electricidade	#	797.614	879.941	871.019	326.108
Portugal	#	615.183	661.103	662.829	93.451
Espanha	#	38.560	56.961	59.011	60.041
Brasil	#	143.871	161.877	149.179	172.616
Gás	#	16.000	15.859	16.139	n.d.
Portugal	#	16.000	15.859	16.139	n.d.
Clientes prioritários¹	#	5.355	954	1.003	1.034
Portugal	#	4.661	554	519	545
Espanha	#	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Brasil	#	694	400	484	489

¹ Clientes cuja sobrevivência depende de equipamentos ou clientes que prestem serviços de segurança ou saúde fundamentais à comunidade (de acordo com Artigo 103º do Regulamento da Qualidade do Serviço do sector Eléctrico e do Gás Natural).

GESTÃO DE FORNECEDORES	UN	2018	2017	2016	2015
Fornecedores Aquisições Globais					
Fornecedores	#	16.040	16.832	17.078	18.647
Portugal	#	4.597	5.121	5.683	5.275
Espanha	#	1.966	2.102	2.567	2.641
Brasil	#	4.821	4.934	4.705	4.263
América do Norte	#	527	890	668	3.456
Resto do Mundo	#	4.129	4.212	4.025	3.545
Fornecedores Aquisições Globais > €150.000					
Fornecedores	#	1.485	1.165	2.260	2.010
Portugal	#	446	658	732	687
Espanha	#	210	326	387	368
Brasil	#	403	624	655	497
América do Norte	#	174	372	201	193
Resto do Mundo	#	252	290	323	304
Fornecedores Volume de Compras					
	M€	3.143	3.312	3.235	2.832
Portugal	M€	795	826	924	989
Espanha	M€	225	229	278	243
Brasil	M€	526	854	780	683
América do Norte	M€	785	1.081	862	637
Resto do Mundo	M€	812	322	391	280
Fornecedores Locais Volume de Compras					
Fornecedores	%	98	97	94	92
Portugal	%	93	98	95	90
Espanha	%	100	100	90	86
Brasil	%	99	98	90	88
América do Norte	%	100	94	99	100
Resto do Mundo	%	100	100	97	99
Fornecedores Críticos Certificados²					
ISO 14001	%	68	30	30	31
OHSAS 18001	%	62	27	28	27

GESTÃO DE FORNECEDORES		UN	2018	2017	2016	2015
Fornecimentos de combustíveis³						
Fornecedores⁴	#	61	73	72	63	
Portugal	#	22	33	34	29	
Espanha	#	32	34	30	37	
Brasil	#	7	6	11	5	
Volume de facturação	M€	1.296	1.444	986	1.365	
Portugal	M€	490	521	370	427	
Espanha	M€	641	756	479	808	
Brasil	M€	165	167	137	129	
Locais	%	52	50	57	38	
Portugal	%	40	36	48	55	
Espanha	%	72	68	74	36	
Brasil	%	11	12	22	0	
Fornecedores críticos de combustíveis certificados²						
ISO 9001	%	82	77	83	n.d.	
ISO 14001	%	82	78	82	n.d.	
OHSAS 18001	%	81	78	78	n.d.	
Origem do carvão						
Colômbia	%	79	79	92	96	
EUA	%	10	8	1	1	
África do Sul	%	2	2	4	0	
Rússia	%	9	11	1	2	
Espanha	%	0	0	2	1	

¹ Não inclui Renováveis.

² Fornecedores críticos expostos a riscos ambientais ou de segurança e saúde no trabalho.

³ No número de fornecedores total do Grupo são contabilizadas apenas uma vez empresas que têm negócios com a EDP em mais de uma geografia.

⁴ Inclui compras de combustíveis e serviços associados.

ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE		UN	2018	2017	2016	2015
INVESTIMENTO NA COMUNIDADE¹						
Categoria	000€	26.798	27.337	25.424	25.879	
Investimento não estratégico	000€	286	822	1.975	209	
Investimento estratégico	000€	24.443	25.855	21.990	23.556	
Iniciativa comercial	000€	2.069	660	1.459	2.114	
Natureza	000€	26.798	27.337	25.424	25.879	
Educação	000€	3.580	4.384	3.014	4.316	
Saúde	000€	1.565	1.519	1.745	1.814	
Desenvolvimento económico	000€	5.795	2.434	2.637	1.692	
Ambiente	000€	1.057	1.961	1.617	2.296	
Arte e cultura	000€	10.749	9.923	10.361	7.234	
Bem-estar social	000€	3.231	6.360	5.226	3.839	
Resposta a situações de emergência	000€	19	393	24	183	
Outras	000€	802	363	800	4.505	
Tipos	000€	26.798	27.337	25.424	25.879	
Contribuições monetárias	000€	24.283	24.376	23.194	23.289	
Contribuições em espécie	000€	61	105	250	71	
Contribuições em tempo de trabalho	000€	2.454	2.856	1.980	2.519	
Custos de gestão	000€	1.007	1.067	1.387	1.533	
Valor total das contribuições (incluindo os custos de gestão)	000€	27.805	28.404	26.811	27.412	
Entidades beneficiárias	#	2.066	1.573	1.778	1.994	
VOLUNTARIADO CORPORATIVO²						
Voluntários EDP	#	2.469	2.294	2.371	2.593	
Horas de trabalho EDP usadas em voluntariado	h	19.375	24.932	15.835	17.534	
Entidades beneficiárias	#	642	417	407	338	

¹ Determinado de acordo com a metodologia LBG. Valores ainda não validados pela Corporate Citizenship.

² Alinhamento de critérios de reporte nos anos de 2015 e 2016.

Lisboa, 11 de Março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Luís Guerra Nunes Mexia

João Manuel Manso Neto

António Fernando Melo Martins da Costa

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Miguel Stilwell de Andrade

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

Maria Teresa Isabel Pereira

Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro

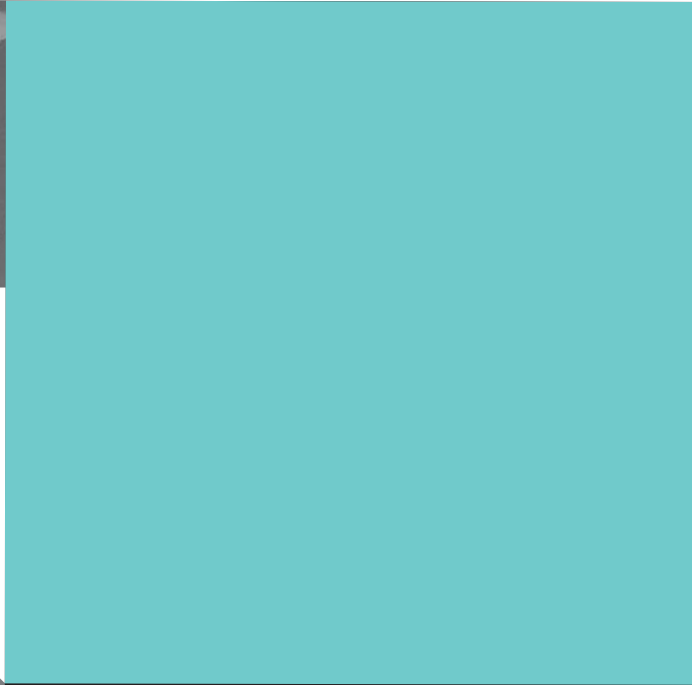
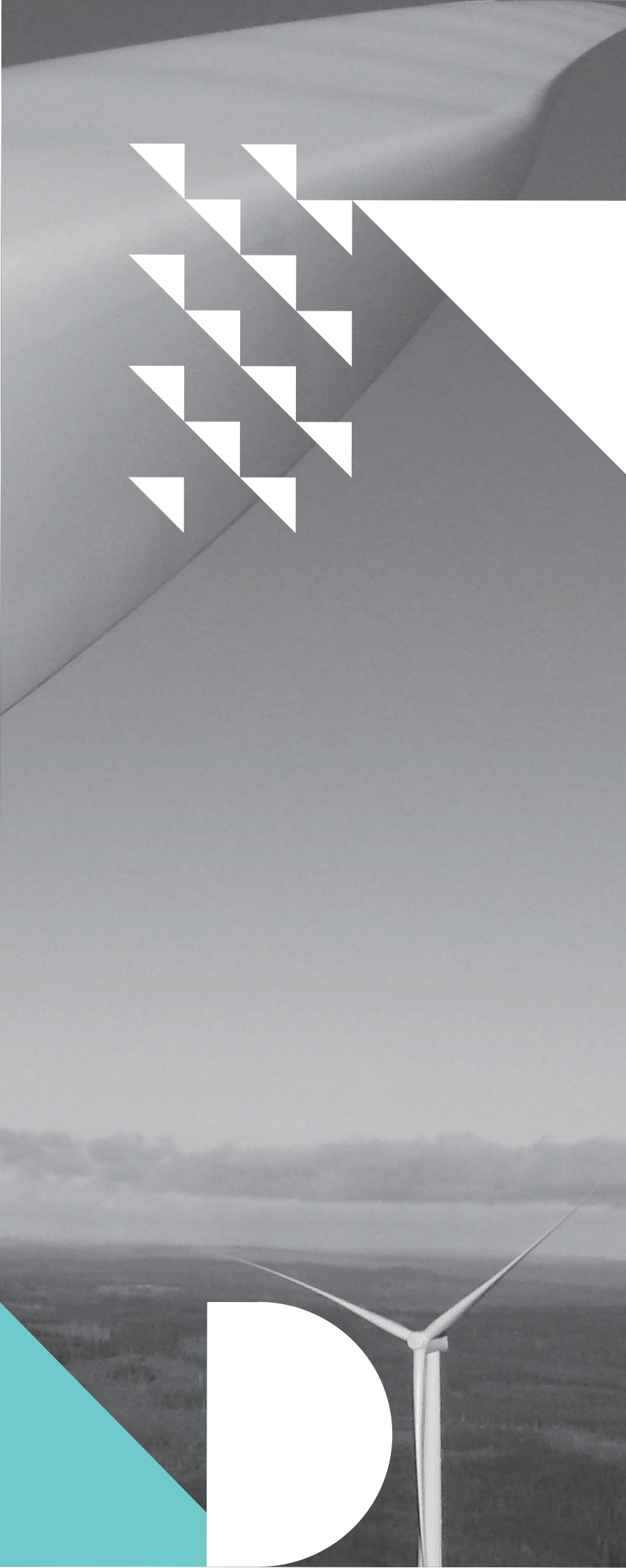
LOVE ENERGY

edp

04 ANEXOS

Biografia dos Órgãos Sociais	159
Princípios e Políticas	170
Princípios de Relato	171
Dem. Não Financeira (Art.66ºB e 508ºG do CSC)	174
TCFD - Recomendações de Reporte	175
Indicadores GRI	176
Tabela GRI	186
Declaração do Auditor	195
Relatório de Alocação e Impacto das	
Obrigações Verdes	198
Declaração Obrigações Verdes	200





**WE
LOVE
THE WIND**



04 ANEXOS

BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO


Nome Completo
LUÍS FILIPE MARQUES AMADO
Estatuto

Independente

Função

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Presidente da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Competências e Experiência

Licenciado em Economia - Universidade de Lisboa (79) | Auditor - Tribunal de Contas | Auditor - Instituto de Defesa Nacional (89-90) | Deputado - Assembleia da República de Portugal (el. 91/95/99/05/09) | Secretário de Estado Adjunto - Ministério da Administração Interna (95-97) | Secretário de Estado - Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (97-02) | Ministro da Defesa Nacional (05-06) | Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (06-11) | Administrador não executivo - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (13-19) | Presidente do Conselho de Administração - Banco Internacional do Funchal, S.A. (12-16) | Presidente da Assembleia Geral - Banco Cabo-Verdiano de Negócios, S.A. (13-14) | Presidente do Conselho de Administração - Banco Cabo-Verdiano de Negócios, S.A. (15-17) | Membro não executivo do Conselho de Administração - Fundação Francisco Manuel dos Santos (13-17)

Histórico na EDP

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (Abril 2015 - Abril 2018) | Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

Curador da Fundação Oriente (12) | Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos (18) | Membro do Global Advisory Board - SONAE (18) | Presidente da Assembleia Geral - Tabaqueira, S.A. (18) | Professor convidado - ISCSP (12) | Professor convidado - Paris School of International Affairs (16)


Nome Completo
DINGMING ZHANG
Estatuto

Não Independente

Função

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

-

Competências e Experiência

Licenciado em Sistema de Energia e Automação - Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong (84) | Mestrado em Gestão - Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong (01) | Vice-Director do Departamento de Produção de Energia - China Three Gorges Corporation (02) | Vice-Presidente Executivo - China Yangtze Power Company (02-11) | Director - Guangzhou Development Industry

Histórico na EDP

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Fevereiro 2012 - Abril de 2015) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da CWEI (EUROPE), S.A. (Abril 2015 - Abril 2018) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International Corporation (Abril 2018 - Dezembro 2018) | Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Corporation, desde Dezembro 2018

Nomeações Externas Actuais

Presidente - Beijing Yangtze Power Capital (15)

**Nome Completo****SHENGLIANG WU****Estatuto**

Não Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesPresidente da Comissão de Vencimentos | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Engenharia – Universidade de Wuhuan (92) | Mestrado em Economia e Gestão - Universidade de Chongqing (00) | Secretário do Departamento de Assuntos Societários - Gezhouba Hydropower Plant (98-00) | Vice-Director do Gabinete do Conselho - China Yangtze Power Company (02-03) | Director do Departamento de Capital Operacional - China Yangtze Power Company (04-06) | Vice-Presidente Executivo - Beijing Yangtze Power Capital (06-11) | Director no Departamento de Planeamento Estratégico – China Three Gorges Corporation (11-15)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International (Europe), S.A. (Fevereiro 2012 – Abril de 2015) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (PORTUGAL), Sociedade Unipessoal, Lda (Abril 2015 - Abril 2018) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Europe), S.A (Abril 2018 - Dezembro 2018) | Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International Corporation, desde Dezembro 2018

Nomeações Externas Actuais

Vice-Presidente Executivo - China Three Gorges Corporation (15) | Presidente - China Three Gorges (Europe), S.A. (15)

**Nome Completo****IGNACIO HERRERO RUIZ****Estatuto**

Não Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Economia pela Universidade Carlos III (Madrid) (97) | Departamento de Fusões e Aquisições - Citigroup (97-98) | Departamento de Fusões e Aquisições - Deutsche Bank Investment (98-03) | Departamento de Fusões e Aquisições - Credit Suisse (03-16)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Europe), S.A., desde Dezembro de 2018

Nomeações Externas Actuais

Vice-Presidente Executivo da China Three Gorges Corporation (Europe), S.A. (16)

**Nome Completo****YINSHENG LI****Estatuto**

Não Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Competências e Experiência

Licenciado em Ciências pela Universidade de Tsinghua (96) | Mestrado em Engenharia – Universidade de Tsinghua (04) | Global EMBA – Fundação Getúlio Vargas (18) | Country Manager - China International Water & Electric Corporation (96-09) | Business Unit Deputy General Manager - China International Water & Electric Corporation (06) | Division Chief of International Cooperation Department – China Three Gorges (09) | Deputy Director CTG/EDP Collaboration Department - China Three Gorges (12)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda., desde Abril de 2018

Nomeações Externas Actuais

Presidente do Conselho de Administração – China Three Gorges Brazil (13) | Vice-Presidente Executivo - China Three Gorges International Corporation (16)

**Nome Completo****Estatuto****Função****Comissões****Competências e Experiência****Histórico na EDP****Nomeações Externas Actuais****EDUARDO DE ALMEIDA CATROGA**

Não Independente

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Presidente da Comissão de Estratégia e Performance

Licenciado em Finanças – Instituto Superior de Economia e Gestão (66) | Curso *Program for Management Development- Harvard Business School* (79) | Doutor *Honoris Causa* Universidade de Lisboa | Ministro das Finanças - Governo de Portugal (93-95) | Professor Catedrático Convidado de MBA do Instituto Superior de Economia e Gestão | Administrador com funções executivas e não executivas, em particular como *Chief Executive Officer e Chairman*, em empresas, nacionais e internacionais, de diversos sectores da economia, designadamente, químico, agro-químico, produtos de grande consumo, energia e banca de investimento

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão (Junho 2006 - Fevereiro 2012) | Presidente e membro independente do Conselho Geral e de Supervisão (Fevereiro 2012 - Abril 2015) | Presidente e Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Corporation (Abril 2015 – Abril 2018) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Portugal), Sociedade Unipessoal, Lda., desde Abril 2018

Presidente não executivo do Conselho de Administração da Finantipar, *holding* que controla o Banco Finantia (17) | Membro da Comissão de Investimentos da Portugal Venture Capital Initiative, gerida pelo Fundo Europeu de Investimentos (08)

**Nome Completo****Estatuto****Função****Comissões****Competências e Experiência****Histórico na EDP****Nomeações Externas Actuais****FELIPE FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ**

Não Independente

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Licenciado em Ciências Económicas e Administrativas - Universidade de Bilbao (75) | Professor da Faculdade de Economia e Negócios - Universidade de Oviédo (84-90) | Director de Economia e Planeamento Regional - Principado das Astúrias (84-90) | Conselheiro de Ordenamento do Território e habitação - Principado das Astúrias (90-91) | Conselheiro Meio Rural e Pesca - Principado das Astúrias (91-93) | Gestor em diversas sociedades com actuação nos mais diversos sectores de actividade

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Cajastur Inversiones S.A. (Fevereiro de 2012 - Abril de 2015) | Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da DRAURSA, S.A. desde Abril de 2018

Membro do Conselho de Administração – Liberbank (11) | Presidente do Conselho de Administração - Lico Leasing (17) | Membro Comissão Executiva - Lico Leasing (18) | Membro do Conselho de Administração - Tudela Veguín (11) | Masaveu Inmobiliária (14) | Cimento Verde do Brasil (14) | Membro do Conselho de Administração - Instituto de Medicina Oncológica Molecular de Astúrias (14)

**Nome Completo****FERNANDO MARÍA MASAVEU HERRERO****Estatuto**

Não Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Vencimentos | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Direito - Universidade de Navarra (92) | Gestor em diversas sociedades do Grupo Masaveu com actuação nos mais diversos sectores de actividade, designadamente energia, financeiro, transportes, ambiental e imobiliário, entre outras.

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

Presidente - Masaveu Corporation | Presidente - Cimentos Anónima Tudela Veguín | Presidente - Masaveu International | Administrador do Bankinter | Membro do Comité Executivo do Bankinter | Administrador - EGEO, SGPS | Administrador na Olmea Internacional | Presidente - Fundação Maria Cristina Masaveu Peterson | Presidente - Fundação San Ignacio de Loyola | Patrono - Fundação Princesa das Astúrias | Membro Comissão Executiva - Fundação Princesa das Astúrias | Presidente Conselho de Administração - Oppidum Capital

**Nome Completo****MOHAMMED ISSA KHALFAN AL-HURAIMEL AL-SHAMSI****Estatuto**

Não independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**Licenciado em Administração de Empresas – Universidade Americana de Sharjah (01) | MBA – HEC *School of Management* (05) | Consultor - McKinsey & Company (05-07) | Director de estratégia e Política – Gabinete do Primeiro Ministro dos Emirados Árabes Unidos (09-11) | Membro do Conselho de Administração - Tabreed District Cooling (14) | Membro do Conselho de Administração - Jianguo Suyadi (12-14) | Membro do Conselho de Administração - Shariket Kahraba Hadjrel-En-Nous (14-16) | Membro do Conselho de Administração - SMN Power Company (13-16)**Histórico na EDP**

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Senfora BV, desde Outubro 2017 (eleito em Abril 2018)

Nomeações Externas ActuaisDirector de Investimento em *utilities* - Mubadala Investments Company (11)**Nome Completo****NUNO MANUEL DA SILVA AMADO****Estatuto**

Não independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (80) | Programa Avançado de Gestão – INSEAD (04) | Departamento de Auditoria e Consultoria – KPMG Peat Marwick (80-85) | Citibank (85-90) | Banco FONSECAS & BURNAY (90-92) | Membro do Conselho de Administração - Deutsche Bank Portugal (93-97) | Membro da Comissão Executiva - Banco de Comércio e Indústria (97-04) | Vice-Presidente da Comissão Executiva - Crédito Predial Português (00-04) | Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva - Banco Santander Totta, SGPS (06-12) | Presidente da Comissão Executiva - Banco Comercial Português (12-18)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, desde Maio de 2013 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

Chairman - Banco Comercial Português (18)

**Nome Completo**

KARIM DJEBBOUR

Estatuto

Não independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Engenharia Agrónoma (83) | Licenciado em Avaliação Económica e Projectos Financeiros – C.E.F.E.B Paris (89) | Várias funções - Banque de l'Agriculture et du Développement Rural (84-91) | Sub-Director – Ministro da Economia (91-93) | Assistente de Director Geral de Project Financing, Director Financeiro – Sonatrach (93-99) | CEO – Brown and Root Condor (07) | Director Geral - Sonatrach Investissements et Participations SIP (08) | Chefe de Gabinete do CEO – Sonatrach (14-15)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Sonatrach, desde Abril 2018

Nomeações Externas Actuais

Adido à Direcção Geral – Grupo Sonatrach (15)

**Nome Completo**

MARIA CELESTE FERREIRA LOPES CARDONA

Estatuto

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade | Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Competências e Experiência

Licenciada em Direito - Universidade de Lisboa (81) | Mestrado em Direito - Universidade de Lisboa (94) | Doutoramento em Direito - Universidade de Lisboa (15) | Assistente – Universidade de Lisboa (82) | Membro do Centro de Estudos Fiscais (83-) | Representante Portuguesa - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (85) | Ministra da Justiça – Governo de Portugal (02-04) | Membro (não executivo) do Conselho de Administração - Caixa Geral de Depósitos, S.A. (04-08) | Membro do Conselho Fiscal - SIBS (12-19)

Histórico na EDP

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleita em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

Advogada (82) | Consultora - M. Cardona Consulting, Unipessoal, Lda. (93) | Membro do Conselho Fiscal - SIBS (12) | Professora Associada – Universidade Lusíada (17)

**Nome Completo**

ILÍDIO DA COSTA LEITE DE PINHO

Estatuto

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Membro da Comissão de Vencimentos

Competências e Experiência

Licenciado em Engenharia Electrónica e Máquinas – Instituto Industrial do Porto (64) | Membro não executivo, em representação da Indústria Nacional, do Conselho de Administração – ICEP (86-91) | Presidente – Conselho Municipal de Vale de Cambra (79-83) | Presidente - Assembleia Geral de Vale de Cambra (93-97) | Fundador do Grupo COLEP | Fundador da Nacional Gás e suas associadas | CEO de diversas sociedades e associações

Histórico na EDP

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

CEO – Grupo Ilídio Pinho (94)

**Nome Completo****JORGE AVELINO BRAGA DE MACEDO****Estatuto**

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**Licenciado em Direito - Universidade de Lisboa (71) | Mestrado em Relações Internacionais – *Yale University* (73) | Doutoramento em Economia – Universidade de Yale (79) | Professor – *Princeton University* (80-86) | Ministro das Finanças – Governo de Portugal (91-93) | Presidente Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus (94-95) | Presidente – Instituto de Investigação Científica Tropical (04-15) | Consultor - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (96-99) | Consultor – Nações Unidas (82-84) | Consultor – Banco Mundial (84-88) | Estagiário - Fundo Monetário Internacional (78-79)**Histórico na EDP**

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas ActuaisProfessor de Economia - Universidade Nova de Lisboa (76) | Director - Centro de Globalização e Governação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (08) | *Distinguished Fellow* - Centro Internacional de Inovação na Governação Internacional em Waterloo (14) | Presidente da Assembleia Geral – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (12)**Nome Completo****VASCO JOAQUIM ROCHA VIEIRA****Estatuto**

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Vencimentos | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Engenharia Civil – Academia Militar (69-70) | Curso Geral de Estado-Maior (70-72) | Curso de Comando e Direcção para General Oficial (82-83) | Curso de Defesa Nacional (84) | Brigadeiro (84) | General (87) | Governador de Macau (91-99) | Ministro da República dos Açores (86-91) | Secretário Adjunto de Comunicações e Obras Públicas - Governo de Macau (74-75) | Chefe do Estado-Maior do Exército (76-78) | Representante Militar Nacional no Quartel-General Supremo dos Poderes Aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Europa (78-84)

Histórico na EDP

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Nomeações Externas Actuais

Membro do Conselho da Ordem dos Engenheiros (00) | Membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros (04)

**Nome Completo****AUGUSTO CARLOS SERRA VENTURA MATEUS****Estatuto**

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

ComissõesMembro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade | Membro da Comissão de Estratégia e *Performance***Competências e Experiência**

Licenciado em Economia - Instituto Superior de Economia e Finanças (ISCEF) (72) | Professor Catedrático convidado - Instituto Superior de Economia e Gestão (72-14) | Secretário de Estado da Indústria (95-96) | Ministro da Economia (96-97)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Maio de 2013 (reeleito em Abril de 2015 e em Abril de 2018)

Nomeações Externas Actuais

Consultor nas áreas de macroeconomia, política económica, estratégia de negócios (86)

**Nome Completo****Estatuto****Função****Comissões****Competências e Experiência****Histórico na EDP****Nomeações Externas Actuais****JOÃO CARVALHO DAS NEVES**

Independente

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Membro da Comissão de Vencimentos | Vice-Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas - Instituto Superior de Economia e Gestão (81) | MBA - Instituto Superior de Economia e Gestão (85) | Doutoramento - Manchester Business School (92) | Leadership Development Program - Creative Leadership Center (10) | Coaching for Performance - London Business School (10) | Leadership - Kennedy Harvard Government School (09) | Finance and Control - IMD (86) | Management Control - HEC Paris (87) | Curso executivo - International Finance - INSEAD (87) | Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (11-14) | Administrador - BPN (08) | CEO e CFO da SLN (08-09) | Gestor Judicial: TVI (98); Torralta(93-98) - Casino Hotel de Tróia (94-95) | Presidente do Departamento de Gestão - ISEG (10-11)

Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)

Membro do Conselho de Escola (14) | Professor do Departamento de Gestão em finanças e controlo de gestão (92) | Director da Pós-graduação em Gestão e Avaliação Imobiliária - ISEG (00) | Professor convidado em Financiamento, Negociação e Contratualização na Saúde - ISCSP (12) | Membro independente não executivo da Montepio-Valor SGFI (17) | Consultor em gestão através da sua empresa Zenaction Business Consulting (14) | ROC (16)

**Nome Completo****Estatuto****Função****Comissões****Competências e Experiência****Histórico na EDP****Nomeações Externas Actuais****MARÍA DEL CARMEN FERNÁNDEZ ROZADO**

Independente

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Licenciada em Economia e Administração de Empresas e Ciência Política e Sociologia - Universidade Complutense de Madrid (78) | Doutorada em Finanças Públicas - Universidade Complutense de Madrid (04-05) | PADE *Management Program* MBA - IESE Business School (04-05) | Inspectora-chefe - Ministérios da Economia e Finanças de Espanha (84-99) | Membro do Conselho da Comissão Espanhola de Energia (99-11) | Presidente da Task Force para Energias Renováveis, Sustentabilidade e Mercados de Carbono - Associação de Reguladores de Energias da América Latina (99-11) | Membro do Conselho de Auditoria - Ernst & Young (12-13)

Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)

Consultora (11) | Presidente da Comissão de Auditoria - ACS Group (17) | Membro do Conselho Consultivo - Beragua Capital | Docente em diversas Universidades



Nome Completo

LAURIE LEE FITCH

Estatuto

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Membro da Comissão de Estratégia e *Performance*

Competências e Experiência

Licenciada em Árabe - Georgetown University's School of Foreign Service (91) | Mestrado - Georgetown University's School of Foreign Service (94) | Assistente do Vice-Presidente – Banco do Nova Iorque (94-99) | Associada – Scroders PLC (99-00) | Associada – UBS Warburg (00-02) | *Managing Director* e Director of International Equity Research - TIAA-CREF (02-06) | Analista Sênior e Sócia - Artisan Partners (06-11) | *Managing Director* e co-responsável do Grupo de Industriais Globais na Europa, Divisão de Investimento - Morgan Stanley (12-16)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)

Nomeações Externas Actuais

Partner - PJT Partners (16) | Administradora não-executiva e membro da Comissão de Remuneração - Enquest PLC (18) | Membro em-cooptação das subcomissões de auditoria e finanças e operações - Tate Board of Trustees (15) | Membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos Árabes Contemporâneos da Universidade de Georgetown (13) | *Trustee* – Universidade Americana do Cairo (19)



Nome Completo

CLEMENTINA MARIA DÂMASO DE JESUS SILVA BARROSO

Estatuto

Independente

Função

Membro do Conselho Geral e de Supervisão

Comissões

Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Competências e Experiência

Licenciada em Gestão - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (76-81) | Mestrado em gestão de empresas (parte lectiva) - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) (84-85) | Doutoramento em Gestão de Empresas aplicadas - ISCTE (05) | Diversas funções - Banco Espírito Santo e Comercial Lisboa (88-90) | Membro do conselho de administração e directora-geral – INDEG_ISCTE (99-03)

Histórico na EDP

Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2018

Nomeações Externas Actuais

Professora convidada - ISCTE (82) | Revisor oficial de contas e auditor externo (90) | Administradora não-executiva e membro da comissão de auditoria - Banco CTT, S.A. (15) | Administradora não executiva e membro da comissão de auditoria - Sociedade Gestora de Fundo de Investimento FundBox, SFIM, S.A. (11) | Membro do conselho de administração - Instituto Português de *Corporate Governance* (16) | Presidente da Mesa da Assembleia-Geral – Science4You, S.A. (14)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

**Nome Completo****ANTÓNIO LUÍS GUERRA NUNES MEXIA****Função**

Presidente do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)

Competências e Experiência

Licenciado em Economia - Universidade de Genève (80) | Assistente do Departamento de Economia | Professor na Universidade Nova e Universidade Católica (82-95) | Vice-Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Comércio Externo de Portugal (88-90) | Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos (90-98) | Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e da Transgás (98-00) | Vice-Presidente do Conselho de Administração Galp Energia (00-01) | Presidente Executivo Galp Energia (01-04) | Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do Governo Português (04-05) | Presidente da Eurelectric (15-17)

Nomeações Externas Actuais

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP

**Nome Completo****JOÃO MANUEL MANSO NETO****Função**

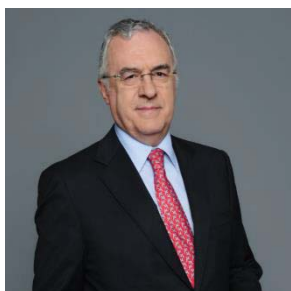
Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)

Competências e Experiência

Licenciado em Economia - Instituto Superior de Economia (81) | Pós-graduado em Economia Europeia - Universidade Católica Portuguesa (82) | Curso da "American Bankers Association" (82) | "Advanced Management Program for Overseas Bankers" - Wharton School (85) | Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul - Banco Português do Atlântico (81-95) | Director Geral da direcção Financeira, direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP - Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk (95-02) | Administrador no Grupo Banco Português de Negócios (02-03) | Director Geral e Administrador - EDP Produção (03-05)

Nomeações Externas Actuais

Administrador - Mibgas, S.A. | Administrador - OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. | Consejero - Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL) | CEO - EDP Renováveis

**Nome Completo****ANTÓNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA****Função**

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)

Competências e Experiência

Licenciado em Engenharia Civil - Universidade do Porto (76) | MBA - Porto Business School (89) | Formação executiva - INSEAD, Fontainebleau - (95) | PADE - AESE (00) | "Advanced Management Program" - Wharton School (03) | International Directors Program - INSEAD (19) | Assistente - Instituto Superior de Engenharia do Porto (76-89) | Produção hidráulica - EDP (81-89) | Director Geral do Banco Millennium bcp, e Administrador Executivo de empresas de seguros, pensões e de gestão de activos financeiros - Grupo BCP (89-03) | Director Executivo - Eureka BV, Presidente - Eureka Polska e Vice-Presidente Executivo - PZU (99-02) | Director Presidente e Vice-Presidente do Conselho - EDP Brasil (03-07) | Vice-Presidente - Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (03-07) | Presidente - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Eléctrica (03-07) | Chairman e CEO - EDP Renováveis EUA (07-09) | Membro do CA - EDP Renováveis (08-11) | Vice-Presidente - Câmara de Comércio dos EUA em Portugal | Vice-Presidente - Proforum | Vice-Presidente - APGEI

Nomeações Externas Actuais

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Fevereiro 2012, (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Licenciado em Gestão - Universidade Técnica de Lisboa (84) | MBA - Universidade Técnica de Lisboa (89) | Pós-graduação em Marketing e Gestão de Linhas Aéreas - International Air Travel Association / Bath University (92) | Várias funções incluindo Director-Geral - TAP Air Portugal (84-99) | Administrador na TAPGER (97-99) | Administrador - EMEF e outras sociedades - Grupo CP (00-02) | Presidente da Comissão Executiva Air Luxor (02-05) | Presidente - Instituto do Comércio Externo de Portugal (05-07)

Vice-Presidente - Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A. | Administrador - KNJ Global Limitada (Macau) | Presidente - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

MIGUEL STILWELL DE ANDRADE

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Fevereiro 2012, (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)

Licenciado em Engenharia Mecânica - Universidade de Strathclyde (98) | MBA - MIT Sloan (03) | Fusões e Aquisições - UBS Investment Bank (UK) (98-00) | Área de Estratégia e Desenvolvimento Corporativo - EDP (00-05) | Director da área de Estratégia e Desenvolvimento Corporativo - EDP (05-09) | Membro do Conselho de Administração - EDP Distribuição e administrador de outras sociedades do Grupo (09-12)

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Abril 2015 (reeleito em Abril 2018)

Licenciado em Engenharia Física Tecnológica - Instituto Superior Técnico (93) | Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores - Instituto Superior Técnico (95) | MBA - Universidade Nova de Lisboa (96) | Consultor - McKinsey & Company (95-98) | Director corporativo - GDP - Gás de Portugal (98) | Administrador - Setgás (99-01) | Administrador Executivo - Lisboagás (00-01) | Director Marketing Estratégico - Galp Energia (01-04) | Administrador - Comboios de Portugal (04-06) | Chefe de Gabinete Presidente do Conselho de Administração Executivo - EDP (06-07) | Administrador - EDP Comercial (07-08) | Administrador EDP Inovação (07-08 / 12-14) | Vice-Presidente - EDP Brasil (08-13)

CEO - EDP Brasil (14)



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Abril 2015 (reeleito em Abril 2018)

Licenciado em Engenharia Naval – Instituto Superior Técnico (95) | MBA – Universidade Nova de Lisboa (01) | "Advanced Management Program" – Harvard Business School (13) | Assistente director do departamento comercial naval - Gellweiler (96-97) | *Project manager* - Det Norske Veritas (97-01) | Consultor - McKinsey & Company (01-04) | Director Planeamento e Controlo Corporativo – EDP (04-07) | Membro do Conselho de Administração – EDP Renováveis (07-15)

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

MARIA TERESA ISABEL PEREIRA

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleita em Abril 2018

Licenciada em Direito – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa (93) | Leccionou Direito das Obrigações – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa (93-97) | Advogada inscrita na Ordem dos Advogados (97) | Jurista - Project – Projectos (Grupo EDP) (94-98) | Directora Jurídica da ONI SGPS (98-05) | Directora Jurídica e Secretária Geral, Secretária da Sociedade – EDP (06-18)

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP



Nome Completo

Função

Competências e Experiência

Nomeações Externas Actuais

VERA DE MORAIS PINTO PEREIRA CARNEIRO

Membro do Conselho de Administração Executivo, eleita em Abril 2018

Licenciada em Economia – Universidade Nova de Lisboa (96) | Pós-graduação em Economia – Universidade Nova de Lisboa (98) | MBA – INSEAD, Fontainebleau (00) | Associada – Mercer (96-99) | Fundadora – Innovagency Consulting (01-03) | Directora do Serviço de Televisão – TV Cabo – PT Multimédia (03-07) | Directora de Serviço de Televisão – MEO (07-14) | Vice-Presidente Executiva e Directora-Geral (Portugal e Espanha) - Fox Networks Group (14-18)

Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP

PRINCÍPIOS E POLÍTICAS EDP

Ética na EDP (Código de Ética)

Política de Integridade

Princípios de Desenvolvimento Sustentável

Política de Selecção do Conselho Geral de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo

Política de Gestão Empresarial do Risco

Política de Gestão Financeira

Governo de Dados Comerciais

Política Fiscal do Grupo EDP

Compromisso de Práticas de Sã Concorrência

Política de Segurança de Informação

Política de Ambiente

Política de Relacionamento com *Stakeholders*

Política de Segurança e Saúde no Trabalho

Política de Formação

Política de Diversidade

Política de Mobilidade Interna – local e internacional

Política de Investimento Social

Política de Voluntariado

Código de Conduta do Fornecedor

Política de Compras Sustentáveis

Para consultar as políticas listadas: www.edp.com> a edp> sobre nós> princípios e políticas.

PRINCÍPIOS DE RELATO

A publicação anual do Relatório de Sustentabilidade EDP está de acordo com os Princípios de Definição de Relato (conteúdos e qualidade) expressos pelas orientações Global Reporting Initiative GRI Standards – “Opção Abrangente”.

PINCÍPIOS DE RELATO GRI STANDARDS

QUALIDADE DO RELATO

EQUILÍBRIO

O conteúdo do relatório considera tanto os factos mais positivos do ano, como os menos positivos, quando materialmente relevantes.

COMPARABILIDADE

A informação reportada abrange uma série temporal de quatro anos nos indicadores dos temas materialmente relevantes para os negócios do Grupo EDP (pág. 57), permitindo a análise comparada do desempenho da empresa.

TRANSPARÊNCIA

É disponibilizado um glossário online em www.edp.com/pt-pt/glossario. A par da publicação deste relatório em papel e pdf, é, também, disponibilizada uma versão web facilitando a navegação pelos diferentes conteúdos.

RIGOR

O âmbito do relatório é explicado em baixo, tal como os seus critérios de consolidação. Todas as excepções e alterações de critério são devidamente assinaladas. No glossário online, são disponibilizadas as definições e descrições das metodologias de cálculo dos principais indicadores de desempenho.

ACTUALIDADE

O Relatório tem uma periodicidade anual e abrange o ano civil de 2018.

FIABILIDADE

A verificação interna do processo é descrita na pág. 173. A verificação externa é uma garantia adicional à fiabilidade do conteúdo relativo aos indicadores incluídos na tabela GRI (pág. 186).

CONTEÚDO DO RELATO

CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE

No quadro da estratégia definida, a EDP promove uma cultura empresarial de procura permanente de um desempenho de excelência em sustentabilidade, apoiada nos seus oito princípios de desenvolvimento sustentável (www.edp.com> a edp> sobre nós> princípios e políticas).

O desempenho do Grupo em sustentabilidade é globalmente reportado com base nos critérios de consolidação financeira definidos e descritos no capítulo seguinte. Sobre estas empresas, o Grupo define uma estratégia clara de melhoria contínua do seu desempenho, suportada no processo interno da identificação dos temas materiais do ano e nas tendências emergentes do sector, assumindo sempre as condições locais onde desenvolve a sua actividade. Sobre activos não consolidados pelo Grupo (identificados abaixo), a Empresa influencia positivamente o seu desempenho e evidencia as principais iniciativas do ano ao longo do relatório, quando materialmente relevantes. Na cadeia de fornecimento, a abordagem é de gestão e os temas materiais estão publicados e, neste quadro, o Grupo defende uma relação suportada na confiança, na colaboração e na criação de valor partilhado (pág. 135). Finalmente, do lado do cliente, a EDP tem uma estratégia de crescimento suportada numa oferta cada vez mais limpa, contribuindo para uma maior eficiência energética e para uma redução crescente da sua pegada carbónica (pág. 105).

CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os critérios de consolidação da informação não financeira seguem os seguintes critérios:

- Nas empresas subsidiárias onde o Grupo exerce controlo, o desempenho das empresas é relatado a 100%;
- Nas empresas conjuntamente controladas e onde o Grupo exerce influência significativa, publica-se informação operacional, ambiental e social quando a sua relevância para o Grupo é significativa.

Uma lista com as empresas e respectivo método de consolidação encontra-se disponível no Anexo I das Notas às Demonstrações financeiras do Relatório e Contas.

Nesta lista está incluída a empresa Iberenergia, S.A.U. que o Grupo detém a 100% e que consolida pelo método de consolidação integral. Esta empresa detém 15,5% da Central Nuclear de Trillo e sendo a EDP um accionista minoritário não exerce controlo operacional nem tem poder na tomada de decisões financeiras. Atendendo a isto, a EDP não reporta informação operacional, ambiental e social desta central no Relatório de Sustentabilidade. No entanto a informação sobre o seu desempenho pode ser consultada em: www.cnat.es.

Por sua vez, em cumprimento com a IFRS 10, o Grupo EDP no seu Relatório e Contas (R&C) publica informação financeira da Iberenergia onde está incluída a proporção que detém desta central. Para manter a consistência do R&C, é igualmente publicada informação operacional.

De referir que em 2017, a venda dos negócios de distribuição de gás na Península Ibérica implicou a não inclusão da informação não financeira de 2017 dessas empresas.

MATERIALIDADE

No âmbito da gestão da sustentabilidade e para o relato do seu desempenho, o Grupo EDP identifica periodicamente os temas e tendências que no curto, médio e longo prazo são capazes de influenciar a criação de valor para a empresa. Os Temas Materiais agregam tanto a dimensão financeira como não financeira, nomeadamente económica, ambiental e social susceptível de influenciar ou ser influenciada pelos diferentes *stakeholders* da EDP.

A análise de materialidade consiste em avaliar e priorizar a relevância de um assunto para a EDP e respectivos *stakeholders*, revendo periodicamente as suas expectativas, de forma a apoiar o processo de tomada de decisão e de desenvolvimento de estratégias na organização.

Maior detalhe sobre a metodologia interna para determinação da Materialidade do Grupo EDP está disponível no documento Abordagem de Gestão à Sustentabilidade em www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios> Abordagens de Gestão à Sustentabilidade.

Maior detalhe sobre os temas materiais do Grupo EDP para 2018 e seu significado pode ser consultado em www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> materialidade.

VERIFICAÇÃO DE ACORDO COM AA1000 APS 2008

Os temas materiais (pág. 57) são identificados dentro do quadro definido pelas Normas AA1000 AP (2018), assegurando a identificação de *stakeholders* críticos; integrando as suas expectativas na estratégia corporativa e operacional e procurando responder adequadamente às suas expectativas.

À semelhança de anos anteriores, em 2018, a EDP foi sujeita à verificação do cumprimento da AA1000 AP (2018) pela entidade auditora PwC, nomeadamente, nos princípios de inclusão, materialidade, resposta e impacto.

INCLUSÃO DE *STAKEHOLDERS*

O princípio da inclusão presume uma auscultação aos *stakeholders* mais relevantes para a empresa, de forma a conhecer as suas expectativas e preocupações, incorporando-as no processo de tomada de decisão.

Periodicamente são promovidas iniciativas de interacção com diferentes segmentos de *stakeholders* da empresa existindo, simultaneamente, canais de comunicação próprios dedicados a segmentos específicos.

RESPOSTA E INTEGRIDADE

A EDP responde estrategicamente às principais expectativas dos seus *stakeholders*, assumindo compromissos e definindo planos de acção para os temas materiais. Na página 51, são elencados os Objectivos e Metas e na página 57 a matriz de Materialidade do Grupo para 2018, cujos temas são desenvolvidos ao longo do documento.

VERIFICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A coordenação global do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade EDP é da responsabilidade da Direcção de Sustentabilidade. Os conteúdos são posteriormente vistos e aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

A verificação externa dos conteúdos de sustentabilidade, efectuada pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. tem o nível de verificação externa "Limitada" para o conjunto de indicadores listados na tabela a partir da página 186.

GRI E GLOBAL COMPACT

A tabela da página 186 lista os indicadores GRI-Standards de acordo com a opção "Abrangente", e os específicos do Protocolo do Sector Eléctrico da G4, assumindo prazos para a implementação dos indicadores onde ainda não foi possível o seu cumprimento integral. Em simultâneo, a tabela identifica a informação reportada de acordo com os 10 princípios da Global Compact, demonstrando o compromisso EDP com esta iniciativa.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA NOS TERMOS DOS ARTIGOS 66.º-B E 508.º-G DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

ARTIGOS 66.º-B E 508.º-G	DESCRIÇÃO E PROCESSOS DE DILIGÊNCIA	RISCOS ASSOCIADOS	RESULTADOS	INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO
Políticas ambientais	<p>Política de Ambiente</p> <p>Política de Biodiversidade</p> <p>Política de Gestão de Água</p>	<p>3.1.6 Novos Serviços de Energia</p> <p>3.1.7 Mobilidade Sustentável</p> <p>3.3 Melhorar o Desempenho Ambiental</p>		
Políticas sociais e relativas aos trabalhadores	<p>Política de Segurança e Saúde no Trabalho</p> <p>Governo de Dados Comerciais</p> <p>Compromisso de Práticas de SA Concorrência</p> <p>Política de Segurança de Informação</p> <p>Política de Relacionamento com Stakeholders</p> <p>Política de Formação</p> <p>Política de Mobilidade Interna</p> <p>Política de Investimento Social</p> <p>Política de Voluntariado</p> <p>Código de Conduta do Fornecedor</p> <p>Política de Compras sustentáveis</p> <p>Política de Integridade</p>	<p>3.2.1 Gestão de Pessoas</p> <p>3.2.2 Segurança e Saúde</p> <p>3.4.2 Ética e Direitos Humanos</p> <p>3.4.3 Comunicação e Transparência</p> <p>3.4.4 Satisfação e Serviço ao Cliente</p> <p>3.4.5 Clientes Vulneráveis</p> <p>3.4.6 Gestão de Fornecedores</p> <p>3.4.7 Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade</p>		
Políticas relativas à igualdade entre mulheres e homens	<p>Código de Ética</p> <p>Princípios de Desenvolvimento sustentável</p> <p>Política de Gestão Empresarial do Risco</p>	<p>2.5 Gestão de Risco</p>		3.5 Indicadores de Desempenho
Políticas de não discriminação				Anexo "Indicadores GRI"
Políticas de direitos humanos	<p>Política de Relacionamento com Stakeholders</p> <p>Política de Investimento Social</p> <p>Política de Voluntariado</p> <p>Código de Conduta do Fornecedor</p> <p>Política de Compras sustentáveis</p>	<p>3.2.1 Gestão de Pessoas</p> <p>3.4.1 Governo Societário - Funcionamento dos Órgãos da Sociedade</p> <p>3.4.2 Ética e Direitos Humanos - Direitos Humanos Oportunidades</p> <p>3.2.1 Gestão de Pessoas</p> <p>3.4.1 Governo Societário - Funcionamento dos Órgãos da Sociedade</p> <p>3.4.2 Ética e Direitos Humanos - Direitos Humanos</p> <p>3.4.5 Clientes Vulneráveis</p>		
Políticas de combate à corrupção e tentativas de suborno	<p>Compromisso de Práticas de SA Concorrência</p> <p>Código de Conduta do Fornecedor</p> <p>Política de Compras sustentáveis</p> <p>Política de Integridade</p>	<p>3.2.1 Gestão de Pessoas</p> <p>3.2.2 Segurança e Saúde</p> <p>3.4.2 Ética e Direitos Humanos</p> <p>3.4.6 Gestão de Fornecedores</p> <p>3.4.7 Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade</p>		
Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Capítulo "Modelo de Negócio" na parte 01 A EDP e parte 02 Abordagem Estratégica			
Referência aos montantes inscritos nas demonstrações financeiras anuais e explicações adicionais relativas a esses montantes.	3.1.1 "Sustentabilidade do Negócio" Análise Financeira do Grupo EDP no Relatório e Contas 2018 (Capítulo 3 - Desempenho)			

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA (ARTIGOS 66º-B E 508º-G DO CSC)						
TCFD RECOMENDAÇÕES DE REPORTE	MODELO DE NEGÓCIO	POLÍTICAS E PROCESSO DE DILIGÊNCIA	PRINCIPAIS RISCOS E A SUA GESTÃO	RESULTADOS	INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO	
GOVERNO CORPORATIVO	a) Supervisão	2.2 Organização da Sustentabilidade				
	b) Gestão	2.2 Organização da Sustentabilidade				
ESTRATÉGIA	a) Riscos e oportunidades relacionados com o clima		2.5 Gestão do Risco: A nossa prática: Aplicação TCFD; CDP Climate 2018			
	b) Impacto dos riscos e oportunidades relacionados com o clima					
	c) Resiliência da estratégia da organização					
GESTÃO DO RISCO	a) Processo para identificar e avaliar		A nossa prática: Aplicação TCFD; CDP Climate 2018			
	b) Processo para gerir		A nossa prática: Aplicação TCFD; CDP Climate 2018			
	c) Integração na gestão do risco		Relatório Anual & Contas edp 2018- 04 Governo da Sociedade, ponto 52.			
MÉTRICAS E OBJECTIVOS	a) Métricas usadas para avaliar				Indicadores ambientais	
	b) Emissões GEE			3.3.2 Alterações Climáticas		
	c) Metas			2.4 Estratégia, Objectivos e Metas		

INDICADORES GRI

INDICADORES AMBIENTAIS

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL							
Certificação ISO 14001 ¹	%	96	97	97	95	96	95
CONSUMO DE ENERGIA TOTAL							
TJ		234.747	116.110	76.076	42.489	8	65
CONSUMO DE ENERGIA PRIMARIA							
TJ		221.634	109.400	76.076	36.146	8	4
Carvão	TJ	165.982	79.306	50.757	35.919	n.a.	n.a.
Fuelóleo	TJ	297	264	32	n.a.	n.a.	n.a.
Gás natural	TJ	40.425	29.696	10.726	n.a.	3	0
Gás de alto forno	TJ	12.356	n.a.	12.356	n.a.	n.a.	n.a.
Gás de coque	TJ	934	n.a.	934	n.a.	n.a.	n.a.
Gasóleo	TJ	202	2	45	155	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	TJ	1220	n.a.	1220	n.a.	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	TJ	218	132	6	72	5	3
INTENSIDADE ENERGÉTICA²							
MJ/EUR		15,4	14,7	25,1	11,5	0,2	0,3
RENDIMENTO CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS (base: capacidade)							
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE							
%		45,1	47,8	44,8	34,5	n.a.	n.a.
Consumos próprios da produção	MWh	3.527.172	2.508.720	577.610	389.701	34.456	16.685
Serviços administrativos	MWh	34.990	25.518	2.749	5.172	1311	241
Perdas nas redes	%	8,8	9,6	3,4	9,9	n.a.	n.a.
EMISSIONES DE GEE							
Emissões directas (âmbito 1)							
ktCO ₂ eq		18.429	9.106	5.345	3.977	0	0
Combustão estacionária ³	ktCO ₂ eq	18.404	9.090	5.342	3.971	n.a.	n.a.
Emissões SF ₆	ktCO ₂ eq	10	6	2	2	0	0
Frota Automóvel	ktCO ₂ eq	15	10	0	4	0	0
Consumo de gás natural	ktCO ₂ eq	0,19	0,04	0,00	0,00	0,14	0,01
Emissões indirectas (âmbito 2)⁴							
ktCO ₂ eq		602	441	0	136	17	8
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO ₂ eq	18	0,0	0,0	0,0	17	0,1
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO ₂ eq	577	441	0	136	n.a.	n.a.
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO ₂ eq	22,8	0,0	0,0	0,0	14,9	7,9
Outras emissões indirectas (âmbito 3)							
ktCO ₂ eq		11.334	3.818	4.707	2.593	168	48
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO ₂ eq	49	16	16	16	0	0
Bens de capital (C02)	ktCO ₂ eq	330	38	67	14	162	48
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO ₂ eq	6.399	2.737	1.501	2.162	0	0
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO ₂ eq	675	240	36	400	0	0
Viagens de negócios (C06)	ktCO ₂ eq	10	2	1	2	5	0
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO ₂ eq	3.871	785	3.086	0	0	0
INTENSIDADE DE EMISSIONES DE GEE⁵							
gCO ₂ /EUR		1,2	1,2	1,7	1,3	0,0	0,0
EMISSIONES CO₂ EVITADAS							
ktCO ₂		29.221	9.259	3.633	1.911	11.495	2.923
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS TOTAIS							
CO ₂ ^{3,6}	kt	18.404	9.090	5.342	3.971	n.a.	n.a.
NO _x	kt	14,3	4,6	5,7	3,9	n.a.	n.a.
SO ₂	kt	21,3	3,8	6,0	11,5	n.a.	n.a.
Partículas	kt	2,05	0,09	0,24	1,72	n.a.	n.a.
Mercurio	kg	50	27	14	9	n.a.	n.a.
SF ₆	kg	440	246	100	92	0	3
EMISSIONES ESPECIFICAS GLOBAIS							
CO ₂ ^{3,6}	g/kWh	257	321	380	386	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,2	0,2	0,4	0,4	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,3	0,1	0,4	1,1	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,03	0,00	0,02	0,17	n.a.	n.a.
EMISSIONES ESPECIFICAS DO PARQUE TÉRMICO							
CO ₂ ^{3,6}	g/kWh	768	719	680	1149	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,6	0,4	0,7	1,1	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,9	0,3	0,8	3,3	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,09	0,01	0,03	0,50	n.a.	n.a.
ÁGUA CAPTADA POR FONTE							
Oceano	10 ³ xm ³	1509.190	1098.254	410.935	n.a.	n.a.	n.a.
Rio/Ribeira	10 ³ xm ³	14.398	8.880	5.518	n.a.	n.a.	n.a.
Albufeira	10 ³ xm ³	5	n.a.	n.a.	5	n.a.	n.a.
Furo	10 ³ xm ³	183	182	0	0	n.a.	n.a.
Poço	10 ³ xm ³	3	0	0	0	2	1
Serviços Municipalizados	10 ³ xm ³	12.438	2.363	794	9.273	6	2
Outra entidade privada	10 ³ xm ³	1.397	426	970	0	n.a.	0

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
UTILIZAÇÃO DA ÁGUA							
Água de refrigeração	10 ³ xm ³	1531530	1107.087	416.132	8.311	n.a.	n.a.
Água bruta	10 ³ xm ³	5.887	2.917	2.050	920	n.a.	n.a.
Água potável	10 ³ xm ³	177	111	10	45	9	2
ÁGUAS RESIDUAIS							
Efluente tratado na actividade de produção	10 ³ xm ³	1984	456	1464	65	n.a.	n.a.
Rejeição para meio marítimo	10 ³ xm ³	1510.986	1098.589	411.745	651	n.a.	n.a.
Rejeição para águas interiores e estuarinas	10 ³ xm ³	6.964	5.515	1449	n.a.	n.a.	n.a.
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA DESTINO FINAL							
Total de resíduos	t	349.329	27.130	194.127	126.909	1029	134
Total de resíduos perigosos	t	5.409	2.916	579	1540	303	71
Resíduos valorizados	%	78	86	92	56	72	76
Resíduos reciclados	%	63	77	91	18	65	35
PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RESÍDUOS							
Cinzas volantes de carvão	t	240.771	0	165.125	75.646	n.a.	n.a.
Escórias de carvão	t	49.380	20.463	21.858	7.059	n.a.	n.a.
Óleos usados	t	403	169	121	26	74	14
PCB	t	19	2	16	0	0	0
Metais	t	5.007	287	1606	2.815	278	22
Gesso	t	6.896	4.247	2.649	0	n.a.	n.a.
SUB-PRODUTOS⁷							
Gesso	t	165.785	12.1880	43.905	n.a.	n.a.	n.a.
Cinzas volantes e escórias de carvão	t	346.946	346.946	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
DISTRIBUIÇÃO EM ÁREAS CLASSIFICADAS							
Rede de distribuição de alta tensão em áreas classificadas							
	km	1.310	918	119	273	n.a.	n.a.
Aérea	km	1296	904	119	273	n.a.	n.a.
Subterrânea	km	14	14	0	0	n.a.	n.a.
Rede de distribuição de média tensão em áreas classificadas							
	km	15.730	9.133	930	5.667	n.a.	n.a.
Aérea	km	14.706	8.166	879	5.661	n.a.	n.a.
Subterrânea	km	1024	967	51	6	n.a.	n.a.
Subestações em áreas classificadas	#	47	19	17	11	n.a.	n.a.
ÁREAS INUNDADAS POR ALBUFEIRAS							
	ha	6.025	5.690	330	5	n.a.	n.a.
RECLAMAÇÕES AMBIENTAIS							
	#	250	69	5	129	19	28

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactes ambientais.

² Consumo total de energia por Volume de Negócios.

³ As emissões estacionárias não incluem agora as resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha.

⁴ Cálculo segundo a metodologia "location based" do GHG Protocol.

⁵ Total de Emissões de âmbito 1e 2 por Volume de Negócios.

⁶ Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

⁷ O estatuto de subproduto é apenas atribuído em Portugal e Espanha.

2017	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL							
Certificação ISO 14001 ¹	%	88	87	99	94	74	99
CONSUMO DE ENERGIA TOTAL							
	TJ	291.045	139.326	95.501	56.147	17	55
CONSUMO DE ENERGIA PRIMARIA							
	TJ	276.668	131.848	95.501	49.298	17	4
Carvão	TJ	204.044	89.646	65.276	49.122	n.a.	n.a.
Fuelóleo	TJ	183	126	57	n.a.	n.a.	n.a.
Gás natural	TJ	57.013	41946	15.063	n.a.	3	0
Gás de alto forno	TJ	12.897	n.a.	12.897	n.a.	n.a.	n.a.
Gás de coque	TJ	968	n.a.	968	n.a.	n.a.	n.a.
Gasóleo	TJ	182	1	78	103	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	TJ	1.151	n.a.	1.151	n.a.	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	TJ	231	130	11	73	13	3
INTENSIDADE ENERGÉTICA²							
	MJ/EUR	17,6	17,1	26,4	14,2	0,0	0,0
RENDIMENTO CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS (base: capacidade)							
	%	45,6	48,1	45,6	34,5	n.a.	n.a.
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE							
Consumos próprios da produção	MWh	4.511.002	3.324.455	670.483	473.802	28.317	13.945
Serviços administrativos	MWh	36.189	26.326	2.737	5.459	1435	231
Perdas nas redes	%	9,2	10,0	3,5	10,5	n.a.	n.a.
EMISSIONES DE GEE							
Emissões directas (âmbito 1)							
	ktCO _{2eq}	23.159	10.746	7.014	5.398	1	0
Combustão estacionária ³	ktCO _{2eq}	23.129	10.729	7.008	5.392	n.a.	n.a.
Emissões SF ₆	ktCO _{2eq}	10	7	1	1	0	0
Frota Automóvel	ktCO _{2eq}	20	10	4	4	1	0
Consumo de gás natural	ktCO _{2eq}	0,22	0,04	0,00	0,00	0,17	0,01
Emissões indirectas (âmbito 2)⁴							
	ktCO _{2eq}	818	619	0	177	16	7
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO _{2eq}	1,8	0,0	0,0	0,0	1,7	0,1
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO _{2eq}	795	619	0	177	0	0
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO _{2eq}	20,7	0,0	0,0	0,0	14,0	6,7
Outras emissões indirectas (âmbito 3)							
	ktCO _{2eq}	13.039	4.574	5.264	2.992	160	48
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO _{2eq}	54	18	18	18	0	0
Bens de capital (C02)	ktCO _{2eq}	324	39	70	10	157	48
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO _{2eq}	8.344	3.614	2.087	2.644	0	0
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO _{2eq}	454	106	29	319	0	0
Viagens de negócios (C06)	ktCO _{2eq}	11	5	1	2	4	0
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO _{2eq}	3.852	793	3.059	0	0	0

2017	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE⁵	gCO₂/EUR	1,5	1,5	1,9	1,6	0,0	0,0
EMISSÕES CO₂ EVITADAS	ktCO₂	26.799	4.833	3.301	1.811	12.459	4.394
EMISSÕES ATMOSFÉRICAS TOTAIS							
CO ₂ ^{3,6}	kt	23.129	10.729	7.008	5.392	n.a.	n.a.
NO _x	kt	17,0	6,1	6,0	4,9	n.a.	n.a.
SO ₂	kt	29,8	4,3	8,2	17,2	n.a.	n.a.
Partículas	kt	149	0,04	0,56	0,89	n.a.	n.a.
Mercurio	kg	60	27	24	9	n.a.	n.a.
SF ₆	kg	422	307	59	55	0	0
EMISSÕES ESPECÍFICAS GLOBAIS							
CO ₂ ^{3,6}	g/kWh	332	418	445	570	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,2	0,2	0,4	0,5	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,4	0,2	0,5	1,8	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,02	0,00	0,04	0,09	n.a.	n.a.
EMISSÕES ESPECÍFICAS DO PARQUE TÉRMICO							
CO ₂ ^{3,6}	g/kWh	756	679	688	1.173	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,6	0,4	0,6	1,1	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	10	0,3	0,8	3,7	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,05	0,00	0,05	0,19	n.a.	n.a.
ÁGUA CAPTADA POR FONTE							
Oceano	10 ³ x m ³	1721378	1219363	502.014	n.a.	n.a.	n.a.
Rio/Ribeira	10 ³ x m ³	20.019	12.231	7.788	n.a.	n.a.	n.a.
Albufeira	10 ³ x m ³	6	n.a.	n.a.	6	n.a.	n.a.
Furo	10 ³ x m ³	170	170	0	0	n.a.	n.a.
Poço	10 ³ x m ³	11	0	0	9	2	0
Serviços Municipalizados	10 ³ x m ³	15.460	2.595	1037	11821	6	2
Outra entidade privada	10 ³ x m ³	1.388	396	991	1	n.a.	0
UTILIZAÇÃO DA ÁGUA							
Água de refrigeração	10 ³ x m ³	1751479	1231553	509.326	10.600	n.a.	n.a.
Água bruta	10 ³ x m ³	6.729	3.088	2.464	1.178	n.a.	n.a.
Água potável	10 ³ x m ³	208	128	11	58	8	2
ÁGUAS RESIDUAIS							
Efluente tratado na actividade de produção	10 ³ x m ³	2.088	531	1470	87	n.a.	n.a.
Rejeição para meio marítimo	10 ³ x m ³	1723.329	1219.822	502.639	868	n.a.	n.a.
Rejeição para águas interiores e estuarinas	10 ³ x m ³	9.014	7.137	1.877	n.a.	n.a.	n.a.
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA DESTINO FINAL							
Total de resíduos	t	666.771	35.870	267.896	361.847	1065	94
Total de resíduos perigosos	t	6.240	2.664	804	2.240	465	68
Resíduos valorizados	%	46	84	71	23	80	84
Resíduos reciclados	%	37	73	71	9	70	31
PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RESÍDUOS							
Cinzas volantes de carvão	t	368.019	684	234.884	132.450	n.a.	n.a.
Escórias de carvão	t	64.829	24.254	28.682	11.894	n.a.	n.a.
Óleos usados	t	402	158	124	21	95	5
PCB	t	36	7	29	0	0	0
Metais	t	3.043	380	190	2.224	249	0
Gesso	t	4.750	3.114	1.511	125	n.a.	n.a.
SUB-PRODUTOS⁷							
Gesso	t	197.668	136.499	61.169	0	n.a.	n.a.
Cinzas volantes e escórias de carvão	t	311.904	311.904	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
DISTRIBUIÇÃO EM ÁREAS CLASSIFICADAS							
Rede de distribuição de alta tensão em áreas	km	1.229	914	122	193	n.a.	n.a.
Aérea	km	1215	900	122	193	n.a.	n.a.
Subterrânea	km	14	14	0	0	n.a.	n.a.
Rede de distribuição de média tensão em áreas	km	13.693	9.109	866	3.718	n.a.	n.a.
Aérea	km	12.671	8.141	818	3.712	n.a.	n.a.
Subterrânea	km	1022	968	48	6	n.a.	n.a.
Subestações em áreas classificadas	#	46	19	19	8	n.a.	n.a.
ÁREAS INUNDADAS POR ALBUFEIRAS	ha	6.025	5.690	330	5	n.a.	n.a.
RECLAMAÇÕES AMBIENTAIS	#	163	74	16	47	1	25

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactos ambientais.

² Consumo total de energia por Volume de Negócios.

³ As emissões estacionárias não incluem agora as resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha.

⁴ Cálculo segundo a metodologia "location based" do GHG Protocol.

⁵ Total de Emissões de âmbito 1 e 2 por Volume de Negócios.

⁶ Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

⁷ O estatuto de subproduto é apenas atribuído em Portugal e Espanha.

INDICADORES SOCIAIS

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
EMPREGO							
Colaboradores	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Conselho de Administração Executivo	#	9	9	0	0	0	0
Quadros Directivos	#	709	452	124	78	38	17
Gestores	#	754	334	239	101	62	18
Especialistas	#	4.369	2.138	723	992	319	197
Técnicos	#	5.790	3.152	588	1.867	177	6
Colaboradores masculinos	%	75	76	72	77	72	63
Colaboradores femininos	%	25	24	28	23	28	37
Colaboradores femininos em posições de gestão	%	25	25	25	17	27	40
Colaboradores da Alta Direção contratados localmente	%	92	99	84	91	64	29
Colaboradores por tipo de contrato	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Órgão Sociais Executivos	#	59	33	0	26	0	0
Masculino	#	54	29	0	25	0	0
Feminino	#	5	4	0	1	0	0
Quadro Permanente	#	11.521	6.021	1.659	3.012	596	233
Masculino	#	8.685	4.581	1.200	2.326	431	147
Feminino	#	2.836	1.440	459	686	165	86
Contratos a termo	#	51	31	15	0	0	5
Masculino	#	26	13	11	0	0	2
Feminino	#	25	18	4	0	0	3
Colaboradores por tipo de ocupação	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Full-Time	#	11.587	6.084	1.636	3.038	595	234
Masculino	#	8.759	4.623	1.206	2.351	431	148
Feminino	#	2.828	1.461	430	687	164	86
Part-time	#	44	1	38	0	1	4
Masculino	#	6	0	5	0	0	1
Feminino	#	38	1	33	0	1	3
Colaboradores com necessidades especiais	#	169	100	18	51	0	0
Masculino	#	102	63	11	28	0	0
Feminino	#	67	37	7	23	0	0
Colaboradores estrangeiros	#	254	50	70	22	68	44
Entradas de colaboradores ¹	#	1.174	435	95	396	183	65
Entradas para o Quadro Permanente	#	1.103	406	84	368	183	62
Entradas para o Contrato a Termo	#	60	38	16	0	0	6
Outras entradas	#	54	18	7	29	0	0
Masculino	#	865	319	68	284	154	40
Feminino	#	352	143	39	113	29	28
<30 anos	#	673	325	53	184	87	24
[30-50 anos]	#	508	127	52	200	89	40
≥50 anos	#	36	10	2	13	7	4
Rácio F/M de novas entradas	x	0,41	0,45	0,57	0,40	0,19	0,70
Saídas de colaboradores	#	1.200	680	93	301	90	36
Masculino	#	935	547	74	220	72	22
Feminino	#	265	133	19	81	18	14
<30 anos	#	141	36	13	51	32	9
[30-50 anos]	#	295	42	18	163	48	24
≥50 anos	#	764	602	62	87	10	3
Índice de rotatividade ou turnover	%	10,32	11,18	5,56	9,91	15,10	15,13
Masculino	%	10,67	11,83	6,11	9,36	16,71	14,77
Feminino	%	9,25	9,10	4,10	11,79	10,91	15,73
<30 anos	%	8,00	4,28	12,87	8,31	19,75	20,00
[30-50 anos]	%	4,96	1,76	1,80	8,07	13,15	13,41
≥50 anos	%	19,49	21,08	10,78	21,48	14,49	21,43
Idade média dos colaboradores	anos	44	47	46	38	37	36
Idade média de novas entradas	anos	31	29	32	32	32	34
Idade média das saídas	anos	51	58	52	41	36	37
Antiguidade média dos colaboradores	anos	16	21	16	10	4	4
Antiguidade média das saídas	anos	25	30	15	11	3	4
Taxa de absentismo	%	2,95	3,45	3,49	1,74	3,21	n.d.

¹ Valores líquidos da passagem de colaboradores de Contrato a Termo para Quadro Permanente.

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	#	471	183	74	156	36	22
Masculino	#	337	140	36	126	27	8
Feminino	#	134	43	38	30	9	14
Colaboradores que gozaram licença de parentalidade	#	339	178	73	30	36	22
Masculino	#	205	135	35	n.a.	27	8
Feminino	#	134	43	38	30	9	14
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram licenças de parentalidade	%	99	100	100	93	100	99
Masculino	%	100	100	100	n.a.	100	100
Feminino	%	98	100	100	93	100	93
Remuneração Média Fixa Anualizada							
Masculino	€	3.027	3.130	4.337	1.411	6.536	4.527
Feminino	€	3.147	3.394	3.691	1.436	6.245	3.719
Rácio salarial por género (F/M)	x	1,04	1,08	0,85	1,02	0,96	0,82
Rácio salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	x	n.a.	6,22	5,44	13,16	4,71	n.a.
Aumento salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	%	n.a.	3,10	-0,01	0,96	-0,34	n.a.
FORMAÇÃO							
Total de horas de formação	horas	398.394	189.160	68.059	118.824	15.039	7.313
Sustentabilidade							
Ambiente	horas	2.037	347	1.225	70	0	396
Económica e Social	horas	1.405	1.395	10	0	0	0
Ética	horas	5.379	1.390	298	3.624	38	30
Qualidade	horas	3.530	1.676	259	1.595	0	0
Línguas	horas	22.675	6.663	13.041	2.387	0	583
Sistemas de informação	horas	28.131	13.059	7.387	6.613	614	459
Outras	horas	335.238	164.630	45.839	104.535	14.388	5.846
Taxa de formação total	h/p	34	31	41	39	25	31
Conselho de Administração Executivo	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Masculino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Feminino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Quadros Dirigentes	h/p	43	39	71	9	53	73
Masculino	h/p	35	38	29	10	53	78
Feminino	h/p	71	40	236	1	53	55
Gestores	h/p	59	70	56	54	28	29
Masculino	h/p	55	72	34	64	33	25
Feminino	h/p	70	65	115	21	18	32
Especialistas	h/p	34	39	43	21	17	28
Masculino	h/p	32	41	29	24	17	27
Feminino	h/p	36	37	74	16	17	30
Técnicos	h/p	31	20	25	49	34	16
Masculino	h/p	32	22	10	52	40	24
Feminino	h/p	25	10	72	30	13	15
Colaboradores com formação	%	100	99	100	100	100	97
RELAÇÕES LABORAIS							
Acordos Colectivos de Trabalho	%	90	99	78	99	0	45
Sindicalização	%	40	48	17	48	0	0
Estruturas sindicais	#	31	18	4	6	0	3
Horas perdidas por greve	horas	98	0	98	0	0	0
Trabalhadores-estudantes	#	47	47	0	0	0	0
Estágios profissionais	#	357	284	0	0	0	73
Estágios curriculares	#	418	63	208	147	0	0

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
PREVENÇÃO E SEGURANÇA (P&S)							
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	MW	25.715	10.947	5.518	2.523	5.163	1.564
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	%	96	97	100	91	93	95
Certificação OHSAS 18.001 (colaboradores abrangidos)	%	44	28	100	44	51	73
Colaboradores							
Acidentes ¹	#	29	19	4	4	2	0
Masculino	#	n.d.	17	4	4	n.d.	0
Feminino	#	n.d.	2	0	0	n.d.	0
Acidentes mortais	#	2	2	0	0	0	0
Índice de frequência ²	Tf	1,36	1,84	1,36	0,60	1,81	0,00
Masculino	Tf	n.d.	2,18	1,86	0,81	n.d.	0,00
Feminino	Tf	n.d.	0,79	0,00	0,00	n.d.	0,00
Índice de gravidade ³	Tg	110	158	112	57	9	0
Masculino	Tg	n.d.	174	154	76	n.d.	0
Feminino	Tg	n.d.	110	0	0	n.d.	0
Total de dias perdidos resultante de acidente ⁴	#	2.352	1.636	331	375	10	0
Doenças profissionais	#	5	5	0	0	0	0
Taxa de doenças profissionais (com desvalorização)	%	0,14	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestadores de Serviço							
Acidentes ¹	#	106	45	28	26	2	5
Acidentes mortais ⁵	#	5	2	0	2	1	0
Dias trabalhados	#	5.663.477	2.167.489	765.859	2.294.532	303.287	132.311
Índice de frequência ²	Tf	2,50	2,77	4,87	1,51	0,88	5,04
Índice de gravidade ³	Tg	116	149	152	69	15	420
Colaboradores + Prestadores de Serviço							
Índice de frequência ²	Tf	2,11	2,41	3,68	1,26	1,18	3,71
Índice de gravidade ³	Tg	114	153	138	65	13	309
Acidentes mortais eléctricos com terceiros ⁶	#	7	0	0	7	0	0
Quase-acidentes	#	413	112	41	102	135	23
Representantes eleitos nas Comissões de P&S							
Colaboradores EDP representados	%	87	88	67	100	51	68
Colaboradores eleitos ⁷	#	248	68	16	111	39	14
FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO E SEGURANÇA							
Colaboradores							
Acções de Formação	#	1.385	512	456	155	64	198
Colaboradores formados	#	14.111	6.588	2.877	2.467	194	1.985
Volume de Formação	horas	71.014	25.775	11.383	25.300	1.313	7.243
Prestadores de Serviço							
Acções de Formação	#	17.391	1.297	53	14.469	1.541	31
Colaboradores formados	#	15.095	4.423	445	6.967	2.807	453
Volume de Formação	horas	345.917	375	109	340.277	4.819	337

¹ São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajeto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.

² Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

³ Número de dias (civis) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

⁴ Somatório do número de dias de ausência (civis) resultantes de acidentes de trabalho ocorridos no período de referência, mais o número de dias perdidos de acidentes do período anterior, que se prolongaram para o período de referência sem interrupção. O tempo perdido é medido a partir do dia seguinte ao dia do acidente, até ao dia precedente ao do retorno ao trabalho.

⁵ Acidentes ocorridos com trabalhadores do género masculino.

⁶ Acidentes ocorridos com pessoas externas à actividade da EDP.

⁷ Números de colaboradores EDP representados, pelo número total de colaboradores EDP.

2017	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
EMPREGO							
Colaboradores	#	11.657	6.326	1.680	2.945	502	204
Conselho de Administração Executivo	#	8	8	0	0	0	0
Quadros Directivos	#	750	421	159	74	68	28
Gestores	#	766	365	225	100	54	22
Especialistas	#	4.093	2.062	678	936	269	148
Técnicos	#	6.041	3.470	619	1.835	111	6
Colaboradores masculinos	%	76	77	73	77	69	62
Colaboradores femininos	%	24	23	27	23	31	38
Colaboradores femininos em posições de gestão	%	25	25	27	16	24	32
Colaboradores da Alta Direção contratados localmente	%	98	100	100	99	99	68
Colaboradores por tipo de contrato	#	11.657	6.326	1.680	2.945	502	204
Orgão Sociais Executivos	#	53	30	0	23	0	0
Masculino	#	50	28	0	22	0	0
Feminino	#	3	2	0	1	0	0
Quadro Permanente	#	11.534	6.252	1.660	2.921	502	199
Masculino	#	8.762	4.813	1.217	2.259	348	125
Feminino	#	2.772	1.439	443	662	154	74
Contratos a termo	#	70	44	20	1	0	5
Masculino	#	38	21	16	0	0	1
Feminino	#	32	23	4	1	0	4
Colaboradores por tipo de ocupação	#	11.657	6.326	1.680	2.945	502	204
Full-time	#	11.619	6.324	1.650	2.945	502	198
Masculino	#	8.846	4.862	1.231	2.281	348	124
Feminino	#	2.773	1.462	419	664	154	74
Part-time	#	38	2	30	0	0	6
Masculino	#	4	0	2	0	0	2
Feminino	#	34	2	28	0	0	4
Colaboradores com necessidades especiais	#	184	111	18	55	0	0
Masculino	#	116	75	11	30	0	0
Feminino	#	68	36	7	25	0	0
Colaboradores estrangeiros	#	229	32	70	24	71	32
Entradas de colaboradores	#	939	311	128	318	135	47
Entradas para o Quadro Permanente	#	820	258	87	300	135	40
Entradas para o Contrato a Termo	#	86	40	37	2	0	7
Outras entradas	#	33	13	4	16	0	0
Masculino	#	650	205	84	232	104	25
Feminino	#	289	106	44	86	31	22
<30 anos	#	538	229	70	145	74	20
[30-50 anos]	#	374	79	55	165	50	25
≥50 anos	#	29	5	3	8	11	2
Rácio F/M de novas entradas	x	0,44	0,52	0,52	0,37	0,30	0,88
Saídas de colaboradores	#	1.198	450	339	331	58	20
Masculino	#	892	373	224	244	42	9
Feminino	#	306	77	115	87	16	11
<30 anos	#	135	25	27	57	17	9
[30-50 anos]	#	390	30	129	189	31	11
≥50 anos	#	673	395	183	85	10	0
Índice de rotatividade ou turnover	%	9,04	5,92	13,10	10,99	20,89	17,18
Masculino	%	8,56	5,81	11,83	10,39	23,14	14,05
Feminino	%	10,56	6,29	16,53	13,07	16,04	22,30
<30 anos	%	22,21	19,08	60,25	16,24	41,74	38,16
[30-50 anos]	%	6,80	2,45	8,75	9,27	14,11	12,24
≥50 anos	%	7,48	5,64	14,26	11,05	15,91	10,00
Idade média dos colaboradores	anos	45	48	46	38	37	36
Idade média de novas entradas	anos	31	29	32	32	33	33
Idade média das saídas	anos	49	58	49	41	39	33
Antiguidade média dos colaboradores	anos	18	23	17	10	4	4
Antiguidade média das saídas	anos	22	32	20	15	4	4
Taxa de absentismo	%	3,19	3,68	3,61	2,12	2,94	n.d.

2017	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	#	440	195	62	132	31	20
Masculino	#	302	138	31	101	25	7
Feminino	#	138	57	31	31	6	13
Colaboradores que gozaram licença de parentalidade	#	334	191	61	31	31	20
Masculino	#	196	134	30	n.d.	25	7
Feminino	#	138	57	31	31	6	13
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram licenças de parentalidade	%	98	99	100	95	100	100
Masculino	%	100	99	100	100	100	100
Feminino	%	95	100	100	77	100	100
Remuneração Média Fixa Anualizada	€	3.188	3.216	4.179	1.656	6.925	6.823
Masculino	€	3.164	3.165	4.358	1.653	7.165	7.322
Feminino	€	3.264	3.386	3.685	1.666	6.382	6.015
Rácio salarial por género (F/M)	x	1,03	1,07	0,85	1,01	0,89	0,82
Rácio salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	x	n.a.	6,31	5,41	13,08	4,29	n.a.
Aumento salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	%	n.a.	0,00	2,81	0,00	-4,43	n.a.
FORMAÇÃO							
Total de horas de formação	horas	473.078	235.069	58.891	156.707	14.647	7.764
Sustentabilidade							
Ambiente	horas	3.314	351	302	2.227	129	306
Económica e Social	horas	3.577	2.287	1.290	0	0	0
Ética	horas	2.653	567	304	1.679	104	0
Qualidade	horas	3.717	2.505	73	1.078	62	0
Línguas	horas	22.553	7.780	10.248	3.459	92	975
Sistemas de informação	horas	21.956	12.975	7.059	441	958	523
Outras	horas	415.308	208.605	39.617	147.824	13.303	5.960
Taxa de formação total	h/p	41	37	35	53	29	38
Conselho de Administração Executivo	h/p	15	15	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Quadros Dirigentes	h/p	37	38	48	30	15	40
Gestores	h/p	72	71	56	131	40	45
Especialistas	h/p	38	46	38	25	26	37
Técnicos	h/p	39	28	21	64	39	32
Colaboradores com formação	%	98	98	111	94	99	85
RELAÇÕES LABORAIS							
Acordos Colectivos de Trabalho	%	91	99	79	99	0	43
Sindicalização	%	43	53	18	48	0	0
Estruturas sindicais	#	35	22	4	7	0	2
Horas perdidas por greve	horas	8	8	0	0	0	0
Trabalhadores-estudantes	#	29	29	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Estágios profissionais	#	536	373	0	146	0	17
Estágios curriculares	#	380	123	257	0	0	0

¹ Valor da América do Norte explicado pela saída este ano do colaborador mais bem pago no período homólogo.

2017	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
PREVENÇÃO E SEGURANÇA (P&S)							
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	MW	22.782	10.071	5.518	1.718	3.934	1.541
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	%	86	89	100	61	74	99
Certificação OHSAS 18.001 (colaboradores abrangidos)	%	36	17	100	37	43	79
Colaboradores							
Acidentes ¹	#	28	22	2	3	1	0
Masculino	#	24	18	2	3	1	0
Feminino	#	4	4	0	0	0	0
Acidentes mortais	#	0	0	0	0	0	0
Índice de frequência ²	Tf	1,33	2,11	0,69	0,46	1,09	0
Masculino	Tf	N.d.	2,25	1,43	0,61	N.d.	0
Feminino	Tf	N.d.	1,64	0,00	0,00	N.d.	0
Índice de gravidade ³	Tg	122	173	23	104	24	0
Masculino	Tg	364	185	41	138	0	0
Feminino	Tg	130	130	0	0	0	0
Total de dias perdidos resultante de acidente ⁴	#	2.574	1.801	66	685	22	0
Doenças profissionais	#	2	2	0	0	0	0
Taxa de doenças profissionais (com desvalorização)	%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestadores de Serviço							
Acidentes ¹	#	100	41	28	28	1	2
Acidentes mortais ⁵	#	4	0	0	4	0	0
Dias trabalhados	#	5.592.634	2.197.153	696.676	2.250.505	361.521	86.779
Índice de frequência ²	Tf	2,38	2,49	5,36	1,66	0,37	3,07
Índice de gravidade ³	Tg	136	233	182	48	29	292
Colaboradores + Prestadores de Serviço							
Índice de frequência ²	Tf	2,03	2,34	3,69	1,32	0,55	2,10
Índice de gravidade ³	Tg	131	203	125	64	28	199
Acidentes mortais eléctricos com terceiros ⁶	#	10	1	0	9	0	0
Quase-acidentes	#	2.279	92	60	1.841	268	18
Representantes eleitos nas Comissões de P&S							
Colaboradores EDP representados	%	77	77	52	100	7	29
Colaboradores eleitos ⁷	#	138	69	8	56	0	5
FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO E SEGURANÇA							
Colaboradores							
Acções de Formação	#	1.096	266	510	130	135	55
Colaboradores formados	#	12.349	7.022	2.367	1.544	1.216	200
Volume de Formação	horas	56.051	15.504	8.849	25.541	4.476	1.680
Prestadores de Serviço							
Acções de Formação	#	16.656	1.062	318	14.056	1.200	20
Colaboradores formados	#	12.478	4.637	190	7.265	0	386
Volume de Formação	horas	119.195	4.176	395	107.340	7.226	58

¹ São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajeto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.

² Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

³ Número de dias (civís) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

⁴ Somatório do número de dias de ausência (civís) resultantes de acidentes de trabalho ocorridos no período de referência, mais o número de dias perdidos de acidentes do período anterior, que se prolongaram para o período de referência sem interrupção. O tempo perdido é medido a partir do dia seguinte ao dia do acidente, até ao dia precedente ao do retorno ao trabalho.

⁵ Acidentes ocorridos com trabalhadores do género masculino.

⁶ Acidentes ocorridos com pessoas externas à actividade da EDP.

⁷ Números de colaboradores EDP representados, pelo número total de colaboradores EDP.

INDICADORES ECONÓMICOS

GRUPO EDP	UN	2018	2017
VALOR ECONÓMICO GERADO	'000€	16.307.866	17.234.143
Valor económico distribuído	'000€	14.470.560	14.910.470
Valor económico acumulado	'000€	1.837.306	2.323.672
I&D+i	'000€	75.366	64.518
PROVEITOS DE SERVIÇOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUPLEMENTARES DE ENERGIA ¹	'000€	1.442.966	1.103.854
Facturação de serviços de eficiência energética	'000€	151.468	134.114
Proveitos suplementares de serviços de energia ²	'000€	1.291.498	969.740
APOIOS DE ORGANISMOS PÚBLICOS ³	'000€	47.958	42.118
MULTAS E PENALIDADES	'000€	5.951	6.520
MATÉRIAS AMBIENTAIS ⁴	'000€	264.482	237.469
Investimentos	'000€	68.987	73.197
Gastos	'000€	195.495	164.272
MATÉRIAS SOCIAIS			
Custos com pessoal	'000€	570.909	597.732
Benefícios sociais	'000€	80.631	83.102
Investimento directo com formação	'000€	4.043	4.337
Investimento directo com formação por colaborador	€/p	348	372
HC ROI	€/p	6,35	6,46

¹ Serviços de Eficiência Energética e Suplementares de Energia: inclui os serviços providenciados no quadro de fornecimento de energia, instalação de equipamento mais eficiente e/ou remodelação dos edifícios, mobilidade sustentável e que geram proveitos para a empresa.

² Serviços Suplementares de Energia: inclui as seguintes categorias de serviços - Gestão Energética, Manutenção e Operação, Gestão de Propriedade e de Instalações, Fornecimento de Energia e/ou equipamento, Fornecimento do Serviço (exemplo: Vapor) e outros.

³ Apoios Públicos reconhecidos e não reconhecidos em resultado do exercício.

⁴ Mais informação disponível nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Nota 50) do Relatório e Contas do Grupo EDP.

TABELA GRI

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 100: STANDARDS UNIVERSAIS						
GRI 102: Divulgações Gerais						
1. Perfil da Organização						
102-1	Nome da organização	3			L	
102-2	Actividades, marcas, produtos e serviços	26-27			L	
102-3	Localização da sede da organização	3			L	
102-4	Local das operações	22-23			L	
102-5	Natureza legal e propriedade	3			L	
102-6	Mercados abrangidos	22-27			L	
102-7	Dimensão da organização	22-23; 179; R&C 245 e 247			L	
102-8	Informações sobre colaboradores	179			L	3; 6
102-9	Cadeia de valor	www.edp.com		www.edp.com> fornecedores> compras	L	
102-10	Principais alterações à organização ou cadeia de valor	137; 147; R&C 58; R&C 91-95			L	
102-11	Princípio de precaução ou abordagem	Código de Ética		www.edp.com> a edp> ética www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> participações;	L	
102-12	Iniciativas externas	www.edp.com		www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> objectivos desenvolvimento sustentável	L	
102-13	Participação em associações	www.edp.com		www.edp.com> sustentabilidade> abordagem> participações	L	
2. Estratégia						
102-14	Declaração do Presidente	8-17			L	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	47-50			L	
3. Ética e Integridade						
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	19; Código de Ética		www.edp.com> a edp> ética	L	10
102-17	Mecanismos de aconselhamento e questões éticas	www.edp.com		www.edp.com> a edp> ética	L	10
4. Governance						
102-18	Estrutura do governo de sociedade	35-38; 39-40			L	
102-19	Delegação de autoridade	R&C 123			L	
102-20	Responsabilidade a nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	37-40			L	
102-21	Consulta de <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	41; 57-60; R&C 132			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
102-22	Composição do mais alto órgão de governo e seus comités	35-38; 151; 159-169; R&C 105-109; R&C 145-151			L	
102-23	Presidente do órgão mais alto de governo	35-38; 159-169; R&C 103-104			L	
102-24	Nomeação e selecção do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	35-38			L	
102-25	Conflitos de interesse	R&C 192 - 195			L	
102-26	Papel do mais alto órgão de governo na definição da missão, dos valores e da estratégia	35-38; 39-40; R&C 113-119			L	
102-27	Conhecimento colectivo do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	180			L	
102-28	Avaliação do desempenho do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	112-115; R&C 181-188			L	
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	39-40; 57-60; 113-114; R&C 159-173			L	
102-30	Efectividade dos processos de gestão de riscos	113-114; R&C 159-173			L	
102-31	Análise de tópicos económicos, ambientais e sociais	39-40; R&C 162			L	
102-32	Papel do mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	39-40; 171-173			L	
102-33	Comunicação de assuntos críticos	116-117; 151; R&C 123-142			L	
102-34	Natureza e comunicação dos assuntos críticos	116-117; 151			L	
102-35	Políticas de remuneração	112-115; R&C 177-191			L	
102-36	Processos para determinação da remuneração	112-115; R&C 177-191			L	
102-37	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> em questões de remuneração	112-115; R&C 177-191			L	
102-38	Rácio de remuneração total anual	180			L	
102-39	Rácio do aumento percentual na remuneração total anual	180			L	
5. Envolvimento de Stakeholders						
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	41			L	
102-41	Acordos colectivos de trabalho	180			L	3
102-42	Identificação e selecção de <i>stakeholders</i>	Relatório de <i>Stakeholders</i>		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
102-43	Abordagem ao envolvimento dos <i>stakeholders</i>	Relatório de <i>Stakeholders</i>		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
102-44	Principais questões e preocupações	Relatório de <i>Stakeholders</i>		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
6. Prática de Reporte						
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	R&C 419-427			L	
102-46	Definição do conteúdo do reporte e limites dos temas materiais	57-60; 171-173			L	
102-47	Lista de tópicos materiais	57-60			L	
102-48	Reformulações de informação			Não aplicável	L	
102-49	Alterações no reporte	57-60; 171-173			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
102-50	Período do reporte	171-173			L	
102-51	Data do último relatório publicado	171-173			L	
102-52	Ciclo de reporte	171-173			L	
102-53	Contactos para questões sobre o reporte	Última página do R&C			L	
102-54	Alegação de conformidade do reporte com a GRI Standards	171-173			L	
102-55	Conteúdo do índice GRI	173			L	
102-56	Verificação externa	173			L	
GRI 103: Abordagem de gestão						1 a 10
103-1	Explicação do tema material	57-60; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
103-2	A abordagem de gestão e respectivos componentes	57-60; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	57-60; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
GRI 200: TÓPICOS ECONÓMICOS						
GRI 201: Desempenho económico						
201-1	Valor económico directo gerado e distribuído	146			L	
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	103-105; 175			L	7
201-3	Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de pensões	R&C 326 e 327; R&C 370-379			L	
201-4	Ajuda financeira recebida do governo	185			L	
GRI 202: Presença no mercado						6
202-1	Intervalo de variação da proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género	148			L	
202-2	Proporção de quadros superiores contratados na comunidade local	179			L	
GRI 203: Impactos económicos indirectos						
203-1	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços oferecidos	138-142			L	
203-2	Impactos económicos indirectos significativos	133-135; 135-137; 138-142			L	
GRI 204: Práticas de aquisição						
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	135-137; 153-154			L	
GRI 205: Anticorrupção						10
205-1	Operações avaliadas para os riscos relacionados com a corrupção	116-117			L	
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	180			L	
205-3	Casos de corrupção confirmados e medidas adoptadas	116-117; 151			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 206: Práticas anti-concorrenciais						
206-1	Acções judiciais por práticas anti-concorrenciais, <i>antitrust</i> e monopólio	119; 129-131; 151			L	
GRI 300: TÓPICOS AMBIENTAIS						
Potência Instalada Máxima Certificada ISO14001		176			L	7; 8; 9
GRI 301: Materiais						
301-1	Consumo de materiais	150			L	
301-2	Consumo de materiais provenientes de reciclagem	n.a.		Considerado não material face à quantidade de materiais usados pela EDP	L	
301-3	Produtos e embalagens recuperados			Não aplicável	L	
GRI 302: Energia						
302-1	Consumo de energia dentro da organização	176			L	
302-2	Consumo de energia fora da organização	176			L	
302-3	Intensidade energética	176			L	
302-4	Redução do consumo de energia	105-106; 151			L	
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	n.a.		Não aplicável ao sector	L	
GRI 303: Água						
303-1	Captação de água por fonte	101-102; 176			L	
303-2	Fontes hídricas significativamente afectadas pela captação de água	101-102; 150; 176-177			L	
303-3	Água reciclada e reutilizada			Considerado não material face à quantidade de água usada pela EDP	L	
GRI 304: Biodiversidade						
304-1	Localização em áreas protegidas ou adjacentes e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	177			L	
304-2	Impactos significativos de actividades, produtos e serviços na biodiversidade	102-103; www.edp.com		www.edp.com > sustentabilidade> dim.ambiental> biodiversidade	L	
304-3	Habitats protegidos ou recuperados	www.edp.com		www.edp.com > sustentabilidade> dim.ambiental> biodiversidade	L	
304-4	Lista de Espécies Ameaçadas da IUCN e espécies da lista nacional de conservação com habitats em áreas afectadas por operações	www.edp.com		www.edp.com > sustentabilidade> dim.ambiental> biodiversidade	L	
GRI 305: Emissões						
305-1	Emissões directas de GEE (Âmbito 1)	104-105; 150; 176			L	
305-2	Emissões indirectas de GEE de energia (Âmbito 2)	104-105; 150; 176			L	
305-3	Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3)	104-105; 150; 176			L	
305-4	Intensidade das emissões de GEE	176			L	
305-5	Redução das emissões de GEE	103-105			L	
CO ₂ Evitado		67-68; 106; 146; 151; 176			L	
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono			Equipamentos com esta substância já não têm expressão na EDP	L	
305-7	NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas	176			L	
GRI 306: Efluentes e resíduos						
306-1	Efluentes líquidos por qualidade e destino	150; 177			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
306-2	Resíduos por tipo e método de tratamento	100-101; 150; 177			L	
306-3	Derrames significativos			Número de derrames registados: 174; Volume derramado: 19,49 m ³	L	
306-4	Transporte de resíduos perigosos	99-102		Não houve exportação de resíduos perigosos em 2018	L	
306-5	Recursos hídricos afectados por descargas de água e/ou escoamento	99-102		Não há corpos de água significativamente afectados pela rejeição de efluentes líquidos	L	
GRI 307: Conformidade Ambiental						
307-1	Multas por incumprimento das leis e dos regulamentos ambientais	150			L	
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores						
308-1	Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais	135-137			L	
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adoptadas	135-137			L	
GRI 400: TÓPICOS SOCIAIS						
GRI 401: Emprego						
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	179			L	6
401-2	Benefícios atribuídos aos colaboradores	86; Abordagens Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
401-3	Licença parental	180			L	
	Taxa de Absentismo	179			L	
GRI 402: Relações entre empregados e empregadores						
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio de mudanças operacionais	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	3
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho						
403-1	Representação dos trabalhadores nas comissões formais conjuntas de saúde e segurança compostas pela administração e colaboradores	181; Abordagens Gestão à Sustentabilidade		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
403-2	Tipos de lesão e taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos e absentismo e óbitos relacionados com o trabalho	94; 181			L	
403-3	Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua profissão	Prevenção e Segurança		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
403-4	Tópicos relativos à saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
GRI 404: Formação e educação						
404-1	Média de horas anuais de formação por colaborador	180			L	
404-2	Programas de gestão de competências dos colaboradores e programas de assistência à transição para a reforma	82-83			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
404-3	Percentagem de colaboradores submetidos regularmente a avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira	85			L	
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades						6
405-1	Diversidade de órgãos de administração e colaboradores	147; 151; 179			L	
405-2	Rácio de salário base e remuneração das mulheres e homens	180			L	
GRI 406: Não discriminação						1; 6
406-1	Incidentes de discriminação e medidas adoptadas	Relatório Anual do Provedor de Ética		A EDP não teve conhecimento de casos desta natureza em 2018; ver www.edp.com > a edp> sobre nós> ética	L	
GRI 407: Liberdade de associação e negociação colectiva						1; 3
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva possa estar em risco	135-137			L	
GRI 408: Trabalho infantil						5
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	135-137			L	
GRI 409: Trabalho forçado ou obrigado						4
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo	135-137			L	
GRI 410: Práticas de segurança						
410-1	Pessoal de segurança com formação em procedimentos ou políticas de direitos humanos			Não material	L	
GRI 411: Direitos dos povos indígenas						1; 2
411-1	Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas	142; Relatório dos Direitos Humanos		www.edp.com > sustentabilidade> dimensão social> direitos humanos	L	
GRI 412: Avaliação dos direitos humanos						1; 2
412-1	Operações que tenham sido objecto de avaliações dos direitos humanos ou avaliações de impacto	121-122; Relatório dos Direitos Humanos		www.edp.com > sustentabilidade> dimensão social> direitos humanos	L	
412-2	Formação de colaboradores em procedimentos ou políticas de direitos humanos	180		Incluído no âmbito da formação em Ética	L	
412-3	Acordos e contratos de investimento significativos que contemplem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	137			L	
GRI 413: Comunidades locais						1
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	138-142			L	
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	141-142			L	
GRI 414: Avaliação social dos fornecedores						1; 2
414-1	Novos fornecedores que foram seleccionados através de critérios sociais	135-137			L	
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adoptadas	135-137			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 415: Política Pública						10
415-1	Contribuições políticas	118			L	
GRI 416: Saúde e segurança do cliente						
416-1	Avaliação dos impactos das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo produto		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	
416-2	Incidentes de incumprimento dos impactos das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança	n.a.		Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1 no entanto não é relevante	L	
GRI 417: Comercialização e rotulagem						
417-1	Requisitos de informações de produtos e serviços e rotulagem	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo produto			L	
417-2	Incidentes de não conformidade relativos às informações de produto e serviço e rotulagem			Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1 no entanto não é relevante	L	
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing			Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1 no entanto não é relevante	L	
GRI 418: Privacidade do cliente						
418-1	Reclamações fundamentadas relativas a violações de privacidade dos clientes e perdas de dados do cliente	151			L	1
GRI 419: Conformidade socioeconómica						
419-1	Não conformidade com leis e regulamentos nos domínios social e económico	185			L	
	Matérias Ambientais	185			L	
	Facturação de serviços de eficiência energética	185			L	
G4 INDICADORES ESPECÍFICOS DO SECTOR						
Divulgações gerais						
EU1	Capacidade instalada, discriminada por fonte primária de energia e por regime regulamentar	146			L	
EU2	Produção líquida de energia discriminada por fonte primária de energia e por regime regulamentar	146			L	
EU3	Número de contas de clientes residenciais, industriais, institucionais e comerciais	152			L	
EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas por regime regulamentar.	24			L	
EU5	Alocação de licenças de emissão de CO ₂ ou equivalente, discriminadas por regime de comércio de carbono	R&C 407			L	
Económico						
G4-DMA	Disponibilidade e Fiabilidade	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.5. Disponibilidade e Fiabilidade		www.edp.com> sustentabilidade> publicações> relatórios	L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
EU10	Capacidade planeada para fazer face à procura de electricidade projectada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulamentar	24; 146			L	
G4-DMA Gestão da procura		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.6. Gestão da Procura		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Pesquisa e Desenvolvimento		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.7. Pesquisa e Desenvolvimento		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Desmantelamento de instalações		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.8. Desactivação		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU11	Eficiência média de produção de centrais térmicas por fonte de energia e por regime regulamentar	151			L	
EU12	Perdas de transmissão e distribuição como percentagem do total de energia	151			L	
Ambiente						
G4-DMA Materiais		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.2. Materiais		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Água		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.4. Água		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Biodiversidade		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.5. Biodiversidade		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU13	Biodiversidade de <i>habitats</i> repostos comparados com a biodiversidade das áreas afectadas	102-103; www.edp.com		www.edp.com> sustentabilidade > dim.ambiental> biodiversidade	L	7; 8
G4-DMA Efluentes e resíduos		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.7. Efluentes e Resíduos		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
Social						
G4-DMA Emprego	Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão-de-obra qualificada	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU15	Percentagem de funcionários elegíveis para se reformarem próximos 5 a 10 anos, discriminados por categoria de trabalho e por região	148			L	
EU17	Dias de trabalho por funcionários do contratante e subcontratante envolvidos em actividades de construção, funcionamento e manutenção	181			L	
EU18	Percentagem de funcionários do contratante e subcontratante que foram submetidos a formação relevante de saúde e segurança	181			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
G4-DMA Liberdade Assoc.Negociação Colectiva		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.2. Direitos Humanos		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Comunidades Locais	Participação dos <i>stakeholders</i> no processo de tomada de decisão	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
G4-DMA Acid./Emerg.Planeamento e resposta	Planos de contingência, gestão de desastres, emergências e programas de formação, recuperação e restauração	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.3. Sociedade		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU22	Número de deslocados física ou economicamente e compensação, discriminados por tipo de projecto	141-142			L	1; 7; 8
Responsabilidade pelo produto						
G4-DMA Disponibilização de informação	Práticas que ultrapassem barreiras como a língua, iliteracia, entre outras, para acesso e uso seguro dos serviços de electricidade.	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo produto		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU25	Número de ferimentos e mortes no seio do público envolvendo os activos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes por doenças	181			L	
G4-DMA: Acesso		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo produto		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU26	Porcentagem da população sem serviço em distribuição licenciada ou áreas de serviço	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo produto		www.edp.com> sustentabilidade > publicações> relatórios	L	
EU27	Número de cortes residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração de corte e por regime regulamentar	152			L	
EU28	Frequência de interrupção de energia	152			L	
EU29	Duração média da interrupção de energia	152			L	
EU30	Factor da média de disponibilidade da instalação por fonte de energia e por regime regulamentar	R&C 433; R&C 436; R&C 437			L	

R - Verificação Razoável

L - Verificação Limitada

R&C – Relatório e Contas EDP 2018

||||||| Cumprimento Total
 ||||| Cumprimento Parcial
 ||||| Não reportado

DECLARAÇÃO DO AUDITOR



Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração Executivo
Da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Introdução

1 Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (“EDP” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2018 (“Relatório”) da Empresa relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, preparado para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards e respetivo suplemento do Sector elétrico, para a opção “De acordo – Abrangente”; com a Norma AA1000AP (2018) emitida pela *AccountAbility*, relativamente aos princípios de inclusão, relevância, capacidade de resposta e impacto; e com as instruções e critérios divulgados no Relatório, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados nos parágrafos abaixo.

Âmbito

4 O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a informação de sustentabilidade, identificada no Anexo “Tabela GRI” do Relatório, relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, como “Garantia Externa – Limitada”, está isenta de distorções materialmente relevantes.

5 Foi também considerada a norma AA1000 Assurance Standard (AA1000 AS, 2018 Addendum), para revisão tipo 2 e obtenção de um nível de garantia moderado.

6 Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da EDP do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- vii) Comparar os dados de sustentabilidade referentes à EDP Brasil incluídos na informação de sustentabilidade com os reportados no Relatório Anual 2018 da EDP Energia do Brasil S.A., verificado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services, Ltda;
- viii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- ix) Avaliar o nível de adesão aos princípios de inclusão, relevância, capacidade de resposta e impacto definidos na Norma AA1000AP (2018), na divulgação da informação de sustentabilidade, através da análise dos conteúdos do Relatório e da documentação interna da Empresa;
- x) Verificar que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes GRI Standards.

7 Na realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos efetuados são mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

8 Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

9 Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

10 Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

11 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, no que se refere aos indicadores identificados no Anexo "Tabela GRI" do Relatório, relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, identificada como "Garantia Externa – Limitada", não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a EDP não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório, as diretrizes GRI Standards, para a opção "De acordo – Abrangente" e os princípios definidos na Norma AA1000AP (2018).

Outras matérias

12 Sem afetar a conclusão referida no parágrafo 11, apresentamos ainda os seguintes aspetos relativamente à adesão da Empresa aos princípios previstos na Norma AA1000AP (2018):

- **Princípio da inclusão:** A EDP apresenta um processo consolidado de auscultação de stakeholders nas diferentes unidades de negócio e geografias onde opera, alinhado com o modelo de gestão de stakeholders definido a nível corporativo. A implementação do guia de gestão de stakeholders, bem como o desenvolvimento do plano de gestão de stakeholders aplicável a todas as unidades de negócio e geografias onde o Grupo EDP opera, garante uma maior uniformização do processo. A EDP realiza, anualmente, iniciativas específicas de relacionamento com alguns grupos de stakeholders, garantindo a inclusão e a revisão das expectativas das partes interessadas. Adicionalmente, realizou em 2018 um processo de auscultação externa a um número alargado de stakeholders;
- **Princípio da relevância:** A EDP definiu um processo abrangente para a determinação de temas materiais, que consolida uma visão dos temas a nível corporativo e local (por geografia/unidade de negócio). Os outputs resultantes da identificação de temas materiais refletem os principais temas do setor energético, das geografias onde o grupo está presente e dos principais grupos de stakeholders. A EDP garante o alargamento da abrangência do processo de materialidade a todas as geografias onde o grupo está presente, permitindo uma maior harmonização entre todas as unidades de negócio, assim como o apuramento da materialidade por segmento de stakeholder;
- **Princípio da capacidade de resposta:** A EDP dá a resposta às expectativas dos seus principais stakeholders através da definição de um conjunto de objetivos e metas, reportados no Relatório. A EDP tem vindo a desenvolver planos de ação consolidados por unidade de negócio de forma a garantir um melhor alinhamento e comunicação dos compromissos e objetivos corporativos aos temas materiais mais relevantes;
- **Princípio do impacto:** A EDP apresenta os principais impactos gerados pela sua atividade, através da resposta dada em cada tema material, nas diferentes vertentes da sustentabilidade (dimensões económica, ambiental e social). Através do respeito dos princípios de relato, a EDP pretende criar e divulgar uma compreensão abrangente e equilibrada da medição e avaliação dos impactos da organização nos seus stakeholders e na própria organização.

Restrições de uso

13 Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração Executivo da Empresa, para efeitos de divulgação da informação de sustentabilidade no Relatório de Sustentabilidade 2018, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da EDP, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2018 da Empresa.

11 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.



RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO DAS OBRIGAÇÕES VERDES

De acordo com o Green Bond Framework da EDP, após a emissão de 600 milhões de Euros em obrigações verdes, em Outubro de 2018, torna-se necessário reportar anualmente aos investidores sobre o modo como o financiamento obtido foi alocado. A informação incluída neste relatório encontra-se disponível no site da EDP: www.edp.com> investidores> financiamento> financiamento sustentável.

Com prazo de vencimento de sete anos e cupão de 1,875% ao ano, o encaixe da emissão foi utilizado pela companhia para financiar ou refinanciar investimentos num portfólio de projectos elegíveis para financiamento verde (em conformidade com o Green Bond Framework da EDP), encorajando assim a transição para uma economia de baixo-carbono.

O montante de 600 milhões de Euros foi alocado até 31 de Dezembro de 2018, sendo que 76 milhões de Euros em novos projectos e 524 milhões de Euros em projectos existentes. De salientar que o montante do financiamento verde alocado aos novos projectos corresponde a parques eólicos que entraram em operação, na Europa, a partir da data de emissão das obrigações verdes.

Nos pontos seguintes apresenta-se o reporte da informação relevante para os investidores sobre a aplicação dos fundos da 1ª emissão verde da companhia e sobre os benefícios ambientais resultantes.

No âmbito da emissão de obrigações verdes no valor de 600 milhões de Euros, em Outubro de 2018, a EDP comprometeu-se a financiar ou refinanciar uma carteira de projectos elegíveis para financiamento verde, tendo seguido os Green Bond Principles da ICMA para estruturar o *framework* das emissões verdes. O *framework* da EDP foi verificado externamente pela Sustainalytics.

REPORTE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO GREEN BONDS	PRÉ-EMISSÃO		PÓS-EMISSÃO		
	PRINCÍPIOS DE REFERÊNCIA	SEGUNDA OPINIÃO	MONITORIZAÇÃO	GREEN BONDS ÍNDICES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
	Green Bond Principles (ICMA 2018)	Sustainalytics	Registo na base de dados do Climate Bond Initiative (CBI)	Bloomberg Barclays MCSI Global Green Bond Index	PWC
USO DE RECURSOS (CRITÉRIOS DE ELIGIBILIDADE)	Investimentos (em novos projectos ou refinanciamentos de projectos existentes) em energias renováveis (eólica e solar).				
AVALIAÇÃO E SELECÇÃO DE PROJECTOS	Conformidade com os objectivos das políticas ambientais e sociais da EDP suportado num <i>screening</i> dos aspectos ESG.				
GESTÃO DOS FUNDOS OBTIDOS	O balanço líquido dos fundos obtidos das obrigações verdes segue uma abordagem de carteira. Os recursos serão utilizados para (re)financiar os projectos verdes elegíveis (eólicos e solares). Enquanto o balanço líquido dos fundos obtidos das obrigações verdes não for integralmente afectado, a EDP investirá, de acordo com os seus próprios critérios, na liquidez de tesouraria ou no reembolso/compra de dívida existente, o balanço líquido ainda não afectado à carteira de projectos elegíveis.				
REPORTE SOBRE A APLICAÇÃO DOS FUNDOS OBTIDOS	O reporte é feito com base nos seguintes indicadores: - Valor da carteira de projectos elegíveis; - Balanço líquido dos recursos não utilizados; - Quantidade e percentagem de novos projectos e projectos existentes.				
REPORTE SOBRE OS IMPACTOS DOS FUNDOS APLICADOS	O reporte é feito com base nos seguintes indicadores: - Capacidade instalada (MW); - Emissões evitadas de CO ₂ (tCO ₂); - Produção de energia renovável (MWh). Nota: as emissões de CO ₂ evitadas correspondem às emissões que teriam ocorrido se a electricidade gerada por fontes de energia renovável fosse produzida por centrais termoeléctricas. Para cada país, obtém-se multiplicando a produção líquida renovável pelo factor de emissão do mix termoeléctrico desse país.				

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OS ACTIVOS VERDES

Data do portfolio de activos: Dezembro 2018

PORTFOLIO DE ACTIVOS VERDES ELEGÍVEIS	UN	VALOR	ALOCAÇÃO DE FINANCIAMENTO VERDE (2018)	UN	VALOR
Projectos Existentes (~2018)			Alocação a obrigações verdes	€	600.000.000
Energia Renovável					
Eólica	€	6.942.664.580			
Solar	€	188.042.074			
Novos Projectos (2018~)					
Energia Renovável					
Eólica	€	75.931.600			
Solar	€	-			
			Quantidade potencial de activos verdes não alocada	€	6.606.638.254
PORTFOLIO DE PROJECTOS VERDES ELEGÍVEIS	€	7.206.638.254	FINANCIAMENTO VERDE MÁXIMO		7.206.638.254
Percentagem de portfolio de activos verdes elegíveis alocados aos recursos líquidos do financiamento verde:	%		8,3 (utilização)		
Percentagem das receitas líquidas das obrigações verdes alocadas ao portfolio de activos verdes elegíveis:	%		100		

RELATÓRIO DE PORTFOLIO DE OBRIGAÇÕES VERDES DE ACORDO COM O FRAMEWORK HARMONIZADO PARA OS RELATÓRIOS DE IMPACTO

Data do portfolio de activos: Dezembro 2018

CATEGORIA DE ACTIVOS ELEGÍVEIS PRINCÍPIOS DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS (SBP) PRINCÍPIOS DAS OBRIGAÇÕES VERDES (GBP)*	VALOR ATRIBUÍDO	PESO DO FINANCIAMENTO NO TOTAL DO PORTFOLIO	ELIGIBILIDADE PARA OBRIGAÇÕES VERDES	CAPACIDADE INSTALADA DE ENERGIA RENOVÁVEL (MW)	PRODUÇÃO LÍQUIDA ANUAL DE ENERGIA RENOVÁVEL (MWh)	EMISSÕES EVITADAS CO ₂ (tCO ₂)
a/	b/	c/	d/	e/	e/	e/
Energia Renovável	€ 7.206.638.254	100%	100%	8.518	20.772.473	14.580.656
Total	€ 7.206.638.254	100%	100%	8.518	20.772.473	14.580.656

a/ Categoria elegível

b/ O valor atribuído representa a quantia comprometida pelo emitente ao portfolio ou componentes de portfolio elegíveis para financiamento através de obrigações verdes

c/ Percentagem dos custos do portfolio financiada pelo emitente

d/ Percentagem dos custos do portfolio elegível para financiamento através de obrigações verdes

e/ Indicadores de impacto

- Capacidade instalada de energia renovável em MW
- Produção líquida anual de energia renovável (MWh)
- Emissões evitadas CO₂ em tCO₂

*os valores apresentados reflectem apenas a percentagem de participação EDPR

Fonte:

www.ifc.org/wps/wcm/connect/f932dc004ad996538a1fea4fb4720a61/Updated+logo+FINALPROPOSALIRH+CLEAN.pdf?MOD=AJPERES

DECLARAÇÃO OBRIGAÇÕES VERDES



Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração Executivo
Da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Introdução

1 Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (“EDP” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes (“Relatório de Obrigações Verdes”) integrado no Relatório de Sustentabilidade 2018 da Empresa, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, preparado pela Empresa de acordo com o EDP Green Bond Framework (“Framework”).

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação do Relatório de Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade 2018, de acordo com o Framework, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados nos parágrafos abaixo.

Âmbito

4 O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) " Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a informação incluída no Relatório de Obrigações Verdes está isenta de distorções materialmente relevantes.

5 Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- i) Reunir com trabalhadores da Empresa, de vários departamentos, que estiveram envolvidos na preparação das Obrigações Verdes, de modo a compreender as características dos projetos (re)financiados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo
- ii) Verificar a aplicação dos critérios de elegibilidade, descritos no Framework, para a seleção de projetos (re)financiados pelas Obrigações Verdes;
- iii) Analisar os procedimentos utilizados para obtenção das informações e dados apresentados no Relatório de Obrigações Verdes;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- iv) Verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório de Obrigações Verdes. Verificámos também se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da EDP.
- v) Validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no Framework.

6 Na realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos efetuados são mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

7 Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

8 Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

9 Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

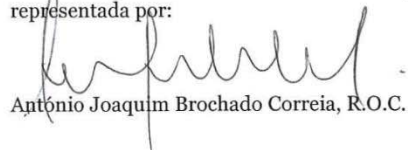
10 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação incluída no Relatório de Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade 2018, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte do Relatório de Obrigações Verdes e do Framework.

Restrições de uso

11 Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração Executivo da Empresa, para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades de obrigações verdes, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da EDP, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2018 da Empresa.

11 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

edp

WE LOVE ENERGY